

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Brasília, março de 2014.

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133/2013).

**Unidades Consolidadas:**

Gabinete do Sr. Ministro, Secretaria de Energia Elétrica (SEE), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG), Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM).

Brasília, março de 2014.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1.1 IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>9</b>
<b>1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....</b>	<b>13</b>
<b>1.4 E 2.1 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS E PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....</b>	<b>14</b>
<b>1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....</b>	<b>60</b>
<b>RELAÇÕES COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A IMPRENSA.....</b>	<b>67</b>
<b>1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....</b>	<b>74</b>
<b>2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>76</b>
<b>2.2.1 PROGRAMA TEMÁTICO.....</b>	<b>76</b>
<b>2.2.2 OBJETIVOS.....</b>	<b>78</b>
<b>2.2.3 AÇÕES – OFSS.....</b>	<b>110</b>
<b>3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....</b>	<b>124</b>
<b>3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>124</b>
<b>3.6 INDICADORES.....</b>	<b>133</b>
<b>4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>133</b>
<b>4.4.1 INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.....</b>	<b>144</b>
<b>4.4.2 INSTRUMENTOS CELEBRADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....</b>	<b>145</b>
<b>4.4.3 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....</b>	<b>147</b>
<b>4.4.4 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.....</b>	<b>149</b>
<b>4.4.5 ANÁLISE CRÍTICA.....</b>	<b>153</b>
<b>9 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DIPOSIÇÕES LEGAIS.....</b>	<b>169</b>
<b>9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....</b>	<b>169</b>
<b>9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....</b>	<b>179</b>
<b>9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....</b>	<b>184</b>
<b>10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>186</b>
<b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 E PORTARIA TCU Nº 175/2013. 188</b>	
<b>PARTE B, ITEM 15 – CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE PRODUTO.....</b>	<b>188</b>
<b>PARTE B, ITEM 18– CONTRATOS DE GESTÃO MME/ANEEL.....</b>	<b>201</b>
<b>PARTE B, ITEM 28 – PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....</b>	<b>223</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma Funcional do MME.....	13
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação – Relatório de Gestão Consolidado (A.1.1.2).....	8
Quadro 2: Programa Temático: Energia Elétrica (A.2.2.1).....	76
Quadro 3: Programa Temático: Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral (A.2.2.1).....	77
Quadro 4: Quadros de Objetivos da SPE (A.2.2.2).....	78
Quadro 5: Quadros de Objetivos da SPG (A.2.2.2).....	82
Quadro 6: Quadros de Objetivos da SGM (A.2.2.2).....	91
Quadro 7: Quadros de Objetivos da SEE (A.2.2.2).....	96
Quadro 8: Quadros de Ações da SPE (A.2.2.3.1).....	110
Quadro 9: Quadros de Ações da SPG (A.2.2.3.1).....	113
Quadro 10: Quadros de Ações da SGM (A.2.2.3.1).....	113
Quadro 11: Quadros de Ações da SEE (A.2.2.3.1).....	117
Quadro 12: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SPE (A.3.2).....	124
Quadro 13: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SPG (A.3.2).....	126
Quadro 14: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SGM (A.3.2).....	128
Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SEE (A.3.2).....	130
Quadro 16: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SE (A.3.2).....	132
Quadro 17: Programação de Despesas (A.4.1.1).....	133
Quadro 18: Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (A.4.1.2.1).....	134
Quadro 19: Realização da Despesa (A.4.1.3).....	136
Quadro 20: Despesas por Modalidade de Contratação – Total (A.4.1.3.1).....	137
Quadro 21: Despesas por Modalidade de Contratação – Valores Executados Diretamente pela UJ (A.4.1.3.2).....	138
Quadro 22: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Valores Executados Diretamente pela UJ (A.4.1.3.4).....	138
Quadro 23: Despesas por Modalidade De Contratação - Créditos de Movimentação (A.4.1.3.5).....	140
Quadro 24: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores da SPE (A.4.3).....	140
Quadro 25: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores da SPG (A.4.3).....	141
Quadro 26: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores da SEE (A.4.3).....	141
Quadro 27: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores da SGM (A.4.3).....	142
Quadro 28: Restos a Pagar da Diretoria de Programas (A.4.3).....	143
Quadro 29: Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício – por UJ (A.4.4.1).....	144
Quadro 30: Instrumentos Celebrados nos Três Últimos Exercícios – por UJ (A.4.4.2).....	145
Quadro 31: Transferências Concedidas pela UJ (A.4.4.3).....	147
Quadro 32: Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse por UJ (A.4.4.4).....	149
Quadro 33: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício por UJ (A.9.1.1).....	169
Quadro 34: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício por UJ (A.9.1.2).....	175
Quadro 35: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – Por UJ (A.9.2.1).....	179
Quadro 36: Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício - Por UJ (A.9.2.2).....	181
Quadro 37: Declaração de dados no SIASG e SICONV por UJ (A.9.6).....	184

## **LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS**

AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica  
AEAR-Assessoria Especial de Assuntos Regulatórios  
AEAPE Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes  
AEGSA Assessoria Especial em Gestão Socioambiental  
AERI Assessoria Especial de Relações Internacionais  
AID - Associação de Desenvolvimento Internacional  
ANA - Agência Nacional de Águas  
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis  
APM - Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.  
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CAP - Country Assessment Paper  
CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica  
CGU - Controladoria-Geral da União  
CGP - Comitê Gestor De Projeto  
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.  
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública  
COFIEEX - Comissão de Financiamento Externo  
CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais  
CTI - Cooperação Técnica Internacional  
DMSE - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico  
DN - Decisão Normativa  
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral  
DOU - Diário Oficial da União  
DPL - Development Policies Loan  
EIA -. Estudo de Impacto Ambiental  
EPE Empresa de Pesquisa Energética  
ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético  
FM - Financial Management  
FPSO - Floating Production Storage and Offloading (Plataforma Flutuante de Produção e Estocagem)  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
GM - Gabinete do Ministro  
GPAC - Grupos do PAC  
GTEC/COFIEEX - Grupo Técnico Executivo do COFIEEX  
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA - Lei de Orçamento Anual  
LpT - Programa Luz para Todos  
MEC – Ministério da Educação  
META Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project  
MMA - Ministério do Meio Ambiente  
MME - Ministério de Minas e Energia  
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura  
MPT Ministério Público do Trabalho  
MRE - Ministério das Relações Exteriores  
AEGSA - Assessoria Especial em Gestão Socioambiental do MME  
OGM - Orçamento de Gasto Maior ou Menor  
NOS - Operador Nacional do Sistema Elétrico  
OSPF - Órgãos Setoriais de Programação Financeira  
PAD - Project Appaiser Project 4

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PCT - Projeto de Cooperação Técnica  
PGFN Procuradoria Geral da Fazenda nacional  
PNUD/BRA 01-39 - Projeto de Apoio à Reestruturação do Setor Energético  
PNUD/BRA 99-011 - Projeto de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil  
POA - Plano Operativo Anual  
PPA - Plano Plurianual  
SBQC - Seleção Baseada na Qualidade Custo  
SE - Secretaria-Executiva  
SEAIN/MP - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas  
SECEX - Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União  
SECEX/DP Secretaria Executiva/Diretoria de Programa  
SEE - Secretaria de Energia Elétrica  
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno  
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno.  
SFD - Sistemas Fotovoltaicos Domiciliares  
SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral  
SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SICONV Sistema de Convênios do Governo Federal  
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal  
SISG - Sistema de Serviços Gerais  
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática  
SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético  
SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis  
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.  
TAC - Termo de Ajuste de Conduta  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TTL - Task Team Leader  
UGP - Unidade Gestora de Programas  
UHE - Usina Hidrelétrica  
UTE - Usina Termelétrica  
UTN - Usina Termonuclear  
VGP - Unidade Gestora de Programas.

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por finalidade relatar a gestão do Ministério de Minas e Energia – MME, no exercício de 2013, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

São apresentados, de maneira consolidada, dados e análises relativas aos resultados alcançados em seus principais Programas, Objetivos, Ações e Atividades, gestão orçamentária e financeira institucionais. São apresentadas, principalmente, as responsabilidades e competências deste Ministério, seus objetivos estratégicos, seus Macroprocessos, Planos de metas e a execução física das ações realizadas.

Foi elaborado em cumprimento às disposições da Decisão Normativa nº 63, de 01 de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, da Decisão Normativa nº 127, de 15 de maio de 2013, da Portaria nº 133, de 18 de janeiro de 2013 da Controladoria Geral da União – CGU, que orientam e tratam dos procedimentos de apresentação dos Relatórios de Gestão e dos Processos Anuais de Contas, e segue a estrutura determinada pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, que divulga os quadros para elaboração dos conteúdos gerais.

A Assessoria Especial de Gestão Estratégica/Secretaria-Executiva, por meio deste Relatório de Gestão, consolida as informações sobre a gestão das seguintes Unidades: Gabinete do Ministro; Assessoria Especial de Gestão Estratégica; Assessoria Especial de Apoio ao Ministro; Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégicas e Desempenhos Setoriais; Diretoria de Programas, Assessoria Especial em Gestão Socioambiental; Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes; Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios; Secretaria-Executiva; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Secretaria de Energia Elétrica; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético; e a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.

Seguindo a sugestão do TCU, de dar liberdade à Unidade Consolidadora de escolher a forma mais eficiente para apresentação das informações solicitadas, apresenta-se o seguinte:

**Observações:** Em síntese, a Decisão Normativa TCU nº 127/2013 recomenda a estruturação do Relatório de Gestão com a seguinte sequência: Macroprocessos Finalísticos (item 1.4); Macroprocessos de Apoio (item 1.5); Principais Parceiros (item 1.6); e Planejamento da Unidade com Resultados Alcançados (item 2).

Essa sequência, porém, em razão da estrutura de trabalho do MME, o qual ainda não possui um Planejamento Estratégico Institucionalizado, foi ligeiramente alterada colocando-se a descrição dos Macroprocessos Finalísticos em conjunto com os textos de Planejamento e Resultados do MME, devido ao alto grau de semelhança entre esses assuntos.

É importante notar que os conteúdos exigidos foram todos apresentados.

As informações referentes aos itens de competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, pertencente à estrutura desta Secretaria-Executiva, relacionadas abaixo, serão apresentadas por aquela UJ em seu Relatório de Gestão Individual, conforme estabelecido no Anexo I da DN TCU nº 127/2013.

Os itens da Parte A da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, detalhados na Portaria TCU nº 175/2013, **que não se aplicam** à Secretaria-Executiva (exclui-se aqui a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, em razão da exigência do TCU na apresentação do Relatório da SPOA de forma independente) são os seguintes:

Itens 2.2.3.2, 2.2.3.3, 2.2.3.4 – Ações de Subtítulos, Ações Não Previstas na LOA e Ações de Orçamento de Investimento: por não existirem no caso do MME;

Item 2.3 – Informações sobre outros resultados da gestão: Não foi relatado por não existirem;

Item 3.1 – Estrutura de Governança. O MME não possui uma estrutura de governança com unidades de auditoria, comitês de avaliações, etc;

Itens 3.4 e 3.5 – Sistema de Correição (Sistema CGU-PAD) e Cumprimento pela Instância de Correição Port. Nº 1043/2007 da CGU. Essas informações são de responsabilidade da SPOA/MME e serão fornecidas por aquela UJ em seu Relatório de Gestão Individualizado;

Quadro A.4.1.2.2 (Item 4.1.2) – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa: Não se aplica, pois as Unidades Gestoras da UJ SE não efetuam e nem recebem créditos por movimentação externa, tendo em vista que se trata de atribuição da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (UG 320002), como órgão setorial do sistema de orçamento federal;

Quadros A.4.1.3.5 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação e A.4.1.3.6 – Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (do item 4.1.3 – Realização da Despesa): Não se aplicam;

Item 4.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos ou Recursos. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Item 4.5 - Suprimentos de Fundos, Contas bancárias tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal: essas informações serão prestadas pela SPOA;

Itens 4.6 – Renúncias sob a Gestão da UJ: não se aplica.

Itens 5.1 e 5.2 – Estrutura de pessoal da unidade, Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários: essas informações serão prestadas pela SPOA;

Item 6 – Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Item 7 – Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Item 8 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Item 9.3 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria: essa informação não se aplica ao MME.

Item 9.4 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8730/1993: essa informação será apresentada pela SPOA;

Item 9.5- Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário: essas informações serão prestadas pela SPOA; e

Itens 11.1 e 11.2 das Informações Contábeis. Essas informações serão prestadas pela SPOA;

Os itens da Parte A da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, detalhadas na Portaria nº 175/2013, **que não constam** do Conteúdo Geral do Relatório de Gestão relacionado ao Ministério de Minas e Energia (Quadro A1 da DN TCU nº 127/2013) são os seguintes:

Item 3.3 – Remuneração Paga a Administradores;

Item 4.7 – Gestão de Precatórios;

Item 6.3 – Imóveis locados de terceiros; e

Itens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 das Informações Contábeis.



É importante destacar que além dos itens da Parte A, este Relatório responde, também, aos itens 15, 18 e 28 da Parte B da DN TCU nº 127/2013.

## 1.1 IDENTIFICAÇÃO

**Quadro 1: Identificação – Relatório de Gestão Consolidado (A.1.1.2)**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério de Minas e Energia			<b>Código SIORG:</b> 02852
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria-Executiva			
<b>Denominação Abreviada:</b> SE			
<b>Código SIORG:</b> 03245	<b>Código LOA:</b> 32101	<b>Código SIAFI:</b> 320011	
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público		<b>CNPJ:</b> 37.115.383/0001-53	
<b>Principal Atividade:</b> Administração pública em geral			<b>Código CNAE:</b> 8411-6
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061)2032-5211		
<b>Endereço Eletrônico:</b> secex@mme.gov.br			
<a href="http://www.mme.gov.br/se">http://www.mme.gov.br/se</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal.			
<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas</b>			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
SEE	37.115.383/0001-53	320011	2852
SPE	37.115.383/0001-53	320010	1917
SGM	37.115.383/0001-53	320012	80058
SPG	37.115.383/0001-53	320017	80045
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<b>A Lei nº 10.683/2003 institui que o Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:</b>			
I – geologia, recursos minerais e energéticos;			
II – aproveitamento da energia hidráulica;			
III – mineração e metalurgia; e			
IV – petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, publicado no D.O.U. de 13 de setembro de 2012, que aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas e as Competências das Secretarias do MME.			
Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, publicado no D.O.U. de 11 de abril de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia, e da outras providências.			
O Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, de 13 de setembro de 2012, revogou o Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, e instituiu as competências regimentais da SGM.			

Portaria nº 144, de 23 de junho de 2006, que aprova os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Assessoria Econômica, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Secretaria de Energia Elétrica, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME.

Portaria nº 89, de 27 de fevereiro de 2014, que aprova, os Regimentos Internos do Gabinete do Ministro, da Secretaria-Executiva, da Consultoria Jurídica, da Assessoria Econômica, da Assessoria Especial de Relações Internacionais, da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro, da Assessoria Especial de Acompanhamento de Políticas, Estratégias e Desempenho Setoriais, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Secretaria de Energia Elétrica, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do MME.

A Portaria nº 89, de 27 de fevereiro de 2014, revoga a Portaria nº 144, de 23 de junho de 2006.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

Verificar os produtos dos Macroprocessos no item 1.4

**Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas**

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
320015	SE/BIRD/MME
320060	Projeto META/SE

## 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

O Ministério de Minas e Energia - MME, como órgão setorial da União, tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social do País, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, na implementação e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, que é importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de empregos e de novos investimentos produtivos.

As ações do MME buscam-se integradas com as de outros ministérios, a exemplo dos que atuam nas áreas de transporte, agricultura, indústria e comércio, integração nacional, ciência e tecnologia, além de meio ambiente. Neste sentido espera-se produzir uma ação pública organizada e coordenada com o poder público e com os desejos da sociedade.

É importante mencionar também que o MME interage com diversas entidades setoriais, tais como a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

As principais políticas públicas a cargo do MME apresentam-se como principais Objetivos gerais de Governo. São elas:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional; e
- d) Fortalecer a soberania do país no espaço internacional e a integração sul-americana.

Na formulação das Políticas e Diretrizes de Energia, o assessoramento ao Presidente da República é feito pelo Conselho Nacional de Política Energética.

### **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**

Criado pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia. O Presidente do Conselho é o Ministro de Minas e Energia. O Secretário Executivo do MME, juntamente com o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, vinculada ao MME, também participam desse Conselho.

As políticas e diretrizes de energia formuladas são destinadas a:

*I – promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com o disposto na legislação aplicável;*

*II – assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios, observado o disposto no parágrafo único do artigo 73 da Lei n.º 9.478, de 1997;*

*III – rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;*

*IV – estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, de outras biomassas, do carvão e da energia termonuclear;*

*V – estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seu derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o artigo 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.*

A composição desse Conselho está definida no Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.

Sendo um órgão de representação interministerial das unidades federadas e da sociedade civil, existe, no âmbito do CNPE, uma harmonização das políticas públicas e das diretrizes para o setor energético, bem como o comprometimento destas com o desenvolvimento sustentável.

### **Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE**

Como instrumento de acompanhamento e avaliação permanente, à continuidade e à segurança do suprimento eletroenergético em todo território nacional, o Ministro de Minas e Energia preside o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

O CMSE foi criado pela Lei nº 10.848 de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. O Comitê realiza reuniões com periodicidade mensal e, quando necessário, reuniões extraordinárias, contando com quatro representantes do MME e os titulares da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da Empresa de Pesquisas Energética – EPE e do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Suas principais atribuições regimentais são:

*I – acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados;*

*II – avaliar as condições de abastecimento e de atendimento, relativamente às atividades referidas no inciso I deste artigo, em horizontes pré-determinados;*

*III – realizar periodicamente análise integrada de segurança de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica, de gás natural e petróleo e seus derivados;*

*IV – identificar dificuldades e obstáculos de caráter técnico, ambiental, comercial, institucional e outros que afetem, ou possam afetar, a regularidade e a segurança de abastecimento e atendimento à expansão dos setores de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados; e*

*V – elaborar propostas de ajustes, soluções e recomendações de ações preventivas ou saneadoras de situações observadas em decorrência da atividade indicada no inciso IV, visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as, quando for o caso, ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.*

Na área de mineração, geologia e recursos minerais a Secretaria de Geologia e Transformação Mineral – SGM é o órgão do Ministério de Minas e Energia – MME responsável pela gestão da Política Mineral, juntamente com suas entidades vinculadas, o Departamento de Produção Mineral – DNPM, autarquia reguladora da atividade minerária e a Companhia de Produção de Recursos Minerais – CPRM, o Serviço Geológico do Brasil, responsável pelas atividades de conhecimento geológico.

A vinculação da Empresa Pública CPRM e da Autarquia Federal DNPM ao MME, foram estabelecidas pelo Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012. São entidades de geração de conhecimento e de gestão do patrimônio mineral brasileiro, respectivamente. O Decreto aborda o controle finalístico ao qual se submetem estas entidades ao MME sem interferir na autonomia administrativa de suas vinculadas. Compete à SGM, em conjunto à CPRM, a formulação e implementação de políticas públicas de geração de conhecimento geológico do território brasileiro, inclusive em áreas imersas, o que significa contribuir para o ordenamento territorial, minimização dos efeitos de desastres naturais, aumento na oferta de áreas potenciais para a exploração mineral e consequente ampliação da produção minerária brasileira.

A Secretaria atua conjuntamente ao DNPM com políticas para a promoção de atividades de gestão do patrimônio mineral brasileiro e fomento ao setor, possibilitando a maximização da produção de forma sustentável, a formalização da atividade minerária, bem como sua consolidação como um dos principais setores para a economia e desenvolvimento do País.

A Secretaria, em sua função de planejamento, acompanha as tendências setoriais econômicas, sociais e ambientais ligadas à atividade produtiva. Para isso propõe, quando necessário, revisões e atualizações de ações, para a completa consecução dos objetivos estipulados pelas políticas de governo.

Para cumprir suas competências institucionais, além da Secretaria-Executiva, o MME está estruturado com 04 Secretarias Finalísticas, quais sejam:

Secretaria de Energia Elétrica – SEE

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE

Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG

Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM

### **Secretaria-Executiva do MME**

Compete à Secretaria-Executiva, resumidamente, assistir o Sr. Ministro na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas; supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias Finalísticas; supervisionar e consolidar a elaboração do Orçamento de Investimentos e do Programa de Dispendios Globais das Empresas Estatais; prestar assistência ao Conselho Nacional de Política Energética e articular e integrar as ações de meio ambiente, relacionadas com os empreendimentos da área de competência do MME. As atividades próprias da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, não estão colocadas neste Relatório em razão da SPOA ter que apresentar seu Relatório de Gestão de forma independente.

### 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

LEGENDA:  
 — SUBORDINAÇÃO  
 - - - - - VINCULAÇÃO

DECRETO Nº 7.798, DE 12/9/2012.  
 DECRETO Nº 8.063, DE 14/8/2013.

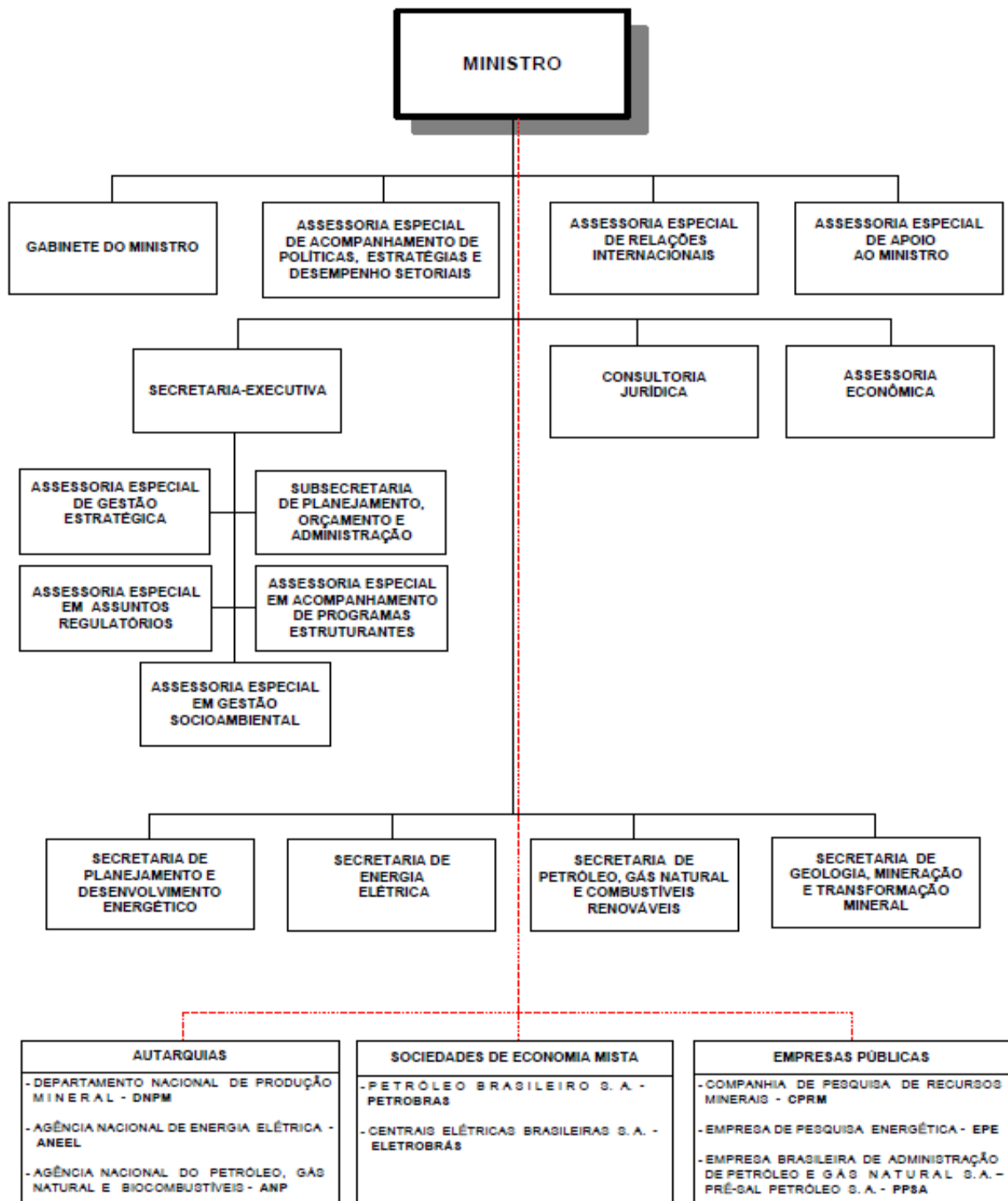


Figura 1: Organograma Funcional do MME

## **1.4 e 2.1      MACROPROCESSOS                      FINALÍSTICOS                      E PLANEJAMENTO DA UNIDADE**

### **Macroprocessos Finalísticos, Objetivos, Metas e Resultados**

Conforme a Portaria TCU nº 175/2013, os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente. Nesse contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização, estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos e recebem apoio de outros processos internos, gerando produto/serviço para o cliente interno ou externo.

A Portaria TCU 175/2013, solicita que as Unidades descrevam sucintamente como seus macroprocessos foram conduzidos. Dessa afirmação, depreende-se que é necessário apresentar as metas e resultados dos referidos objetivos vinculados aos macroprocessos.

Diante disso, para o MME, foram identificados 08 (oito) Macroprocessos Finalísticos relacionados com os temas energia e mineração, seguintes:

Tema: Energia

- A. Gestão da Política Energética**
- B. Planejamento Energético**
- C. Monitoramento do Setor Energético**
- D. Fomento e Pesquisa para Produção Eficiente de Energia**

Tema: Mineração

- E. Gestão da Política Mineral**
- F. Planejamento Mineral**
- G. Monitoramento do Setor Mineral**
- H. Fomento e Pesquisa para a Produção Mineral Eficiente**

A esses Macroprocessos estão vinculados os Objetivos Estratégicos, definidos pelo PPA e relacionados com as competências institucionais do MME (vinculação exigida pela DN TCU nº 127/2013 e detalhada pela Portaria nº 175/2013). Esses Objetivos expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos os Órgãos Responsáveis e suas Metas. A seguir são descritos, sucintamente, como esses macroprocessos foram conduzidos no exercício de 2013.

## A. MACROPROCESSO GESTÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA

Consiste em, a partir do planejamento energético e da conjuntura elaborar, estabelecer e apresentar temas e agendas para a política energética nacional buscando a segurança energética, a modicidade tarifária, a universalização do atendimento, a integração energética sul-americana e o desenvolvimento econômico sustentável do país. A gestão da política energética deve orientar-se ainda pela construção perene da governabilidade dessa política energética, buscando criar um ambiente institucional sólido, por meio da interação com as agências reguladoras, as entidades públicas vinculadas, as concessionárias públicas e privadas e demais entidades da sociedade civil dos setores energéticos.

---

### A.1. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG MACROPROCESSO GESTÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA

---

#### Objetivos

- 1) Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.**

#### Metas / Resultados

- I. Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m<sup>3</sup>.
  - Realizado: 583,2 mil m<sup>3</sup>
  - Data Ref.: 31/12/2013
- II. Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km.
  - Realizado: 596,5 km
  - Data Ref.: 31/12/2013
- III. Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb).
  - Realizado: 664.840 tpb
  - Data Ref.: 31/12/2013

- 2) Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.**

#### Metas / Resultados

- I. Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) Vigente.
  - Etano combustível:
    - Realizado: 27,3 bilhões de litros para projeção de demanda de 27,3 bilhões de litros
  - Biodiesel:
    - Realizado: 2.930 milhões de litros para projeção de demanda de 2.873 milhões de litros.
    - Data Ref.: 31/12/2013



**3) Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.**

Metas / Resultados

- I. Agregar valor ao gás natural
    - Encontram-se em andamento os projetos do Terminal de Regaseificação da BAHIA – TRBa; das Unidades de Fertilizantes Nitrogenados UFN III, UFN IV e UFN V; e da Unidade de Produção de Sulfato de Amônio na Fábrica de Fertilizantes / FAFEN–SE, todos em estágio adequado, e quando concluídos, contribuirão para o alcance da meta de agregação de valor ao gás natural.
    - Data Ref.: 31/12/2013
  - II. Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação.
    - Realizado: 77,2 milhões de m<sup>3</sup>/dia médio.
    - Data Ref.: 31/12/2013
  - III. Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados.
    - Realizado: 2,02 milhões de bpd
    - Data Ref.: 31/12/2013
- 4) Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.**

Metas / Resultados

- I. Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha
    - Realizado: 1
    - Data Ref.: 31/12/2013
  - II. Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais
    - Realizado: 2
    - Data Ref.: 31/12/2013
  - III. Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial
    - Realizado: 2
    - Data Ref.: 31/12/2013
- 5) Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.**

Metas / Resultados

- I. Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção
  - De acordo com a Resolução CNPE n° 5/2013, de 24/06/2013, no Contrato de Partilha, o conteúdo local mínimo obedecerá aos seguintes critérios:

- ✓ 37% (global) para a Fase de Exploração;
- ✓ 15% para o Teste de Longa Duração – TLD, quando esta atividade fizer parte da Fase de Exploração;
- ✓ 55% (global) para os módulos da Etapa de Desenvolvimento que iniciarem a produção até 2021; e
- ✓ 59% (global) para os módulos da Etapa de Desenvolvimento que iniciarem a produção a partir de 2022

II. Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço

- De acordo com o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, foi definida na Resolução CNPE nº 1/2013, de 7/2/2013, emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o estabelecimento de política e medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

## **6) Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.**

### Metas / Resultados

I. Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país

- Em 2013, houve alteração nas regras de aplicação dos recursos oriundos de participações governamentais (royalties e participações especiais). O Congresso Nacional aprovou o PL 323-H/2007, convertido na Lei 12.858/2013, que estabeleceu novas regras para aplicação dos recursos do pré-sal, prioritariamente em educação e saúde.

## **7) Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética**

### Metas / Resultados

I. Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE vigente

- Etanol Combustível
  - Realizado: 27,8 bilhões de litros
- Biodiesel
  - Realizado: 2.930 milhões de litros.
- Data de Referência: 31/12/2013

## **Análise de Risco**

A falta ou a inadequação de um sistema de Gestão da Política Energética poderia implicar nos seguintes eventos:

- para o gás natural no estrangulamento da infraestrutura de transporte, restrições à expansão da malha nacional, comprometimento da modicidade tarifária, descrédito do setor perante os agentes com consequências negativas para a atração de novos investimentos privados no setor;

- falta de interação entre os diversos entes vinculados ao setor, como as agências reguladoras, as concessionárias e outros;
- desperdício de recursos destinados ao fomento da cadeia de valor do setor de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- desabastecimento do mercado de combustíveis devido ao descontrole na gestão de uma política energética eficiente e eficaz;
- falta de investimento para modernização, ampliação ou manutenção da infraestrutura do setor no país;
- em uma política tributária inadequada na comercialização de derivados de petróleo; e
- falta de diretrizes governamentais na definição da matriz energética nacional.

## **Principais Produtos**

### Portaria com diretrizes para a Primeira Rodada de Partilha de Produção.

A Portaria MME nº 218, de 20 de junho de 2013, estabeleceu as diretrizes para que a ANP realizasse a Primeira Rodada de Licitação sob o regime de partilha de produção na área do Pré-sal, na oferta da estrutura denominada prospecto de Libra, localizado na Bacia Sedimentar de Santos, nos termos da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, cujo contrato será celebrado pelo MME, conforme disposto no art. 8º dessa Lei.

### Resoluções do CNPE com autorização de licitações para contratação de blocos exploratórios para petróleo e gás natural.

- Resolução CNPE nº 01, de 07.02.2013: Estabeleceu política e medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.
- Resolução CNPE nº 02, de 18.12.2012: Autorizou a realização da 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, a qual foi conduzida pela ANP em 14 de maio de 2013.
- Resolução CNPE nº 04, de 22.05.2013: Autorizou a realização da 1ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do Pré-sal. Essa 1ª Rodada foi realizada na cidade do Rio de Janeiro em 21 de outubro de 2013.
- Resolução CNPE nº 05, de 25.06.2013: Aprovou os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção para a Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.
- Resolução CNPE nº 06, de 25.06.2013: Autorizou a realização da 12ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, a qual foi conduzida pela ANP em 28 de novembro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro.
- Resolução CNPE nº 07, de 09.07.2013: Estabeleceu diretriz para os contratos da Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.

## Portarias de Enquadramento de projeto de infraestrutura no Regime Especial de Incentivo à Infraestrutura (REIDI)

A adesão ao REIDI, estabelecida por meio da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, suspende a exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS nas aquisições e importações de bens e serviços vinculadas ao projeto de Infraestrutura aprovado, realizadas no período de cinco anos contados da data da habilitação de pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Os requisitos e procedimentos para aprovação dos projetos de investimento em infraestrutura de produção ou de processamento de gás natural, no REIDI, são definidos por meio da Portaria MME nº 406, de 20 de outubro de 2009.

Nos anos de 2012 e 2013, foram publicadas 05 portarias de enquadramento de projetos ao REIDI, na área de infraestrutura de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis, sob a égide da Portaria MME nº 406, de 20 de outubro de 2009, assim discriminadas:

- ✓ Portaria MME nº 389, de 31 de outubro de 2013 - Projeto do Sistema Logístico de Etanol e Derivados de Petróleo;
- ✓ Portaria MME nº 19, de 24 de janeiro de 2013 – Ampliação de Capacidade do Polo de Processamento de Gás Natural de Cabiúnas (TECAB);
- ✓ Portaria MME nº 501, de 11 de setembro de 2012 - Gasoduto Sul Norte Capixaba;
- ✓ Portaria MME nº 460, de 8 de agosto de 2012 - Gasoduto e Oleoduto de Exportação da Plataforma P-55;
- ✓ Portaria MME nº 261, de 27 de abril de 2012 - Gasoduto de Exportação da P-62; e
- ✓ Portarias de Aprovação de Projetos como Prioritários.

Os projetos de investimento na área de infraestrutura de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis, aprovados como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, fazem jus à incentivo fiscal para captação de recursos financeiros com vista a sua implementação.

Esse benefício reduz as alíquotas de imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País decorrentes de aplicações em debêntures emitidas pelas empresas titulares dos projetos prioritários.

Os procedimentos e condições para aprovação como prioritários dos projetos de investimento na área de infraestrutura de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis, foram definidos por meio das Portarias MME nº 206, de 12 de junho de 2013, e nº 390, de 31 de outubro de 2013.

No ano de 2013, foi publicada 01 portaria aprovando projeto na área de infraestrutura de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis como prioritário:

- ✓ Portaria MME Nº 248, de 27 de julho de 2013 - aprova como prioritário o Projeto de Expansão e Suporte à Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural na Área de Concessão da Comgás, de titularidade da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS.

### Portarias de autorização para importação de gás natural.

Segundo o art. 36 da Lei no 11.909, de 4 de março de 2009, e o art. 53 do Decreto no 7.382, de 2 de dezembro de 2010, compete ao Ministério de Minas e Energia expedir os atos autorizativos para importação e exportação de gás natural.

Os procedimentos gerais para a obtenção de autorização com vistas ao exercício da atividade de importação de gás natural, inclusive na forma liquefeita, foram estabelecidos pela Portaria nº 232, de 13 de abril de 2012.

Nos anos de 2012 e 2013, foram publicadas 07 portarias aprovando importações de gás natural:

- ✓ Portaria MME nº 213, de 11 de abril de 2012 – Autoriza a Petrobras a importar gás natural da Bolívia por meio do Gasoduto Lateral-Cuiabá;
- ✓ Portaria MME nº 447, de 1 de agosto de 2012 - Autoriza a Petrobras a importar gás natural da Bolívia por meio do Gasoduto Bolívia-Brasil – GASBOL;
- ✓ Portaria nº 1, de 3 de janeiro 2013 Autoriza a Distribuidora Estadual Sulgás a importar gás natural da Argentina por meio Gasoduto Uruguaiana – Porto Alegre;
- ✓ Portaria MME nº 30, de 30 de janeiro 2013 – Autoriza a Petrobras a importar Gás Natural Liquefeito - GNL através dos Terminais de Regaseificação da Baía de Guanabara/RJ e de Pecém/CE;
- ✓ Portaria MME nº 78, de 4 de março de 2013 – Autoriza a Distribuidora Estadual MTGás a importar gás natural da Bolívia por meio do Gasoduto Lateral-Cuiabá;
- ✓ Portaria MME nº 345, de 8 de outubro 2013 – Autoriza a Petrobras a importar Gás Natural Liquefeito - GNL através do Terminal de Regaseificação da Baía de Todos os Santos/BA; e
- ✓ Portaria MME nº 346, de 8 outubro 2013 – Autoriza a empresa Tradener a importar gás natural da Bolívia por meio do Gasoduto Bolívia-Brasil – GASBOL.

### Portarias de Leilões Públicos destinados à contratação do biodiesel.

Os Leilões Públicos destinados à contratação do biodiesel foram definidos pela Portaria ° 476, de 15 de agosto de 2012, de acordo com a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, as Resoluções nº 5, de 3 de outubro de 2007, e nº 6, de 16 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

### Relatório sobre a necessidade de Reserva Estratégica e Estoques de Operação, para embasar decisão do CNPE

Em outubro de 2013, o Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu pela necessidade de elaborar estudos acerca de “Reserva Estratégica” e “Estoques de Operação” compreendidos no Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (SINEC), conforme estabelece a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e o Decreto nº 238, de 24 de outubro de 1991. Assim, foi criado um grupo de trabalho, formado por representantes do MME, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com o objetivo de fornecer subsídios para as decisões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) no que concerne ao cumprimento de sua obrigação legal de assegurar o adequado funcionamento do SINEC e de encaminhar ao Congresso Nacional, dentro de cada exercício financeiro, o Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis para o exercício seguinte.

## Decretos de declaração de utilidade pública - DUP, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa de passagem

No ano de 2013, foram publicados dois decretos de declaração de utilidade pública - DUP: (a) o Decreto de 21 de maio de 2013, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou de instituição de servidão administrativa de passagem, em favor da PETROBRÁS, os imóveis que menciona, situados no Estado do Rio de Janeiro, necessários à construção de Oleodutos do Comperj; e (b) o Decreto de 2 de setembro de 2013, de mesma natureza que o citado anteriormente, para imóveis situados nos Municípios de Itaboraí e Maricá, Estado do Rio de Janeiro, necessários à construção do Emissário Submarino de Efluentes Industriais do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj.

### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12/9/2012)**

- assistir tecnicamente o CNPE em assuntos dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- interagir com as agências reguladoras, as entidades públicas vinculadas, as concessionárias públicas e privadas e demais entidades dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, orientando-as quanto às políticas aprovadas;
- facilitar a interação entre o setor produtivo e os órgãos de meio ambiente;
- funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos do setor;
- promover, acompanhar e supervisionar a adequada utilização dos recursos destinados ao fomento da utilização dos combustíveis, sejam derivados do petróleo ou de fontes renováveis;
- promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas, para garantir o abastecimento satisfatório e atendimento adequado aos consumidores;
- coordenar e promover programas de incentivos e ações, para atrair investimentos e negócios para os setores nacionais de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- propor políticas públicas voltadas para a atrair investimentos e incrementar a participação da indústria nacional de bens e serviços nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- articular-se com a ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais;
- interagir com os órgãos responsáveis pela política tributária de maneira contribuir para a racionalidade de sua aplicação na comercialização de derivados de petróleo;
- propor diretrizes na busca pela autossuficiência de petróleo, e para o nível e tipo de dependência externa no atendimento da demanda do País;
- propor metas para a ANP, quanto às reservas brasileiras e à relação entre reserva e produção;
- propor diretrizes para ampliar a participação do gás natural na matriz energética nacional;
- interagir com os fiscos estaduais e federal, com vistas a assegurar a racionalidade tributária sobre o gás natural;
- propor critérios para a concessão de subsídios ao transporte de gás natural, para assegurar sua adequada utilização;
- propor critérios para a utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE;
- interagir com a ANP, na busca de mercado de derivados de petróleo efetivamente competitivo, aberto e benéfico para o consumidor;
- interagir com a ANP, propondo medidas que ampliem a infraestrutura logística, em âmbito nacional; e
- propor mecanismos para estabilizar os preços dos derivados de petróleo no País.

## **Objetivos**

### **1. Universalizar o acesso à energia elétrica**

Este objetivo visa a criação de políticas de atendimento por energia elétrica e o monitoramento os resultados para permitir que toda a população brasileira tenha acesso a esse serviço público. Isto inclui a elaboração de legislação específica e a execução do Programa Luz para Todos, que leva o atendimento à população rural, cuja meta é executar 716 mil ligações no período de 2011 a 2014. Desse total, 64% já foram realizados até dezembro de 2013. Desde o início do Programa, em novembro de 2003, 3.109.842 atendimentos foram realizados. Refere-se também ao monitoramento do índice de atendimento por energia elétrica, divulgado pela ANEEL. Quanto ao prazo de universalização, este foi definido pela ANEEL para cada área de concessão, não sendo superior ao ano de 2018.

### **Análise de Risco**

O não atendimento a este objetivo pode comprometer os prazos de universalização do acesso à energia elétrica.

### **2. Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional**

O monitoramento das ações de comercialização de energia e da política tarifária engloba o acompanhamento dos processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais, acompanhamento e avaliação das tarifas dos serviços de energia elétrica, participação da formulação de políticas que assegurem o acesso ao uso da energia para consumidores baixa renda, estudos para definição de tarifas diferenciadas para classes especiais de consumo, dentre outros.

O produto destas ações é a quantidade de energia comercializada nos leilões de compra e venda de energia, medida em GWh. O MME atua na preparação dos leilões, recebendo e compilando as informações de necessidade de compra das concessionárias de distribuição.

A atuação do MME contribui para garantir acesso pelas distribuidoras à energia necessária ao atendimento de seus mercados.

Com relação à meta de avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de energia elétrica, as alterações tarifárias não ocorrem mensalmente, o que impossibilita a elaboração das informações nessa periodicidade. Essa meta será alterada no próximo plano plurianual.

No tocante a 2013, o MME planejou a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações e subsidiar decisões do Ministério em periodicidade compatível com o processamento dos reajustes/revisões tarifárias. No primeiro quadrimestre foi emitida a terceira edição de 2012, com a consolidação das informações do ano. No segundo quadrimestre foi emitida a edição referente ao primeiro quadrimestre de 2013. No terceiro quadrimestre foi emitida a edição referente ao segundo quadrimestre do ano. Portanto, considerando a adequação da periodicidade das atividades, atingiu-se 100% dessa meta.

## **Análise de Risco**

Os riscos de não atendimento desse objetivo são a não contratação adequada por essas empresas, prejudicando a disponibilidade de energia aos consumidores finais a preços módicos, a sinalização incorreta para expansão do parque de geração e o descompasso da evolução das tarifas com o modelo setorial e o conceito de modicidade tarifária.

## **Principais Produtos**

### Informativo Tarifário:

Apresenta a compilação das tarifas vigentes das concessionárias e permissionárias de distribuição, evolução das tarifas médias, resultados dos processos de Reajuste e Revisão tarifária, comparativo de tarifas internacionais, indicadores econômicos utilizados nos processos tarifários, atualização dos preços dos contratos de compra e venda de energia, informações sobre os tributos incidentes sobre as faturas de energia elétrica, informações sobre os encargos setoriais, dentre outras.

### Acompanhamento do 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas:

Apresenta o detalhamento dos resultados dos processos de Revisão Tarifária no 3º Ciclo (2011-2014), com a estratificação dos percentuais por nível de tensão. Esse produto é atualizado trimestralmente e publicado no Portal de Gestão do MME.

### Relatório de acompanhamento dos preços dos contratos de suprimentos dos leilões de energia elétrica:

Apresenta, em Reais e em Dólares, a atualização dos preços dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado negociados em leilões desde 2004 e dos Custos Variáveis Unitários das Usinas Termelétricas. Esse produto também apresenta os montantes negociados nos leilões de compra e venda de energia. A periodicidade desse produto é mensal.

### Sistema de informações para acompanhamento dos atendimentos por energia elétrica aos domicílios rurais ainda sem acesso a este serviço público:

São dados relativos ao atendimento à população rural, pelo Programa Luz para Todos, de acordo com o Decreto nº 7.520/2011, com o objetivo de monitorar o cumprimento da meta estabelecida.

## **Competências Vinculadas (Decreto Nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos, nos termos dos acordos internacionais firmados;
- participar na formulação de política tarifária e no acompanhamento da sua implementação, tendo como referências a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais;
- coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no território nacional e nas relações com os países vizinhos;
- gerenciar programas e projetos institucionais relacionados ao setor de energia elétrica, promovendo a integração setorial no âmbito governamental;



- participar na formulação da política de uso múltiplo de recursos hídricos e de meio ambiente, por meio de acompanhamento de sua implementação e garantia da expansão da oferta de energia elétrica de forma sustentável;
- articular os agentes setoriais e os órgãos de meio ambiente e de recursos hídricos, para viabilizar a expansão e funcionamento dos sistemas elétricos; e
- funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.

---

### **A.3. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE MACROPROCESSO GESTÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA**

---

#### **Objetivos**

Não existem objetivos definidos no PPA no âmbito da Gestão da Política Energética que sejam de responsabilidade da SPE.

#### **Riscos**

- Incapacidade de formulação de agendas e temas da política energética.
- Inconsistência entre agendas da política pública do governo.

#### **Principais Produtos**

##### Portarias de Garantia Física

A garantia física de energia e potência de um empreendimento de geração, a ser definida pelo Ministério de Minas e Energia e constante do contrato de concessão ou ato de autorização, corresponderá às quantidades máximas de energia e potência elétricas associadas ao empreendimento, incluindo importação, que poderão ser utilizadas para comprovação de atendimento de carga ou comercialização por meio de contratos.

##### Portarias de Acesso à Rede Básica de Consumidores Livres

O acesso de consumidores livres à Rede Básica é regulamentado pelo Decreto nº 5597, de 28 de novembro de 2005 e pela Portaria MME nº 311, de 13 de setembro de 2013.

##### Portaria de Alteração de Características Técnicas

Modificação das características técnicas do empreendimento após o ato de outorga.

##### Outorga de Concessão e Autorização de Novos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica

Instrução de processo de outorga de geração oriunda de Leilões de compra de energia elétrica A-3, A-5 e de Energia de Reserva.

Em 2013 foram publicados 9 atos de outorga, conforme abaixo:

- 6 Portarias de autorização de Leilões A-5;
- 2 Portarias de autorização de Leilões de Energia de Reserva;

- 1 Contrato de concessão de Leilão A-5.

As 9 outorgas de geração publicadas em 2013 totalizaram 493,100 MW de potência instalada e 245,800 MW médios de energia elétrica, dos quais 221,20 MW médios foram contratados para o ACR.

#### Portarias de Enquadramento de projeto de infraestrutura no Regime Especial de Incentivo à Infraestrutura (REIDI)

A adesão ao REIDI, estabelecida por meio da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, suspende a exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS nas aquisições e importações de bens e serviços vinculadas ao projeto de Infraestrutura aprovado, realizadas no período de cinco anos contados da data da habilitação de pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Os requisitos e procedimentos para aprovação dos projetos de geração e de transmissão de energia elétrica no REIDI atualmente são definidos por meio das Portarias MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e nº 310, de 12 de setembro de 2013, conforme determinação do Decreto nº 6.144, de 2007. As referidas Portarias substituíram a Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, que foi revogada.

Após o enquadramento do projeto pelo MME, a pessoa jurídica deve se habilitar junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil para fazer jus aos benefícios do REIDI, nos termos da regulamentação estabelecida pelo Ministério da Fazenda.

No ano de 2013, foram publicadas 22 portarias de enquadramento de projetos ao REIDI, sob a égide da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, assim discriminadas:

- 11 projetos de geração;
- 10 projetos de transmissão; e
- 1 projeto de distribuição.

#### Portarias de Aprovação de Projetos como Prioritários

Os projetos de investimento de geração e de transmissão de energia elétrica aprovados como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia, nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, fazem jus ao incentivo fiscal para captação de recursos financeiros com vistas à sua implementação.

Esse benefício reduz as alíquotas de imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País, decorrentes de aplicações em debêntures emitidas pelas empresas titulares dos projetos prioritários.

Os procedimentos e condições para aprovação como prioritários dos projetos de investimento de geração e de transmissão de energia elétrica foram definidos por meio das Portarias MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e nº 282, de 22 de agosto de 2013, conforme determinação do Decreto nº 7.603, de 2011.

No ano de 2013, foram publicadas 49 portarias aprovando projetos de infraestrutura em energia elétrica como prioritários, assim discriminados:

- 42 projetos de geração; e
- 7 projetos de transmissão.

#### Portarias de autorização para exportação e importação de energia elétrica.

Segundo o art. 26, inciso III, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e o art. 21 do Decreto nº 7.246, de 28 de julho de 2010, compete ao Ministério de Minas e Energia expedir os atos autorizativos para importação e exportação de energia elétrica.

Os procedimentos para autorizar a importação e exportação de energia elétrica foram estabelecidos pela Portaria MME nº 596, de 19 de outubro de 2011.

No ano de 2013 foi emitida uma portaria para autorizar exportar ou importar energia elétrica.

#### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- desenvolver ações estruturantes de longo prazo para a implementação de políticas setoriais;
- assegurar a integração setorial no âmbito do Ministério;
- promover a gestão dos fluxos de energia e dos recursos integrados de energia;
- apoiar e estimular a gestão da capacidade energética nacional;
- prestar assistência técnica ao CNPE;
- articular-se com os órgãos e entidades integrantes do sistema energético, incluídos agentes colegiados, colaboradores e parceiros; e
- coordenar ações de gestão ambiental, visando orientar os procedimentos licitatórios do setor energético e acompanhar as ações decorrentes.

## **B. MACROPROCESSO DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO**

Tem o objetivo de, a partir da definição de Políticas e Diretrizes, estabelecer o Planejamento Energético Nacional em diversos horizontes, para orientar decisões de natureza estrutural e conjuntural, levando em consideração os condicionantes socioambientais e tecnológicos, por meio da elaboração de estudos e pesquisas que tracem cenários macroeconômicos, projeções de mercado e de custos, alternativas para expansão da oferta, de forma integrada com os demais recursos energéticos, buscando a segurança energética e o desenvolvimento econômico sustentável.

---

### **B.1. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG MACROPROCESSO DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO**

---

#### **Objetivos**

- 1) Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.**

#### Metas / Resultados

- I. Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd
  - Realizado: 2.055.342,85 bpd
  - Data Ref.: 31/12/2013
- II. Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel
  - Realizado: 135,72 mil m<sup>3</sup>/dia
  - Data Ref.: 31/12/2013
- III. Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de Querosene de Aviação (QAV)
  - Realizado: 15,22 mil m<sup>3</sup>/dia
  - Data Ref.: 31/12/2013
- IV. Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)
  - Realizado: 21,77 mil m<sup>3</sup>/dia
  - Data Ref.: 31/12/2013
- V. Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62x10<sup>3</sup>m<sup>3</sup>/dia de gasolina
  - Realizado: 78,39 mil m<sup>3</sup>/dia
  - Data Ref.: 31/12/2013
- VI. Produzir, em padrões adequados de qualidade: (i) 68x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel S-10, (ii) 18x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia de óleo diesel S-500 e (iii) 66x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia de gasolina S-50
  - Realizado:
    - ✓ Óleo Diesel S-10: 12,46 x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia.
    - ✓ Óleo diesel S-500: 63,56 x10<sup>3</sup> m<sup>3</sup>/dia.
    - ✓ Gasolina: resultado a partir de 2014.
  - Data Ref.: 31/12/2013

**2) Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.**

Metas / Resultados

- I. Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)
 

Meta
- II. Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação (Meta qualitativa. A área total prevista é de 849.168 km<sup>2</sup> até 2015)
  - Realizado: 226.818 km<sup>2</sup>
  - Data Ref.: 31/12/2013
- III. Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015).
  - Realizado: Aprovado o documento pela Portaria MME n° 350/2013
  - Data Ref.: 31/12/2013

**3) Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.**

## Metas / Resultados

- I. Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (Pemat).
  - Realizado: A versão preliminar do Pemat foi concluída em 2013, estando previsto a sua disponibilização para consulta pública na primeira quinzena de janeiro de 2014. A expectativa é que a primeira edição do plano seja publicada até o final do 1º trimestre de 2014.

## **Riscos**

Fornecimento de informações incorretas por parte dos agentes do setor, do mercado consumidor, de entidades públicas e privadas, pode comprometer o resultado final do Planejamento setorial, causando possíveis equívocos na definição de cenários, estudos socioambientais e econômicos. Essa falta ou a inadequação de um planejamento setorial implica nos seguintes âmbitos:

- comprometimento da definição das estratégias de Governo;
- não realização ou na realização inadequada da expansão ou das melhorias necessárias para o atendimento a demanda do mercado de petróleo, gás natural e biocombustíveis, o que comprometeria o pleno atendimento dos mercados consumidores;
- comprometimento de uma expansão equilibrada e sustentável da oferta de petróleo, gás natural e biocombustíveis no País, o que afetaria, dentre outros fatores, o abastecimento de derivados do petróleo, a segurança energética e a modicidade tarifária.
- definição intempestiva para a realização de investimentos necessários a ampliação ou modernização do parque de refino e da infraestrutura logística de petróleo e seus derivados; e
- manutenção de uma capacidade adequada de produção nacional de derivados de petróleo e de importações necessárias ao abastecimento do mercado.

## **Principais Produtos**

### Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás – ZNMT

O ZONEAMENTO NACIONAL DE RECURSOS DE ÓLEO E GÁS (ZNMT) é um estudo continuado utilizado como subsídio para a elaboração do planejamento energético. Tem por objetivo geral a obtenção de uma base de informações georreferenciadas das diversas áreas do país para o desenvolvimento econômico nacional do setor de petróleo e gás. Tal base de informações constitui-se em importante instrumento para o planejamento energético, no contexto do Plano Nacional de Energia (PNE), do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT). Este documento foi aprovado pela Portaria nº 350, de 10 de outubro de 2013.

### Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT

O PEMAT é o planejamento de expansão da malha de transporte dutoviário de gás natural e que serve de subsídio à proposição, pelo Ministério de Minas e Energia, dos gasodutos que serão construídos ou ampliados. Esse planejamento, de horizonte decenal e revisto com periodicidade preferencialmente anual, é elaborado com base em estudos de expansão realizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a partir de informações fornecidas por agentes da indústria de gás natural, e contém, entre outros elementos, propostas de traçados, de sistemas de compressão a serem

instalados e de localização de pontos de entrega, bem como as estimativas de investimentos dos gasodutos.

#### Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE

O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) incorpora uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de diversos energéticos no período decenal. Cumpre ressaltar a importância deste Plano como instrumento de planejamento para o setor energético nacional, contribuindo para o delineamento das estratégias de desenvolvimento do país a serem traçadas pelo Governo Federal.

#### Plano Nacional de Energia - PNE

O Plano Nacional de Energia (PNE), é um documento de cunho estratégico e de elaboração complexa, tem como objetivo o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão desse segmento nas próximas décadas. O PNE é composto de uma série de estudos que buscam fornecer insumos para a formulação de políticas energéticas segundo uma perspectiva integrada dos recursos disponíveis. Estes estudos estão divididos em volumes temáticos cujo conjunto subsidiará a elaboração do relatório final do PNE.

#### Plano de Coleta de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado – OLUC

Por meio das Portarias Interministeriais MME/MMA nº 1/1999, que estabelece metas de coleta de OLUC - 1999 a 2007; nº 464/2007, que estabelece metas de coleta de OLUC - 2008 a 2011; e nº 59/2012, que estabelece metas de coleta de OLUC - 2011 a 2015; o MME participa do planejamento do setor de coleta e rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado, estabelecendo metas regionalizadas para coleta do resíduo, objetivando dar a destinação adequada ao OLUC, a fim de evitar danos ao meio ambiente e promover o desenvolvimento do setor de rerrefino no País.

#### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- formular propostas de planos plurianuais para os setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, monitorando, avaliando e ajustando sua implementação e resultados;
- propor e acompanhar estudos das bacias sedimentares brasileiras, formular e coordenar a implementação de diretrizes para licitações das áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, conforme os parâmetros de reservas e produção definidos pelo CNPE;
- articular-se com a ANP e a EPE, para ampliar a infraestrutura de transporte de gás natural;
- promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas para garantir a adequada participação dos combustíveis na matriz energética;
- promover e implementar ações preventivas e corretivas para garantir abastecimento satisfatório de combustíveis renováveis no País, e sua adequada participação na matriz energética.

---

**B.2. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE**  
**MACROPROCESSO DE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO**

---

### **Objetivos**

- 1. Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.**

#### Metas / Resultados

- I. Inventariar o equivalente a 8.240 MW de Capacidade de Geração Hidrelétrica;  
➤ Realização: 5.729,80 MW (Dezembro 2013)
- II. Viabilizar e Projetar 4.000 MW de Capacidade de Geração a partir de Fonte Eólica  
➤ Realização: 4.738,60 MW (Dezembro 2013)
- III. Viabilizar e Projetar 1.100 MW de Capacidade de Geração a partir de Biomassa;  
➤ Realização: 861,1 MW (Dezembro 2013)
- IV. Viabilizar e Projetar 4 Usinas Termonucleares;  
➤ Realização: 0 (Dezembro 2013)
- V. Realizar e Aprovar Estudos de Viabilidade de Usinas Hidrelétricas com Potencial total da ordem de 15.365 MW.  
➤ Realização: 1.432 MW (Dezembro 2013)

### **Análise de Risco**

- Descontinuidade do planejamento energético e enfraquecimento do arranjo institucional do planejamento;
- Desvios estruturais e conjunturais do planejamento energético; e
- Desvios na conformação das premissas de planejamento energético.

### **Principais Produtos**

Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE;

Plano Nacional de Energia - PNE.

### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- apontar as potencialidades do setor energético, para o estabelecimento de políticas de concessões e acompanhar a implementação dos procedimentos de concessão pelas secretarias finalísticas e os contratos decorrentes;
- coordenar o sistema de informações energéticas;
- coordenar os estudos de planejamento energético setorial;
- promover e apoiar a articulação do setor energético;
- propor mecanismos de relacionamento com a EPE, orientando diretrizes para a prestação de serviços ao Ministério e ao setor;
- funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.

## **C. MACROPROCESSO MONITORAMENTO DO SETOR ENERGÉTICO**

Tem o objetivo de monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, no que diz respeito ao desempenho do sistema em seus aspectos de segurança e de suprimento energético, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, a fim de identificar dificuldades e/ou problemas e propor medidas preventivas e corretivas.

---

### **C.1. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG MACROPROCESSO MONITORAMENTO DO SETOR ENERGÉTICO**

---

#### **Objetivos**

Não existem objetivos definidos no PPA no âmbito do Monitoramento Energético que sejam de responsabilidade da SPG.

#### **Riscos**

A falta ou a inadequação de um sistema de monitoramento poderia implicar nos seguintes fatores:

- tomada tardia de decisões na implementação de políticas públicas ou na definição de estratégias de governo;
- em adoção de medidas preventivas ou corretivas equivocadas gerando desequilíbrio da participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;
- não realização ou postergação dos investimentos previstos, gerando atrasos nos cronogramas dos empreendimentos, com consequências negativas para a infraestrutura do País;
- na falta de identificação das necessidades e das áreas carentes para implementação de Políticas Públicas para o setor de gás natural;
- falta das informações como: a oferta, a demanda e o estoque de biocombustíveis;
- falta de previsibilidade do estoque de passagem de etanol na entressafra;
- falta de informações que assessorem a tomada de decisão;
- falta de iniciativa do poder público que evite o desabastecimento;
- aumento das importações de etanol e de gasolina impactando a balança comercial brasileira;
- desconhecimento das condições e da evolução do mercado de combustíveis levando a possíveis situações de desabastecimento no país ou o atendimento inadequado do mercado;
- aumento dos preços ao consumidor, gerando impactos na inflação; e
- desabastecimento de combustíveis na Região Norte, pela percepção tardia dos eventos naturais ou pela demora na tomada de decisão, em decorrência do problema da grande variação das cotas dos rios da Região, nas épocas de seca e de cheia, ocasionando consequente dificuldade na logística de transporte de combustíveis.

#### **Principais Produtos**

Os principais produtos resultantes do referido Macroprocesso são Boletins, os quais apresentam as estatísticas semanais e mensais do setor de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis:

- i. Boletins Semanal e Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural;



- ii. Informativo Semanal de Acompanhamento da Geração Termelétrica a Gás Natural;
- iii. Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis;
- iv. Relatório Mensal do Mercado de Derivados de Petróleo; e
- v. Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- monitorar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas, para garantir a equilibrada participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;
- monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, das instituições responsáveis pelos setores e propor as revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;
- monitorar e avaliar, em conjunto com as agências reguladoras e instituições competentes, as condições e a evolução dos abastecimentos de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e a satisfação dos consumidores;
- monitorar, em conjunto com a ANP, o aproveitamento racional das reservas de hidrocarbonetos;
- monitorar a participação da indústria nacional de bens e serviços no suprimento da indústria e petróleo, propor políticas que elevem essa participação, em bases econômicas;
- monitorar a viabilidade do gás natural, em relação a seus competidores diretos, propondo medidas que possibilitem a efetiva valoração dos benefícios específicos do setor energético;
- monitorar as negociações de preços do gás natural importado, para torná-los mais competitivos;
- monitorar a política tributária afeta ao setor e propor medidas para racionalizá-la;
- monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis derivados do petróleo e renováveis;
- monitorar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis;
- monitorar e avaliar iniciativas públicas e privadas destinadas ao desenvolvimento e à inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional, incluindo o bioquerosene e o biogás, em conjunto com outras instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições; e
- monitorar a implantação dos projetos e a execução dos programas em andamento, propondo revisões, atualizações e correções requeridas com vistas a garantir a inserção de novos combustíveis renováveis.

---

**C.2. Secretaria de Energia Elétrica – SEE**  
**MACROPROCESSO MONITORAMENTO DO SETOR ENERGÉTICO**

---

**Objetivos**

- 1. Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.**

Metas 2012-2015 / Resultados

- I. Monitorar a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País

ANO	Realizado	Real/meta (%)
2012	424	169,6%
2013	407	162,8%
2014		
2015		
<b>META</b>	<b>250</b>	

- II. Monitorar a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País

ANO	Realizado	Real/meta - %
2012	459	170,0%
2013	375	138,9%
2014		
2015		
<b>META</b>	<b>270</b>	

- III. Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção

ANO	Realizado	Acumulado	Real/meta - %
2012	56	56	31,1%
2013	43	99	55,0%
2014			
2015			
<b>META</b>	<b>180</b>		

**Risco de não atendimento:** redução na capacidade de solução dos entraves que dificultam o andamento das obras e o cumprimento das metas de expansão do sistema elétrico brasileiro para o período considerado.

**2. Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.**

Metas 2012-2015 / Resultados

- I. Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)

ANO	<i>Realizado</i>	<i>Acumulado</i>	<i>Real/meta - %</i>
2012	1.856,6	1.856,6	18,0%
2013	1.724,9	3.581,6	34,7%
2014			
2015			
<b>META</b>	<b>10.326</b>		

**Risco de não atendimento:** redução na capacidade de geração de energia elétrica adicional para o período, com risco de não atendimento pleno ao mercado, ou necessidade de rearranjo operativo do sistema elétrico, que reduz a sua confiabilidade ou eleva os custos e encargos tarifários.

**3. Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.**

Metas 2012-2015 / Resultados

- I. Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas

ANO	<i>Realizado</i>	<i>Acumulado</i>	<i>Real/meta - %</i>
2012	753,2	753,2	8,1%
2013	3.611,3	4.364,5	46,7%
2014			
2015			
<b>META</b>	<b>9.338</b>		

**Risco de não atendimento:** redução na capacidade de geração de energia elétrica adicional para o período, com risco de não atendimento pleno ao mercado, ou necessidade de rearranjo operativo do sistema elétrico, que reduz a sua confiabilidade ou eleva os custos e encargos tarifários.

**4. Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.**

Metas 2012-2015 / Resultados

- I. Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa

ANO	Realizado	Acumulado	Real/meta - %
2012	916,8	916,8	65,7%
2013	1.332,8	2.249,6	161,3%
2014			
2015			
META	1.395,0		

- II. Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica

ANO	Realizado	Acumulado	Real/meta - %
2012	456,2	456,2	12,4%
2013	315,4	772,6	21,0%
2014			
2015			
META	3.680,0		

**Risco de não atendimento:** redução na capacidade de geração de energia elétrica adicional para o período, com risco de não atendimento pleno ao mercado, ou necessidade de rearranjo operativo do sistema elétrico, que reduz a sua confiabilidade ou eleva os custos e encargos tarifários.

**5. Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.**

Metas 2012-2015 / Resultados

- I. Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País

ANO	Realizado	Acumulado	Real/meta - %
2012	2.744,4	2.744,4	15,5%
2013	9.928,0	12.672,4	71,8%
2014			
2015			

META	17.650,0		
------	----------	--	--

- II. Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN

ANO	<i>Realizado</i>	<i>Acumulado</i>	<i>Real/meta - %</i>
2012	10.034,3	10.034,3	45,6%
2013	11.659,7	21.694,0	98,6%
2014			
2015			
META	22.000,0		

**Risco de não atendimento:** redução na capacidade de transporte de energia elétrica adicional para o período, com risco de não atendimento pleno ao mercado, ou necessidade de rearranjo operativo do sistema de transmissão, que reduz a sua confiabilidade ou eleva os custos e encargos tarifários.

- 6. Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.**

Metas 2012-2015 / Resultados

- I. Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional

ANO	<i>Realizado</i>	<i>Acumulado</i>	<i>Real/meta - %</i>
2012	4.260,9	4.260,9	83,5%
2013	4.600,0	8.860,9	173,7%
2014			
2015			
META	5.100,0		

- II. Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional

ANO	<i>Realizado</i>	<i>Acumulado</i>	<i>Real/meta - %</i>
2012	347,4	347,4	14,5%
2013			
2014			
2015			
META	2.400,0		

**Risco de não atendimento:** redução na capacidade de transporte de energia elétrica adicional para o período, com risco de não atendimento pleno ao mercado, ou necessidade de rearranjo operativo do sistema de transmissão, que reduz a sua confiabilidade ou eleva os custos e encargos tarifários.

**7. Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.**

Metas 2012-2015 / Resultados

I. Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica

ANO	<i>Realizado</i>	<i>Acumulado</i>	<i>Real/meta - %</i>
2012	1.018,0	1.018,0	97,0%
2013	913,0	1.931,0	183,9%
2014			
2015			
META	1.050,0		

II. Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados

ANO	<i>Realizado</i>	<i>Acumulado</i>	<i>Real/meta - %</i>
2012	56,0	56,0	37,3%
2013	0,0	56,0	37,3%
2014			
2015			
META	150,0		

III. Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos

ANO	<i>Realizado</i>	<i>Acumulado</i>	<i>Real/meta - %</i>
2012	3,24	3,24	259,2%
2013	-1,04	2,20	176,0%
2014			
2015			
META	1,25		

**Risco de não atendimento:** redução na capacidade de fornecimento de energia elétrica adicional para o período, com risco de não atendimento pleno ao mercado, ou necessidade de rearranjo operativo do sistema de distribuição, que reduz a sua confiabilidade ou eleva os custos e encargos tarifários.

**8. Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.**

Metas 2012-2015 / Resultados

I. Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro

ANO	Realizado	Real/meta - %
2012	7.100,0	100,0%
2013	7.100,0	100,0%
2014		
2015		
META	7.100,0	

II. Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro

ANO	Realizado	Real/meta - %
2012	8.000,0	100,0%
2013	8.000,0	100,0%
2014		
2015		
META	8.000,0	

**Risco de não atendimento:** redução da confiabilidade operativa do sistema de elétrico no período, com risco de não atendimento pleno ao mercado, ou necessidade de rearranjo operativo do sistema elétrico, com impacto nos custos e encargos tarifários.

**9. Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.**

Metas 2012-2015 / Resultados

I. Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica

Este Objetivo está a cargo do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL – e não tem números quantitativos associados. Em termos de investimento, o CEPEL aplicou 24% da Meta estabelecida no PPA em 2012 e 10% em 2013, acumulando até o momento 34% de realização da meta orçamentária do PPA 2012-2015.

**Risco de não atendimento:** redução da capacidade tecnológica para solucionar e prevenir os problemas técnicos operativos e de desenvolvimento do sistema elétrico, com risco também para o atendimento pleno ao mercado e impacto nos custos e encargos tarifários.

## **Principais Produtos**

### Relatórios técnicos WebPac e SIOP-PPA atualizados

Esses relatórios referem-se às informações de preenchimento direto no sistema de informações do PAC (WebPAC) e do PPA (SIOP). Elas podem ser enviadas por meio eletrônico ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para composição dos relatórios periódicos de acompanhamento e monitoramento do PAC e do PPA, que visam disponibilizar e compartilhar dados e informações aos demais órgãos de acompanhamento e controle (CGU, TCU, Congresso Nacional, Casa Civil e outros) sobre as ações de competência do MME.

### Informativos sobre a situação do atendimento de energia elétrica aos estados e regiões específicas:

Caderno informativo sobre as condições de atendimento de energia elétrica e dos principais empreendimentos de expansão do sistema elétrico, em geração, transmissão e distribuição, além de informações acerca do desempenho do atendimento aos Estados, a partir dos indicadores de controle da ANEEL.

### Notas, Relatórios e Informações Técnicas sobre temas específicos com avaliação e parecer das áreas técnicas específicas:

São os documentos de manifestação técnica sobre assuntos de competência do MME (Notas Técnicas, Notas Informativas, Relatórios Técnicos, Relatórios de Inspeções e outros documentos de manifestação sobre questões técnicas) para informação interna do MME e externa para outros órgãos e instituições.

### Informações para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):

São os documentos, planilhas e outros dados enviados ao MP para composição de relatórios periódicos (geralmente quadrimestrais) de acompanhamento e monitoramento do PAC.

### Boletim Mensal de Monitoramento:

É o principal meio de informações externas sobre o monitoramento do sistema elétrico, publicado mensalmente no portal do MME, e composto de informações sobre as condições meteorológicas do País, intercâmbio de energia elétrica entre as regiões, dados do mercado de energia elétrica, evolução da capacidade instalada de geração e transmissão, produção de energia elétrica, custo marginal de operação e desempenho do sistema elétrico no período.

### **Competências Vinculadas (Decreto Nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- monitorar a expansão dos sistemas elétricos para assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda, conforme as políticas governamentais;
- monitorar o desempenho dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerados os aspectos de continuidade e segurança;
- coordenar o desenvolvimento de modelos e mecanismos para monitorar a expansão dos sistemas elétricos e o desempenho da operação; e
- prestar assistência técnica ao CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.



## **D. MACROPROCESSO FOMENTO E PESQUISA PARA PRODUÇÃO EFICIENTE DE ENERGIA**

Tem o objetivo de estimular e apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em energia, nos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis e eletricidade, bem como o de contribuir para o aumento da competitividade de fontes alternativas de energia com potencial de crescimento na matriz energética brasileira, reconhecendo a eficiência energética como parte fundamental do Planejamento Energético do País.

---

### **D.1. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG MACROPROCESSO FOMENTO E PESQUISA PARA PRODUÇÃO EFICIENTE DE ENERGIA**

---

#### **Objetivos**

Não existem objetivos definidos no PPA no âmbito deste Macroprocesso de responsabilidade da SPG.

#### **Análise de Risco**

A falta ou a inadequação de um sistema de fomento e de pesquisa para produção poderia implicar nos seguintes fatores:

- falta de tomada de decisões na implementação de políticas públicas ou na definição de estratégias de governo visando estimular e apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- atraso tecnológico das instituições de científicas e tecnológicas;
- baixo grau de maturidade de progresso técnico;
- poucas inovações, com baixos investimentos caracterizando um período de recessão tecnológica;
- manutenção de uma realidade econômica e social, de baixa renda e pouca acumulação de riqueza;
- falta de condições para promoção de parcerias entre universidades, instituições de pesquisa e empresas;
- baixa atuação das instituições científicas e tecnológicas;
- baixo investimento de recursos financeiros da união e das agências de fomento nas empresas, para apoiar atividades de P&D;
- falta de aprimoramento da gestão das agências de fomento; e
- falta de mudanças no paradigma tecnológico das empresas públicas e privadas, das instituições de ensino e pesquisa, e no Governo.

#### **Principais Produtos**

##### Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - PROMINP

O Governo Brasileiro, por meio do Ministério de Minas e Energia, em articulação com as entidades empresariais da indústria e operadoras de petróleo com atuação no Brasil, especialmente a Petrobras, lançou, em 19 de dezembro de 2003, (Decreto nº 4.925/2003) o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - Prominp.

O Prominp é formado por múltiplas iniciativas conectadas no sentido de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil. O Programa completou 10 anos de atividades em dezembro, com um conjunto de resultados que demonstra sua importância para o desenvolvimento da indústria fornecedora nacional, na qual se insere a indústria de construção naval e offshore.

No ano de 2013, diversas ações merecem destaque, entre elas: (i) a substituição competitiva de importados, como a nacionalização de equipamentos; (ii) a atração de empresas estrangeiras de alta tecnologia, em especial de equipamentos submarinos; (iii) o apoio a arranjos produtivos locais e ao desenvolvimento de micro e pequenos fornecedores na cadeia de petróleo, gás natural e naval; (iv) a formação de mais de 5 mil alunos no Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), totalizando mais de 97 mil alunos formados no período de junho de 2006 até o final de 2013; e (v) a consolidação do Programa Progredir, que permite acesso a empréstimos a menores taxas de juros, com mais de 1.400 operações totalizando R\$ 7,1 bilhões.

### Projeto Ônibus Brasileiro a Hidrogênio

O Projeto Ônibus Brasileiro a Hidrogênio é mais um passo importante para consolidar a vocação brasileira para o uso de combustíveis renováveis e funcionará como um importante vetor que ajudará a impulsionar o desenvolvimento da nova economia no País, na medida em que permitirá a demonstração da viabilidade técnica e operacional de ônibus a célula a combustível e da estrutura de produção e abastecimento de hidrogênio.

O Ministério de Minas e Energia, por meio da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, participou de todas as etapas deste projeto desde a sua formulação inicial, exercendo o papel de planejar e implementar ações que conduzam à inserção do hidrogênio como complemento à matriz energética renovável que o Brasil já possui, reforçando uma importante vantagem comparativa que nos destaca no cenário mundial.

O Ministério de Minas e Energia (MME), em conjunto com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Global Environmental Facility (GEF) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) estão dando andamento ao projeto Estratégia Energético – Ambiental: Ônibus com Célula a Combustível Hidrogênio, o qual representa o ponto de partida para o desenvolvimento de uma solução mais limpa para o transporte público urbano no Brasil.

### Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB

É um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.

Principais diretrizes do PNPB:

- ✓ Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social;
- ✓ Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; e
- ✓ Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em qualquer parte do território

nacional. Esse percentual obrigatório será de 2% e de 5%, após 3 e 8 anos respectivamente, da publicação da referida lei.

### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- promover e implementar ações preventivas e corretivas para o desenvolvimento e a inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;
- coordenar e promover programas, incentivos e ações para atrair investimentos para a produção de novos combustíveis renováveis;
- articular-se com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades envolvidas com o desenvolvimento e a inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;
- analisar proposições de normas relativas ao desenvolvimento e à inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional;
- coordenar e participar de programas, grupos de trabalhos e comitês relacionados ao desenvolvimento e à inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética nacional.

---

## **D.2. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE MACROPROCESSO FOMENTO E PESQUISA PARA PRODUÇÃO EFICIENTE DE ENERGIA**

---

### **Objetivos**

#### **1. Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.**

- I. **Meta:** Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação.
- Realizado: 9.000 GWh (2012). Não há dados de 2013, uma vez que os relatórios são divulgados no início do ano seguinte.

### **Análise de Risco**

- Descontinuidade do aporte de recursos para o Procel;
- Custos elevados na troca por tecnologias mais eficientes.

#### **2. Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.**

- I. **Meta:** Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%;
- Realizado: Há, no momento, 36 marcas participantes (de um total de 40 que comercializam no Brasil), com 435 modelos/versões.

- II. **Meta:** Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética;
- Realização: A Petrobrás/CONPET não possui dados atuais que possibilitem a aferição desta meta.

### **Análise de Risco**

- Descontinuidade do aporte de recursos para o Conpet;
- Custos elevados na troca por tecnologias mais eficientes;
- Concentração dos investimentos na extração do petróleo na área do pré-sal.

### **3. Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.**

- I. **Meta:** Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica.
- Realizado: Atualmente, o MME desenvolve trabalhos com o CEPTEL (Centro de Pesquisas em Energia Elétrica, da Eletrobras) e participa de atividades junto à Agência Internacional de Energia, especificamente em Bioenergia, Hidroeletricidade e Energia Solar.

### **Análise de Risco**

- Contingenciamento orçamentário inviabilizando a celebração de novos convênios para o desenvolvimento de estudos de inovação no setor de energia elétrica;
- Não realização das pesquisas por parte do conveniente;

## **E. MACROPROCESSO GESTÃO DA POLÍTICA MINERAL**

A gestão da política mineral objetiva proporcionar uma governança eficaz, por meio da criação de um ambiente institucional sólido e de uma efetiva articulação entre os órgãos do setor, entidades públicas vinculadas, setor privado e demais entidades da sociedade civil do setor mineral.

O Marco Regulatório da Mineração se propõe a tornar mais eficiente a gestão do patrimônio mineral brasileiro e buscar a governabilidade do setor. Admitido como uma proposta de modernização da legislação mineral brasileira, o Projeto de Lei nº 5.807/2013 encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados e tem como principais pontos: a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e da Agência Nacional de Mineração (ANM), em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); a melhoria da sistemática de outorga de direitos minerários; e uma nova política de royalties para o setor.

A boa governança pública exige uma efetiva articulação tanto interministerial como entre os entes da Federação, além da inclusão do setor privado e da sociedade civil. A governança do setor mineral abrange aspectos relativos à estrutura organizacional que comportam desde a gestão da política mineral à elaboração e implementação de marcos legais, bem como à sua regulamentação. Uma boa governança é pré-condição para a construção e manutenção de um ambiente institucional favorável à atração de investimentos. Em suma, a boa governança é o requisito que garante a realização dos demais objetivos estratégicos deste Plano.

No que se refere às normas legais que regulam o setor, o MME coordena um processo de mudanças que deverá ser consolidado e expandido ao longo dos próximos anos. Essas mudanças partem do entendimento de que o Código de Mineração em vigor (Decreto-Lei nº 227, de 1967) e as legislações correlatas são inadequados para proporcionar um ambiente regulatório moderno e ágil para dar suporte ao desenvolvimento do setor mineral brasileiro, alinhado às necessidades e aos interesses nacionais.

A partir do diagnóstico dos principais problemas do atual arcabouço legal e da identificação das oportunidades resultantes de uma legislação moderna, com dispositivos mais eficazes, seguros e estáveis e com reestruturação institucional dos agentes públicos que atuam nesse setor, o MME propôs um Projeto de Lei (PL) nº 5.807/2013. Nele está a proposta de criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), que deverá contar com a participação de vários ministérios, e mudanças no modelo de outorga mineral e criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) que será responsável por promover a regulação e a fiscalização da atividade mineral no Brasil.

Tanto na mineração quanto na transformação mineral, a formalização e a modernização técnica e de gestão empresarial, via de regra deficiente, deve ser o foco das ações. A SGM tem como política apoiar e fomentar as micro e pequenas empresas e as médias empresas que necessitam do suporte governamental para praticar suas atividades produtivas em bases sustentáveis. O mesmo princípio se aplica para a atividade mineral em áreas de garimpo, desde que subordinada às legislações minerárias e ambientais.

## **Objetivos**

### **1) Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.**

#### Metas/Resultados

I. Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio.

- Quantidade alcançada: 100.372 km<sup>2</sup>
- Data de Referência: 31/12/2013
- Realizado em 2013

II. Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo

- Sem quantitativos

III. Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos

- Quantidade alcançada: 0
- Data de Referência: 31/12/2013
- Realizado em 2013

#### **Análise de Risco**

- Instabilidade do preço das commodities no mercado mundial;
- Escassez de investimentos em PD&I.

### **2) Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.**

#### Metas/Resultados

I. Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

II. Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

III. Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

IV. Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

V. Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

VI. Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

VII. Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração

- Quantidade alcançada: 01
- Data de Referência: 31/12/2013

VIII. Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

### **Análise de Risco**

- Morosidade na implantação do Novo Marco da Mineração;
- Falta de uma estrutura técnica capacitada e dotada de orçamento sustentável para as atividades de gestão das políticas minerais e de fiscalização;

### **3) Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.**

I. Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

II. Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela Rede APL mineral

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

III. Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros

- Quantidade alcançada: 04
- Data de Referência: 31/12/2013
- Realizado em 2013

IV. Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela Rede APL mineral

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

#### **Análise de Risco**

- Descontinuidade dos programas de formalização da atividade mineral e de fortalecimento de micro e pequenas empresas devido a contingenciamento orçamentário;
- Ausência de diagnósticos temporais para o dimensionamento e acompanhamento da atividade mineral em pequena escala.

#### **Principais Produtos**

O Novo Marco da Mineração proporcionará maior planejamento/gestão do setor e permitirá ao Estado garantir o uso racional dos recursos minerais para o desenvolvimento sustentável do País.

A Presidenta da República encaminhou em 18.06.2013 para apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei 5807/2013, no qual apresenta as seguintes propostas de mudanças:

- ✓ Criação do Conselho Nacional de Política Mineral;
- ✓ Criação da Agência Nacional de Mineração;
- ✓ Novos Regimes de Aproveitamento Mineral;
- ✓ Concessão para Pesquisa e Lavra precedida de Licitações ou Chamadas Públicas;
- ✓ Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)



## **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- implementar, orientar e coordenar as políticas para geologia, mineração e transformação mineral;
- promover e apoiar a articulação dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, incluindo os agentes colegiados, colaboradores e parceiros;
- estabelecer políticas e procedimentos de concessão para o setor, decidindo sobre sua execução direta ou submetendo ao Ministro de Estado proposta de delegação das atividades de concessão ao órgão regulador do sistema;
- coordenar o processo de concessões de direitos minerários e supervisionar o controle e a fiscalização da exploração e produção dos bens minerais;
- coordenar a formulação e a implementação das políticas do setor de mineração e de transformação mineral;
- conceber e implementar os instrumentos das políticas do setor de mineração e de transformação mineral;
- propor diretrizes, requisitos e prioridades para planejamento tático e operacional do setor de mineração e transformação mineral;
- orientar e propor diretrizes e procedimentos para a internalização das variáveis ambientais, nas atividades de mineração;
- elaborar e internalizar programas para o desenvolvimento socioambiental da mineração; e
- propor o ordenamento das atividades de mineração, nas unidades de conservação e de conflito.

## **F. MACROPROCESSO PLANEJAMENTO MINERAL**

O planejamento adequado do setor mineral é ferramenta estratégica importante para nortear as políticas de médio e longo prazo e para garantir o suprimento atual e futuro de bens minerais.

A atuação da Secretaria de Geologia e Mineração – SGM para o planejamento setorial contempla a produção de conhecimento do território, o subsídio a políticas de aproveitamento sustentável dos recursos minerais e de diversificação da produção brasileira, e o fornecimento de insumos para o ordenamento territorial.

Com o apoio da SGM, o Serviço Geológico do Brasil – CPRM é responsável pelo aprimoramento do conhecimento geológico do País, por meio da realização de levantamentos geológicos básicos e específicos, levantamentos geofísicos e geoquímicos, levantamentos hidrológicos e hidrogeológicos, estudos da Plataforma Continental Jurídica Brasileira – PCJB e estudos preventivos contra desastres naturais.

O Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM atua na regulação e fiscalização da atividade de mineração visando otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e contribuir para o desenvolvimento do setor.

O setor mineral verificou nos últimos anos um expressivo desenvolvimento e aumento da demanda, impulsionado pelo crescimento de países como a China, o que gerou o chamado “boom mineral”. Contudo, a demanda por bens minerais e produtos de base mineral crescerá ainda mais nas próximas décadas. Devido ao aumento da demanda, faz-se necessário o planejamento setorial, visando o adequado suprimento destas substâncias.

Devido a sua importância, o planejamento do setor mineral é uma das prioridades da SGM. Isto é demonstrado pelas atribuições elencadas no Decreto nº 7.798/2012, o qual apresenta grande preocupação com o desenvolvimento de atividades socioeconômicas e ambientalmente sustentáveis.

O adequado planejamento mineral está ligado aos estudos que permitem dar destino apropriado ao solo e ao subsolo, tendo em vista que o desconhecimento do potencial mineral ali existente impossibilita a tomada de decisão mais adequada aos interesses nacionais, regionais ou locais.

Destaca-se a utilização do Projeto Ordenamento Territorial Geomineiro – Projeto OTGM, elaborado pela SGM. Este Projeto reúne em um banco de dados elementos centrais do setor (dados geológicos, geofísicos, socioeconômicos, ambientais, entre outros) além de informações de tecnologia mineral, infraestrutura e áreas com restrição à atividade minerária, e compoem uma ampla fonte de informações necessárias ao adequado planejamento territorial.

Além disso, a SGM, em conjunto com suas entidades vinculadas, CPRM e DNPM, vêm propondo diversas ações, como mapas geológicos nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, levantamentos geológicos na Plataforma Continental, monitoramento de poços produtores de água subterrânea, levantamentos de recursos minerais e muitos outros nos levantamentos geológicos e hidrogeológicos básicos, levantamentos aerogeofísicos e estudos voltados à prospecção mineral. Outro destaque em relação ao planejamento mineral são os projetos referentes ao estudo da Plataforma Continental Jurídica Brasileira – PCJB e os estudos preventivos contra os efeitos de desastres naturais.

## **Objetivos**

- 1) Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas a identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longos prazos**

### Metas/Resultados

I. Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIMs

- Meta não quantificável

### **Análise de Risco**

- Conflito de natureza socioambiental na gestão do ordenamento territorial pode gerar prejuízos significativos à implantação do Zoneamento Mineral;

- 2) Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.**

## Metas/Resultados

I. Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral – ZPTMs

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

## **Análise de Risco**

- Descumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa de consultoria;
- Escassez de recursos financeiros para acompanhamento e fiscalização do projeto durante os trabalhos de campo.

**3) Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.**

## Metas/Resultados

I. Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em quatro anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em quatro anos.

- Realizado: 99 minas subterrâneas, 112 minas com barragens e 289 empreendimentos de água mineral e 119 concessões de minerais estratégicos.
- Data de Referência 31/12/2013.

II. Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras).

- Realizado: 76,14%
- Data de Referência: 31/12/2013
- Acumulado (2012/2013)

III. Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração.

- Realizado: 0
- Data de Referência: 31/12/2013

IV. Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira

- Meta Não Quantificável

V. Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais

- Quantidade alcançada: 04
- Data de Referência: 31/12/2013 (Realizado em 2013)

VI. Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários

Realizado:

- Região Norte: 4.142 dias
- Região Nordeste: 296 dias
- Região Sudeste: 520 dias.
- Região Sul: 303 dias
- Região Centro-Oeste: 277 dias
- Nacional: 1.107 dias
- Data de Referência: 31/12/2013

### **Análise de Risco**

- Fiscalização inadequada em razão de restrições orçamentárias;
- Sistema de regulação que não contemple ações para o aproveitamento sustentável das jazidas.

### **Principais Produtos**

#### Plano Nacional de Mineração 2030 – PNM-2030

*É uma ferramenta estratégica de planejamento utilizada para nortear as políticas de médio e longo prazo que contribui para que o setor mineral seja um alicerce para o desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos. Foi elaborado pela Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral por um Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 125 de 17.03.2009.*

*A publicação do Plano representa uma etapa importante para a formulação de políticas e planejamento do setor mineral.*

*O PNM-2030 tem como base três diretrizes: governança pública, eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no País no interesse nacional; agregação de valor e adensamento de conhecimento e sustentabilidade. Este é o primeiro Plano de Longo prazo que contempla a primeira etapa de industrialização dos minérios, a transformação mineral.*

### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

O Decreto nº 7.798/2012 prevê uma série de competências voltadas ao planejamento mineral. Dentre elas destacam-se:

- coordenar os estudos de planejamento setoriais, e propor ações para o desenvolvimento sustentável da mineração e da transformação mineral;
- formular e articular propostas de planos e programas plurianuais para os setores de geologia e mineração;
- promover e coordenar ações e medidas preventivas e corretivas que objetivem assegurar a racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização com o meio ambiente de atividades realizadas pela indústria da mineração;
- orientar e propor formas de relacionamento entre os diferentes segmentos sociais e econômicos do setor de mineração e de transformação mineral;
- propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de geologia e mineração;
- promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente.

## **G. MACROPROCESSO MONITORAMENTO DO SETOR MINERAL**

A SGM desenvolve uma política efetiva de monitoramento do setor mineral. Os projetos e programas que objetivam o desenvolvimento sustentável da mineração no País são acompanhados e avaliados com base na articulação com o setor produtivo, da sociedade em geral e as informações pertinentes dos sistemas de controle da administração Federal.

Os projetos e programas que objetivam o desenvolvimento sustentável são acompanhados e avaliados pela SGM com base na articulação com o setor produtivo, da sociedade em geral e as informações pertinentes à sustentabilidade socioambiental dos sistemas de controle da administração Federal.

### **Objetivos**

Os objetivos da SGM quanto a este macroprocesso consistem na avaliação e no monitoramento do desempenho da mineração brasileira, da competitividade da indústria e do desenvolvimento tecnológico do setor. Além disso, a SGM realiza o monitoramento da execução das metas que compõem o Programa Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Plano Plurianual – PPA 2012-2015.

### **Produtos/Serviços**

#### Anuários Estatísticos da Metalurgia e do Setor de Transformação dos Não Metálicos

O Anuário Estatístico da Metalurgia, na sua 19ª edição (2013) contempla os segmentos de siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não ferrosos e fundição e o Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos, na sua 8ª edição (2013), contempla nove importantes segmentos de transformação de bens minerais não metálicos: cimento, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, vidro, cal gesso, louças sanitárias e de mesa e fertilizantes, apresentando séries estatísticas dos últimos cinco anos.

O conteúdo desses Anuários constitui uma relevante ferramenta para analistas do governo, empresários, técnicos e estudiosos do setor com um panorama do Setor Metalúrgico e Não Metálicos, seus aspectos socioeconômicos, energéticos, de emissão de CO<sub>2</sub> e reciclagem.

- Edições dos Anuários 2012:

[http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/publicacoes/Anuarios/anuario\\_setor\\_metalurgico\\_2012.pdf](http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/publicacoes/Anuarios/anuario_setor_metalurgico_2012.pdf)

[http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/publicacoes/Anuarios/anuario\\_nao\\_metalicos\\_2012.pdf](http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/publicacoes/Anuarios/anuario_nao_metalicos_2012.pdf)

### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, bem como das instituições responsáveis, promovendo e propondo revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;
- monitorar e avaliar, em conjunto com órgãos da administração pública federal e instituições competentes, as condições e a evolução do suprimento de bens minerais, e a satisfação dos consumidores;

- promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente;
- analisar e propor políticas, planos e programas para a modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral;
- formular e articular propostas de políticas, planos e programas para o desenvolvimento sustentável da mineração, avaliar e monitorar seus resultados e execução, e propor revisões e atualizações pertinentes;
- avaliar e monitorar o desenvolvimento tecnológico e a competitividade do setor e da indústria mineral brasileira;
- estabelecer indicadores para o monitoramento dos resultados da produção mineral e dos serviços decorrentes da mineração.

## **H. MACROPROCESSO FOMENTO E PESQUISA PARA PRODUÇÃO MINERAL EFICIENTE**

Nos últimos anos, o crescimento de economias emergentes, como China e Índia, foi responsável pelo aumento da demanda internacional, elevação dos preços e expansão do comércio mundial de commodities minerais. Internamente, o quadro também é favorável, já que o crescimento sustentado da economia, previsível para os próximos anos, aliado aos investimentos do Programa de Aceleração Econômica - PAC, permite prever uma demanda crescente por bens minerais e produtos derivados nos próximos anos.

Nesse sentido, e visando garantir o suprimento atual e futuro de bens minerais, o fomento à produção e o estímulo ao uso racional e eficiente dos recursos minerais é uma das prioridades da política de governo para o setor,

Merecem destaque as políticas de governo para fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e os projetos temáticos que visam ampliar as reservas e a produção de bens minerais considerados estratégicos para o País, a exemplo de minerais utilizados como insumos para fertilizantes e portadores de elementos terras-raras.

A atividade de mineração é totalmente dependente da descoberta dos depósitos minerais, onde quer que estes estejam. Essa característica, denominada rigidez locacional, descreve o fato de que os depósitos existem em um determinado local e, nesta área, deverá ocorrer sua exploração, não sendo possível, portanto, movimentar o minério sem antes extraí-lo.

Devido a isso é importante a constante busca por novos depósitos, pois, aqueles atualmente produtivos certamente chegarão ao fim de sua vida útil, o que pode durar no máximo algumas dezenas de anos. Soma-se a isto o fato de que os grandes depósitos, aqueles com elevadas quantidades, seja em volume, seja em teor, chamados de depósitos de classe mundial (“*world class deposits*”), já foram praticamente todos descobertos e, não raro, totalmente explorados.

Decorre daí a necessidade de que sejam realizadas atividades de pesquisa voltadas à descobertas de novas jazidas. Aliada às pesquisas, o desenvolvimento de novas tecnologias e a inovação no setor

são fundamentais para viabilizar a produção de depósitos cujos teores sejam baixos ou a metodologia de extração torne inviável sua produção econômica.

Visando fomentar a pesquisa e a produção mineral de forma eficiente, a SGM tem proposto diversas atividades como pesquisa mineral para fosfato e terras raras objetivando reduzir a dependência tanto das substâncias como tecnológica. Para isto, conta com informações do Projeto OTGM e das Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIMs. Estas duas ações são constantemente atualizadas, devido à sua importância, pois permitem à SGM obter informações sensíveis para a tomada de decisão e para a adequada gestão do patrimônio mineral brasileiro.

Dentre as aplicações que a SGM e CPRM utilizam do OTGM e das ARIMs destacam-se: a definição de áreas prioritárias para levantamentos geológicos; o cruzamento de informações acerca de direitos minerários e o ordenamento territorial; o confronto entre a atividade mineral e a demarcação de áreas com restrição à mineração, tais como Unidades de Conservação – UCs e Terras Indígenas – TIs; o acompanhamento de ameaças e oportunidades para empreendimentos minerários; e a avaliação de áreas com conflitos associados à atividade mineral.

Outro ponto fundamental inserido neste macroprocesso são os projetos temáticos de minerais estratégicos que visam ampliar reservas e a produção de determinadas substâncias minerais. Destacam-se os projetos de pesquisa de diamantes, terras raras e fertilizantes, sobretudo potássio e fosfato. Esses estudos são definidos pela SGM e CPRM, mas executados diretamente pela CPRM e abrangem estudos em diversos estados brasileiros.

Além disto, foi proposta pelos órgãos setoriais a criação de uma instância de governança de ações para minerais estratégicos, incluindo representantes do setor público e privado. Nesse sentido, além da proposta de criação de um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, é importante destacar que o Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM, criado pelo Novo Marco Regulatório da Mineração – NMR terá autonomia para propor diretrizes e promover a governança de substâncias estratégicas ao país.

Com essas ações, espera-se que haja a massificação nos levantamentos temáticos, o que certamente irá contribuir com o aumento da produção e a menor dependência do país em relação à importação de determinadas substâncias minerais, a exemplo de fertilizantes como o potássio e o fosfato.

Finalmente, cumpre à SGM promover propostas de parcerias com estados para realização de projetos específicos que atendam a necessidade de avaliação do potencial mineral em cada ente da federação. A partir disto, a SGM realiza convênios com a administração pública dos estados visando atender demandas específicas de fomento e agregação de valor ao setor mineral local.

## **Objetivos**

### **1) Fortalecer atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica do setor mineral.**

#### Metas/Resultados

##### **I. Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)**

- Meta Não Quantificável

- Data de Referência: 31/12/2013

II. Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral

- Meta Não Quantificável
- Data de Referência: 31/12/2013

### **Análise de Risco**

- Escassez de recursos destinados ao fomento de PD&I; e
- Desinteresse da indústria mineral para investimentos em PD&I.

### **Competências Vinculadas (Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012)**

- promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos domínios da geologia e da indústria mineral;
- promover e coordenar ações e medidas preventivas e corretivas que objetivem assegurar a racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização com o meio ambiente de atividades realizadas pela indústria da mineração;
- propor políticas públicas voltadas para o incremento da participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de geologia e mineração;
- promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente;
- formular diretrizes e prioridades para os levantamentos geológicos básicos e específicos, aos estudos geocientíficos, apoiando, promovendo e monitorando seus resultados;
- articular os sistemas de informações geológicas e de recursos minerais;
- promover o planejamento estratégico da prospecção dos recursos minerais;
- propor diretrizes e requisitos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o potencial mineral do País;
- estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, nos setores de geologia e de exploração mineral;
- promover o desenvolvimento e a melhoria dos produtos e serviços de inventários, levantamentos geológicos e de recursos minerais;
- analisar e propor ações relativas ao controle e ao acompanhamento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais;
- analisar e propor políticas, planos e programas para a modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral;
- promover estudos para o desenvolvimento tecnológico, destinados à captação de novas tecnologias e à geração de novos produtos no setor mineral;
- coordenar e promover programas de incentivo e ações para o desenvolvimento tecnológico aplicado à mineração e à transformação mineral;
- propor diretrizes e requisitos de programas e projetos do Governo Federal, para o setor de mineração e de transformação mineral, e articulá-los com as demais políticas, planos e programas governamentais;
- estimular e induzir linhas de fomento para capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, nos setores de mineração e transformação mineral.



## **PLANEJAMENTO DO MME**

O PPA 2012~2015 é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações de governo no país e foi elaborado a partir das diretrizes estratégicas da Presidência da República, orientada para a inclusão social e redução das desigualdades regionais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda ambientalmente sustentável e redutora das desigualdades regionais; promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

O Plano Plurianual - PPA define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergindo à dimensão estratégica a ação governamental, orientar a definição das prioridades auxiliando na promoção do desenvolvimento sustentável.

O MME participou ativamente da elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, no período de abril à agosto de 2011.

Esse Plano foi organizado em Programas Temáticos/Objetivos/Iniciativas e Metas. Cada Programa temático é a aplicação prática de sua política pública.

O PPA reúne mais de 60 Programas Temáticos dos quais o MME participa em 7 programas nas áreas de:

1. Combustíveis
2. Energia Elétrica
3. Gestão Estratégica de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
4. Petróleo e Gás
5. Gestão de Riscos e Respostas a Desastres
6. Pesquisas Oceanográficas e Antártica, Gestão da Zona Costeira e Soberania no Mar.
7. Desenvolvimento Produtivo (Petroquímicas)

O Ministério de Minas e Energia para realizar sua missão constitucional e atingir todos os objetivos declarados no Plano Plurianual desenvolve, sob a sua coordenação, uma série de planos e estudos, predominantemente com viés estratégico e tático, para os setores energéticos e de mineração, cujos resultados orientam a formulação de políticas e de projetos setoriais.

## **PLANOS ESTRATÉGICOS E TÁTICOS**

### **O Plano Nacional de Energia 2030 - PNE 2030**

O Plano Nacional de Energia 2030 - PNE 2030 representa um importante instrumento para o planejamento do setor energético do país, orientando tendências e estratégias de expansão no longo prazo, juntamente com a elaboração da Matriz Energética Nacional 2030 - MEN 2030, subsidiando a elaboração dos estudos de curto e de médio prazo, como os dos Planos Decenais de Expansão de Energia - PDE. O planejamento do setor elétrico comporta todo um processo, que inclui o levantamento do potencial energético, com destaque para os estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas e para os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

O PNE apresenta uma abordagem energética ampla e a participação da sociedade desde a fase de concepção do planejamento, por meio da realização de seminários públicos, com ampla participação

de agentes e entidades organizadas do setor energético, centros de pesquisa, universidades e outros interessados.

### **Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM- 2030**

No âmbito do Setor Mineral, o MME é responsável pelo Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM- 2030), que tem como objetivo nortear as políticas de médio e longo prazo que possam contribuir para que o setor mineral seja um alicerce do desenvolvimento sustentável do País nos próximos 20 anos. No curto prazo, o PNM-2030 apresenta as diretrizes para o Plano Plurianual (PPA), que vigorará de 2012 a 2015. Este Plano também contribuirá, no médio e longo prazo, para o debate e a formulação dos PPAs seguintes no setor mineral.

A publicação do Plano representa uma etapa importante para a formulação de políticas e planejamento do setor mineral. O PNM-2030 tem como base três diretrizes: governança pública, eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no País no interesse nacional; agregação de valor e adensamento de conhecimento e sustentabilidade. Este é o primeiro Plano de Longo prazo que contempla a primeira etapa de industrialização dos minérios, a transformação mineral.

Entre os principais objetivos do Plano destacam-se a consolidação do Marco Regulatório da Mineração e a ampliação do conhecimento geológico. Os objetivos estratégicos e as ações previstas no PNM-2030 são propostas para a implementação das políticas do MME e serão devidamente monitorados. A elaboração do Plano resultou de estudos, reuniões e oficinas temáticas, coordenadas pelo MME e com uma abordagem integrada, reunindo informações, conhecimento e experiências, com mais de 400 participações. Essa publicação representa uma etapa importante para a formulação de políticas e planejamento do setor mineral.

### **Planos Decenais de Expansão de Energia – PDE**

O PDE é um plano tático, de médio prazo, indicativo quanto à oferta e transporte de energia e determinativo quanto à transmissão de energia elétrica. O PDE incorpora uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de recursos energéticos para um horizonte de dez anos, definindo um cenário de referência, o qual sinaliza e orienta decisões dos agentes no mercado de energia, visando assegurar a expansão equilibrada da oferta energética, com sustentabilidade técnica, econômica e socioambiental.

O planejamento decenal constitui-se, portanto, observando os condicionantes estratégicos contidos no PNE, em instrumento essencial para apoiar o crescimento econômico sustentável, visto que a expansão do investimento produtivo requer oferta de energia com qualidade, segurança e modicidade tarifária.

Além dos planos destacados acima, o MME participa da elaboração de uma série outros estudos de grande importância para suas atividades de planejamento, quais sejam:

- Programa Luz para Todos – LpT;
- Balanço Energético Nacional – BEN;
- Matriz Energética Nacional- 2030;
- Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas;
- Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT;

- Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo E Gás;
- Planejamento do Setor de Biocombustíveis;
- Plano Plurianual – PPA.

## **PLANEJAMENTO OPERACIONAL**

A gestão operacional do MME, em consonância com seu planejamento tático e estratégico, está respaldada por uma série de atividades voltadas para a avaliação, para o monitoramento e para uma eventual correção dos rumos traçados pelo planejamento.

Dentre as atividades de cunho operacional, destacam-se as seguintes:

- Avaliação das condições de atendimento eletroenergético do sistema interligado nacional
- Monitoramento da expansão da geração e transmissão
- Homologação das “datas de tendência” da operação comercial das usinas
- Acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia
- Monitoramento da comercialização de energia elétrica
- Atendimento das orientações e determinações do presidente da república, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;
- Atendimento das orientações e determinações do ministro, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;
- Atendimento das demandas de agentes e entidades setoriais, realizar os registros pertinentes, articular providências junto às áreas envolvidas e monitorá-las;
- Assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda, conforme as políticas governamentais;
- Monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, das instituições responsáveis pelos setores e propor as revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;
- Avaliar, em conjunto com as agências reguladoras e instituições competentes, as condições e a evolução dos abastecimentos de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e a satisfação dos consumidores;
- Monitorar, em conjunto com a ANP, o aproveitamento racional das reservas de hidrocarbonetos;
- Monitorar a participação da indústria nacional de bens e serviços no suprimento da indústria e petróleo, propor políticas que elevem essa participação, em bases econômicas;
- Monitorar as negociações de preços do gás natural importado, para torná-los mais competitivos;
- Monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis renováveis;
- Monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, bem como das instituições responsáveis, propondo revisões, atualizações e correções dos modelos em curso; e
- Monitorar e avaliar, em conjunto com órgãos da administração pública federal e instituições competentes, as condições e a evolução do suprimento de bens minerais, e a satisfação dos consumidores.

## **PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MME EM 2013**

O Ministério de Minas e Energia, considerando as competências estabelecidas pelo Decreto nº 7.798, de 2012, atua na gestão de programas de Energia Elétrica, Petróleo, Gás Natural, Combustíveis Renováveis e Mineração.

Esses programas, alinhados com os objetivos do PPA, priorizam ações relacionadas com a segurança energética, a modicidade tarifária, a universalização do atendimento, a produção de petróleo e gás natural, o abastecimento de combustíveis, inclusive renováveis, a ampliação do conhecimento geológico do território brasileiro, além da gestão dos instrumentos de planejamento e das normas setoriais.

Assim, os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e os específicos singulares do Ministério exercem suas competências legais fundamentadas nesses objetivos estratégicos, priorizando suas ações para alcançar plenamente os resultados.

Em 2013, na questão de **segurança energética**, várias ações foram desenvolvidas, entre elas, a expansão da capacidade de geração e de transporte de energia elétrica, o monitoramento das obras da Copa do Mundo de 2014, a implantação do Protocolo de Proteção, que determinou a inspeção detalhada de subestações estratégicas do Sistema Interligado Nacional – SIN e a elaboração dos planejamentos setoriais.

Como resultado, foram obtidos recordes de expansão do sistema elétrico, tanto em geração como em transmissão, e observado uma redução do número das grandes perturbações no SIN durante o ano de 2013. Como estratégia de atuação, cabe ressaltar o papel importante do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE que, em suas reuniões mensais, permanentemente, acompanhou e propôs ações tempestivas para que o mercado de energia elétrica brasileiro fosse atendido plenamente.

Como importante fundamento do modelo setorial, a **modicidade tarifária** também mereceu especial atenção. Ações no sentido de contratar energia elétrica de novos empreendimentos de geração e de serviços de transmissão, incluindo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão da rede básica do SIN, por meio de leilões permitiram menores preços para composição do preço da energia elétrica.

A prorrogação das concessões, a partir da Lei nº 12.783, de 14 de janeiro de 2013, também resultou em benefício aos consumidores de energia elétrica, com um efeito médio de redução de 20,2% nas tarifas. Na mesma direção, a regulamentação do art. 1º da Resolução CNPE nº 3, que trata da Metodologia para Internalização de Mecanismos de Aversão a Risco nos Programas Computacionais para Estudos Energéticos e Formação de Preço, também favoreceu a modicidade tarifária.

As ações relacionadas com a retomada das rodadas de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural em 2013 permitiram uma atuação direta do Ministério no objetivo de **produção e abastecimento**. Como resultado, a exploração desses campos, associada à construção de plataformas, sondas e navios, certamente demandará grande volume de investimentos. Aliás, o Brasil detém hoje a maior demanda do mundo por equipamentos da indústria do petróleo.

Ainda, como parte desse objetivo, cabe destacar as ações preparatórias para melhorar a qualidade dos combustíveis. Primeiramente, em 2013, o abastecimento de diesel com menor teor de enxofre e, a partir de janeiro de 2014, a gasolina.

Na mineração, as ações de **mapeamento geológico e aerogeofísico** proporcionaram um maior conhecimento do território brasileiro. Mas, em 2013, o fato marcante nessa área foi o envio para o Congresso Nacional do **Marco Regulatório da Mineração**, que moderniza as regras do setor mineral e cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração.

Como estratégia, o Ministério conduziu ações para desenvolvimento do Marco com participação da sociedade, utilizando os modelos de audiências públicas. Regulamentações de outros países também foram consultadas. Para ampliar o debate com a sociedade, o Ministério está participando de audiências públicas em vários estados.

Os principais desafios estratégicos do exercício de 2013 foram cumpridos, fundamentados, principalmente, nas competências legais do Ministério e nos programas, objetivos e ações, resumidamente, descritas nos itens anteriores.

## **1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO**

A Portaria TCU nº 175/2013 descreve “macroprocessos de apoio” como aqueles que garantem o suporte adequado aos macroprocessos finalísticos. Nesse sentido, identifica-se 05 Macroprocessos de Apoio que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas do MME, sendo eles:

- A. Monitoramento do Licenciamento Ambiental de Empreendimentos do Setor Elétrico**
- B. Relações Institucionais**
- C. Monitoramento da Gestão do Programa de Aceleração do Crescimento**
- D. Planejamento Estratégico Institucional**
- E. Gestão de Recursos Externos**

### **Macroprocessos Referentes à Assessoria Especial em Gestão Socioambiental - AESA**

O Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia, promove um importante esforço de ampliação da infraestrutura energética, com a previsão de incremento de obras de usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, usinas térmicas e eólicas.

Esse aumento de potencial energético, representado na segunda edição do Programa de Aceleração do Crescimento e no Plano Decenal de Expansão de Energia, vem acompanhado de um contexto complexo, com interações entre empreendimentos energéticos e unidades de conservação, povos tradicionais e patrimônio histórico, com necessidade cada vez maior de internalização das questões socioambientais.

Isto resultou na criação de um setor especializado no Ministério de Minas e Energia, denominado **Assessoria Especial em Gestão Socioambiental - AESA**, vinculado à Secretaria Executiva, que possui como objetivos principais:

- *assegurar o funcionamento eficiente e harmônico da gestão socioambiental no Ministério;*
- *promover a articulação interna no Ministério de Minas e Energia, intrasetorial e inter-setorial necessária à implementação de ações para equacionar questões socioambientais relativas a empreendimentos setoriais*

As competências da AESA, constantes no Decreto nº 7.798, de 12 de setembro de 2012, permeiam o Macroprocesso de Apoio de Monitoramento da Gestão Ambiental no que diz respeito ao licenciamento ambiental dos empreendimentos do setor elétrico e o Macroprocesso de Apoio de Relações Institucionais, relativo à área ambiental.

As competências vinculadas que estão mais afeitas ao licenciamento ambiental são as seguintes:

- *promover a articulação intrasetorial e inter-setorial necessária à implementação de ações para equacionar questões socioambientais relativas a empreendimentos setoriais;*
- *acompanhar o processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos setoriais a licitar, na Empresa de Pesquisa Energética - EPE, nos órgãos licenciadores e nos demais gestores envolvidos em questões do patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental, e daqueles em construção e operação, nos agentes competentes;*
- *monitorar a implementação das diretrizes definidas, pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, para ações de meio ambiente relacionadas a empreendimentos da área de atuação do Ministério;*
- *promover a articulação interna no Ministério de Minas e Energia para elaboração e integração de propostas de regulamentação sobre questões de meio ambiente de interesse do Ministério;*
- *oferecer e articular apoio e suporte técnicos necessários às ações de meio ambiente no âmbito do Ministério.*

A AESA, em 2013, participou de 548 reuniões técnicas. Foram emitidas 117 manifestações técnicas para resposta às demandas dos órgãos de governo e da sociedade civil.

---

## **A. MACROPROCESSO MONITORAMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DO SETOR ELÉTRICO**

### **Assessoria Especial em Gestão Socioambiental – AESA**

---

A Assessoria Especial em Gestão Socioambiental possui uma carteira com mais de 600 empreendimentos de geração e transmissão, sujeitos ao monitoramento, listados no Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE e no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; e aqueles acompanhados pelo Departamento de Monitoramento do Setor Elétrico – DMSE do Ministério de Minas e Energia (MME). Esses empreendimentos são necessários para o atendimento ao mercado consumidor nacional e ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Estão dispersos em todo o território nacional e se encontram em fase de licenciamento ambiental, necessitando de acompanhamento junto aos órgãos ambientais licenciadores federais e estaduais e instituições envolvidas (Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, Ministério de Saúde, Agência Nacional de Águas – ANA, etc).

No âmbito setorial externo, a AESA orienta e promove interlocução com os empreendedores quanto às diretrizes socioambientais, acompanhando os licenciamentos, no nível dos procedimentos propriamente ditos e também no nível das relações sociais e institucionais.

No âmbito deste macroprocesso, a AESA promove o monitoramento e a gestão das questões socioambientais associadas a empreendimentos do setor elétrico, concedidos e a licitar, subsidia o Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico - DMSE e a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC no monitoramento dos empreendimentos, assim como a consultoria jurídica do MME.

As ações de monitoramento alcançaram, em 2013, 573 empreendimentos outorgados ou autorizados do setor elétrico, sendo 178 linhas de transmissão/subestações; 21 Usinas Hidrelétricas; 340 Usinas Eólicas e 34 Usinas Termelétricas.

Em fase de planejamento, com vistas ao seu licenciamento ambiental, encontra-se um total de 38 projetos sob acompanhamento, dos quais: 7 projetos estão com Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) concluídos e em análise nos Órgãos Ambientais; 11 projetos com EIAs em fase de elaboração; 2 projetos no aguardo de Termo de Referência para elaboração dos estudos ambientais; 4 Aproveitamentos encontram-se com a Licença Prévia emitida e aptos a participação dos certames para venda de energia; os demais projetos aguardam o início dos processos de licenciamento ou da definição de procedimentos específicos para condução de questões socioambientais para sua continuidade. Estão sendo acompanhados também 4 Estudos de Inventário Hidrelétrico.

Entre os empreendimentos integrantes do PDE e do PAC cujos licenciamentos, em diversas fases, são acompanhados, podem ser destacados:

- No rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, que possuem potência instalada, respectivamente, de 3150 MW e 3750 MW;
- Na bacia do rio Xingu, a UHE Belo Monte, em construção, terá potência instalada de 11.233 MW;
- Na bacia hidrográfica do rio Teles Pires há a previsão das hidrelétricas de São Manoel (700 MW), Teles Pires (1820MW), Sinop (400 MW) e Colíder (300 MW);
- No rio Tapajós, estão em fase inicial de licenciamento o AHE São Luiz do Tapajós (6.133 MW) e o AHE Jatobá (2.336 MW).

Em 2013, para os empreendimentos de geração hidrelétrica destaca-se a emissão das Licenças de Instalação das UHEs São Roque (135 MW), Baixo Iguaçu (350,2 MW) e a Licença de Operação para a UHE Garibaldi (177,9 MW); bem como a realização das Audiências Públicas e a obtenção da Licença Prévia para o AHE São Manoel (700 MW).

Para os empreendimentos de transmissão de energia elétrica, destaca-se a emissão da Licença de Instalação da LT Salto Santiago – Itá – Nova Santa Rita e das Licenças de Operação para os seguintes empreendimentos: a) Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus: Tucuruí – Xingu – Jurupari, LT Jurupari – Oriximiná, LT Oriximiná – Silves – Eng. Lechuga – Manaus; b) Interligação Madeira – Porto Velho – Araraquara: LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 1, Corrente Contínua em 600kV.

Em 2013, no âmbito da regulamentação da Portaria Interministerial 419/2011, que trata da participação dos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental, se destacam: a discussão junto ao Ministério do Meio Ambiente – MMA e Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Instituto Chico de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Fundação Palmares nas instruções normativas referentes aos procedimentos de participação dos órgãos e; a participação nas discussões para regulamentação da Lei Complementar 140/2012, com objetivo de se definir tipologias de empreendimentos a serem licenciados pelo IBAMA, órgãos estaduais e municipais.

---

## B. 1. MACROPROCESSO RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

### Assessoria Especial em Gestão Socioambiental – AESA

---

Com o objetivo de buscar consenso para soluções técnicas e legais a serem adotadas na condução dos procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos nas suas diversas fases, bem como no estabelecimento de ações e políticas públicas pelo Governo, foi estabelecida agenda interministerial.

Das ações desenvolvidas em 2013, houve a participação nos debates e análise de Projetos de Lei e propostas de políticas públicas de diversas áreas relacionadas à gestão socioambiental dos empreendimentos elétricos, e a representação no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e em diversos outros fóruns governamentais e com a sociedade civil.

O MME, por intermédio da AESA, também contribuiu para a discussão de instrumentos legais e normativos de outros setores que exigem procedimentos integrados, tais como o Licenciamento Ambiental da Aquicultura em reservatórios; o gerenciamento adequado de policloretos de bifenila e para recuperação de ambientes hídricos que são de grande importância para o abastecimento público de água; e a discussão de Sistemas de Transposição de Nível (Eclusas) em hidrelétricas. Todas estas questões contribuem para uma melhor gestão socioambiental e para reduzir os custos dos concessionários de energia e consequentemente contribuem para a Política do Governo Federal de redução das tarifas cobradas dos consumidores.

#### **Elaboração de manifestações para tomada de decisão do Governo Federal sobre uso do território**

Cabe à AESA consolidar e enviar posicionamento do Ministério de Minas e Energia: ao MDA/INCRA a respeito de demandas de desapropriação de imóveis rurais para Assentamento de Reforma Agrária e Territórios Quilombolas; ao Ministério da Justiça/FUNAI a respeito da demarcação e homologação de Terras Indígenas; e ao MMA/ICMBio quanto à criação de Unidades de Conservação.

Uma importante ferramenta de planejamento no contexto da expansão do parque gerador de energia elétrica, implantação de demais obras de infraestrutura e territórios de conservação e reservados a políticas sociais é a elaboração pela AESA de análises baseadas em **mapas georreferenciados**, elaborados pelo MME, considerando os empreendimentos setoriais e os demais usos propostos no ordenamento territorial são ferramentas importantes de planejamento da expansão do parque gerador de energia elétrica, da implantação de demais obras de infraestrutura e territórios de conservação reservados às políticas sociais.

#### **Subsídios à formulação de políticas e regulamentos e representação do Ministério em órgãos colegiados relacionados às questões socioambientais**

No contexto de expansão econômica e necessidade de compatibilização entre o meio ambiente e o desenvolvimento econômico e social, a AESA atua na discussão em diversos fóruns governamentais e na **consolidação da regulamentação socioambiental** aplicada aos empreendimentos setoriais. A viabilização sociopolítica dos novos projetos pressupõe regras sociais articuladas com as demais políticas sociais, acompanhamento e gestão do processo de implantação dos mesmos.



O atendimento às populações afetadas por barragens teve avanços expressivos, com as ações desenvolvidas pela AESA na Coordenação do Comitê Interministerial do Cadastro Socioeconômico para fins de identificação de população atingida por empreendimentos hidrelétricos, criado pelo Decreto nº 7.342/2010, resultando na aprovação dos dois primeiros planos cadastrais, que orientarão o cadastro socioeconômico das pessoas nas áreas previstas para os aproveitamentos hidrelétricos de São Luiz do Tapajós e Jatobá.

As questões relacionadas aos povos indígenas e tradicionais ganharam destaque em 2013 o avanço do processo de construção de diálogo institucional (MME, MMA, FUNAI) para a definição de diretrizes visando à regulamentação do Artigo 231 da Constituição Federal e a participação no Grupo de Trabalho GT/SGP- PR/OIT 169 visando à elaboração de um modelo de processo de consulta aos povos indígenas nos termos da Convenção OIT 169 e do Decreto nº 5.051 de 2004. A conclusão deste processo reduzirá as paralisações de processos de licenciamento ambiental e de obras em andamento cujos processos de consulta a indígenas e quilombolas são questionados pelo Ministério Público Federal, apesar do entendimento do Governo Brasileiro de que a Convenção 169 é autoaplicável.

Em 2013 foi dada continuidade ao diálogo com a Secretaria Geral da Presidência da República na Mesa do MAB sobre a minuta de Decreto referente à Política Nacional de Tratamento dos Atingidos por Barragens - PNAB e foi iniciada a participação na Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais da Presidência da República, na coordenação e gestão de ações voltadas aos atingidos por barragens.

Destaca-se ainda a participação no Grupo de Trabalho de Atingidos por Barragens no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que realizou audiências públicas junto à população na região de influência de empreendimentos nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, elaborou relatórios e fez gestão às empresas e outros órgãos para a avaliação de ações socioambientais necessárias à mitigação de impactos.

A representação da AESA no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu) visa acompanhar a realização de projetos na região de implantação UHE de Belo Monte, com o objetivo de garantir a aplicação dos R\$ 500 milhões em projetos que possibilitem maior desenvolvimento econômico e social na área de influência da usina de Belo Monte.

A AESA também participa do Grupo de Trabalho, coordenado pelo Ministério do Planejamento, que vem reunindo diversos órgãos federais e Prefeituras Municipais para organizar, por meio da Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT), a antecipação de políticas públicas na região do Rio Tapajós e possibilitar o aproveitamento de seu potencial hidrelétrico.

Em 2013, em conjunto com o Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - CEPTEL, foi discutido um novo conceito para o aproveitamento hidrelétrico no Brasil, especialmente na Amazônia, utilizando o modelo de Usina Plataforma. O MME contribuiu na definição das diretrizes de uma *“metodologia para planejar, projetar, construir e operar uma UHE ou um conjunto de UHEs situada em espaços territoriais legalmente protegidos, ou aptos a receberem proteção formal, em áreas com baixa ou nenhuma ação antrópica, de modo que sua implantação se constitua em um vetor de conservação ambiental permanente”*.

As jornadas sociais ocorridas no Brasil em 2013 ampliaram as discussões sobre o Compromisso Nacional pela Participação Social e da Política Nacional de Participação Social, resultando em minuta de Decreto que incorporou sugestões da AESA.

Em 2013 foi dado mais um passo para a coordenação intragovernamental da análise de propostas de Reforma Agrária. A AESA participou do Grupo de Trabalho na Casa Civil da Presidência da República para elaboração de Portaria Interministerial que trata dos procedimentos relativos às consultas que serão realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA junto aos demais ministérios no âmbito dos processos administrativos de aquisição e desapropriação de imóveis rurais.

Com a instituição da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas na Amazônia, a previsão de áreas de interesse de empreendimentos dos setores energético e mineral ganham mais um instrumento para compatibilização com alternativas de uso e conservação de extensas áreas na Amazônia. Com esta preocupação, a AESA fez a representação institucional nas reuniões do Plano de Prevenção de Desmatamento do Cerrado – PPCerrado e no Plano Prevenção e Controle de Desmatamento da Amazônia- PPCDAM, e a revisão e elaboração do Macro ZEE destas regiões.

A AESA participou do Grupo de Trabalho de discussão do Plano Nacional de Biodiversidade e acompanha a definição das Metas de Aichi, 20 proposições para reduzir a perda da biodiversidade, assumidas pelo Brasil no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, inclusive ao preparar manifestação ao Ministério de Relações Exteriores, para compatibilizar objetivos ambientais e energéticos de longo prazo.

A representação do Ministério do Meio Ambiente no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA tem participação expressiva da AESA em grupos de trabalho, câmaras técnicas e nas reuniões plenárias e resulta tanto na colaboração técnico- institucional quanto na elaboração de proposta de Resolução com vistas à otimização de procedimentos adotados para licenciamento ambiental de empreendimentos do Setor Energético. A participação do Ministério de Minas e Energia no CONAMA vem ao encontro também das expectativas de esclarecimentos a outros órgãos de governo e à sociedade sobre temas relacionados a impactos socioambientais, ao Planejamento Energético Nacional e à matriz energética brasileira, incluindo a importância dos procedimentos de avaliação ambiental integrada realizados pelo Setor Elétrico, dentre outros.

As competências vinculadas (Decreto nº 7.798/2012) relacionadas à área ambiental são:

- *subsidiar a formulação da política e diretrizes governamentais para questões socioambientais associadas à área de atuação do Ministério;*
- *analisar e acompanhar projetos de leis ou atos regulamentares de ação governamental sobre questões socioambientais relacionadas aos setores de minas e energia;*
- *articular-se com os órgãos do Ministério para proposições de acordos ou convênios relativos a questões socioambientais associadas a empreendimentos setoriais;*
- *elaborar, após manifestação dos órgãos e entidades do Ministério de Minas e Energia, pareceres técnicos para subsidiar a tomada de decisão sobre impactos socioambientais de empreendimentos nos setores de minas e energia;*
- *articular-se com entidades públicas governamentais, entidades sindicais e empresariais para equacionar os impactos ambientais e sociais dos empreendimentos setoriais;*
- *representar o Ministério e promover a unidade de atuação de representantes do MME em órgãos colegiados relacionados ao setor de meio ambiente;*

---

## **B. 2. MACROPROCESSO RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

### **Gabinete do Ministro - GM**

---

#### **Relações com o Congresso Nacional**

O Ministério de Minas e Energia - MME desenvolve uma série de atividades destinadas à interface e efetiva atuação junto ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados. Nas suas relações com o Congresso Nacional, o trabalho do Ministério compreende, principalmente:

- ✓ acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos de interesse do Ministério de Minas e Energia e providenciar o atendimento às solicitações, demandas diversas e aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo;
- ✓ fazer o acompanhamento de todas as fases das matérias, em andamento no Congresso Nacional, pertinentes ao Ministério;
- ✓ consolidar levantamento de pronunciamentos dos parlamentares inerentes a assuntos de interesse do Ministério, ocorridos no âmbito do Congresso Nacional;
- ✓ realizar o acompanhamento e o atendimento das demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação no Congresso Nacional, no sentido de, a partir das informações prestadas pelos Órgãos e Entidades vinculados ao Ministério, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza; e
- ✓ acompanhar as sessões e os trabalhos das Comissões do Congresso Nacional.

Nesse sentido, em 2013, o Ministério acompanhou mais de 1.000 (mil) proposições (Medidas Provisórias, Projetos de Lei e outros), que têm relação com as áreas de competência do MME, no âmbito do Congresso Nacional. Além disso, o Ministério atendeu a mais de 120 (cento e vinte) requerimentos de informações formulados por senadores e deputados. Participou de cerca de 250 (duzentos e cinquenta) audiências com parlamentares e atendeu a aproximadamente 360 (trezentos e sessenta) demandas diversas oriundas do Poder Legislativo.

Entre as questões mais relevantes, no âmbito do Congresso Nacional, devem ser mencionados os vários trabalhos realizados pelo Ministério, inerentes a temas de sua competência tratados nas diversas Comissões da Câmara e do Senado, incluindo o acompanhamento sistemático, por profissionais da área de assuntos parlamentares do MME, da evolução dos assuntos examinados e discutidos, bem como o comparecimento e a participação de técnicos, dirigentes e inclusive do Ministro de Estado, em diversas Audiências Públicas realizadas ao longo do ano. Em 2013, os temas de maior envergadura foram tratados em várias Audiências Públicas conforme indicado a seguir, nas seguintes Comissões:

- ✓ Comissão de Minas e Energia;
- ✓ Comissão de Serviços de Infraestrutura;
- ✓ Comissão de Defesa do Consumidor;
- ✓ Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática;
- ✓ Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional;
- ✓ Comissões Especiais.

#### **Relações com Agentes Setoriais**

No tocante as relações institucionais entre o Ministério e os agentes setoriais que atuam como concessionários, autorizados ou permissionários de serviços públicos nos segmentos de energia e mineração – bem como com as associações de classe representativas desses diversos agentes – a complexidade e o alcance das competências do MME exigem, entre outros requisitos, estabilidade

nas políticas e diretrizes inerentes a esses segmentos, transparência nas medidas e nos procedimentos adotados, conduta orientadora e disciplinadora enquanto legítimo representante do Poder Concedente, consideração objetiva do contexto e da realidade concreta das condições e ambientes em que atuam esses agentes.

Nesse sentido, o Ministério desenvolve vários trabalhos destinados a elevar o nível de informações à disposição dos agentes setoriais, a conhecer e avaliar as demandas e contribuições que têm a apresentar e a oferecer, a reunir elementos que traduzam visão plena das condições vigentes e, assim, melhor subsidiar os processos de tomadas de decisões, tendo como principais objetivos assegurar equilíbrio entre oferta e demanda desses serviços, modicidade, qualidade e segurança indispensáveis na prestação dos serviços, de modo a garantir o atendimento efetivo aos interesses maiores da sociedade.

Para esse efeito, entre as muitas ações desenvolvidas pelo MME, devem ser destacados o atendimento específico dedicado aos agentes setoriais por meio de reuniões técnicas, audiências, consultas públicas, seminários e similares. A esse respeito, em 2013 foram realizados cerca de mil e quinhentos eventos dessa natureza.

### **Relações com os Meios de Comunicação e a Imprensa**

Nas relações com os meios de comunicação e a imprensa, as ações do MME, quanto às atividades de comunicação de Governo, guardam conformidade com a orientação normativa do Órgão Central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM. Nesse sentido, em 2013 foram realizados trabalhos que compreendem basicamente:

- ✓ produção e divulgação de matérias e notícias que devem ser de conhecimento público, inerentes ao Ministério e suas Entidades vinculadas, para os veículos de divulgação, incluindo jornais, rádios, televisões, agências noticiosas e revistas do Brasil e do exterior;
- ✓ relacionamento com jornalistas dos diversos Órgãos de divulgação, fornecendo-lhes informações ou encaminhando-os, quando necessário, aos respectivos Órgãos ou Entidades vinculados;
- ✓ realização de entrevistas, coletivas ou exclusivas, de autoridades do Ministério junto aos veículos de comunicação;
- ✓ credenciamento de jornalistas junto ao Ministério e assistência à imprensa credenciada;
- ✓ divulgação de material de conteúdo jornalístico e publicitário, produzido pelos Órgãos e Entidades do Ministério;
- ✓ acompanhamento sistemático do noticiário escrito e falado dos diversos veículos de divulgação;
- ✓ divulgação das ações do Ministério e Secretarias na mídia internacional e nacional;
- ✓ organização de coletivas de imprensa para anunciar programas e propostas do MME;
- ✓ produção de releases/avisos de pauta para divulgar as ações do MME e Secretarias;
- ✓ elaboração de clipping eletrônico diário;
- ✓ trabalhos de monitoramento de mídia com as matérias que são publicadas ao longo do dia em *sites* e agências de notícias. Foram produzidos, em média, cinco boletins por dia;
- ✓ reuniões/contatos permanentes com jornalistas (colunistas) dos principais periódicos brasileiros para divulgações de ações específicas de competência do Ministério;
- ✓ participação de reuniões promovidas pela SECOM/PR para tratar de estratégias de interesse do MME;
- ✓ envio de notas e informações de interesse do Ministério para os principais colunistas do Brasil;

- ✓ produção de matérias para a Internet e Intranet, com o objetivo de melhorar o canal de comunicação do MME com os públicos externo e interno;
- ✓ monitoramento em tempo real das notícias veiculadas na web; e
- ✓ acompanhamento diário da mídia impressa da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, sobre as principais notícias a respeito do MME e seus setores;

O conjunto desses trabalhos gerou, em 2013, a elaboração de aproximadamente 250 (duzentas e cinquenta) matérias reunindo temas inerentes a todas as áreas de atuação do Ministério. Os atendimentos dirigidos aos meios de comunicação e imprensa foram da ordem de 4.000 (quatro mil), ao longo do ano. As matérias veiculadas pelos diversos canais de mídias, com temas relativos ao Ministério, resultaram na produção de cerca de 1.300 (mil e trezentos) clippings.

### **Relações Internacionais**

No âmbito das Relações Internacionais, o Ministério de Minas e Energia pauta-se pelas diretrizes do Governo Federal. Nesse sentido, incumbe-se basicamente de:

- ✓ atuar – até mesmo em relação aos órgãos e entidades vinculados ao Ministério – na coordenação e supervisão dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais, nos segmentos de minas e energia;
- ✓ identificar, de acordo com as orientações de Governo e em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, os assuntos de interesse da política externa brasileira que demandem a participação dos diversos órgãos do Ministério em torno de ações e programas de interesse para efeito de cooperação e parceria internacional e intermediar essas ações em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores;
- ✓ articular-se com as representações diplomáticas, agências governamentais estrangeiras e organizações multilaterais, em torno de possibilidades para a celebração de acordos ou a adesão a acordos de cooperação em áreas de interesse do Ministério;
- ✓ prestar apoio às missões estrangeiras, para concretizar ações relacionadas com as áreas específicas do Ministério; e
- ✓ articular-se com agentes nacionais e internacionais para ampliar a interação e integração do Brasil com outros países, nos setores de energia e mineração.

Nas diretrizes está prevista a internacionalização da política energética, com ênfase especial aos processos de integração sul-americana e latino-americana, à cooperação Sul-Sul e à solidariedade com países pobres e em desenvolvimento. Além disso, preconiza que as parcerias tradicionais serão mantidas e ampliadas e que o Brasil continuará mantendo diálogo com os países desenvolvidos e em desenvolvimento na esfera bilateral ou em organismos multilaterais.

Em linha com as diretrizes, as ações de maior impacto, em 2013, foram os diálogos estratégicos com Estados Unidos, Reino Unido e Noruega; a interação com países sul-americanos e organismos internacionais; e os trabalhos inerentes à Cooperação Sul-Sul.

No âmbito do Diálogo Estratégico com os Estados Unidos, foi mantido relacionamento institucional com o Departamento de Energia dos Estados Unidos da América para dar continuidade ao Plano de Ação acordado, promovendo reuniões presenciais e virtuais, bem como workshops e seminários técnicos.

O Diálogo de Alto Nível com o Reino Unido foi acordado em 2011 para dar direcionamento de alto nível ao Memorando de Entendimento em Energia Brasil-Reino Unido, de 2006. A esse respeito, em coordenação com a Embaixada do Reino Unido em Brasília, foram realizadas reuniões de alto nível, encontros técnicos presenciais e por vídeo/teleconferência, além de missões de especialistas -

para troca de experiências -, seminários e workshops, para intercâmbio de informações. Em janeiro, os líderes do Diálogo acordaram Plano de Trabalho que define atividades a serem executadas pelas partes, em nível técnico.

No que se refere ao Diálogo com a Noruega, foram estabelecidas as bases para a assinatura de um Memorando de Entendimento. Enquanto o mecanismo não é formalizado, o MME articula com MTCI e MDIC para que os temas de petróleo e gás, com aspectos comercial e tecnológico, sejam acompanhados por esta Pasta.

Na diretriz do processo de integração sul-americana, o MME atuou em coordenação com o MRE e o governo da Guiana no apoio ao Comitê de Energia da Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura, criado por Memorando de Entendimento assinado pelos chanceleres do Brasil e da Guiana durante a Cúpula do Mercosul de julho de 2013, em Montevideu. Para a concretização dos estudos sobre a construção de usinas hidrelétricas em território guianense, o MME coordena um grupo de estudo composto por especialistas das entidades vinculadas ao Ministério.

No que diz respeito aos organismos internacionais, uma demanda de grande repercussão mundial é a iniciativa “Energia Sustentável para Todos - SE4ALL”, do Secretário-Geral da ONU. A Iniciativa visa concretizar, até 2030, três metas globais interligadas: garantia de acesso universal aos serviços modernos de energia; duplicação da taxa de melhoria em eficiência energética; e duplicação da parcela de energia renovável na matriz energética global. Com o objetivo de estabelecer estratégias para a consecução dessas metas foi instituído, na primeira fase de implantação, o Grupo de Alto Nível (HLG). Na segunda e atual fase, o Conselho Consultivo. Em ambos os momentos, líderes internacionais do setor privado, governos e sociedade civil foram convidados a integrá-los. Desde o início dos trabalhos, o Ministro de Estado de Minas e Energia integra o grupo de dirigentes da Iniciativa. Os compromissos do Brasil para atingimento das três metas foram divulgados pelo Ministro de Estado durante a Conferência da Rio +20, e o MME tem contribuído destacadamente com sua *expertise* junto à Iniciativa, com a elaboração de documentos técnicos sobre o setor energético brasileiro e também com opiniões acerca dos documentos propostos pela Iniciativa.

É de se realçar ainda o relacionamento com a Agência Internacional de Energia, que culminou com o destaque para o Brasil na publicação anual *World Energy Outlook 2013*.

No âmbito regional, o MME participa do Grupo de Especialistas em Energia e no Grupo Político Jurídico, ambos coordenados pela Venezuela, na União de Nações Sul-americanas (UNASUL). Os dois grupos têm a tarefa de apresentar ao Conselho Energético Sul-americano uma proposta de Tratado Energético para a região.

Com relação à diretriz de solidariedade entre países, o MME manteve relacionamento com instituições governamentais de Angola, Argentina, Burundi, Egito, Filipinas e México, para organização de reuniões e visitas técnicas ao Brasil. Missões de cooperação técnica do MME foram para África do Sul, Chile, China, Colômbia, Equador, Guiana, Honduras, Moçambique, Peru e Uruguai.

Como se depreende, a atividade internacional no âmbito do MME é exercida por seu dirigente máximo, o Ministro de Estado, e também, na esfera técnica, com a efetiva participação dos dirigentes dos Órgãos que compõem a Estrutura Regimental do Ministério.

Durante o ano de 2013, foram protocoladas pela Assessoria Internacional mais de quinhentos e cinquenta Mensagens Oficiais do Ministério das Relações Exteriores - MRE, que originaram demandas a todas as áreas finalísticas deste Ministério. Essas solicitações oficiais deram origem a

reuniões ministeriais, reuniões técnicas, reuniões de coordenação, organização de eventos internacionais no Brasil e participação em eventos internacionais.

Além da interação com o MRE, o MME recebe demandas de outras origens, como representações diplomáticas acreditadas no Brasil, representantes de empresas privadas e de organismos internacionais. A análise de cada uma dessas solicitações é feita levando em consideração a competência do MME sobre a pauta, levantamento de informações sobre os interessados e validação junto ao MRE sobre a conveniência de atendê-las à luz das orientações da política externa do Governo brasileiro.

---

### **C. MACROPROCESSO DE MONITORAMENTO DA GESTÃO DO PAC**

#### **Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes - PAC**

---

A coordenação do PAC, no âmbito do MME, é realizada pelo Secretário-Executivo Adjunto, auxiliado pela Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes, a qual compete assessorar o Secretário-Executivo quanto a metas de projetos incluídos no PAC de responsabilidade do Ministério; monitorar, registrar e avaliar o desempenho e resultados dos projetos integrantes do PAC em áreas afetas ao Ministério; articular-se, por orientação do Secretário-Executivo, com órgãos do Ministério, outros órgãos governamentais e demais instâncias competentes sobre questões relativas ao PAC; manter sistema de informações gerenciais sobre o PAC e demais programas setoriais de responsabilidade do Ministério.

Para tanto, a Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes participa periodicamente de reuniões denominadas Salas de Situação, sob a coordenação da Secretaria do PAC do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ocasião em que apresenta a situação de determinadas ações, sendo analisados e definidos cronogramas dos empreendimentos visando atender às metas estabelecidas pelo programa, além de discussão das demandas e providências necessárias para o andamento das ações; promove reuniões específicas com os empreendedores e outros órgãos para monitoramento do processo e equacionamento de pendências específicas.

Conforme disposto no Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, e suas modificações, o PAC é acompanhado e supervisionado pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC, que coordena as ações necessárias a sua implementação e execução. É integrado pelos titulares do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Casa Civil da Presidência da República.

O Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento – GEPAC, vinculado ao CGPAC, tem o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados.

O GEPAC e o CGPAC realizam reuniões a cada quatro meses para o balanço do Programa, ocasião em que a coordenação do MME e as Secretarias realizam as apresentações dos principais resultados relacionados às ações monitoradas.

No Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, as ações supervisionadas e acompanhadas pelo MME somam 664 no eixo energia e 26 no eixo social e urbano. Essas ações são monitoradas pelas Secretarias de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Secretaria de Energia Elétrica, Secretaria-Executiva e Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.

As ações do Eixo Energia estão subdivididas da seguinte forma:

**344 ações referentes à Geração de Energia Elétrica:**

- 04 Estudos de Inventário Hidrelétrico – 10.850 MW;
- 19 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – 17.432,9 MW;
- 17 Usinas Hidrelétricas Planejadas – 14.740 MW;
- 23 Usinas Hidrelétricas Outorgadas – 24.621,7 MW;
- 50 Usinas Termelétricas outorgadas – 8.152,1 MW;
- 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas outorgadas – 252,7 MW; e
- 218 Parques Eólicos outorgados – 5.706 MW.

#### **177 ações referentes à Transmissão de Energia Elétrica:**

- 6 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica planejadas (18.842 km);
- 103 Linhas de Transmissão de Energia Elétrica outorgadas (30.955,15 km); e
- 68 Subestações de Energia Elétrica outorgadas (35.097,8 MVA).

#### **125 ações referentes à Petróleo, Gás Natural e Revitalização da Indústria Naval:**

- 1 Bases de Apoio ao serviço de Exploração de Petróleo;
- 33 Campos/Plataformas;
- 7 de Desenvolvimento da Produção;
- 8 Dutos/Terminais;
- 2 de Exploração no Pré-sal e Pós-sal;
- 5 de Fertilizantes;
- 14 de Gás Natural;
- 16 Navios ou Sondas de Perfuração;
- 6 Novas Refinarias ou Petroquímicas;
- 20 de Refino – Modernização/Ampliação; e
- 13 de Pesquisa Exploratória.

#### **6 ações referentes à Combustíveis Renováveis:**

- 1 Ampliação de uma Usina de Etanol, em Goiás – GO;
- 1 Hidrovia – Tietê/Paraná (investimento em infraestrutura para escoamento de etanol);
- 1 Planta de Biodiesel no Norte, no Pará – PA; e
- 3 Alcoodutos/Polidutos.

#### **12 ações referentes à Geologia e Mineração:**

- 1 de Gestão da Informação Geológica – CIG – Centro de Informações Geocientíficas;
- 1 de Gestão da Informação Geológica – Implantação da Rede de Litotecas;
- 1 de LAMIN - Modernização da Rede de Laboratórios Analíticos;
- 1 de Levantamento da Geodiversidade – Ordenamento Territorial;
- 1 de Levantamento da Geodiversidade – Riscos Geológicos e Desastres Naturais;
- 1 de Levantamento da Geodiversidade – Informações de Alerta de Enchentes e Inundações;
- 1 de Levantamentos Aerogeofísicos;
- 1 de Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais;
- 1 de Levantamentos Geológicos - Geologia Marinha, 1 de Levantamentos Geológicos – Cartografia Geológica;
- 1 de Levantamentos Geoquímicos; e
- 1 de Levantamentos Hidrogeológicos.



Ressalta-se que nas ações de Geologia e Mineração estão inseridas diversas subações relacionadas a cada tema.

As ações do eixo social e urbano estão subdivididas da seguinte forma:

Programa “Luz para Todos”: as 26 ações estão vinculadas a 716.000 ligações, nos seguintes estados: Roraima; Amazonas; Pará; Acre; Maranhão; Bahia; Piauí; Rondônia; Sergipe; Tocantins; Alagoas; Mato Grosso; Rio Grande do Norte; Mato Grosso do Sul; Paraíba; Pernambuco; Ceará; Minas Gerais; Goiás; Amapá; Espírito Santo; São Paulo; Rio de Janeiro; Paraná; Rio Grande do Sul; e Santa Catarina.

Das 664 ações do eixo Energia, 198 (29,8%) estão concluídas ou em operação, sendo 69 em 2013 (até novembro); 447 (67,3%) estão adequadas; 11 (1,7%) em atenção e 8 (1,2%) em situação preocupante.

Além de supervisionar o monitoramento das ações efetuado pelas demais Secretarias do MME, a Assessoria Especial em Acompanhamento de Programas Estruturantes acompanha as ações de geração de energia elétrica em estudo, a saber: inventários hidrelétricos, viabilidades técnica e econômica e usinas hidrelétricas planejadas.

Em relação aos estudos de inventário, 2 foram concluídos (3.650 MW), 1 está adequado (4.200 MW) e 1 está em atenção (3.000 MW). Os estudos de viabilidade em situação adequada somam 18 ações (16.104,9 MW) e 1 está preocupante (1.328 MW). As usinas planejadas em situação adequada somam 8 ações (11.295 MW), 3 em atenção (296 MW) e 6 em situação preocupante (3.149 MW).

Os estudos acima referidos, devido às dificuldades inerentes ao processo de licenciamento ambiental, no caso de estudos de usinas hidrelétricas, normalmente não são aprovados dentro do cronograma inicial, o que altera constantemente as previsões de leilão A-5 e o planejamento do setor elétrico, referente à geração de energia.

Os principais resultados de 2013 foram:

- Aprovação do inventário da bacia do rio Sucunduri, por meio do Despacho ANEEL nº 543, de 28/02/2013. O estudo não identificou empreendimentos de potência superior a 30 MW que sejam economicamente competitivos.
- Participação do Aproveitamento Hidrelétrico Sinop (400 MW) no Leilão A-5, em 29 de agosto de 2013, cujo vencedor foi o Consórcio Energético Sinop (CES), formado pelas empresas Alupar (51%) e Eletrobras Chesf e Eletronorte (49%).
- Participação do Aproveitamento Hidrelétrico São Manoel (700MW) no Leilão A-5, em 13 de dezembro de 2013, cujo vencedor foi o consórcio Terra Nova, formado pelas empresas EDP (67%) e Furnas (33%).

No subeixo Geração de Energia, foram concluídos ou estão em operação: 2 inventários hidrelétricos (3.650 MW); 10 usinas hidrelétricas (9.192,6 MW), sendo 5 em 2013 (5.579,7 MW); 31 parques eólicos (790,0 MW), sendo 10 em 2013 (248,8 MW); 8 pequenas centrais hidrelétricas (151,9 MW), sendo 2 em 2013 (39 MW); 42 usinas térmicas (5.261,3 MW), sendo 19 em 2013 (3.684,1 MW).

No subeixo Transmissão de Energia, foram concluídos ou estão em operação: 27 linhas de transmissão (8.860 km), sendo 9 em 2013 (5.065 km); 31 subestações (19.869 MVA), sendo 12 em 2013 (7.591 MVA).

No subeixo Petróleo, Gás Natural e Revitalização da Indústria Naval, foram concluídos ou estão em operação: 11 campos e plataformas, sendo 6 em 2013; 7 ações de desenvolvimento da produção; 1 duto/terminal; 2 ações de exploração Pré e pós-Sal; 1 ação de fertilizante; 6 de gás natural; 4 navios e sondas de perfuração, sendo 1 em 2013; 2 novas refinarias e petroquímica; 3 pesquisas exploratórias, sendo 2 em 2013; 10 ações de refino - modernização e ampliação.

No subeixo Geologia e Mineração, as ações são continuadas, com conclusões parciais. Dessa forma, destacam-se os seguintes resultados, referentes aos percentuais de realização da Meta até 2014: Gestão da Informação Geológica - Centro de Informações Geocientíficas, 75%; Gestão da Informação Geológica - Implantação da Rede de Litotecas, 78%; Modernização da Rede de Laboratórios Analíticos, 77%; Levantamento da Geodiversidade - Ordenamento Territorial, 72%; Levantamento da Geodiversidade - Riscos Geológicos e Desastres Naturais, 64,5%; Levantamento da Geodiversidade - Informações de Alerta de Enchentes e Inundações, 41,5%; Levantamentos Aerogeofísicos, 85%; Levantamentos Geológicos - Avaliação de Recursos Minerais, 84%; Levantamentos Geológicos - Geologia Marinha, 79%; Levantamentos Geológicos - Cartografia Geológica, 65,3%; Levantamentos Geoquímicos, 75%; e Levantamentos Hidrogeológicos, 81,4%.

O Programa Luz para Todos já realizou, de janeiro de 2011 a dezembro de 2013, a 455.306 ligações, sendo 87.313 em 2013.

A Assessoria Especial de Acompanhamento de Programas Estruturantes atua no papel de coordenação do PAC MME de forma a assessorar o Coordenador geral do PAC Energia. Para tal, o trabalho realizado segue as seguintes etapas: Levantamento de informação; Análise dos dados; Atuação para solucionar gargalos e exposição de resultados.

A Coordenação Geral do PAC participa de reuniões de acompanhamento da elaboração/execução das ações com empreendedores, das reuniões denominadas salas de situação, realizadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP com análise e definição de cronogramas, visando atender às metas definidas pelo programa.

Participa também das reuniões do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC vinculado ao CGPAC, que tem a finalidade de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC.

Posteriormente, é realizada uma análise crítica da execução física dos empreendimentos. Os problemas e obstáculos detectados são tratados com outros órgãos de governo envolvidos. Além disso, a coordenação analisa solicitações de inclusão e exclusão de empreendimentos do PAC MME e leva à decisão superior.

Dentre esses órgãos, pode-se citar Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Orçamento Federal (SOF - MP), Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico (SPI - MP), FUNAI, IBAMA, ICMBio, DNPM e outros.

A coordenação produz Relatórios Executivos do PAC, participa de grupos de trabalhos do governo, subsidia notas informativas e levantamento e consolidação de dados quantitativos e qualitativos para subsidiar as decisões relativas ao PAC.

---

## **D. MACROPROCESSO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL**

---

A seguir, apresentam-se informações relativas às iniciativas do MME sobre a implantação do planejamento estratégico institucional.

Em 2013, o MME deu continuidade às atividades iniciadas em 2012, visando a implantação e implementação de um planejamento estratégico institucional. O termo de referencia, base de sustentação para a contratação de Consultoria Especializada, que atuará com as equipes técnicas do MME, está concluído. A Secretaria Executiva realizou reunião em 12/09/2013 com todos os secretários das áreas finalísticas, na qual foi apresentado oficialmente o interesse do Sr. Secretário-Executivo de levar adiante a implantação do Planejamento Estratégico, no âmbito do MME.

Naquela reunião foi mostrado o cronograma de trabalho para essa implantação, a situação atual do termo de Referência, os diversos sistemas de planejamento desenvolvidos pelo MME ao longo dos últimos 4 anos, tais como o sistema de Informações Gerenciais – SIGE, o Plano Gestão desenvolvido pelo gabinete do Ministro e a necessidade e a oportunidade da implantação do Planejamento Estratégico do MME, a exemplo dos diversos órgãos e ministérios (TCU, Ministérios da Fazenda, Saúde, Planejamento e outros).

Na citada reunião ficou decidida a formação de uma Comissão Técnica por Portaria com representantes das diversas secretarias e da SPOA para avaliar e aprovar o Termo de Referência. A referida Portaria (nº 22, de 12/12/2013) foi assinada e, em janeiro 2014, foram realizadas as primeiras reuniões da Comissão Técnica de Planejamento Estratégico-CTPE visando aquele objetivo.

O Termo de Referência foi aprovado pela Comissão Técnica e enviado oficialmente à Diretoria de Programas, em 19/03/2014, para providências de contratação com o Banco Mundial de empresa consultora especializada para implantação do Planejamento Estratégico do MME.

---

## **E. MACROPROCESSO GESTÃO DE RECURSOS EXTERNOS**

---

Tendo em vista a extensão do conteúdo e a especificidade do Macroprocesso Gestão de Recursos Externos, que é conduzido pela Diretoria de Programas, com todos os seus controles, este Macroprocesso está colocado no Anexo I deste Relatório de Gestão.

### **1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS**

#### Parceiros Externos:

- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD;
- Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA;
- Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPTEL;
- Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;
- Agências de Regulação (Autarquias Especiais) – ANP e ANEEL;
- Autarquias (DNPM);
- Empresas Públicas (EPE e CPRM);
- Empresas de Economia Mista (Petrobras, Eletrobras e suas coligadas); e
- Ministérios (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda).

- Sindicatos Nacionais Empresariais
- Associações de Classe, dentre outros.

Parceiros Internos:

- Assessoria Internacional;
- Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE;
- Assessoria Especial em Gestão Socioambiental;
- Gabinete do Ministro;
- Secretarias Finalísticas; e
- SPOA.

## 2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 2.2.1 Programa Temático

**Quadro 2: Programa Temático: Energia Elétrica (A.2.2.1)**

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2033				
Título	Energia Elétrica				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	88.365.000,00	107.202.131,00	67.452.132,00	-	
Orçamento de Investimentos - OI	-	-	-	-	
Outras Fontes	54.511.693.000,00	-	-	-	
Total	177.244.433.000,00	-	-	-	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2013)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
63.044.273,73	62.135.693,45	62.135.214,01	0	908.580,28	-
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2013	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	1.113.765,24	-	11.980,81	-	1.101.784,43
Processados	0	-	-	-	-
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	95.212.975,00	Dotação OI	-	Outras Fontes	-

**Quadro 3: Programa Temático: Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral (A.2.2.1)**

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2041				
Título	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	-	330.000,00	2.200.000,00	-	
Orçamento de Investimentos - OI	-	-	-	-	
Outras Fontes	-	-	-	-	
Total	-	-	-	-	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
118.074,00	53.489,64	53.489,64	523,66	64.584,36	-
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	28.600,81	-	2.590,31	-	26.010,50
Processados	0	-	-	-	-
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	149.787.531,00	Dotação OI	-	Outras Fontes	-

## 2.2.2 OBJETIVOS

Quadro 4: Quadros de Objetivos da SPE (A.2.2.2)

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor		
Código	0034	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia
Programa	Energia Elétrica	Código	2033

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa	MW	1.100	808,8	861,1	78
2	Viabilizar e projetar 4 usinas termonucleares	UN	4	0	0	0

### Análise Situacional

#### Viabilizar e Projetar 1.100 MW de Capacidade de Geração a partir de Biomassa

No biênio 2012/2013 foram viabilizados 861,1 MW empreendimentos de geração termelétrica à biomassa, incluindo-se novas centrais e ampliações. Esse montante representa 78% de realização da meta prevista e sua localização se dá majoritariamente na Região Sudeste/Centro-Oeste.

Destaca-se que considera-se viabilizado todo empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos.

#### Viabilizar e Projetar 4 Usinas Termonucleares

Projetos não iniciados. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2 (em operação) e Angra 3 (em construção).

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Inventariar o equivalente a 8.240 MW de capacidade de geração hidrelétrica	MW	8.240	470,41	5.729,8	70
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
	Região Hidrográfica Amazônica	MW	5.700	54,5	2.938,1	52
	Região Hidrográfica Atlântico Leste	MW	140	12,38	76	54
	Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	MW	70	0	8,5	12
	Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	MW	210	10	251,4	120
	Região Hidrográfica Paraná	MW	630	328,26	981,3	156

	Região Hidrográfica São Francisco	MW	160	0	0	0
	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	MW	190	0	248,7	131
	Região Hidrográfica Uruguai	MW	1.140	65,27	1.225,9	108

#### Análise Situacional

#### Inventariar o equivalente a 8.240 MW de Capacidade de Geração Hidrelétrica

Entre janeiro/2012 e dezembro/2013 foram aprovados pela ANEEL 62 Estudos de Inventário Hidrelétrico (incluindo revisões), totalizando 4.629,8 MW. Adicionalmente, destaca-se a aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai no trecho limítrofe entre Brasil e Argentina pelos Governos de ambos os países, resultando em um potencial compartilhado de 2.200 MW (sendo 1.100 MW pertencente a cada país). Desse modo, as ações realizadas no biênio 2012/2013 permitiram conhecer com maior nível de detalhamento 5.729,8 MW do potencial hidrelétrico brasileiro, atingindo-se praticamente 70% da meta prevista para o horizonte 2012-2015

2	Realizar e aprovar Estudos de Viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 15.365 MW	MW	15.365	700	1.432	9
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
	Região Hidrográfica Amazônica	MW	13.500	700	619	5
	Região Hidrográfica Atlântico Leste	MW	225	0	0	0
	Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	MW	110	0	113	103
	Região Hidrográfica Paraná	MW	210	0	0	0
	Região Hidrográfica São Francisco	MW	450	0	0	0
	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	MW	150	0	0	0
	Região Hidrográfica Uruguai	MW	720	0	0	0

#### Análise Situacional

#### Realizar e Aprovar Estudos de Viabilidade de Usinas Hidrelétricas com Potencial total da ordem de 15.365 MW

No biênio 2012/2013 foram aprovados Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica de 4 aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 1.432 MW. Destaca-se ainda, que desses 4 aproveitamentos com estudos aprovados pela ANEEL, 3 já foram licitados e totalizam investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões.

3	Viabilizar e projetar 4.000 MW de capacidade de geração a partir de fonte eólica	MW	4.000	4710,6	4.738,6	118
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
	Região Nordeste	MW	3.000	4151,5	4.179,5	139



Região Sul	MW	1.000	559,10	559,1	56
<b>Análise Situacional</b>					
<b>Viabilizar e Projetar 4.000 MW de Capacidade de Geração a partir de Fonte Eólica</b>					
<p>No biênio 2012/2013, os Leilões de Energia Nova e de Energia de Reserva viabilizaram a implantação de 4.738,6 MW em novas centrais eólicas. Desse montante, 4.179,5 MW estão localizados na região Nordeste, confirmando a vocação da região para a fonte eólica. Os 559,1 MW restantes encontram-se na Região Sul. Uma vez que o potencial viabilizado na Região Nordeste superou isoladamente o montante previsto para o Brasil, entende-se como necessária a revisão das metas.</p> <p>Ressalta-se que para fins de aferição da meta considera-se viabilizado todo o empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos.</p>					

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica				
Código	0439	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia		
Programa	Energia Elétrica	Código	2033		
METAS QUALITATIVAS					
Sequencial	Descrição da Meta				
1	Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica.				
<b>Análise Situacional</b>					
<b>Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica.</b>					
<p>Em 2013, deu-se continuidade ao Convênio de Cooperação Técnica com o Centro de Pesquisa em Energia Elétrica - CEPEL, com o objetivo de apoio institucional para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas supracitadas. Ademais, foram destinados recursos para a promoção e participação brasileira nos grupos de trabalho da Agência Internacional de Energia (AIE), a saber: (1) Bioenergia; (2) Hidroeletricidade; (3) Energia Solar. Foram tentados outros convênios no decorrer do ano. Entretanto, em virtude do não fechamento do convênio em andamento, com o CEPEL, optou-se por não se abrirem novas frentes de trabalho.</p>					

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.				
Código	0048	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia		
Programa	Energia Elétrica	Código	2033		

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação	UN	20.000	9.700	18.700	93,5
<b>Análise Situacional</b>						

**Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação.**

Os resultados preliminares, levantados pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), até a data de fechamento do monitoramento (15/02/2014), demonstram que foram alcançados 9.700 GWh em 2013, o que leva a acreditar que a meta será plenamente alcançada no quadriênio 2012-2015. Se estes números se confirmarem, no biênio 2012-2013 já se terá atingido aproximadamente 18.700 GWh do total de 20.000 GWh previstos para o período de vigência do PPA.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.		
Código	0604	Órgão	32000 - Ministério de Minas e Energia
Programa	Combustíveis	Código	2022

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%.	%	50%	45%	60%	120
2	Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética.	Milhões de litros	650	-	76	11,7

**Análise Situacional**

**Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%.**

Em 2013, houve um crescimento de 270% no número de marcas que aderiram ao programa, perfazendo um total de 37 fabricantes, de um total de 40 que possuem vendas no Brasil. Da mesma forma, o número de modelos/versões subiu de 205 para 448, um crescimento de cerca de 120%. Este avanço se deveu, em grande parte, pela vinculação do PBE ao Programa Inovar-Auto, onde cada fabricante deverá declarar NO MÍNIMO, 60% da frota. A meta, portanto, está sendo perfeitamente seguida.

**Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética.**

O Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET) possui dentro do Setor de Transportes um Programa chamado EconomizAr, que é fruto da parceria com as federações ou sindicatos patronais do transporte de cargas e passageiros. O Programa atende aos veículos de motor diesel das empresas filiadas a essas entidades, sendo que as empresas participantes são visitadas periodicamente pelos técnicos do programa que fazem a avaliação das respectivas frotas de ônibus e caminhões. Existem ainda no âmbito interno das ações da Petrobras programas de economia de diesel como o TransportAR, que avalia os veículos que circulam pelas refinarias retirando produtos e o EngenhAR que avalia os veículos utilizados nas obras das novas unidades operacionais.

No período de janeiro a outubro de 2012 estimou-se uma economia de 76 milhões de litros de diesel em

programas realizados e apoiados pelo CONPET.

A Petrobrás/CONPET não possui dados atuais que possibilitem a aferição desta meta. Até a data de fechamento do ciclo de 2013 (15/02/2014), ainda não havia números mais atualizados a respeito dos resultados de 2013, motivo pelo qual o item “b) Realizada em 2013” do quadro “Metas Quantitativas não Regionalizadas” encontra-se sem informação.

**Quadro 5: Quadros de Objetivos da SPG (A.2.2.2)**

<b>Identificação do Objetivo</b>			
<b>Descrição</b>		<b>Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.</b>	
<b>Código</b>	<b>0553</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Combustíveis</b>	<b>Código</b>	<b>2022</b>
<b>METAS QUALITATIVAS</b>			
<b>Sequencial</b>		<b>Descrição da Meta</b>	
1		Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente.	

<b>Identificação do Objetivo</b>			
<b>Descrição</b>		<b>Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.</b>	
<b>Código</b>	<b>0185</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Combustíveis</b>	<b>Código</b>	<b>2022</b>
<b>METAS QUALITATIVAS</b>			
<b>Sequencial</b>		<b>Descrição da Meta</b>	
1		Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente	

<b>Identificação do Objetivo</b>			
<b>Descrição</b>		<b>Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.</b>	
<b>Código</b>	<b>0053</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Petróleo e Gás.</b>	<b>Código</b>	<b>2053</b>
<b>METAS QUALITATIVAS</b>			
<b>Sequencial</b>		<b>Descrição da Meta</b>	
1		Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações	

	(concessão e partilha).
2	Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015).

Identificação do Objetivo			
Descrição		Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.	
Código	0063	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás.	Código	2053
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial		Descrição da Meta	
1		Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção	
2		Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço.	

Identificação do Objetivo			
Descrição		Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.	
Código	0064	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás.	Código	2053
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial		Descrição da Meta	
1		Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país.	

Identificação do Objetivo			
Descrição		Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.	
Código	0529	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Petróleo e Gás.	Código	2053
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial		Descrição da Meta	
1		Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)	

Identificação do Objetivo			
---------------------------	--	--	--

<b>Código</b>		<b>Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.</b>				
<b>Código</b>	<b>0061</b>	<b>Órgão</b>		<b>Ministério de Minas e Energia</b>		
<b>Programa</b>	<b>Petróleo e Gás.</b>	<b>Código</b>		<b>2053</b>		
<b>METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Previsão 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha	Nº	2	1	1	50%
2	Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais Análise Situacional da Meta	Nº	7	2	2	29%
3	Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial	Nº	3	2	2	67%

**Identificação do Objetivo**

<b>Descrição</b>	<b>Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.</b>		
<b>Código</b>	<b>0053</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Petróleo e Gás.</b>	<b>Código</b>	<b>2053</b>
<b>METAS QUALITATIVAS</b>			
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>		
1	Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha).		
<b>Análise Situacional:</b>			
<p>Após a seleção das áreas da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS, a qual disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental, realizar-se-ão estudos para a definição de plano plurianual para realização de rodadas de licitações nas regiões consideradas aptas sob o ponto de vista ambiental.</p> <p>Também contribui para o cumprimento desse propósito o recém concluído Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás, fazendo com que tal estudo torne-se efetivamente um instrumento para o planejamento energético do país para o planejamento de áreas para as rodadas de licitação para atividades de exploração, para a tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos e para a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira.</p>			
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>		
2	Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015).		
<b>Análise Situacional</b>			
<p>A revisão e atualização do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás foi realizada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE sob a coordenação do MME.</p> <p>O trabalho compreende a coleta, o processamento e a produção de informações para representação da importância petrolífera das áreas do território nacional para as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás natural, segundo os interesses do Governo Federal.</p> <p>A EPE finalizou a última versão, que foi apresentada no dia 10/10/2013, tendo por base as diretrizes oriundas das reuniões realizadas entre EPE, ANP e MME.</p>			

<b>Identificação do Objetivo</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.</b>		
<b>Código</b>	<b>0529</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Petróleo e Gás.</b>	<b>Código</b>	<b>2053</b>
<b>METAS QUALITATIVAS</b>			
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>		
1	Elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)		
<b>Análise Situacional</b>			
<p>Durante o ano de 2012, discutiu-se com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS) e com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de</p>			

Consumidores Livres (ABRACE) as condições para permitir aos agentes de mercado fornecerem as informações de demanda de gás que subsidiam os estudos de expansão da malha.

Ainda, durante o ano de 2012, foram recebidas as previsões de crescimento de demanda nos diversos Estados brasileiros. Também foram analisadas as previsões de crescimento da produção de gás, e estimados os volumes potenciais de oferta do energético. Para a infraestrutura, foi feita a análise da rede existente e das necessidades de expansão. O MME acompanhou a elaboração dos estudos pela EPE e participou de reuniões com os agentes do setor, contribuindo com o processo.

A versão preliminar do PEMAT foi concluída em dezembro de 2013, estando previsto a sua disponibilização para consulta pública na primeira quinzena de janeiro de 2014. A expectativa é que a primeira edição do plano seja publicada até o final do 1º Trimestre de 2014. Em seguida terão início os estudos para o próximo ciclo de planejamento.

Identificação do Objetivo			
Descrição	Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.		
Código	0553	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Combustíveis	Código	2022
METAS QUALITATIVAS			
Sequencial	Descrição da Meta		
1	Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente.		
<b>Análise Situacional</b>			
<b>Etanol Combustível:</b> Projeção de demanda interna total no PDE 2022 (2013): 27,3 bilhões de litros; contra uma produção total (2013) de 27,8 bilhões de litros, e consumo interno total (2013) de 23,9 bilhões de litros.			
<b>Informações relevantes:</b> (1) A expansão da produção de etanol não acompanhou o aumento da demanda por combustíveis do Ciclo-Otto (gasolina e etanol), reflexo da crise econômica internacional a partir de 2008 que inibiu investimentos no setor e de duas safras consecutivas com problemas climáticos (safra 2009/2010 e safra 2010/11) que reduziram a produtividade dos canaviais existentes. (2) Aumento dos custos de produção da cana-de-açúcar, e conseqüentemente do etanol, o que reduziu a competitividade do biocombustível em comparação com a gasolina.			
<b>Biodiesel:</b> Projeção de demanda total no PDE 2022 (2013): 2.873 milhões de litros; contra uma produção total (2013) de 2.930 milhões de litros.			
<b>Informações relevantes:</b> A produção está de acordo com as projeções de demanda do PDE vigente e a capacidade instalada de produção de biodiesel, de 7.504 milhões de litros em 2013, foi suficiente para atender o aumento da demanda verificado.			
<b>Plano Decenal de Expansão de Energia (vigente):</b> PDE 2022			

Identificação do Objetivo			
Descrição	Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.		
Código	0185	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Combustíveis	Código	2022
METAS QUALITATIVAS			

Sequencial	Descrição da Meta
1	Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente
<b>Análise Situacional</b>	
<p><b>Etanol Combustível:</b> Projeção de demanda interna total no PDE 2022 (2013): 27,3 bilhões de litros; contra uma produção total (2013) de 27,8 bilhões de litros.</p> <p><b>Informações relevantes:</b> (1) A expansão da produção de etanol não acompanhou o aumento da demanda por combustíveis do Ciclo-Otto (gasolina e etanol), reflexo da crise econômica internacional a partir de 2008 que inibiu investimentos no setor e de duas safras consecutivas com problemas climáticos (safra 2009/2010 e safra 2010/11) que reduziram a produtividade dos canaviais existentes. (2) Aumento dos custos de produção da cana-de-açúcar, e conseqüentemente do etanol, o que reduziu a competitividade do biocombustível em comparação com a gasolina.</p> <p><b>Biodiesel:</b> Projeção de demanda total no PDE 2022 (2013): 2.873 milhões de litros; contra uma produção total (2013) de 2.930 milhões de litros.</p> <p><b>Informações relevantes:</b> A produção está de acordo com as projeções de demanda do PDE vigente e a capacidade instalada de produção de biodiesel, de 7.504 milhões de litros em 2013, foi suficiente para atender o aumento da demanda verificado. O governo estuda os impactos econômicos na proposta de aumentar a mistura obrigatória.</p> <p><b>Plano Decenal de Expansão de Energia (vigente):</b> PDE 2022</p>	

Identificação do Objetivo						
Descrição	Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.					
Código	0061	Órgão	Ministério de Minas e Energia			
Programa	Petróleo e Gás			Código	2053	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequência	Descrição da Meta	Unidade de medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
1	Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha	Nº	2	1	1	50%
<b>Análise Situacional</b>						
<p>A 1ª Licitação de Partilha de Produção, autorizada pela Resolução CNPE nº 04/2013, foi realizada no dia 21 de outubro de 2013. A ANP ofertou a estrutura conhecida como prospecto de Libra, descoberto pelo poço 2-ANP-0002ARJS, na bacia de Santos.</p> <p>O consórcio vencedor, formado pelas empresas Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda., Total S.A, CNPC <i>International Ltd.</i> e CNOOC <i>International Limited.</i> ofertou excedente em óleo para a União de 41,65%. Além disso, o consórcio recolheu R\$ 15 bilhões relativos ao bônus de assinatura e assumirá compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões.</p> <p>A assinatura do contrato de partilha de produção ocorreu no dia 2 de dezembro de 2013.</p> <p>O resultado atendeu às expectativas, principalmente no que diz respeito à composição do consórcio vencedor, formado por empresas de grande porte com vasta experiência na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, e por empresas com recursos financeiros suficientes para</p>						



incorrer nos elevados custos inerentes a essas atividades.

#### METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS

Sequencia 1	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Pre vista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais.	Nº	7	2	2	29%

#### Análise Situacional

Na vigência do Plano Plurianual 2012-2015, até a presente data, foram realizadas a 11ª e 12ª rodadas de licitação de blocos exploratórios sob o regime de concessão.

A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013.

Dos 289 blocos ofertados, 142 foram arrematados e 120 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 61.258,60 km². A assinatura dos 120 contratos de concessão da 11ª Rodada de Licitações foi realizada nos dias 06 e 30 de agosto, 17 de setembro e 13 de novembro de 2013.

Nesta rodada, foram ofertados 67 blocos nas bacias maduras Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas, totalizando 1.974 km² de área. Dos 67 blocos ofertados em bacias maduras, 46 foram arrematados e 44 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 1.305,40 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R\$ 82,7 milhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 71.566 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 271,9 milhões, e o conteúdo local médio dos contratos assinados foi de 78,18% para a fase de exploração e 84,84% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013. A rodada atraiu o interesse de 26 empresas.

Dos 240 blocos ofertados, 72 foram arrematados, o que corresponde a uma área total arrematada de 47.427,60 km². O bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 165,2 milhões (ágio de 755,95%). O Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 129.761 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 503,5 milhões (ágio de 322,89%). O conteúdo local médio ofertado foi de 72,61% para a fase de exploração e 84,47% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nesta rodada, foram ofertados 130 blocos nas bacias maduras do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas, totalizando 3.870,66 km² de área. Dos 130 blocos ofertados em bacias maduras, 54 foram arrematados, o que corresponde a uma área arrematada de 1.578,80 km². O bônus de assinatura ofertado para esses blocos foi de R\$ 132,2 milhões. O Programa Exploratório Mínimo ofertado foi de 67.156 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R\$ 255,2 milhões. O conteúdo local médio ofertado foi de 72,78% para a fase de exploração e 84,82% para a etapa de desenvolvimento da produção.

#### METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS

Sequencia 1	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Pre vista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
3	Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial	Nº	3	2	2	67%

#### Análise Situacional

Na vigência do Plano Plurianual 2012-2015, até a presente data, foram realizadas a 11ª e 12ª rodadas de

licitação de blocos exploratórios sob o regime de concessão.

A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013. A rodada atraiu o interesse de 71 empresas. Dessas, 68 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 33,4 milhões, 64 foram habilitadas a participar da rodada, 39 apresentaram ofertas e 30 saíram vencedoras.

A arrecadação total alcançou R\$ 2,48 bilhões em bônus de assinatura, sendo que houve o compromisso de investimento exploratório mínimo da ordem de R\$ 5,8 bilhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados foi de 62% para a fase de exploração e 76% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Dos 289 blocos ofertados, 142 foram arrematados e 120 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 61.258,60 km². A assinatura dos 120 contratos de concessão da 11ª Rodada de Licitações foi realizada nos dias 06 e 30 de agosto, 17 de setembro e 13 de novembro de 2013.

Nesta rodada, foram ofertados 222 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Potiguar, Pernambuco-Paraíba, Parnaíba e Tucano. Dos 222 blocos ofertados em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento 96 foram arrematados e 76 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 59.953,20 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R\$ 2,4 bilhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 161.494 unidades de trabalho, que correspondem a R\$ 5,53 bilhões, e o conteúdo local médio foi de 52% para a fase de exploração e 70% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013. A rodada atraiu o interesse de 26 empresas. Dessas, 25 pagaram taxas de participação no valor total de R\$ 2,8 milhões, 21 foram habilitadas a participar da rodada e 12 apresentaram ofertas e saíram vencedoras.

Dos 240 blocos ofertados, 72 foram arrematados, o que corresponde a uma área total arrematada de 47.427,60 km². O bônus de assinatura ofertado foi de R\$ 165,2 milhões (ágio de 755,95%), o Programa Exploratório Mínimo (PEM) foi de 129.761 unidades de trabalho, que correspondem a R\$ 503,5 milhões (ágio de 322,89%), e o conteúdo local médio foi de 72,61% para a fase de exploração e 84,47% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nesta rodada, foram ofertados 110 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba e São Francisco, totalizando 160.045,91 km² de área. Dos 110 blocos ofertados em bacias novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento 18 foram arrematados, o que corresponde a uma área arrematada de 45.848,80 km². O bônus de assinatura ofertado para esses blocos foi de R\$ 33 milhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 62.605 unidades de trabalho, que correspondem a R\$ 248,3 milhões, e o conteúdo local médio foi de 72,11% para a fase de exploração e 83,44% para a etapa de desenvolvimento da produção.

<b>Identificação do Objetivo</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.</b>		
<b>Código</b>	<b>0063</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Petróleo e Gás.</b>	<b>Código</b>	<b>2053</b>
<b>METAS QUALITATIVAS</b>			
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>		
1	Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção		
<b>Análise Situacional</b>			
O contrato de partilha de produção, previsto para ser licitado no 2º semestre de 2013, apresentará a			

sistemática da exigência de aumento dos índices de conteúdo local ao longo do tempo. Para definição desses índices, no ano de 2012 foram realizadas reuniões com associações representantes da indústria nacional, Petrobras, (única operadora para os contratos de partilha de produção) e a ANP. O Contrato da Cessão Onerosa assinado em setembro de 2010 também apresenta tal sistemática, porém, até o momento, não houve aferições significativas desses índices. A aferição dos índices de conteúdo local praticados nos contratos sob o regime de concessão segue sendo realizada pela ANP.

#### METAS QUALITATIVAS

Sequencial	Descrição da Meta
2	Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço.

#### **Análise Situacional**

O MME conduziu os estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo para as empresas de pequeno e médio porte, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O resultado desses estudos foi consubstanciado na Resolução CNPE nº 1/2013, de 7/2/2013, emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

#### Identificação do Objetivo

<b>Descrição</b>	<b>Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.</b>		
<b>Código</b>	<b>0064</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Petróleo e Gás.</b>	<b>Código</b>	<b>2053</b>

#### METAS QUALITATIVAS

Sequencial	Descrição da Meta
1	Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país.

#### **Análise Situacional**

A gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural vem ocorrendo em consonância com a política nacional para a indústria petrolífera no País.

Em 2012, conforme previsto no PPA, houve avanço na implantação da estratégia para tal, baseada na ampliação da atuação da EPE na área de estudos para o planejamento do setor petrolífero, na elaboração das minutas de contratos de partilha da produção, com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União, na previsão da gestão dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A, na proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção e na própria implantação da Pré-Sal Petróleo S/A.

**Quadro 6: Quadros de Objetivos da SGM (A.2.2.2)**

Identificação do Objetivo			
<b>Descrição</b>	<b>Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.</b>		
<b>Código</b>	<b>0035</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral</b>	<b>Código</b>	<b>2041</b>

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs
2	Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil
<b>Análise Situacional</b>	
<p>Para a Meta 1 - ARIM's no período 2012-2013 vários projetos estão sendo executados visando a definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIM´s, a saber:</p> <p>(a) área em RR (Repartimento) – projetos Diamante Brasil, Terras Raras e Fosfato;</p> <p>(b) áreas no AM (Juma) - projetos Fosfato Brasil, Diamante Brasil e Terras raras, além de Metalogenia do Ouro;</p> <p>(c) áreas no PA (Carajás, Gurupi e Serra do Inajá) – projetos Metalogenia das Províncias, Diamante Brasil e Fosfato Brasil.</p> <p>(d) áreas de GO/MT/TO – projetos Diamante Brasil, Terras Raras e Metalogenia das Províncias;</p> <p>(e) região Nordeste (Seridó Leste, Seridó Oeste, Salgueiro Cachoeirinha, Granjeiro, bacia Potiguar, bacia PE/PB, Maciço Troia no Ceará Central) - projeto Fosfato Brasil e Metalogenia das Províncias;</p> <p>Os estudos também se estendem aos estados de SP, MS, PR, SC, RS, MG, BA, ES, e RJ.</p> <p>Para a Meta 2, em 2012, foram realizadas a coleta, a inserção e a validação de informações do banco de dados Ordenamento territorial Geomineiro – OTGM. A validação da ferramenta foi feita em situações reais como criação de UCs, instalação de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias associadas ao PAC, que afetam, interferem ou cruzam regiões com atividades minerárias.</p>	

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	<b>Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.</b>		
<b>Código</b>	<b>0038</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Gestão estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral</b>	<b>Código</b>	<b>2041</b>

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)

1	Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos	Unidade - Estudos	5	0	1	20%
2	Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio	km2	249.86236	100.372,00	232.372,00	93%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo

### Análise Situacional

Em 2013, houve avanço nas interlocuções, boa parte delas a partir do plano Brasil maior, cujo amadurecimento do plano de trabalho permitiu que a iniciativa, já direcionada para viabilizar a implantação de cadeia produtiva integrada de elementos terras raras (ETRS), fosse elevada à categoria de agenda estratégica. Dessa forma, a referida instância de governança foi instituída com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de médio e longo prazo para aproveitamento econômico de minerais estratégicos.

Em 2013 não houve contratação de estudos referentes a cadeia produtiva de minerais estratégicos. Em 2014, espera-se a contratação e a realização de novos estudos, os quais poderão ser orientados pelo estudo realizado pelo centro de gestão e estudos estratégicos - CGEE, com a participação de representantes da SGM/MME, intitulado "usos e aplicações de terras-raras no Brasil: 2012-2030".

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.		
Código	0042	Órgão	Ministério de Minas e Energia
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e da Transformação Mineral	Código	2041

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs

### Análise Situacional

Em 2013, houve a incorporação das Zonas Polo de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) às agendas de políticas públicas, com interface perante o novo marco regulatório. O

primeiro passo foi a inclusão, no PAC e na PLOA 2013, dos estudos e projetos para definição das ZPTMs.

Também em 2013, o amadurecimento dos critérios e da abrangência da proposta contribuiu para que a implantação das ZPTMs fosse elevada à categoria de Agenda Estratégica no âmbito do Comitê Executivo de Mineração do Plano Brasil Maior.

Para a contratação do estudo, o Ministério de Minas e Energia elaborou o Termo de Referência em parceria com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI/MDIC e após aprovação da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento SEPAC/MP e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração, foi aberto processo licitatório, que deverá ser concluído até o final de 2013.

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.</b>		
<b>Código</b>	<b>0044</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e da Transformação Mineral</b>	<b>Código</b>	<b>2041</b>

<b>METAS QUALITATIVAS</b>	
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>
1	Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)
2	Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral

### **Análise Situacional**

Meta 1: Como parte da preparação da CPRM para os desafios do novo Marco Regulatório da Mineração, o escopo do Centro de Desenvolvimento Tecnológico - CEDES está sendo redefinido, o que não foi possível concluir durante o exercício de 2013.

Meta 2; Devido a não aprovação da contratação deste Estudo pelo BNDES, durante o 1º semestre de 2013, foi articulado o estabelecimento de nova parceria com a ABDI para realização do referido Estudo, somente para o setor da Indústria da Mineração, até novembro de 2014. A ABDI está na fase final da contratação do Instituto da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração – IABM, que deverá ser efetivada até o final de outubro de 2013. A previsão da realização e conclusão do estudo é até novembro de 2014.

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>			
<b>Descrição</b>	Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.		
<b>Código</b>	0478	<b>Órgão</b>	Ministério de Minas e Energia
<b>Programa</b>	Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral	<b>Código</b>	2041

<b>METAS QUALITATIVAS</b>	
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>
1	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas
2	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários
3	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira
4	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas
5	Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties")
6	Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório
7	Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração
8	Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório

### **Análise Situacional**

Meta 1- Proposta de Decreto Recursos e Reservas: Meta em andamento tendo em vista que a matéria objeto da proposta está incluída no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional.

Meta 2 - PL Garantia: Meta em andamento tendo em vista que a matéria objeto da proposta está incluída no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional.

Meta 3 - PL Faixa de Fronteira: Análise Situacional: A matéria permanece em discussão no âmbito da SGM.

Meta 4 - PL Terra Indígena: O Projeto de Lei nº 1.610/1996, do Senado Federal, está atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Meta 5 - PL Revisão da política de "royalties": Meta em andamento tendo em vista que a matéria objeto da proposta está incluída no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional.

Meta 6 - Reestruturação das Instituições: Meta em andamento. A reestruturação do Serviço Geológico do Brasil – CPRM e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia – MME, está contemplada no Projeto de Lei nº 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional. Por sua vez, o estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, a ser realizado no âmbito do Projeto

META, em parceria com o Banco Mundial, aguarda contratação, que deverá ocorrer neste ano.

"Meta 7: Meta em andamento. Convênio celebrado, em junho de 2012 entre a SGM e a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará – SEICOM, que consiste na realização de oficinas e estudos específicos com objetivo de elaborar e divulgar o Plano de Mineração do Estado do Pará 2013-2030. Tal iniciativa visa estimular o estabelecimento de políticas estaduais de mineração, inserindo o setor mineral na socioeconômica do Estado. O referido convênio encontra-se em fase final de execução.

No final do ano de 2013 foi celebrado o convênio Siconv nº 787420/2013, entre a SGM e a Secretaria de Estado de Minas e Energia do Maranhão, para a elaboração de Diagnóstico do Setor Mineral, que tem por objetivo aprofundar o conhecimento das potencialidades minerais e identificar os principais entraves ao desenvolvimento sustentável da mineração, sendo utilizados como ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas e de planos de ação daquele Estado."

Meta 8: O estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, a ser realizado no âmbito do Projeto META, em parceria com o Banco Mundial, aguarda contratação, que deverá ocorrer neste ano, em decorrência de eventual aprovação do PL nº 5807/2013 (Novo Marco Regulatório da Mineração) que está em processo de discussão na Câmara dos Deputados

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	<b>Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.</b>		
<b>Código</b>	<b>0481</b>	<b>Órgão</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
<b>Programa</b>	<b>Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral</b>	<b>Código</b>	<b>2041</b>

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros	Unitário	13	13	13	100%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração
2	Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral
3	Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral



## Análise Situacional

Os Projetos finalizados em 2012 foram: Projeto Cristalina/GO; Formalização, Extensionismo e Sustentabilidade em Cavalcante/GO; Participação no ciclo de eventos do setor mineral- 2012- Sede/DF; Verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo DNPM/RS; Práticas de sustentabilidade e competitividade da mineração no Mato Grosso/MT; Caracterização geral do fechamento de minas no Mato Grosso/MT; O DNPM e a comunidade mineral do estado de São Paulo- Tatuí/MT; O DNPM e a comunidade mineral do estado de São Paulo- Santa Gertrudes/SC; Formalização da mineração de argila e da produção Oleira em Cássia/MG; Formalização da produção de artesanato em pedra-sabão com tecnologias limpas em Mata dos Palmitos - Ouro Preto/MG; Regularização e fomento a formação da Cooperativa de Ceramistas de Biribeira e Litoral Norte/BA; Organização e formalização das atividades de extração de argila no Baixo Jaguaribe/CE.

Os Projetos finalizados em 2013 foram: TAC Pirenópolis/GO; TAC Pádua/RJ; Morro da Fumaça/SC; Palestra e apoio para convênio Alagoas/Al; Ciclo de Palestras São Paulo/SP; Palestras Acre/AC; Palestras DF (Senado, Câmara, DNPN/Sede-Esc. Téc.Paracatu)/DF; Projeto de Esmeraldas Monte Santo de Tocantins/TO; Organização e formalização das atividades de extração de argila no baixo Jaguaribe/CE.

Outras ações suplementares desenvolvidas com os projetos em 2013, em especial a participação de reuniões do Programa Brasil Maior, a Participação da REDE APL Mineral; Participação reunião Rede SESI de Mineração; Participação GT Minerais Estratégicos; Reunião MPF relativo ao Plano Diretor de Mineração da região de Criciúma; Reuniões de apoio ao APL Granito do Leste Alagoano; Desenvolvimento do APL na exploração da Extração Artesanal de Granitos da Zona da Mata de Alagoas; Panorama Mineral de Santa Catarina Escola Técnica de Mineração de Paracatu – palestra sobre “Viabilidade Econômica de Empreendimentos de Mineração; Proposta de Internalização do Plano Diretor de Mineração da região de Criciúma.

**Quadro 7: Quadros de Objetivos da SEE (A.2.2.2)**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Universalizar o Acesso à Energia Elétrica					
Código	0045	Órgão	MME			
Programa	Energia Elétrica			Código	2033	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos.	Domicílios rurais	495.000	87.313	207.444	42%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1.1	Região Norte	Domicílios rurais	174.500	26.288	60.630	34%
1.2	Região Nordeste	Domicílios rurais	222.000	56.249	135.362	61%

1.3	Região Sudeste	Domicílios rurais	31.450	543	1.663	0,5%
1.4	Região Sul	Domicílios rurais	1.380	1.317	2.697	195%
1.5	Região Centro-Oeste	Domicílios rurais	65.670	2.916	7.092	11%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização.

### Análise Situacional

No âmbito do PPA (2012-2015), serão perseguidas duas metas, para o objetivo da universalização do acesso à energia elétrica: META 1 - Atendimento a 495 mil domicílios rurais pelo Programa Luz para Todos; e META 2 - Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Programa Luz para Todos e da Universalização.

Do total esperado, referente à primeira, já foram executadas 207.444 ligações, atingindo 42% da meta, sendo que somente no ano de 2013, 87.313 domicílios foram atendidos. Em relação à segunda meta, da população identificada no Censo IBGE 2010 que se encontra na extrema pobreza (257 mil famílias), o Programa Luz para Todos realizou 66% da meta, atendendo a 170 mil famílias até dezembro/2013, sendo que foram atendidas 25,5 mil famílias apenas no ano de 2013.

Em relação ao Programa Luz para Todos, algumas dificuldades interferiram no cumprimento da meta estabelecida para 2013, originadas, pelos seguintes fatores:

- 1) A recuperação judicial pelo qual a Centrais Elétricas do Pará S.A. – Celpa atravessou, que prejudicou a realização de cerca de 69.000 ligações no Estado do Pará, e que teve reflexos no desempenho das distribuidoras da controladora Grupo Rede, cujas empresas estão sob intervenção da Aneel, bem como na contratação com outras empresas participantes do LpT;
- 2) A transição na gestão da CELG Distribuição S.A. que comprometeu 6.000 ligações no Estado de Goiás;
- 3) O baixo desempenho das concessionárias da região Norte, em razão de problemas com licitações, falta de mão de obra local e dificuldades logísticas para a execução de obras em regiões remotas;
- 4) A extinção da arrecadação da RGR, conforme Lei nº 12.783/13.

Porém, foram desenvolvidas ações que permitiram a realização de 42% da meta do Programa Luz para Todos prevista para 2013, que foram:

- 1) Monitoramento junto às concessionárias de energia elétrica;

- 2) Elaboração e aprovação de contratos representando 226.908 mil ligações e investimentos de R\$ 2,8 bilhões no ano de 2013;
- 3) Reuniões de acompanhamento da gestão, junto aos Agentes Executores e Comitês Gestores Estaduais – CGEs;
- 4) Interação junto à Aneel para publicação da resolução normativa que estabelece as condições para revisão dos planos de universalização;
- 5) Interação junto à Aneel com vistas à regulamentação do atendimento por energia elétrica em regiões remotas;
- 6) Os postes de fibra de vidro, cabos subaquáticos e a geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativa continuam sendo implementados para aumentar o ritmo e escala de atendimento, em especial na Região Amazônica; e
- 7) Reestruturação do financiamento do Programa.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
<b>Descrição</b>	<b>Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.</b>				
<b>Código</b>	<b>0029</b>	<b>Órgão</b>	<b>MME</b>		
<b>Programa</b>	<b>Energia Elétrica</b>	<b>Código</b>	<b>2033</b>		

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Monitorar a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País.	unidade	250		407	162,80%
2	Monitorar a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País.	unidade	270		375	139%
3	Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção.	unidade	180	43	99	55%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1.1	Região Centro-Oeste	unidade	30	-	41	136,7
1.2	Região Nordeste	unidade	65	-	234	360,0
1.3	Região Norte	unidade	55	-	17	30,9
1.4	Região Sudeste	unidade	40	-	36	90,0
1.5	Região Sul	unidade	60	-	79	131,7
2.1	Região Centro-Oeste	unidade	35	-	51	145,7

2.2	Região Nordeste	unidade	70	-	126	180,0
2.3	Região Norte	unidade	55	-	43	78,2
2.4	Região Sudeste	unidade	45	-	79	175,6
2.5	Região Sul	unidade	65	-	76	116,9
3.1	Região Centro-Oeste	unidade	25	2	5	20,0
3.2	Região Nordeste	unidade	45	23	59	131,1
3.3	Região Norte	unidade	40	3	11	27,5
3.4	Região Sudeste	unidade	30	2	8	26,7
3.5	Região Sul	unidade	40	13	16	40,0

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica.

Em 2013, o MME realizou o monitoramento de 407 projetos de geração e 375 empreendimentos de transmissão de energia elétrica em execução no Brasil, quando a meta prevista no PPA 2012-2015 era de monitorar 250 projetos de geração e 270 de transmissão a cada ano. O aumento da quantidade de obras monitoradas deve-se principalmente à segregação dos grandes parques eólicos em diversos projetos menores, o que resultou em um grande número de projetos a serem considerados individualmente, principalmente na região Nordeste, e ao aumento dos reforços e ampliações determinados para melhorar o desempenho do sistema elétrico nacional. Por outro lado, as dificuldades na obtenção das licenças ambientais tem estendido o prazo de construção dos empreendimentos em execução, contribuindo também para a elevação da quantidade de empreendimentos monitorados quando somados aos novos leilões que são realizados a cada ano.

A tendência para 2014 e para 2015 é de que a quantidade de empreendimentos monitorados, tanto para geração como para transmissão seja sempre acima do previsto inicialmente no PPA, tendo em vista a grande necessidade de expansão do sistema elétrico para atender ao crescimento do País. Aliado a isso, deve ocorrer, a partir do segundo semestre de 2014, o monitoramento de uma quantidade expressiva de empreendimentos também do segmento de distribuição de energia, assunto que atualmente está sendo debatido no âmbito do CMSE.

No caso das inspeções técnicas de campo, ação voltada para promover o monitoramento dos novos sistemas em construção, foram realizadas 43 inspeções a usinas em construção (cerca de 24% do previsto para o período). O acumulado nos dois primeiros anos do PPA chegou a 99 inspeções, o que equivale a 55% da meta estabelecida, o que se constitui em um bom índice de realização para o período.

Apesar de as inspeções de campo terem sido impactadas pelo contingenciamento orçamentário anual, tanto em 2012 como 2013, a SEE tem buscado e alcançado a adoção de procedimentos para contornar o problema e maximizar a realização dessas atividades a cada ano. Até o momento foi realizada 55% da meta estabelecida no PPA, e a tendência é de que a meta do PPA seja alcançada no final de 2015, conforme planejado. Para isso, a flexibilização do contingenciamento orçamentário para essas atividades é fundamental para o alcance desses objetivos.

Em relação aos indicadores quantitativos estabelecidos, deve-se esclarecer que a quantidade de empreendimentos monitorados equivale a uma avaliação pontual, envolvendo a quantidade de empreendimentos em monitoramento no período em que está sendo realizada a avaliação. Por outro lado, as inspeções envolvem a quantidade de empreendimentos visitados pela SEE acumulada ao longo da execução do PPA 2012-2015.

Dando continuidade, no tocante a 2013, o MME planejou a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações e subsidiar decisões do Ministério em periodicidade compatível com o processamento dos reajustes/revisões tarifárias. No primeiro quadrimestre de 2013, foi emitida a terceira edição de 2012 do Informativo Tarifário, com a consolidação das informações do ano. No segundo quadrimestre foi emitida a edição referente ao primeiro quadrimestre de 2013. No terceiro quadrimestre foi emitida a edição referente ao segundo quadrimestre do ano. Portanto, considerando a adequação da periodicidade das atividades, atingiu-se 100% dessa meta.

Cabe ressaltar que as alterações tarifárias não ocorrem mensalmente, o que impossibilita a elaboração das informações nessa periodicidade, motivo pelo qual essa meta deverá ser alterada no próximo plano plurianual.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.		
<b>Código</b>	0019	<b>Órgão</b>	MME
<b>Programa</b>	Energia Elétrica	<b>Código</b>	2033

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs).	MW	10.326	1.724,9	3.581,6	34,7%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1.1	Região Centro-Oeste	MW	2.280,0	117,9	261,4	11,5%
1.2	Região Nordeste	MW	326,0	215,9	222,4	68,2%
1.3	Região Norte	MW	6.950,0	649,2	1.683,2	24,2%
1.4	Região Sudeste	MW	75,0	382,5	499,9	666,5%
1.5	Região Sul	MW	695,0	359,4	914,7	131,6%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Avaliar e monitorar mensalmente a expansão da capacidade de geração de energia elétrica a partir de fonte hidráulica.

Nesse Objetivo, espera-se adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs) ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso se deve, especialmente, da sua grande disponibilidade e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial energético. As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável. As Pequenas Centrais Hidrelétricas

(PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores de energia, porém com impactos também reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em pontas do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

Dos 10.326 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação, em 2013, 1.724,9 MW dessa fonte (cerca de 20%), com destaque para a continuidade da entrada das máquinas da UHE Santo Antonio, das primeiras máquinas da UHE Jirau, no Rio Madeira, e da UHE Simplício, no Rio de Janeiro.

O índice de realização de 2013 ficou um pouco abaixo da média para o período devido à postergação da entrada de algumas obras importantes, como parte da UHE Santo Antonio e a maior parte da UHE Jirau (Rio Madeira). Para 2014, prevê-se a entrada de mais 2.900 MW de fonte hídrica, o que representa cerca de 28% do previsto no PPA para essa fonte no período 2012-2015. Como ainda há previsão de um acréscimo de cerca de 7.500 MW nos dois últimos anos, espera-se que a meta estabelecida no PPA seja alcançada, uma vez que só a conclusão das usinas de Santo Antonio e Jirau, no rio Madeira, deverão acrescentar mais de 7.000 MW à capacidade instalada do Sistema Elétrico Brasileiro.

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.</b>		
<b>Código</b>	<b>0023</b>	<b>Órgão</b>	<b>MME</b>
<b>Programa</b>	<b>Energia Elétrica</b>	<b>Código</b>	<b>2033</b>

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas.	MW	9.338	2.209,8	2.962,9	43,9%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1.1	Região Centro-Oeste	MW	120,0	62,4	363,6	11,5%
1.2	Região Nordeste	MW	4.900,0	2.147,4	2.507,5	68,2%
1.3	Região Norte	MW	80,0	0,0	43,8	24,2%
1.4	Região Sudeste	MW	4.150,0	0,0	48,0	666,5%
1.5	Região Sul	MW	88,0	0,0	0,0	131,6%

<b>METAS QUALITATIVAS</b>	
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>
<b>1</b>	Avaliar e monitorar mensalmente a expansão da capacidade de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica convencional.

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas, ao Sistema Elétrico Brasileiro, no período

2012-2015. No planejamento energético é importante a adoção do princípio da diversificação da matriz energética, levando em consideração a disponibilidade de matérias primas, fontes primárias renováveis e não renováveis. O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas estão entre as alternativas de diversificação da matriz elétrica. As principais vantagens das térmicas são o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo e o menor risco para o setor privado, e a contribuição para o aumento da confiabilidade do sistema elétrico interligado, compensando possíveis déficits hídricos. Deve-se destacar entre as fontes minerais para a geração de energia elétrica o gás natural e o urânio, por serem menos poluentes que as tradicionais (carvão e derivados de petróleo).

Em 2013, entraram em operação 2.209,8 MW dos 9.338 MW estimados para o período 2012-2015, representando 24% do total previsto para o período. O Objetivo teve um bom índice de realização em 2013, recuperando em parte a baixa realização de 2012. Entretanto, a previsão para os dois próximos anos é de um acréscimo de pouco mais de 1.500 MW, o que não é suficiente para alcançar a meta do PPA para o período. Destaca-se que diversas usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia de 2008 a 2011, já foram consideradas frustradas, uma vez que foram iniciativas de grupos empresariais em dificuldades ou extintos, como o Grupo Multiner, Bertin e MPX.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.					
Código	0025	Órgão	MME			
Programa	Energia Elétrica	Código	2033			

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa.	MW	1.395	1.400,2	2.317,1	166,1%
2	Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	MW	3.680	315,4	771,6	21,0%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1.1	Região Centro-Oeste	MW	480,0	646,8	696,8	145,2%
1.2	Região Nordeste	MW	125,0	53,0	78,0	62,4%
1.3	Região Norte	MW	80,0	80,0	80,0	100,0%
1.4	Região Sudeste	MW	710,0	570,4	1.358,4	191,3%
1.5	Região Sul	MW	0,0	50,0	103,8	-
2.1	Região Centro-Oeste	MW	-	-	-	-
2.2	Região Nordeste	MW	3.360,0	260,0	634,2	18,9%
2.3	Região Norte	MW	-	-	-	-
2.4	Região Sudeste	MW	-	-	-	-

2.5	Região Sul	MW	320,0	55,4	137,4	42,9%
-----	------------	----	-------	------	-------	-------

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Avaliar e monitorar mensalmente a expansão da capacidade de geração de energia elétrica a partir da fonte alternativa de energia biomassa.
2	Avaliar e monitorar mensalmente a expansão da capacidade de geração de energia elétrica a partir da fonte alternativa de energia eólica.

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa e 3.680 MW a partir da fonte eólica, ao Sistema Elétrico Brasileiro, no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis é uma alternativa importante na diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, localizados principalmente nos litorais do Sul e do Nordeste. Até o ano 2012, foi desenvolvida cerca de apenas 1,5% desse potencial, fato que, associado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir dessa fonte observada nos leilões de 2010 e 2011, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil. No caso da biomassa, o grande potencial de exploração é a disponibilidade de terra arável no Brasil, a intensa radiação solar recebida, o desenvolvimento tecnológico e uma agroindústria consolidada. O bagaço residual do processamento industrial da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol é o principal combustível renovável para geração de energia elétrica. A produção principal de energia dessa biomassa é para consumo próprio das usinas do setor sucroalcooleiro, havendo também a possibilidade de venda do excedente de eletricidade para o Sistema Interligado Nacional (SIN), e isso tem sido estimulado por meio de ações do Governo, utilizando principalmente os leilões de energia.

Em 2013, foram adicionados 315,4 MW de capacidade de geração de fonte eólica e 1.400,2 MW de fonte a biomassa à matriz energética nacional. No caso da primeira, a expansão de 2013 representa apenas 8,5% do total previsto para o período 2012-2015. O baixo índice de realização dessa Meta foi devido à postergação da entrada de diversas usinas em parques eólicos importantes, por conta no atraso das obras dos sistemas de transmissão associados para a integração das usinas. Entretanto, é possível que a meta estabelecida no PPA ainda seja alcançada, uma vez que para os dois últimos anos do PPA está previsto o acréscimo de mais de 8.000 MW na capacidade instalada, de fonte eólica.

No caso da biomassa, o montante adicionado em 2013 representou praticamente o total previsto para todo o período 2012-2015. No caso dessa fonte, a meta do PPA 2012-2015 já foi superada antes mesmo do final do segundo ano, o que demonstra a sua grande potencialidade. Entretanto, a tendência é de que essa fonte não tenha a mesma performance no restante do período, uma vez que os principais aproveitamentos já foram consolidados, e espera-se um acréscimo somente de cerca de 200 MW.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.		
Código	0036	Órgão	MME
Programa	Energia Elétrica	Código	2033



<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País.	km	17.650	9.928,0	12.672,4	71,8%
2	Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN	MVA	22.000,0	11.666,0	21.700,3	98,6%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1.1	Região Centro-Oeste	km	700,0	1.740,0	2.958,7	422,7%
1.2	Região Nordeste	km	900,0	563,0	997,6	110,8%
1.3	Região Norte	km	14.500,0	7.545,0	8.214,0	56,6%
1.4	Região Sudeste	km	800,0	46,0	291,8	36,5%
1.5	Região Sul	km	750,0	34,0	210,3	28,0%
2.1	Região Centro-Oeste	MVA	4.500,0	1.975,0	2.700,0	60,0%
2.2	Região Nordeste	MVA	3.500,0	4.150,0	5.450,0	155,7%
2.3	Região Norte	MVA	6.800,0	3.550,0	3.650,0	53,7%
2.4	Região Sudeste	MVA	4.700,0	1.725,0	9.166,3	195,0%
2.5	Região Sul	MVA	2.500,0	266,0	734,0	29,4%

<b>METAS QUALITATIVAS</b>	
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>
1	Avaliar e monitorar mensalmente a expansão das linhas de transmissão de energia elétrica disponíveis para a Rede Básica Nacional.
2	Avaliar e monitorar mensalmente a expansão da capacidade transformadora de energia elétrica disponível na Rede Básica Nacional.

O Sistema Interligado Nacional (SIN) tem como principais funções a transmissão da energia gerada pelas usinas para os grandes centros de carga, a integração entre os diversos elementos do sistema elétrico e com os países vizinhos, a otimização no uso dos recursos energéticos, a estabilidade e a confiabilidade da rede e a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas. A integração de sistemas ainda isolados e dos grandes empreendimentos de geração de energia ao Sistema Interligado Nacional se apresenta como questão estratégica e de soberania nacional, com destaque para os estados da região Norte e para os complexos geradores das bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós e para a Usina Hidrelétrica Belo Monte. Todas essas ações consideradas nesse Objetivo são relativas a novas instalações que passam a ser integradas ao SIN, e normalmente são objeto de licitação pública, em que participam agentes públicos (empresas do Grupo Eletrobras ou de controle acionário estadual) e privados.

No caso do sistema de transmissão, dos 17.650 km de novas linhas de transmissão previstos para o período do PPA 2012-2015, entraram em operação 9.928 km no ano de 2013, representando 56% do total previsto para o período. Esse excelente índice de realização deve-se principalmente à entrada em operação dos principais sistemas em construção no País, como a LT Tucuruí – Macapá – Manaus e a integração das usinas do Madeira com o sudeste. No caso da expansão das linhas de transmissão, a tendência é de que a meta estabelecida para o PPA 2012-2015 seja superada em cerca de 60%, no caso de realização da expansão prevista para os anos de 2014 e 2015.

No caso da expansão da capacidade de transformação das subestações, foram adicionados 11.666 MVA em 2013, montante equivalente a 53% do total previsto para o período 2012-2015, evidenciando assim o grande avanço alcançado para essa meta, com a contribuição principalmente do sistema de integração das usinas do Madeira e da interligação de Manaus e Macapá ao SIN. A tendência é de que a meta de expansão da capacidade transformadora seja superada em 160%, com a conclusão das obras previstas para 2014 e 2015.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	<b>Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.</b>		
<b>Código</b>	<b>0037</b>	<b>Órgão</b>	<b>MME</b>
<b>Programa</b>	<b>Energia Elétrica</b>	<b>Código</b>	<b>2033</b>

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional.	km	2.400	13,9	361,3	15,1%
2	Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional	MVA	5.100,0	2.711,3	6.972,2	136,7%
3	Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional	MW	600,0	0,0	0,0	0,0%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1.1	Região Centro-Oeste	km	600,0	0,0	0,0	0,0%
1.2	Região Nordeste	km	500,0	0,0	102,8	20,6%
1.3	Região Norte	km	0,0	1,5	6,3	-
1.4	Região Sudeste	km	600,0	10,8	244,4	40,7%
1.5	Região Sul	km	700,0	1,5	7,7	1,1%
2.1	Região Centro-Oeste	MVA	900,0	450,0	1.100,0	122,2%
2.2	Região Nordeste	MVA	1.500,0	170,0	1.596,0	106,4%
2.3	Região Norte	MVA	350,0	33,0	683,0	195,1%
2.4	Região Sudeste	MVA	1.100,0	1.308,3	1.688,2	153,5%
2.5	Região Sul	MVA	1.250,0	750,0	1.905,0	152,4%
3.1	Região Centro-Oeste	MW	-	-	-	-

3.2	Região Nordeste	MW	150,0	0,0	0,0	0,0%
3.3	Região Norte	MW	-	-	-	-
3.4	Região Sudeste	MW	350,0	0,0	0,0	0,0%
3.5	Região Sul	MW	100,0	0,0	0,0	0,0%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Avaliar e monitorar mensalmente a revitalização e recapitação das linhas de transmissão de energia elétrica existentes na Rede Básica Nacional.
2	Avaliar e monitorar mensalmente a expansão da capacidade transformadora de energia elétrica das subestações existentes na Rede Básica Nacional.
3	Avaliar e monitorar mensalmente a expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrica das usinas existentes no Sistema Elétrico Brasileiro.

A confiabilidade do sistema elétrico é uma característica fundamental para o desenvolvimento do país. Além de um parque gerador diversificado, é necessário um sistema de transmissão e distribuição robusto, de forma a atender às demandas e a minimizar as interrupções de fornecimento nas unidades consumidoras. Para tanto, as ampliações, reforços e melhorias nas instalações das usinas geradoras de energia elétrica existentes, assim como no sistema de transmissão nacional, tornam-se importantes contribuições para o desenvolvimento do sistema eletro-energético nacional. Normalmente, essas ações de ampliações, reforços e melhorias no sistema são autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de uma solicitação das empresas proprietárias das instalações, seguindo um rito próprio e diferente daquele utilizado para as novas instalações do SIN.

No PPA 2012-2015, havia a previsão de implementar 2.400 km de ampliações e reforços nas linhas de transmissão. Em 2013, entraram em operação apenas 13,9 km de reforços em linhas existentes no sistema nacional. No caso da capacidade de transformação das subestações, foram adicionados 2.711,3 MVA, em 2013, cujo montante, acumulado ao de 2012, já superou os 5.100 MVA previstos para todo o período do PPA 2012-2015.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.		
Código	0436	Órgão	MME
Programa	Energia Elétrica	Código	2033

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Previsão 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica	km	1.050,0	913,0	1.931,0	183,9%
2	Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados	MW	150,0	56,0	56,0	37,3%
3	Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos	%	1,25	-1,04	2,20	176,0%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade</b>	<b>a)Previsão</b>	<b>b)Realizada</b>	<b>c)Realizada</b>	<b>d)%</b>

		medida	ta 2015	em 2013	a até 2013	Realização (c/a)
1.1	Região Centro-Oeste	km	-	-	-	-
1.2	Região Nordeste	km	300,0	360,0	750,0	250,0%
1.3	Região Norte	km	750,0	553,0	1.181,0	157,5%
1.4	Região Sudeste	km	-	-	-	-
1.5	Região Sul	km	-	-	-	-
2.1	Região Centro-Oeste	MW	-	-	-	-
2.2	Região Nordeste	MW	-	-	-	-
2.3	Região Norte	MW	150,0	56,0	56,0	37,3%
2.4	Região Sudeste	MW	-	-	-	-
2.5	Região Sul	MW	-	-	-	-
3.1	Região Centro-Oeste	%	-	-	-	-
3.2	Região Nordeste	%	1,00	-1,04	2,36	236,0%
3.3	Região Norte	%	1,50	-1,31	2,12	154,2%
3.4	Região Sudeste	%	-	-	-	-
3.5	Região Sul	%	-	-	-	-

METAS QUALITATIVAS	
Sequencia	Descrição da Meta
1	Avaliar e monitorar a expansão das linhas de distribuição de alta e média tensão de energia elétrica (LDAT e LDMT) realizada no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras.
2	Avaliar e monitorar a expansão da capacidade de geração de energia elétrica realizada no âmbito dos sistemas isolados de concessão das empresas do Grupo Eletrobras.
3	Avaliar e monitorar a redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição de energia elétrica alcançada pelas empresas do Grupo Eletrobras na sua área de concessão.

Os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a ANEEL. No caso das distribuidoras do Grupo Eletrobras, o perfil dos consumidores apresentam algumas peculiaridades, como a necessidade de um intenso programa de redução de perdas, principalmente comerciais, e a melhoria nos indicadores de qualidade dos serviços. O processo de universalização nessas regiões também necessita de ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geoeletricas. Por outro lado, na região Norte encontra-se em implementação três importantes ações estratégicas: a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados ao SIN; a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região.

No entanto, mesmo com a integração prevista para todas as capitais da Região Norte, uma parte do atendimento no interior ainda deverá ser realizada com geração térmica local, geralmente a diesel, em áreas determinadas e bastante dispersas, com elevados custos de operação e manutenção.

Dando continuidade, foram construídos pelas distribuidoras do Grupo Eletrobras 913 km de novas redes de distribuição, em média e alta tensão, em 2013, representando um percentual de 87% de realização em relação à meta do PPA. No caso da expansão de redes de média e alta tensão de distribuição, o acumulado nos dois primeiros anos alcançou 1.911 km, superando em 84% a meta do PPA.

No caso da expansão da capacidade de geração instalada, não foi adicionado nada em relação a 2012, quando foram incluídos 56 MW aos Sistemas Isolados.

Com relação às perdas, em 2013 houve um aumento de perdas na rede de distribuição no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras, em média, da ordem de 1,04%. Assim, o resultado acumulado em 2012 e 2013, dois primeiros anos do PPA, alcançou uma redução menor, agora em 2,2% de redução, mesmo assim 76% acima da meta estabelecida para o Plano Plurianual.

<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.</b>		
<b>Código</b>	<b>0437</b>	<b>Órgão</b>	<b>MME</b>
<b>Programa</b>	<b>Energia Elétrica</b>	<b>Código</b>	<b>2033</b>

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro	MW	7.100,0	7.100,0	7.100,0	100,0%
2	Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro	km	8.000	8.000	8.000	100,0%
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>

<b>METAS QUALITATIVAS</b>	
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>
1	Promover a manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro pertencentes ao Grupo Eletrobras.
2	Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro pertencentes ao Grupo Eletrobras.

A manutenção, a modernização e a revitalização das instalações dos sistemas elétricos também são ações necessárias para sustentar a confiabilidade do sistema elétrico. As atividades de manutenção envolvem todos os custos relativos à preservação das condições operacionais das instalações dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de propriedade das empresas federais (Grupo Eletrobras). As ações de modernização e revitalização envolvem as atualizações tecnológicas nas instalações para promover a eficiência operacional dos sistemas. Em atendimento à regulamentação vigente, o ONS anualmente encaminha à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico – PMIS, composto por revitalizações no SIN necessárias ao reforço da segurança operacional elétrica, que apresenta o conjunto de revitalizações de natureza sistêmica, necessárias ao reforço da segurança operacional elétrica. As melhorias nas instalações do sistema elétrico, por sua vez, representam a implantação ou

substituição de equipamentos visando manter a disponibilidade e a supervisão das instalações de transmissão, não acarretando modificação da topologia da rede.

No PPA 2012-2015, está previsto, para as empresas do Grupo Eletrobras promoverem a manutenção em 7.100 MW das instalações de geração e em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro de propriedade estatal. O Grupo Eletrobras considera que foi procedida a manutenção de todo o seu parque gerador em operação, no ano de 2013, perfazendo um total de 33.699 MW, o que envolve os 7.100 MW da meta. A mesma situação se aplica no caso dos 8.000 km de linhas de transmissão.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.		
Código	0439	Órgão	MME
Programa	Energia Elétrica	Código	2033

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica	%	100,0	14,0	34,0	34,0%

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
1	Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica, por meio do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL.

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel possui como as maiores fontes de financiamentos dos projetos de pesquisa os recursos operacionais da Eletrobras e do próprio Cepel.

Alguns dos principais investimentos previstos para 2010, 2011 e 2012 estavam associados ao projeto para desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias - Projeto LongDist, abrangendo em torno de 50% do valor aprovado para o orçamento de investimento, nesse período.

No âmbito deste projeto, e incluído entre os mais importantes investimentos da história do Cepel, encontra-se em construção o Laboratório de Ultra-alta Tensão (LabUAT), na unidade de Adrianópolis, município de Nova Iguaçu. A finalidade do LabUAT será apoiar o desenvolvimento, e avaliação do desempenho de soluções comerciais, de novas configurações de linhas de transmissão, em níveis de até 1.100 kV CA e  $\pm 800$  kV CC, com alta capacidade, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias. Esta nova infraestrutura laboratorial, pioneira no continente americano, terá papel essencial no apoio às atividades de pesquisa aplicada do Cepel, para vencer os desafios tecnológicos da transmissão da energia dos futuros aproveitamentos hidroelétricos da Amazônia, contribuindo para viabilizar o desenvolvimento sustentável da hidroeletricidade na região.

As aquisições dos equipamentos envolvidos, bem como a realização das obras de infraestrutura laboratorial necessárias, apresentaram desafios em função de sua complexidade e ineditismo, que resultaram em prazos de duração para as fases de especificação, projeto e licitação mais longos do que inicialmente previsto.

Em 2012, foram realizados R\$ 20.172.725,76, que representou 80,5% do orçamento aprovado para o exercício. Portanto, somente uma pequena parte do Orçamento de Investimento previsto para 2012 foi deslocada para o exercício de 2013. Importa registrar que o montante de recursos gastos em 2012 representou 20% do orçamento previsto para o PPA 2012-2015.

Em 2013, o Cepel realizou cerca de R\$ 14.120.000,00 nas ações relacionadas com este Objetivo, o que representou 14% da meta estabelecida no PPA. O acumulado em 2012 e 2013 representa até o momento cerca de 34% de realização da meta orçamentária do PPA 2012-2015.

### 2.2.3 AÇÕES – OFSS

**Quadro 8: Quadros de Ações da SPE (A.2.2.3.1)**

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
<b>Código</b>	<b>6907</b>					<b>Tipo: Atividade</b>
<b>Título</b>	Planejamento do Setor Elétrico					
<b>Iniciativa</b>	001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico					
<b>Objetivo</b>	Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor. <b>Código: 0034</b>					
<b>Programa</b>	Energia Elétrica				<b>Código: 2033</b>	<b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério de Minas e Energia – MME					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil	
sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.000	200.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Documento Produzido</b>			<b>Unidade</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>20AA</b>				<b>Tipo: Atividade</b>
<b>Título</b>	Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia				
<b>Iniciativa</b>	01GD - Realização de Pesquisas no Setor Elétrico				
<b>Objetivo</b>	Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de				

	energia elétrica.		Código: 0439			
<b>Programa</b>	Energia Elétrica Temático		Código: 2033			<b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério de Minas e Energia – MME					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000	1.000.000,00	191.525	191.525	191.525	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Centro Apoiado</b>			<b>Unidade</b>	3	1	1
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0	0	0	

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	4897		<b>Tipo: Atividade</b>			
<b>Título</b>	Planejamento do Setor Energético					
<b>Iniciativa</b>						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>					
<b>Programa</b>	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia					
	Código: 2119		Tipo: Gestão e Manutenção			
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério de Minas e Energia – MME					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
474.843	474.843	247.021,66	225.725,06	224.395,79	1.329,27	21.296,60
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Documento Publicado</b>			<b>Unidade</b>	2	2	1
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.131,38	1.556,69	0	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	



## **Análise Situacional**

### **Ação: 6907 - Planejamento do Setor Elétrico**

Quanto ao recurso programado para 2013, foi previsto inicialmente pelo Departamento de Planejamento Energético (DPE) a necessidade da realização do convênio de cooperação técnica visando promover a automatização da rotina para a realização dos cálculos/revisões de garantia física, conforme metodologia definida na Portaria MME nº 463/2009.

Posteriormente, foram identificadas outras atividades além das mencionadas acima, e essas novas atividades se relacionam com as que foram anteriormente planejadas.

Nesse contexto, a celebração de convênio de cooperação técnica foi programada para o exercício seguinte (2014).

### **Ação: 20AA - Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia**

Os recursos programados para o exercício de 2013 estavam destinados para pagamento da participação nos grupos de trabalhos da agência internacional de energia – IEA e apoio 3 centros de referência em desenvolvimento tecnológico na área de energia. Ao longo do exercício de 2013 foi verificada a inviabilidade de utilização dos recursos destinados aos centros de referencias conforme abaixo:

- o apoio ao CB3E não foi realizado devido a inviabilidade em atender a necessidade da instituição com o apoio institucional programado.
- os recursos destinados ao convênio de cooperação técnica MME/CEPEL não foram repassados devido a atraso na execução das metas propostas, além do mais somente uma pequena parcela dos recursos já repassados ao convenente no ano 1 foram executados, assim ficou reprogramado o repasse dos recursos relativas ao ano 2 para o orçamento de 2014.
- os recursos previstos para estimular e apoiar o desenvolvimento do conhecimento em sustentabilidade ambiental não foram adequados para a realização das parcerias programadas, desse modo planejou-se celebrar acordos nesse tema no ano de 2014.

Desta forma, os valores executados no exercício de 2013 foram para pagamento da participação nos grupos de trabalhos da IEA.

### **Ação: 4897 - Planejamento do Setor Energético**

Para o exercício de 2013, na ação 4897 – Planejamento do Setor Energético, foi previsto a elaboração de um Convênio para desenvolver metodologias e critérios visando a elaboração de estudos de planejamento da expansão de sistemas de energia e os gastos de viagens da SPE.

O citado convênio 2013 não foi efetivado em decorrência de inexistência de tempo hábil para sua realização em virtude da proposta ter sido apresentada no SICONV e enviada minuta formal para análise jurídica apenas no ultimo mês de 2013, postergando-se a concretização do convênio para 2014.

O valor executado nessa ação refere-se à despesas de viagens efetuadas no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE.

**Quadro 9: Quadros de Ações da SPG (A.2.2.3.1)**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	4892 <b>Tipo: Atividade</b>						
<b>Título</b>	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Combustíveis Renováveis						
<b>Programa</b>	<b>Gestão da Manutenção do Ministério de Minas e Energia Código: 2119 Tipo: Gestão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	32101 - Ministério de Minas e Energia						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial		Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
215.348		215.348	207.529	192.906	192.456	451	14.623
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogr amado	Realizado
<b>Iniciativas Implementadas</b>			<b>Unidade</b>		<b>11</b>	<b>-</b>	<b>11</b>
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

**Análise Situacional**

A dotação Orçamentária para 2013 se manteve nos mesmos patamares de 2012, sendo que a realização para 2013 ficou dentro dos limites estabelecidos e com despesa empenhada alcançando 96% da dotação.

**Quadro 10: Quadros de Ações da SGM (A.2.2.3.1)**

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	20TZ <b>Tipo: Atividade</b>
<b>Título</b>	Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração
<b>Iniciativa</b>	01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros

<b>Objetivo</b>	Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral. <b>Código:</b> 0481
<b>Programa</b>	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral. <b>Código:</b> 2041 <b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério de Minas e Energia – MME
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim    (X) Não      Caso positivo: ( ) PAC      ( ) Brasil sem Miséria

### Lei Orçamentária 2013

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
200.000,00	200.000,00	118.074,00	53.490,00	53.490,00	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Tecnologia mineral difundida		Unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
28.600,81	2.590,31	0	Tecnologia mineral difundida	0	0	

#### Identificação da Ação

<b>Código</b>	211G	<b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	Elaboração de Estudos e Projetos visando à Implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTM	
<b>Iniciativa</b>	002U - Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs	
<b>Objetivo</b>	Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território. <b>Código:</b> 0042	
<b>Programa</b>	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral <b>Código:</b> 2041 <b>Tipo:</b> Temático	
<b>Unidade Orçamentária</b>	Ministério de Minas e Energia – MME	
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim    ( ) Não      Caso positivo: ( X ) PAC      ( ) Brasil sem Miséria	



Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Estudo realizado	unidade	0

## Análise Situacional

### **Ação: 4887 - Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**

A Ação 4887 – *Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral*, está inserida no Programa 2119 – *Programa de Gestão e Manutenção*. Tem como finalidade formular políticas de geologia, mineração e transformação mineral para o desenvolvimento sustentável na mineração, tecnologia mineral, cenários econômicos do setor mineral e correlatos.

A meta estabelecida no PPA para esta Ação foi a realização de um estudo. Com vistas ao cumprimento dessa meta foi celebrado convênio com a Secretaria de Minas e Energia do Estado do Maranhão – SEME, no valor global de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), sendo liberados R\$ 225.400,00 (duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos reais), em dezembro de 2013, cujo objetivo foi a realização do Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Maranhão.

### **Ação: 20TZ - Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração**

a ação 20TZ – *Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração* está inserida no Programa 2041 – *Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral*.

A meta física estabelecida no PPA 2012-2015 para esta Ação foi de 30 capacitados.

Em 2013, a partir da assinatura de Termo de Cooperação entre a SGM e o Centro Tecnológico Mineral – CETEM, houve a realização do X Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e o VII Encontro da Rede Arranjos Produtivos Locais (APL) Mineral, realizados de 5 a 7 de novembro de 2013, em Vitória, Espírito Santo. Nesse evento foram capacitados cerca de 75 gestores, lideranças e produtores pertencentes aos APLs de base mineral de vários estados brasileiros.

Além disso, encontra-se em execução, por meio do Termo de Cooperação entre a SGM e o Centro Tecnológico Mineral – CETEM, assinado em 31/10/2013, o “Estudo de Avaliação, Construção de Cenários e Prospecção de Futuro para o APL de Cerâmica Vermelha na Região Norte do Estado de Goiás, utilizando a metodologia do Processo Prospectivo”, com a realização em dois módulos de 11 oficinas, no período de outubro /2013 a junho/2014, que envolve 43 empresas do setor de cerâmica vermelha da referida região e recursos no valor de R\$ 45.000,00.

**Ação: 211G - Elaboração de Estudos e Projetos Visando à Implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral – ZPTM**

A Ação: 211G - *Elaboração de Estudos e Projetos visando à Implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral* está inserida no 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral. Tem como finalidade a realização de estudos sobre a viabilidade de implantação de ZPTMs específicas, incluindo o delineamento do arcabouço institucional, fiscal e normativo, com foco na distribuição equilibrada para a indução de novos polos de desenvolvimento estratégicos nacionais, a partir de investimentos coordenados em infraestrutura, logística e agregação de valor ao minério e adensamento produtivo da cadeia de valor mineral.

A Meta física estabelecida no PPA 2012-2015 para esta Ação foi realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral, sendo 1 na Região Nordeste e 1 na Região Norte.

Em 2012 foi aprovada a inclusão de estudos de viabilidade da implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral na Agenda Estratégica da Indústria da Mineração pelo Comitê Executivo de Mineração do Plano Brasil Maior. Em 2012, também foi aprovada a inserção da ação orçamentaria 211G no PAC do MME e a destinação na LOA de 2013 de R\$ 2.000.000,00, para sua execução. Para sua implantação, o Ministério de Minas e Energia elaborou Termo de Referência em parceria MPOG e ABDI e após aprovação da SEPAC e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração, foi aberto processo licitatório pelo MME, para contratação de empresa para realização dos estudos previstos. No final de 2013 este processo foi concluído. No entanto, as empresas que se candidataram não conseguiram atender as condições do Pregão Eletrônico. Por esta razão, foi estabelecida a necessidade da realização de revisão do Termo de Referência e a execução de novo processo licitatório no primeiro semestre de 2014. A LOA de 2014 destinou o valor de R\$ 1.320.000,00 para execução da ação orçamentaria 211G.

**Quadro 11: Quadros de Ações da SEE (A.2.2.3.1)**

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
<b>Código</b>	1379			<b>Tipo: Projeto</b>		
<b>Título</b>	Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional.					
<b>Iniciativa</b>	036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso a energia elétrica.					
<b>Objetivo</b>	Universalizar o Acesso à Energia Elétrica			<b>Código: 045</b>		
<b>Programa</b>	Energia Elétrica		<b>Código: 2033</b>		<b>Tipo: Projeto</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	SEE					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
LEI ORÇAMENTÁRIA 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.720.667,00	2.720.667,00	904.423,80		25.090,80		879.333,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Unidade consumidora atendida			unidade		
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
500.000,00					

### Análise Crítica da Ação 1379:

Os recursos previstos de 2012-2013, em Restos a Pagar, têm como objetivo a execução remanescente do Convênio nº 010/2004-MME com a Eletrobras Eletronorte, ainda em vigência, com vistas a priorizar as atividades referentes ao Programa de Revitalização e Capacitação (PRC/Prodem) dos sistemas fotovoltaicos de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque, para subsequente utilização nos Projetos Especiais do Programa Luz para Todos.

A Emenda: 1181.0018, Ação: 25. 752. 2033. 1379. 0012 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional - No Estado do Acre, no Valor: R\$ 1.800.000,00 não foi realizada pela SEE, tendo em vista que não pôde ser acolhida pela SEE em razão de o atendimento no Sistema Isolado seguir a regulamentação da Lei 12.111/2009.

Cabe destacar que nesta Ação 1379 foi emitida Nota de Empenho nº 2012NE000021, no valor de R\$ 500.000,00, que foi registrada como Restos a Pagar não Processados, em exercícios anteriores, o qual será destinado ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12.

Em 10/12/2013, foram registradas como Restos a Pagar inscritos 2013 não Processados as Notas de Empenhos nº 2013NE000029 e 2013NE000030, no valor de R\$ 829.333,00 e R\$ 50.000,00, totalizando R\$ 879.333,00, o qual será destinado ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12.

Os valores empenhados nas Ações 20A9 e 1379 foram de R\$ 725.029,38 e nas Ações 20L6, 20L7 e 20L8 de R\$ 351.327,82, totalizando R\$ 1.076.357,20 destinados ao Convênio nº 10/2004, Processo 48000.002796/2003-12, celebrado entre o MME e a Eletronorte.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
<b>Código</b>	<b>20A9</b>			<b>Tipo: Projeto</b>		
<b>Título</b>	Apoio a iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica					
<b>Iniciativa</b>	037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente e produtivo da energia elétrica.					
<b>Objetivo</b>	Universalizar o Acesso à Energia Elétrica			<b>Código: 045</b>		
<b>Programa</b>	Energia Elétrica		<b>Código: 2033</b>		<b>Tipo: Projeto</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	SEE					
<b>Ação Prioritária</b>	( x ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( x ) Brasil sem Miséria					
LEI ORÇAMENTÁRIA 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados
3.213.465,00	3.213.465,00	1.790.303,03		1.778.704,3		11.598,70
<b>EXECUÇÃO FÍSICA</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto aprovado			unidade			
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
225.029,38						

### **Análise Crítica da Ação 20A9:**

A Ação 20A9, de apoio a iniciativas de uso produtivo de energia elétrica, previu recursos no valor de R\$ 3.213.465,00 (três milhões, duzentos e treze mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais). Em 2013, não houve repasse de recursos para projetos em andamento de geração de renda com o uso da energia elétrica ou realização de novos projetos, mas foram transferidos recursos para a realização das seguintes atividades:

- 1) Pagamento da 4ª parcela ao IICA, Processo 48000.002035/2011-71, Nota de Empenho 2013NE000028 e Ordem Bancária 2013OB800239, de R\$ 1.200.000,00. As atividades realizadas no âmbito do Projeto de Cooperação com o IICA, em 2013, foram diversas, dentre elas destacam-se: a análise e avaliação de Centros Comunitário de Produção de cinco Estados, que visam a inclusão sócio-produtiva, implantados no âmbito do Programa Luz para Todos; avaliações e diagnósticos de ações de orientação do uso correto da energia elétrica aos novos usuários rurais realizadas pelas distribuidoras selecionadas, que executam o Programa LpT; produção de material didático informativo sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, que foi distribuído aos beneficiários do Programa LpT; e realização de registros dos sistemas fotovoltaicos, no âmbito do Prodeem;
- 2) Contrato 006/2013 celebrado entre o MME e a Empresa MDA Pesquisa de Opinião Pública e Consultoria Estatística Ltda., Processo 48000.001617/2012-11, Nota de Empenho 2013NE800012, valor total R\$ 508.000,00. Como forma de monitoramento do Programa Luz para Todos, em 2013, foi realizada pesquisa em campo para verificar o impacto da chegada da energia elétrica no meio rural. Os principais aspectos investigados foram o perfil socioeconômico, questões relacionadas à saúde, educação e qualidade de vida, aquisição de eletrodomésticos, migratórios, satisfação, macroeconomia e de gênero.

Com relação à Emenda: 2568.0009, Ação 25. 752. 2033. 20A9. 0043 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica - No Estado do Rio Grande do Sul, no Valor: R\$ 100.000,00, não foi realizada pela SEE, tendo em vista que não houve consulta por parte dos Parlamentares, inviabilizando a execução de projetos e ações para o dispêndio desse recurso.

Importa informar que nesta Ação 20A9, foram emitidos a Nota de Empenho nº 2012NE000020, no valor de R\$ 76.442,38, e a Nota de Empenho nº 2012NE000019, no valor de R\$ 148.587,00, totalizando R\$ 225.029,38, que foram registradas como Restos a Pagar não Processados, em



exercícios anteriores, o qual será destinado ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
<b>Código</b>	<b>20L6</b>			<b>Tipo: Projeto</b>		
<b>Título</b>	Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos.					
<b>Iniciativa</b>	010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos.					
<b>Objetivo</b>	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da políticas tarifárias em todo o território nacional. <b>Código: 029</b>					
<b>Programa</b>	<b>Energia Elétrica</b>		<b>Código: 2033</b>		<b>Tipo: Projeto</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	SEE					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
LEI ORÇAMENTÁRIA 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
60.060.000,00	60.060.000,00	60.031.176,37		60.031.176,37		0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>70.638,24</b>						

### Análise Crítica da Ação 20L6:

Uma das finalidades dos recursos destinados para essa ação está associada ao cumprimento dos dispositivos do Termo de Acordo de Cooperação que entre si celebraram a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia - MME e as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETROBRAS ELETRONORTE com interveniência da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, no âmbito da Cooperação energética brasileira com o Estado Plurinacional da Bolívia, assinado em 20/9/2013, o qual foi repassado recurso no valor de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões), Ordem bancária 2013OB800202, de 21/10/2013, em atendimento a Medida Provisória nº 618, de 5/6/2013, Medida Provisória nº 625, de 2/9/2013 e Portaria MME nº 308, de 12/9/2013.

Dessa forma, a provisão orçamentária teve por base, em quase sua totalidade, possibilitar a transferência de recursos para a Eletronorte com o objetivo de executar a reforma e transporte de máquinas térmicas para a Bolívia. Além disso, havia previsão de viagens nacionais e, eventualmente, internacionais, para análise *in loco* das atividades conduzidas pela empresa em território brasileiro e boliviano, no âmbito desse acordo de cooperação.

Cabe destacar também, no âmbito dessa ação, que, no ano de 2013, foram realizadas reuniões para tratar de assuntos relacionados ao intercâmbio de energia elétrica com a Argentina e o Uruguai. No

entanto, importa ressaltar que não houve fluxo de energia elétrica para esses dois países nesse ano. Além disso, foram realizadas tratativas para operacionalização da UTE Uruguaiana.

No que se refere ao contrato de compra de energia elétrica com a Venezuela, para o sistema Boa Vista (RR), a quantidade de energia recebida pela Brasil foi na ordem de aproximadamente 825 GWh, no ano de 2013.

Cabe destacar que nesta Ação 20L6 foi emitida Nota de Empenho nº 2012NE000022, no valor de R\$ 70.638,45, e foi registrado como Restos a Pagar não Processados, em exercícios anteriores, o qual será destinado ao 8º Termo Aditivo ao Convênio nº 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12.

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
<b>Código</b>	20L7		<b>Tipo: Projeto</b>			
<b>Título</b>	Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao CMSE.					
<b>Iniciativa</b>	014 - Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao CMSE.					
<b>Objetivo</b>	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da políticas tarifárias em todo o território nacional. <b>Código: 029</b>					
<b>Programa</b>	Energia Elétrica		<b>Código: 2033</b>		<b>Tipo: Projeto</b>	
<b>Unidade Orçamentária</b>	SEE					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
LEI ORÇAMENTÁRIA 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
210.000,00	210.000,00	126.172,92		108.524,34		17.648,58
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
<b>250.868,45</b>						

### Análise Crítica da Ação 20L7:

Em 2013, a SEE realizou o monitoramento de 407 projetos de geração de energia elétrica em construção no País, quando a meta prevista no PPA 2012-2015 era de 250 projetos a cada ano. Esse montante de quase o dobro do previsto inicialmente deve-se principalmente à segregação dos grandes parques eólicos em diversos projetos menores, o que resultou em um grande número de projetos a serem considerados individualmente, principalmente na região Nordeste. Por outro lado, as dificuldades na obtenção das licenças ambientais tem estendido o prazo de construção dos empreendimentos em execução, contribuindo também para a elevação da quantidade de empreendimentos monitorados quando somados aos novos leilões que são realizados a cada ano.

Foram ainda monitorados pela SEE, em 2013, 375 empreendimentos de transmissão de energia elétrica em execução no Brasil, quantidade 39% maior que o previsto no PPA 2012-2015 para cada ano do período. O aumento da quantidade de obras monitoradas deve-se principalmente ao aumento dos reforços e ampliações determinados para melhorar o desempenho do sistema elétrico nacional. A maior parte desses empreendimentos também se situa na região Nordeste (126 projetos), e visa conectar os parques eólicos em construção naquela região. Da mesma forma que acontece para a geração, as dificuldades na obtenção de licenças ambientais têm elevado a quantidade de empreendimentos monitorados na transmissão, ao acumular-se aos novos leilões realizados a cada ano.

No caso das inspeções técnicas de campo, ação voltada para promover o monitoramento dos novos sistemas em construção, foram realizadas 43 inspeções a usinas em construção (cerca de 24% do previsto para o período 2012-2015). O acumulado desse índice nos dois primeiros anos do PPA chegou a 99 inspeções, isto é, 55% da meta estabelecida, o que se constitui em um bom índice de realização para o período.

Entretanto, o monitoramento envolve também os segmentos de Transmissão e Distribuição, e nesse contexto, foram realizadas até agora 158 inspeções no biênio 2012/2013, somadas às de Geração de energia elétrica. Somente no ano de 2013, foram realizadas 17 inspeções em empreendimentos de transmissão e 34 nos de distribuição, além das 43 realizadas nos empreendimentos de geração, citadas acima, totalizando 94 inspeções no ano.

O monitoramento do DMSE/SEE envolveu também as obras em execução para preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014. Em 2013 foram realizadas: (i) 2 reuniões plenárias envolvendo todos os agentes e instituições no MME; (ii) 18 reuniões presenciais com as empresas executoras de obras de transmissão e distribuição e demais instituições nas cidades-sede; (iii) inspeção nas obras de transmissão e distribuição em execução nessas 18 cidades-sede; (iv) inspeção em 17 instalações componentes de estádios, aeroportos e da aeronáutica que serviram à Copa das Confederações; e (v) 5 reuniões com ANEEL para avaliação do andamento das 158 obras de distribuição previstas para a Copa do Mundo 2014.

Apesar de as inspeções de campo terem sido impactadas pelo contingenciamento orçamentário anual, tanto em 2012 como em 2013, a SEE tem buscado e alcançado procedimentos para contornar o problema e maximizar a realização dessas atividades a cada ano. No que se refere às inspeções, até o momento foi realizada 55% da meta estabelecida no PPA, e a tendência é de que a meta do PPA seja alcançada no final de 2015. No entanto, importa registrar que a flexibilização do contingenciamento orçamentário para a realização dessas atividades é fundamental para o alcance desse objetivo.

Por fim, cabe ressaltar que nesta Ação 20L7 foi emitida Nota de Empenho nº 2012NE000023, no valor de R\$ 250.868,45, que foi registrado como Restos a Pagar não Processados, em exercícios anteriores, o qual será destinado ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio nº 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12.

<b>IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO</b>	
<b>Código</b>	<b>20L8</b> <span style="float: right;"><b>Tipo: Projeto</b></span>
<b>Título</b>	Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária.
<b>Iniciativa</b>	015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária.
<b>Objetivo</b>	Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a

		implementação da políticas tarifárias em todo o território nacional. <b>Código: 029</b>				
<b>Programa</b>		<b>Energia Elétrica</b>		<b>Código: 2033</b>		<b>Tipo: Projeto</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>		SEE				
<b>Ação Prioritária</b>		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
<b>LEI ORÇAMENTÁRIA 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
48.000,00	48.000,00	672,43		672,43		0,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade medida	de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Energia comercializada		Gigawatt hora				
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida	de	Realizada
<b>29.820,92</b>						

### Análise Crítica da Ação 20L8:

No ano de 2013, foram realizados 5 Leilões de Compra e Venda Energia:

- 5º Leilão de Energia de Reserva, realizado em 23/08/2013;
- 16º Leilão de Energia de Nova A-5, realizado em 29/08/2013;
- 17º Leilão de Energia Nova A-3, realizado em 18/11/2013;
- 18º leilão de Energia Nova A-5, realizado em 13/12/2013.
- 12º Leilão de Energia Existente A-1, realizado em 17/12/2013;

Nesses certames foram comercializados 51.415,07 GWh. Assim, em 2013 foi atingido 47,8% da meta dessa ação.

Os custos com passagem e diárias que tinham o objetivo de monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária seriam suportados pelos recursos disponíveis nessa ação, especialmente para preparação e acompanhamento dos leilões de compra e venda de energia. Todavia, as reuniões necessárias para execução dessas atividades puderam ser realizadas em Brasília ou por meio de videoconferência. Além disso, também em Brasília, o MME se envolveu na elaboração da Declaração Digital de Necessidade de Compra que subsidia a realização dos certames. Por esse motivo, houve baixa execução orçamentária da ação 20L8.

Cabe comunicar que nesta Ação 20L8 foi emitida Nota de Empenho nº 2012NE000024, no valor de R\$ 29.820,92, que foi registrado como Restos a Pagar não Processados, em exercícios anteriores, o qual será destinado ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio nº 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12.

### 3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

De acordo com a Portaria TCU nº 175/2013, no caso de relatório consolidado, todas as Secretarias devem preencher o quadro A.3.2, inclusive a consolidadora, considerando os respectivos contextos. Apresenta-se abaixo os seguintes quadros.

#### 3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

**Quadro 12: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SPE (A.3.2)**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos					X

processos internos da unidade.					
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

**Análise Crítica:**

- 1- A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE está sujeita às normas, procedimentos e orientações do Governo Federal e do Ministério de Minas e Energia – MME, por meio de sua Secretaria Executiva. Em relação aos recursos financeiros, a SPE segue as orientações do Orçamento Fiscal e Seguridade Social e do Ministério de Minas e Energia – MME (Secretaria Executiva). Portanto, a atuação dessa Secretaria está vinculada diretamente as orientações da Secretaria Executiva do MME;
- 2- Em relação ao item 4, a SPE não tem um código de ética próprio, segue a legislação federal sobre ética e conduta dos servidores federais;
- 3- Em relação ao item 17, a instauração de sindicância é de competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, vinculada à Secretaria Executiva, após a solicitação formal da SPE;

A metodologia empregada para responder esse questionário foi a mesma utilizada nos exercícios anteriores, ou seja, conforme Orientações para Preenchimento do Quadro item c), da Portaria TCU nº 175 de 9 de julho de 2013, realização de reunião e debates, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, com pessoas que tem conhecimento amplo das atividades da Secretaria e do Ministério.

**Escala de valores da Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: SPE

**Quadro 13: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SPG (A.3.2)**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X

8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X



### Análise Crítica

Para avaliação da sistemática dos controles interno da Unidade, foi realizado reunião com a alta direção e utilizado o método de consenso para pontuação dos valores da cada item dentro de cada elemento definido ( Ambiente e Controle, Avaliação de Risco, Procedimento de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento).

No processo de planejamento e monitoramento das ações da Unidade são avaliadas as atividades executadas dentro de cada ação, os desafios e dificuldades encontrados, as soluções em curso adotadas e os riscos da não execução da ação.

O monitoramento das ações ocorrem através de reuniões periódicas com a participação das partes interessadas, alta direção e funcionários, buscando desta forma o nivelamento das informações e contribuindo para que os resultados sejam alcançados.

Fonte: SPG

### Quadro 14: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SGM (A.3.2)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Valores				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise crítica:</b>					
<p>Para a elaboração da análise dos itens acima respondidos foram utilizados: o Regimento Interno do MME, o Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos - DocFlow, o Código de Ética do MME e o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas - SIGE, bem como o Plano Plurianual – PPA – 2011/2015.</p> <p>Para a análise dos itens 1 a 4, dos itens 6 a 9 e dos itens 15 a 30 considerou-se o controle interno da UJ no âmbito do MME. Os itens 10 a 14 e 28 a 30 encontram-se formalizados no PPA. Além disso, semestralmente são feitas atualizações dos riscos, objetivos e metas considerando eventuais alterações no ambiente interno e externo. O item 20 foi avaliado com a nota 2, uma vez que os macroprocessos têm seu controle de curto prazo e não no longo prazo, no entanto encontra-se em fase de contratação consultoria especializada para elaboração do planejamento estratégico da UJ. No item 21 a avaliação foi feita com nota 1 em razão UJ não possuir sistema de custo. No item 26 a avaliação foi feita com nota 4, pois a divulgação interna das informações pode ser continuamente melhorada. No item 27 a avaliação foi feita com nota 4, tendo em vista que nem todas as informações têm objetivo de ser universalizada, embora esta seja a regra.</p> <p>Para a elaboração da resposta do item 5 escolheu-se a graduação “4”, pois os procedimentos e instruções operacionais não estão totalmente formalizadas ou descritas em normas.</p>					

Fonte: SGM

### Quadro 15: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SEE (A.3.2)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos				X	

seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b> Essa avaliação levou em consideração o Macroprocesso de “GESTÃO DA POLÍTICA ENERGÉTICA”, com foco no processo de GESTÃO DA POLÍTICA TARIFÁRIA e o Macroprocesso de “MONITORAMENTO DO SETOR ENERGÉTICO”, com ênfase no processo de MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO e no processo de UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA.					

Fonte: SEE

**Quadro 16: Avaliação do Sistema de Controles Internos da SE (A.3.2)**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<b>Análise Crítica</b> Este questionário foi preenchido diretamente pelo Secretário-Executivo Adjunto do MME.					

Fonte: SE

### 3.6 INDICADORES

Os indicadores, apresentados no endereço <http://www.mme.gov.br/se/menu/publicacoes.html> são os de Avaliação de Desempenho Institucional do Ministério de Minas e Energia, cuja média atingiu 97,48%.

## 4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 4.1.1 PROGRAMAÇÃO

**Quadro 17: Programação de Despesas (A.4.1.1)**

Unidade Orçamentária: Ministério de Minas e Energia		Código UO: 32101		UGO: 320002
Origem dos Créditos Orçamentários		<b>Grupos de Despesa Correntes</b>		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida (*)	3- Outras Despesas Correntes
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			804.534	20.789.432
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		0	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>		
		<b>Reabertos</b>		
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>		60.000.000
		<b>Reabertos</b>		100.000.000
<b>Créditos Cancelados</b>				-100.035.000
<b>Outras Operações</b>				

<b>Dotação final 2013 (A)</b>			804.534	80.754.432
<b>Dotação final 2012(B)</b>			36.362	26.732.991
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			2.112,57%	202,08%
<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>		<b>Grupos de Despesa Capital</b>		
		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6- Amortização da Dívida</b>
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>		44.037.292	15.000.000	0
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>			0
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>		
		<b>Reabertos</b>		
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>		
		<b>Reabertos</b>	13.995.764	5.000.000
<b>Créditos Cancelados</b>	-30.185.764	-5.000.000		
<b>Outras Operações</b>				
<b>Dotação final 2013 (A)</b>		27.847.292	15.000.000	0
<b>Dotação final 2012(B)</b>		45.727.733	0	572.422
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		-39,10%	-	-100%

Fonte: SIAFI

## Análise Crítica

O Congresso Nacional não efetuou nenhum corte na proposta orçamentária da UJ e aprovou Emendas no valor de R\$ 1,9 milhão para ações sob a responsabilidade da Secretaria de Energia Elétrica, que não foram executadas. Não houve alterações relevantes em relação às dotações do exercício anterior. Não foi solicitado nenhum crédito adicional para a UJ, mas foi oferecido como contrapartida para créditos adicionais da SPOA e da CPRM, o cancelamento de R\$ 16.190.000,00 (Investimento) na ação 13E4 - Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral – META, tendo em vista a ocorrência de frustrações na execução.

### 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

**Quadro 18: Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (A.4.1.2.1)**

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas Correntes</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebadora</b>		<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>
	320002	320010	25121211948970001			456.776,00
	320002	320010	25572203320AA0001			203.000,00
	320002	320010	25121203369070001			50.000,00
	320002	320012	22663211948870001			373.912,00
	320002	320012	22663204120TZ0001			76.891,00
	320002	320013	25752203313790001			870.667,00
	320002	320013	25752203320A90001			1.868.000,00
<b>Recebidos</b>	320002	320013	25752203320L60001			60.000,00
	320002	320013	25752203320L60101			160.000.000,00
	320002	320013	25752203320L70001			142.500,00
	320002	320013	25752203320L80001			12.000,00
	320002	320017	25121211948920001			214.718,00
	320002	320060	28844090602840001		5.938,98	
	320002	320060	25572211913E40001			1.322.918,45

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	320002	320013	25752203313790001	50.000,00		
	320002	320017	2884521190E900001		15.000.000,00	
	320002	320060	25572211913E40001	19.056.062,89		
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

As movimentações internas se referem às descentralizações do órgão setorial de orçamento para as Secretarias Finalísticas e para a Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva, envolvendo as seguintes Unidades Gestoras da Administração Direta do MME:

- 320002 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/MME;
- 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE;
- 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM;
- 320013 – Secretaria de Energia Elétrica – SEE;
- 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG; e
- 320060 – Projeto META / Secretaria-Executiva.



**Quadro 19: Realização da Despesa (A.4.1.3)**

Unidade Orçamentária: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA						Código UO: 32101		UGO: 320002	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>190.487.153,32</b>	<b>186.026.972,23</b>	<b>190.487.153,32</b>	<b>183.524.212,23</b>	<b>2.502.760,00</b>	<b>2.502.760,00</b>	<b>188.288.812,59</b>	<b>183.524.212,23</b>	
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas	59.941.937,48	59.294.005,25	59.941.937,48	59.294.005,25			59.941.937,48	59.294.005,25	
1 - Aposentadorias	53.158.569,51	52.645.712,52	53.158.569,51	52.645.712,52			53.158.569,51	52.645.712,52	
3 - Pensões	36.840.368,85	35.115.640,26	36.840.368,85	35.115.640,26			36.840.368,85	35.115.640,26	
Demais elementos do grupo	40.546.277,48	38.971.614,20	40.546.277,48	36.468.854,20	2.502.760,00	2.502.760,00	38.347.936,75	36.468.854,20	
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>5.692,79</b>	<b>36.279,41</b>	<b>5.692,79</b>	<b>36.279,41</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.692,79</b>	<b>36.279,41</b>	
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	5.692,79	36.279,41	5.692,79	36.279,41	0	0	5.692,79	36.279,41	
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>102.618.004,27</b>	<b>37.386.222,30</b>	<b>102.618.004,27</b>	<b>30.647.299,79</b>	<b>6.738.922,51</b>	<b>6.738.922,51</b>	<b>94.862.157,22</b>	<b>30.532.218,32</b>	
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	83.985.970,99	20.138.333,19	83.985.970,99	15.831.963,78	4.306.369,41	4.306.369,41	78.509.619,39	15.787.989,96	
37 - Locação de Mão-de-Obra	7.862.765,80	6.767.420,42	7.862.765,80	5.909.072,27	858.348,15	858.348,15	6.982.847,50	5.852.175,72	
46 - Auxílio-Alimentação	3.979.940,75	3.364.527,52	3.979.940,75	3.364.527,52	0	0	3.979.940,75	3.364.527,52	
Demais elementos do grupo	6.789.326,73	7.115.941,17	6.789.326,73	5.541.736,22	1.574.204,95	1.574.204,95	5.389.749,58	5.527.525,12	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>4. Investimentos</b>	<b>26.230.198,05</b>	<b>22.666.741,22</b>	<b>26.230.198,05</b>	<b>4.384.380,66</b>	<b>18.282.360,32</b>	<b>18.282.360,32</b>	<b>3.107.000,05</b>	<b>4.382.775,70</b>	
51 - Obras e Equipamentos e Material Permanente	22.180.276,89	2.133.123,37	22.180.276,89	0	2.133.123,37	2.133.123,37	1.250.000,00	0	
52 - Equipamentos e Material Permanente	3.136.010,60	20.265.744,85	3.136.010,60	4.146.507,66	16.119.236,95	16.119.236,95	1.331.361,49	4.144.902,70	
Demais elementos do grupo	913.910,56	267.873,00	913.910,56	237.873	30.000,00	30.000,00	525.638,56	237.873	
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>0</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>0</b>	
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	15.000.000,00	0	15.000.000,00	0	0	0	15.000.000,00	0	
Demais elementos do grupo									
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>570.690,69</b>	<b>0</b>	<b>570.690,69</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>570.690,69</b>	
77 - Principal Corrigido Dívida Contratual Refinanciada	0	570.690,69	0	570.690,69	0	0	0	570.690,69	
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	

**Quadro 20: Despesas por Modalidade de Contratação – Total (A.4.1.3.1)**

Unidade Orçamentária: Secretaria de Energia Elétrica - SEE		Código UO:320013		UGO:32101	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão		508.000,00	-	508.000,00	-
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
<b>3. Regime de Execução Especial</b>					
j) Suprimento de Fundos					
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
<b>5. Outros</b>					
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>		<b>508.000,00</b>	<b>-</b>	<b>508.000,00</b>	<b>-</b>

Contrato 006/2013 celebrado entre o MME e a Empresa MDA Pesquisa de Opinião Pública e Consultoria Estatística Ltda., Processo 48000.001617/2012-11, Nota de Empenho 2013NE800012, valor total R\$ 508.000,00, realizado por Pregão Eletrônico nº 31/2012, tipo de licitação foi menor preço, realizado em 21/11/2012. Pagamentos realizados conforme tabela abaixo:

**Controle de pagamento das Notas Fiscais**

Nota de Empenho		Nota Fiscal		Produto n°	% Pcto	Pagto Valor R\$		Processos
2013NE800012 (+ reforço em 9.12.2013)	7.3.13	338	17.5.13	1	15%	R\$ 76.200,00	27.6.13	48000.000917/2013
	6.12.13	371	22.10.13	2	25%	R\$ 127.000,00	6.12.13	48000.002134/2013
		374	25.11.13	3 e 4	25%	R\$ 127.000,00	12.12.13	48000.002140/2013
		375	25.11.13	5	35%	R\$ 177.800,00	12.12.13	48000.002139/2013
Processo MDA (geral)					100%	R\$ 508.000,00	-	48000.001617/2012

**Quadro 21: Despesas por Modalidade de Contratação – Valores Executados Diretamente pela UJ (A.4.1.3.2)**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>					
h) Dispensa					
i) Inexigibilidade					
<b>3. Regime de Execução Especial</b>					
j) Suprimento de Fundos					
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias (Consolidado)	452.745,13	R\$ 586.451,21	450.965,25	585.927,55	
<b>5. Outros (Passagens - consolidado)</b>	1.043.983,28	R\$ 951.872,00	1.043.503,84	951.872,00	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	1.496.728,41	1.172.902,42	1.494.469,09	1.537.799,55	

**Quadro 22: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Valores Executados Diretamente pela UJ (A.4.1.3.4)**

Unidade Orçamentária: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA				Código UO: 32101		UGO: 320002		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas								
1 - Aposentadorias								
3 - Pensões								
Demais elementos do grupo								
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>5.692,79</b>	<b>36.279,41</b>	<b>5.692,79</b>	<b>36.279,41</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.692,79</b>	<b>36.279,41</b>

21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	5.692,79	36.279,41	5.692,79	36.279,41	0	0	5.692,79	36.279,41
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>65.221.682,50</b>	<b>4.647.355,71</b>	<b>65.221.682,50</b>	<b>3.013.488,28</b>	<b>1.633.867,43</b>	<b>1.633.867,43</b>	<b>63.087.112,18</b>	<b>3.012.964,62</b>
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	62.872.852,61	2.352.088,53	62.872.852,61	1.768.345,54	583.742,99	583.742,99	62.025.419,61	1.768.345,54
35 - Serviços de Consultoria	1.254.866,90	981.397,00	1.254.866,90	160.200,00	821.197,00	821.197,00	53.400,00	160.200,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	624.692,38	585.743,10	624.692,38	509.602,66	76.140,44	76.140,44	540.801,83	509.602,66
Demais elementos do grupo	469.270,61	728.127,08	469.270,61	575.340,08	152.787,00	152.787,00	467.490,74	574.816,42
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>4. Investimentos</b>	<b>19.106.062,89</b>	<b>11.640.270,32</b>	<b>19.106.062,89</b>	<b>0</b>	<b>11.640.270,32</b>	<b>11.640.270,32</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
51 – Obras e Instalações	19.056.062,89	2.133.123,37	19.056.062,89	0	2.133.123,37	2.133.123,37	0	0
52 – Equipamentos e Material Permanente	50.000,00	9.507.146,95	50.000,00	0	9.507.146,95	9.507.146,95	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>5. Inversões Financeiras</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>0</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15.000.000,00</b>	<b>0</b>
65 – Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	15.000.000,00	0	15.000.000,00	0	0	0	15.000.000,00	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>6. Amortização da Dívida</b>	<b>0</b>	<b>570.690,69</b>	<b>0</b>	<b>570.690,69</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>570.690,69</b>
77 – Principal Corrigido Dívida Contratual Refinanciada	0	570.690,69	0	570.690,69	0	0	0	570.690,69
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

### Análise Crítica

Não houve efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício (CGOF).

**Quadro 23: Despesas por Modalidade De Contratação - Créditos de Movimentação (A.4.1.3.5)**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.031.038,04	466.872,00	1.030.558,60	466.872,00
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
<b>5. Outros</b>				
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1031038,04</b>	<b>466872,00</b>	<b>1030558,60</b>	<b>466872,00</b>

Fonte: COMEF/MME

As despesas das Secretarias, em 2012, se referem apenas às passagens.

**4.3 Movimentação e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores**

Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores das UGs: 320010 (SPE) 320012 (SGM) 320013 (SEE) 320017 (SPG) 320060 (META/SE) parte do Relatório/2013 da UJ-Secretaria-Executiva.

**Quadro 24: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores da SPE (A.4.3)**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	10.131,38	1.993,37	0,00	8.138,01
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013

Inscrição				
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-

FONTE: CGOF

Análise Crítica: o montante de R\$ 8.138,01 reinscrito em restos a pagar refere-se as notas de empenhos 2012NE800001 e 2012NE800002, para pagamento de despesas que restaram prejudicadas quando da expiração da vigência do contrato com a empresa Aires Turismo. Aguarda-se a conclusão dos procedimentos de apuração e conciliação de bilhetes de passagens aéreas não utilizados e devolvidos pelo MME para reembolso, integralmente glosados quando do pagamento das faturas, para conseqüente pagamento à agência de turismo dos valores efetivamente devidos.

#### Quadro 25: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores da SPG (A.4.3)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2009	336,18	-	-	336,18

FONTE: CGOF

Análise Crítica: o saldo remanescente de R\$ 336,18 decorre da aplicação de penalidade à empresa Aires Turismo quando do pagamento da Fatura nº 29506 em 28/01/2010.

O valor de R\$ 336,18 foi glosado e retido para apuração da fatura de crédito nº 1138.

O valor será cancelado após os esclarecimentos da Setorial Contábil quanto aos procedimentos necessários para operacionalização no Sistema SIAFI.

#### Quadro 26: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores da SEE (A.4.3)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	1.113.765,24	11.980,81	0,00	1.101.784,43
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-

FONTE: CGOF

O quadro acima se refere às informações dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores, que totaliza R\$ 1.101.784,43. Esse montante será destinado ao 8ª Termo Aditivo ao Convênio 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte, Processo 48000.002796/2003-12 e pagamentos de despesas com a empresa Aires Turismo.

Conforme quadro abaixo, os valores empenhados nas Ações 20A9 e 1379 foram de R\$ 725.029,38 e nas Ações 20L6, 20L7 e 20L8 de R\$ 351.327,82, totalizando R\$ 1.076.356,99, enquanto que o valor restante de R\$ 25.427,44 refere-se ao pagamento de despesas que foram prejudicadas quando da expiração da vigência do contrato com a empresa Aires Turismo. Aguarda-se a conclusão dos procedimentos de apuração e conciliação de bilhetes de passagens aéreas não utilizados e devolvidos pelo MME para reembolso, integralmente glosados quando do pagamento das faturas, para conseqüente pagamento à agência de turismo dos valores efetivamente devidos.

Exercício	Fonte	Natureza	Nota de Empenho, em 7/11/2012	RP Não Processados a Pagar R\$
2012	134	3.3.90.30	2012NE000019	148.587,00
		3.3.90.39	2012NE000020	76.442,38
		4.4.90.52	2012NE000021	500.000,00
		3.3.90.39	2012NE000022	70.638,24
		3.3.90.39	2012NE000023	250.868,45
		3.3.90.39	2012NE000024	29.820,92
<b>Convênio 10/2004, celebrado entre o MME e a Eletronorte</b>				<b>1.076.356,99</b>
Exercício	Fonte	Natureza	Nota de Empenho, em 4/01/2012	RP Não Processados a Pagar R\$
2012	134	3.3.90.33	2012NE800001	564,99
			2012NE800002	18.258,00
			2012NE800003	304,51
	100		2012NE800004	333,00
			2012NE800005	269,61
			2012NE800006	5.697,33
<b>Empresa Aires Turismo</b>				<b>25.427,44</b>
<b>Total de Restos a Pagar Não Processados. A Pagar R\$</b>				<b>1.101.784,43</b>

**Quadro 27: Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores da SGM (A.4.3)**

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	28.600,81	2.590,31	0,00	26.010,50
2011	-	-	-	-
...				
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	523,66	0,00	0,00	523,66
2011	-	-	-	-
...				
FONTE: CGOF				

Análise Crítica: O montante de R\$ 26.010,50 reinscrito em restos a pagar refere-se as notas de empenhos 2012NE800012 e 2012NE800014, para pagamento de despesas que restaram prejudicadas quando da expiração da vigência do contrato com a empresa Aires Turismo. Aguarda-

se a conclusão dos procedimentos de apuração e conciliação de bilhetes de passagens aéreas não utilizados e devolvidos pelo MME para reembolso, integralmente glosados quando do pagamento das faturas, para conseqüente pagamento à agência de turismo dos valores efetivamente devidos.

O valor de R\$ 523,66 refere-se ao documento hábil 2012AV000109 decorrente da PCDP 956/12 para custear o pagamento de diárias. Todavia, a viagem não foi realizada e o respectivo documento ficou registrado como “pendente”, resultando na inscrição como restos a pagar processados. O valor será cancelado após os esclarecimentos da Setorial Contábil quanto aos procedimentos necessários para operacionalização no Sistema SIAFI.

#### Quadro 28: Restos a Pagar da Diretoria de Programas (A.4.3)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	12.121.640,32	11.480.643,32	640.997,00	0,00
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-

FONTE: CGOF

No exercício de 2012, foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 12.121.640,32 (doze milhões, cento e vinte e um mil, seiscentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), cuja destinação foi a seguinte:

- Cumprimento de obrigações vinculadas ao Convênio nº 796362/2012-MME/CEPEL, R\$ 11.150.270,32;
- Custeio das seguintes atividades: i) Metodologia para implementação de Centrais Geradoras Hidrelétricas – Conceito Plataforma, R\$ 619.197,00; ii) Avaliação de Investimentos Depreciáveis – Ativos de Geração e Transmissão, R\$ 196.200,00 (cento e noventa e seis mil e duzentos reais); e iii) Processo Seletivo Simplificado, Fundação Universidade de Brasília – FUB/CESPE, suprimento do quadro de pessoal da Unidade Gestora nº 320060 – Projeto META/Secretaria Executiva, R\$ 155.973;
- Cancelamento de R\$ 640.997,00, sendo R\$ 619.197, relativos à “Metodologia para implementação de Centrais Geradoras Hidrelétricas – Conceito Plataforma” e R\$ 10.000,00 referentes à atividades vinculadas ao CEPEL, por não ter havido progresso na implementação das ações, e R\$ 11.800,00 referentes à atividade de “Avaliação de Investimentos Depreciáveis – Ativos de Geração e Transmissão”, em função de glosa por não comprovação de despesas.

Os valores, referentes ao Resto a Pagar do ano de 2012, não foram repassados em decorrência de decisão da Diretoria de Programa, uma vez que haveria a necessidade de saque junto ao BIRD, o que iniciaria a contabilização de juros. Sendo assim, verificou-se que seria mais vantajoso inscrever tal valor em Restos a Pagar, uma vez que permitiria o repasse ao longo do ano de 2013, conforme legislação vigente, aderente à liquidação dos compromissos assumidos no âmbito do projeto.



Com referência ao exercício de 2013, inscreveu-se em Restos a Pagar o valor de R\$ 20.227.529,79 (vinte milhões, duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais, setenta e nove centavos), sendo R\$ 19.056.062,89 (dezenove milhões, cinquenta e seis mil, sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos) destinados ao cumprimento de obrigações de responsabilidade do CEPEL, vinculadas ao convênio nº 769362/2012, e R\$ 1.171.466,90 (um milhão, cento e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) para implementação da Atividade “Metodologia para implementação de Centrais Geradoras Hidrelétricas – Conceito Plataforma”.

#### 4.4.1 Instrumento de Transferências Vigentes no Exercício

**Quadro 29: Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício – por UJ (A.4.4.1)**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320010/00001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	773762/2012	42.288.886/0001-60	1.184.000,00	384.000,00	0,00	300.000,00	2012	2014	1
1	721906/2009	42.288.886/0001-60	2.068.000,00	768.000,00	0,00	1.300.000,00	2009	2013	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320017				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiários	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	009/2001	03.723.329/0001-79; 58.518.069/0001-91	8.366.530,00 (2)	3.090.057,00 (3)	0 (4)	4.486.731,00	1º/nov / 2001	31/dez / 2014 (5)	1

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320012				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	SICONV - 769433/2012	SEICOM - PA	270.000,00	30.000,00	-	270.000,00	13/06/2013	13/04/2014	1
1	SICONV - 787420/2013	SEME - MA	522.300,00	52.300,00	225.400,00	225.400,00	15/12/2013	15/12/2014	1
3	48000.000690/2013-56	CETEM	20.000,00		-	20.000,00	07/06/2013	07/09/2013	4
3	48000.000691/2013-17	CETEM	15.000,00		-	15.000,00	04/06/2013	04/12/2013	4
3	48000.001886/2013-68	CETEM	45.000,00		-	45.000,00	30/10/2013	30/06/2014	1
3	48000.001946/2013-42	CETEM	20.000,00		-	20.000,00	01/11/2013	31/12/2013	4

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Energia Elétrica - SEE									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 320013				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	009/2004	Eletrobras Eletrosul	R\$ 1.656.000,00	R\$ 393.500,00	R\$ 0,00	R\$ 1.262.500,00	26/11/2004	31/12/2014	1
1	010/2004	Eletrobras Eletronorte	R\$ 12.179.887,00	R\$ 1.732.000,00	R\$ 0,00	R\$ 7.947.887,00	30/09/2004	31/12/2014	1
1	012/2004	Eletrobras Furnas	R\$ 6.222.947,00	R\$ 3.602.150,00	R\$ 0,00	R\$ 2.620.797,00	26/11/2004	31/12/2014	1
1	014/2004	Eletrobras Chesf	R\$ 6.384.863,98	R\$ 468.432,00	R\$ 0,00	R\$ 5.916.431,98	22/12/2004	27/12/2014	1

Fonte: PRODEEM/DPUE

#### 4.4.2 Instrumentos Celebrados nos Três Últimos Exercícios

##### Quadro 30: Instrumentos Celebrados nos Três Últimos Exercícios – por UJ (A.4.4.2)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético- SPE				
CNPJ:		37.115.383/0001-53				
UG/GESTÃO:		320010/00001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011

<b>Convênio</b>	0	1	0	-	300.000,00	-
<b>Contrato de Repasse</b>						
<b>Termo de Cooperação</b>						
<b>Termo de Compromisso</b>						
<b>Totais</b>	0	1	0	-	300.000,00	-

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	<b>Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM</b>					
<b>CNPJ:</b>	37.115.383/0001-53					
<b>UG/GESTÃO:</b>	320012					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>	01	01	01	225.400,00	270.000,00	25.000,00
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	04	02	01	100.000,00	135.000,00	80.000,00
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-			
<b>Totais</b>	05	03	02	325.400,00	405.000,00	105.000,00

#### **Instrumentos Celebrados pela SPG nos Três Últimos Exercícios:**

Não houve celebração de novos instrumentos nos exercícios indicados. Também não houve repasse de recursos referente aos instrumentos vigentes nos exercícios indicados.

#### **Instrumentos Celebrados pela SEE nos Três Últimos Exercícios:**

Nos anos de 2011, 2012 e 2013, não ocorreram transferências de recursos realizadas pela Secretaria de Energia Elétrica – SEE.

#### 4.4.3 Transferências Concedidas na Modalidade de Convênio, Termo De Cooperação e de Contratos de Repasse

**Quadro 31: Transferências Concedidas pela UJ (A.4.4.3)**

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético SPE					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	2.150.000,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	R\$ 1.830.000,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	5.308.115,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: DPE e DDE/SPE

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Gestão, Mineração e Transformação Mineral - SGM					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320012		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	R\$ 136.500,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	01	-
		Montante Repassado	-	R\$20.000,00	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	03		-
		Montante Repassado	R\$ 701.500,00		-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

2011	Contas Prestadas	Quantidade	05	01	-
		Montante Repassado	3.621.570,00	380.000,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretária de Energia Elétrica - SEE					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 320013		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	5		
		Montante Repassado	2.752.394,44		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	11	1	
		Montante Repassado	20.877.941,00	513.590,00	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	15		
		Montante Repassado	5.297.418,71		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	16	1	
		Montante Repassado	23.630.335,44	513.590,00	
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	690.000,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	31	1	
		Montante Repassado	28.927.754,15	513.590,00	
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SEE

### Transferências Concedidas pela SPG:

Nos Relatórios de Gestão anteriores, estava sendo considerada a apresentação das prestações de contas parciais no preenchimento deste Quadro. De acordo com as instruções ao lado, este Quadro deve ser preenchido com as informações das prestações de contas finais. Os Convênios MME nº 009/2001 e FINEP nº 21.02.0058.00 ainda estão vigentes e dentro do prazo de execução. Dessa forma, não há prestações de contas finais apresentadas nos exercícios indicados para preenchimento deste.

#### 4.4.4 Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

**Quadro 32: Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse por UJ (A.4.4.4)**

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado (R\$)	2.150.000,00		
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	
Montante Repassado (R\$)			-		
2012	Quantidade de contas prestadas			2	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante repassado	-		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	3		
Montante repassado (R\$)		1.830.000,00			
2011	Quantidade de Contas Prestadas			3	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1		
		Quantidade Reprovada	-		
		Quantidade de TCE	-		
		Montante Repassado	-		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	2		
Montante Repassado		5.5057.700,00			
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	8		
		Montante Repassado	6.332.919,00		

Fonte: DPE DDE /SPE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320017		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			1 <sup>(1)</sup>	-
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1 <sup>(2)</sup>	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO Analisadas	Montante Repassado (R\$)	-	-
			Quantidade	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
2012	Quantidade de contas prestadas			1 <sup>(3)</sup>	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1 <sup>(4)</sup>	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante repassado (R\$)	-	-	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			1 <sup>(5)</sup>	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1 <sup>(6)</sup>	-	
		Quantidade Reprovada	-	-	
		Quantidade de TCE	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
Exercícios Anteriores a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Observações:

(1) Em 2013, foi recebida a Prestação de Contas Parcial do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2012, apresentada pela convenente EMTU/SP.

(2) Em 2013, foi analisada e aprovada a Prestação de Contas Parcial do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2012, e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 do Convênio 21.02.0058.00.

(3) Em 2012, foi recebida a Prestação de Contas Parcial do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2011, apresentada pela convenente EMTU/SP.

(4) Em 2012, foi analisada e aprovada a Prestação de Contas Parcial do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2011, e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2011 do Convênio 21.02.0058.00.

(5) Em 2011, foi recebida a Prestação de Contas Parcial do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2010, apresentada pela convenente EMTU/SP.

(6) Em 2011, foi analisada e aprovada a Prestação de Contas Parcial do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2010, e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2010 do Convênio 21.02.0058.00.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320012		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	08	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	1.480.980,00	-
		Contas NÃO	Quantidade	02	-



		Analisadas	Montante Repassado (R\$)	R\$ 273.000,00	
<b>2012</b>	Quantidade de contas prestadas			03	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		11	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
		Montante repassado		4.794.880,82	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		07	-
Montante repassado (R\$)		927.480,00	-		
<b>2011</b>	Quantidade de Contas Prestadas			05	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		03	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
		Montante Repassado		-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		04	-
Montante Repassado		2.291.570,00	-		
<b>Exercício Anterior a 2011</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		02	-
		Montante Repassado		273.000,00	-

<b>Unidade: Concedente ou Contratante</b>					
<b>Nome: Secretária de Energia Elétrica - SEE</b>					
<b>CNPJ:</b>			<b>UG/GESTÃO: 320013</b>		
<b>Exercício da Prestação das Contas</b>	<b>Quantitativos e Montantes Repassados</b>			<b>Instrumentos</b>	
				<b>Convênios</b>	<b>Contratos de Repasse</b>
<b>2013</b>	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda <b>não Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise <b>Vencido</b>	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		5
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Montante Repassado (R\$)			2.752.394,44		

		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	11	
			Montante Repassado (R\$)	20.877.941,00	
<b>2012</b>	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		15	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado		5.297.418,71	
Contas NÃO Analisadas	Quantidade		16		
	Montante repassado (R\$)		23.630.335,44		
<b>2011</b>	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado		690.000,00	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		31	
Montante Repassado		28.927.754,15			
<b>Exercício Anterior a 2011</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
<b>Fonte: SEE</b>					

#### 4.4.5 ANÁLISE CRÍTICA

##### ➤ Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE

No âmbito da SPE, a dotação orçamentária para o exercício de 2013 foi programada, basicamente, para Despesas de Viagem, repasse da parcela do Convênio firmado com o CEPTEL em 2012, e a elaboração de três Convênios com os seguintes objetivos: apoiar dois centros de referência em desenvolvimento tecnológico na área de energia e desenvolver metodologias e critérios, para elaboração de estudos de planejamento da expansão de sistemas de energia.

Ao longo do exercício de 2013 foi verificada a inviabilidade de utilização dos recursos programados devido os seguintes fatos:

- o apoio ao CB3E não foi realizado devido a inviabilidade em atender a necessidade da instituição com o apoio institucional programado.
- os recursos destinados ao convênio de cooperação técnica MME/CEPEL não foram repassados devido a atraso na execução das metas propostas, além do mais somente uma pequena parcela dos recursos já repassados ao conveniente no ano 1 foram executados, assim ficou reprogramado o repasse dos recursos relativos ao ano 2 para o orçamento de 2014.
- os recursos previstos para estimular e apoiar o desenvolvimento do conhecimento em sustentabilidade ambiental não foram adequados para a realização das parcerias programadas, desse modo planejou-se celebrar acordos nesse tema no ano de 2014.
- O convênio para o desenvolvimento de metodologias e de critérios, e da elaboração de estudos de planejamento da expansão de sistemas de energia não foi efetivado em decorrência de inexistência de tempo hábil para sua realização em virtude da proposta ter sido apresentada no SICONV e enviada minuta formal para análise jurídica apenas no ultimo mês de 2013, postergando-se a concretização do convênio para 2014.

Desta forma, no exercício de 2013 a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE não efetivou nenhum convênio nem houve transferência de recursos para outras Instituições.

➤ **Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG**

**Análise sobre o Quadro A.4.4.1**

(1) O Convênio MME nº 009/2001 foi firmado entre o MME, concedente, e a EMTU/SP, convenente, atribuindo a esta a implementação do Projeto. No entanto, o mecanismo de repasse dos recursos da FINEP é feito da seguinte forma: a FINEP, por descentralização, transfere os recursos (do Convênio FINEP 21.02.0058.00, em que o MME é convenente) para o MME, e este, por sua vez, os transfere para o PNUD, que tem a atribuição de gerir os recursos financeiros do projeto e participar da sua execução em colaboração com o MME e a EMTU/SP. A EMTU/SP, como implementadora do projeto, utiliza estes recursos de acordo com as necessidades e etapas previstas no Plano de Trabalho e é a beneficiária final dos ônibus e da estação de produção e abastecimento de hidrogênio. Até o Relatório de Gestão de 2012, foi informado que o beneficiário do Convênio era o PNUD (CNPJ 03.723.329/0001-79), por ser o destinatário dos recursos da FINEP. Neste Relatório de Gestão, faz-se o ajuste para incluir como beneficiária a EMTU/SP (CNPJ 58.518.069/0001-91), por ser a destinatária dos bens produzidos no âmbito do Projeto.

(2) Estes recursos são provenientes do Convênio 21.02.0058.00 firmado entre a FINEP e o MME, em que o MME figura como convenente. Desta forma, não fazem parte do Orçamento do Ministério de Minas e Energia.

(3) A EMTU/SP, de acordo com o Convênio MME nº 009/2001, entra com uma contrapartida de R\$ 3.090.057,00, que pode ser na forma de recursos financeiros e/ou bens materiais e/ou serviços. O projeto conta ainda com recursos do PNUD, tendo como fonte o GEF (Global Environment Facility), no valor de US\$ 12.274.000,00, os quais convertidos pela cotação do dólar da época da assinatura do Convênio correspondem a R\$ 22.338.680,00. Em dezembro de 2011, foi celebrada ainda uma revisão do PRODOC com a inclusão de recursos próprios do PNUD no valor de US\$ 55.500,00 ao Projeto.

(4) Não houve transferências de recursos no ano de 2013.

(5) O Convênio MME nº 009/2001, celebrado em 1º de novembro de 2001, tinha a vigência até 1º de novembro de 2006. Em 1º de novembro de 2006, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2001, prorrogando a sua vigência até 30 de junho de 2011. Em 30 de junho de 2011, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2011, prorrogando a sua vigência até 31 de dezembro de 2014.

**Análise sobre o Quadro A.4.4.4**

Os convênios relacionados ao Projeto Ônibus a Hidrogênio continuam vigentes. Esse projeto consiste na construção, operação e manutenção de até 6 ônibus a célula a combustível hidrogênio e de uma estação de produção e abastecimento de hidrogênio. Tem como objetivos adquirir conhecimento sobre a tecnologia, verificar seu desempenho em condições reais e definir uma especificação brasileira para ônibus a célula a combustível hidrogênio.

Os participantes desse projeto são o Ministério de Minas e Energia – MME, atuando como agência executora nacional; a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano de São Paulo – EMTU/SP, atuando como agência implementadora nacional, por delegação do MME; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, incumbido de receber e administrar os recursos do GEF e da FINEP e participar da execução do projeto em colaboração com o MME e a EMTU/SP; o *Global Environment Facility* – GEF, como financiador do projeto; a Agência Brasileira de Inovação – FINEP, também como financiadora do projeto; e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, responsável por monitorar e avaliar a execução das atividades do projeto.

Esse projeto conta com os seguintes instrumentos:

- Convênio FINEP nº 21.02.0058.00, celebrado entre a FINEP, como concedente, e o MME, como conveniente, em 26 de março de 2002, com vigência de 60 meses, tendo sido prorrogado em 26 de março de 2007 até 30 de junho de 2011, e novamente em 30 de junho de 2011, até 30 de dezembro de 2014 para Execução Física e Financeira e 28 de fevereiro de 2015, para Prestação de Contas Final. Por meio desse Convênio, a FINEP participa da execução do projeto com R\$ 8.366.530,00, cuja fonte é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT / CT-ENERG e a transferência é feita por descentralização para o MME;

- Convênio MME nº 009/2001, celebrado entre o MME, como concedente, e a EMTU/SP, como conveniente, em 1º de novembro de 2001, tendo sido prorrogado por meio do Primeiro Termo Aditivo em 1º de novembro de 2006 até 30 de junho de 2011, e por meio do Segundo Termo Aditivo em 30 de junho de 2011 até 31 de dezembro de 2014. Por meio desse Convênio, o MME se compromete a transferir os recursos da FINEP, obtidos pelo Convênio FINEP nº 21.02.0058.00, para o PNUD e a EMTU/SP se compromete a implementar o projeto utilizando estes recursos de acordo com as necessidades e etapas previstos no Plano de Trabalho. Cabe ainda à EMTU/SP participar com contrapartida de R\$ 3.090.057,00, sob a forma de recursos financeiro e/ou bens materiais e/ou serviços;

- Documento de Projeto PRODOC BRA/99/G32, celebrado entre o MME, o PNUD, a EMTU/SP e a ABC, em 26 de dezembro de 2001, com duração de 60 meses. Em 20 de dezembro de 2005, foi assinada a Revisão Substantiva H, prorrogando a vigência até 31 de dezembro de 2010. Em dezembro de 2010, foi feita nova prorrogação por mais 6 meses, até junho de 2011. Em 30 de junho de 2011, foi assinada a Revisão Substantiva 2011, prorrogando a vigência até 31 de dezembro de 2014. Por meio desse instrumento, recursos do GEF, num total de US\$ 12.274.000,00 estão previstos para o projeto. Esse total, convertido pela cotação do dólar na época R\$ 1,82 / US\$ 1,00, corresponde a R\$ 22.338.680,00 e são também citados nos convênios da FINEP e da EMTU/SP. Vale destacar ainda que, em dezembro de 2011, foi assinada uma revisão por meio da qual o PNUD aportou recursos próprios ao projeto, no valor de US\$ 55.500,00.

Para o fornecimento dos equipamentos, foi formado um consórcio internacional de empresas, incluindo brasileiras. Este consórcio é responsável pelo fornecimento dos componentes dos ônibus, pela sua montagem e integração, bem como pelo fornecimento dos equipamentos da estação de produção e abastecimento de hidrogênio, pela sua instalação e operação, além do treinamento dos operadores e técnicos.

Atualmente, o Projeto conta com um ônibus fabricado e testado para transporte de passageiros em um corredor de ônibus na região metropolitana de São Paulo. No que se refere à aquisição dos 3 novos ônibus, que incorporam melhorias em relação ao protótipo, foi dada continuidade ao processo de sua fabricação em 2013. Quanto à estação de produção e abastecimento de hidrogênio, está em fase final de comissionamento.

A tabela abaixo mostra o montante dos recursos da FINEP repassado para o PNUD em cada ano, desde 2002. A tabela mostra ainda o montante apresentado na prestação de contas anual de cada exercício (prestações de contas parciais), elaborada pela EMTU/SP, ressaltando que esta prestação é devida no ano subsequente de cada exercício financeiro. O período abrangido por cada prestação de contas também é apresentado na tabela.

	<b>Montante repassado para o PNUD</b>	<b>Montante gasto apresentado na Prestação de Contas Parcial</b>	<b>Período abrangido pela Prestação de Contas Parcial</b>
<b>2002</b>	779.120,00		
<b>2003</b>	147.000,00	73.058,28	06/05/2002 a 31/12/2002
<b>2004</b>		2.276,70	01/01/2003 a 31/12/2003
<b>2005</b>		11.800,25	01/01/2004 a 31/12/2004
<b>2006</b>		42.245,87	01/01/2005 a 31/12/2005
<b>2007</b>		109.271,04	01/01/2006 a 31/12/2006
<b>2008</b>		319.219,24	01/01/2007 a 31/12/2007
<b>2009</b>		138.757,75	01/01/2008 a 31/12/2008
<b>2010</b>	3.560.611,00	1.610.782,95	01/01/2009 a 31/12/2009
<b>2011</b>		886.983,25	01/01/2010 a 31/12/2010
<b>2012</b>		695.312,15	01/01/2011 a 31/12/2011
<b>2013</b>		297.210,14	01/01/2012 a 31/12/2012
<b>Total</b>	4.486.731,00	4.186.917,62	

O total de R\$ 4.486.731,00 corresponde a 53,6% dos recursos previstos no Convênio FINEP nº 21.02.0058.00, de R\$ 8.366.530,00. Deste modo, resta ainda para ser desembolsado o total de R\$ 3.879.799,00.

Do total já desembolsado e transferido para o PNUD, R\$ 4.186.917,62 já foram aplicados e seus gastos comprovados nas prestações de contas parciais apresentadas pela EMTU/SP. O total aplicado corresponde a 50,0 % do total dos recursos previstos da FINEP.

Vale ressaltar que as prestações de contas são elaboradas pela EMTU/SP, em observância às atribuições do Convênio MME nº 009/2001, e subsequentemente analisadas pelo MME e encaminhadas para a FINEP, em observância às atribuições do Convênio FINEP nº 21.02.0058.00.

➤ **Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM**

Quanto ao disposto no art. 35, do Decreto nº 93.872/86<sup>1</sup>, não houve nenhum caso na SGM de empenho de despesa não liquidada e considerada anulada em 31 de dezembro.

A propósito do que dispõe o art. 12 do Decreto 7.995/2013<sup>2</sup>, não houve casos de empenho de dotações orçamentárias após a data estabelecida de 13 de dezembro de 2013.

Como se observa na tabela “Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2013”, o convênio SICONV nº 787420/2013 ficou inadimplente no âmbito da SGM. A inadimplência deve-se ao não depósito da contrapartida no valor de R\$ 52.300,00 pela Secretaria de Minas e Energia do Estado do Maranhão, que estava prevista para dezembro de 2013.

Com relação ao Quadro “*Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios*” constata-se que as transferências de recursos orçamentários ocorridas no exercício em análise totalizaram R\$ 325.400,00 (trezentos e vinte e cinco mil quatrocentos reais), dos quais R\$ 225.400,00 (duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos reais) na modalidade Convênio, e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na modalidade Termo de Cooperação.

O Quadro “*Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse*” traz o resumo da quantidade de instrumentos realizados e do montante repassado. Em termos de contas prestadas, é de se notar que foi celebrado 01 convênio, com um montante repassado de R\$ 136.500,00. No que se refere às contas não prestadas vale salientar que foi celebrado 01 termo de cooperação, com um montante repassado de R\$ 20.000,00.

---

<sup>1</sup> Art . 35. *O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:*

*I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;*

*II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja, de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;*

*III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;*

*IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.*

<sup>2</sup> Art. 12. *Os órgãos e as unidades orçamentárias do Poder Executivo constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente poderão empenhar dotações orçamentárias até 13 de dezembro de 2013.(Redação dada pelo Decreto nº 7.995, de 2013)*

*§ 1o A restrição prevista no caput não se aplica às despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV à Lei nº 12.465, de 2011, e às decorrentes da abertura e reabertura de créditos extraordinários.*

*§ 2o O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar o empenho de dotações além do prazo estabelecido no caput para o atendimento de despesas não previstas no § 1o.*

O Quadro “*Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse*” demonstra o quantitativo de processos de prestações de contas que foram analisados. Em 2013, não houve contas prestadas de convênios ou termos de cooperação com prazo de análise ainda não vencido.

No que se refere à prestação de contas de convênios ou termos de cooperação com prazo de análise vencido, verifica-se que foram prestadas contas de 08 convênios, que totalizaram um montante repassado de R\$ 1.480.980,00.

Encontrava-se em análise nesta Unidade em 31/12/2013, 02 (dois) convênios celebrados em período anterior a 2011, totalizando o valor de R\$ 273.000,00.

➤ **Secretária de Energia Elétrica – SEE**

**Análise sobre o Quadro A.4.4.1**

**Ano 2013 – Convênios sob a responsabilidade da SEE:**

Sob a responsabilidade da SEE, existem 4 (quatro) Convênios que vigerão até o final de 2014, cujos valores permanecem inalterados. São eles:

1. Convênio nº 009/2004-MME - SIAFI nº 510851, celebrado entre o MME e a **ELETROBRAS ELETROSUL**:
  - Processo nº 48000.002623/2003-02
  - Valor Contratado: R\$ 1.656.000,00
  - Valor da Contrapartida: R\$ 393.500,00.
  - Valor Repassado até 2013: R\$ 1.262.500,00.
  - Previsto para 2014: R\$ 0,00.
  
2. Convênio nº 010/2004-MME - SIAFI nº 510870, celebrado entre o MME e a **ELETROBRAS ELETRONORTE**:
  - Processo nº 48000.002796/2003-12
  - Valor Contratado: R\$ 5.000.000,00.
  - Valor do Aditivo: R\$ 5.447.887,00, totalizando R\$ 10.447.887,00.
  - Valor da Contrapartida: R\$ 1.732.000,00.
  - Valor Total Contratado: R\$ 12.179.887,00.
  - Valor Repassado até 2013: R\$ 7.947.887, 00.
  - Previsto para 2014: R\$ 2.500.000,00.
  
3. Convênio nº 012/2004-MME - SIAFI nº 512670, celebrado entre o MME e a **ELETROBRAS FURNAS**:
  - Processo nº 48000.002292/2004-83
  - Valor Contratado: R\$ 2.990.559,00.
  - Valor do Aditivo: R\$ 369.762,00.
  - Valor da Contrapartida: R\$ 3.602.150,00.
  - Valor Total do Contrato: R\$ 6.222.947,00.

- Valor Repassado até 2013: R\$ 2.620.797,00.
  - Previsto para 2014: R\$ 0,00.
4. Convênio nº 014/2004-MME - SIAFI nº 514858, celebrado entre o MME e a ELETOBRAS CHESF:
- Processo nº 48000.002579/2004-11
  - Valor Contratado: R\$ 4.684.293,98.
  - Valor do Aditivo: R\$ 1.232.138,00.
  - Valor da Contrapartida: R\$ 468.432,00.
  - Valor Total Contratado: R\$ 6.384.863,98.
  - Valor Repassado até 2013: R\$ 5.916.431,98.
  - Previsto para 2014: R\$ 0,00

#### REPASSE DE RECURSOS:

O valor dos repasses até 2013 para atendimento dos quatro convênios supramencionados foi de R\$ 17.747.615,98 (dezesete milhões, setecentos, quarenta e sete mil, seiscentos e quinze reais e noventa e oito centavos). Em 2014, prevê-se ainda repassar R\$ 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil reais) à Eletrobras Eletronorte em complementação ao valor total contratado previamente com esta empresa.

#### PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAIS:

Em relação ao montante de recursos repassados até 2013, há que se indicar que nos 03 (três) anos anteriores, especificamente, em 2013, 2012 e 2011, foram realizadas prestações de contas parciais pelas empresas supra mencionadas, que estão indicadas a seguir:

Em 2013, as prestações de contas parciais de cada uma das empresas que celebraram convênios com o Ministério de Minas e Energia estão discriminadas a seguir:

- *ELETOBRAS ELETROSUL: Convênio nº 009/2004-MME – R\$ 88.152,28* (oitenta e oito mil cento e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos).
- *ELETOBRAS ELETRONORTE: Convênio nº 010/2004-MME – R\$ 58.080,58* (cinquenta e oito mil e oitenta reais e cinquenta e oito centavos).
- *ELETOBRAS FURNAS: Convênio nº 012/2004-MME – R\$ 178.890,63* (cento e setenta e oito mil oitocentos e noventa reais e sessenta e três centavos).
- *ELETOBRAS CHESF: Convênio nº 014/2004-MME – R\$ 16.003,30* (dezesesseis mil e três reais e trinta centavos).

O valor total das prestações de contas parciais em 2013 equivale a **R\$ 341.126,79** (trezentos e quarenta e um mil cento e vinte e seis reais e setenta e nove centavos).

Em 2012, as prestações de contas parciais relativas aos convênios supramencionados estão referenciadas a seguir:

*ELETOBRAS ELETROSUL: Convênio nº 009/2004-MME – SIAFI nº 510851 – R\$ 4.550,78* (quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco mil e setenta e oito centavos).  
*ELETOBRAS ELETRONORTE: Convênio nº 010/2004-MME – SIAFI nº 510870 – R\$ 221.127,07* (duzentos e vinte e um mil cento e vinte e sete reais e cinco centavos).



*ELETOBRAS FURNAS*: Convênio nº 012/2004-MME – SIAFI nº 512670 – R\$ **83.665,08** (oitenta e três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e oito centavos).

*ELETOBRAS CHESF*: Convênio nº 014/2004-MME – SIAFI nº 514858 – R\$ **19.057,42** (dezenove mil e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

O valor total das prestações de contas parciais em 2012 foi de R\$ **328.400,35** (trezentos e vinte e oito mil e quatrocentos reais e trinta e cinco centavos).

Em 2011, as prestações de contas parciais relativas aos convênios supramencionados estão indicadas a seguir:

*ELETOBRAS ELETROSUL*: Convênio nº 009/2004-MME - SIAFI nº 510851 – R\$ **17.035,16** (dezessete mil e trinta e cinco reais e dezesseis centavos).

*ELETOBRAS ELETRONORTE*: Convênio nº 010/2004-MME - SIAFI nº 510870 – R\$ **734.338,18** (setecentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e oito reais e dezoito centavos).

*ELETOBRAS FURNAS*: Convênio nº 012/2004-MME - SIAFI nº 512670 – R\$ **34.539,12** (trinta e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e doze centavos).

*ELETOBRAS CHESF*: Convênio nº 014/2004-MME - SIAFI nº 514858 – R\$ **21.107,28** (vinte e um mil cento e sete reais e vinte e oito centavos).

O valor total das prestações de contas parciais neste período alcançou R\$ **807.019,74** (oitocentos e sete mil dezenove reais e setenta e quatro centavos).

#### RELAÇÃO DE CONTAS ANALISADAS *versus* A ANALISAR:

Com prazo de vigência até 2014, os quatro convênios celebrados entre o MME e as empresas do sistema Eletrobras ainda não foram analisados integralmente (financeiramente). No entanto, nos 03 (três) anos anteriores, houve **prestações de contas parciais** em conformidade com os dados a seguir discriminados:

##### 1. *ELETOBRAS ELETROSUL*: Convênio nº 009/2004-MME

- Processo nº 48000.002623/2003-02
- Recursos Repassados: R\$ 1.262.500,00.
- Relação “contas analisadas/ a analisar”:
- Montante de recursos analisados até 2013: R\$ 692.033,28.
- Valor a comprovar: R\$ 570.466,72.
- Indicador de eficiência: O percentual de recursos analisados referentemente ao Convênio nº 009/2004 equivale a 54,82%.

##### 2. *ELETOBRAS ELETRONORTE*: Convênio nº 010/2004-MME

Processo nº 48000.002796/2003-12

Recursos Repassados até 2013: R\$ 7.947.887, 00.

**Relação “contas analisadas/ a analisar”:**

**Montante de recursos analisados até 2013: R\$ 7.271.695,86** (sete milhões duzentos e setenta e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos)

Valor a comprovar: R\$ 676.191,14 (seiscentos e setenta e seis mil, cento e noventa e um real e quatorze centavos).

Previsto para ser repassado em 2014: R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

**Indicador de eficiência: O percentual de recursos analisados em relação ao Convênio nº 010/2004 equivale a 91,50%.**

**3. ELETOBRAS FURNAS:** Convênio nº 012/2004-MME

Processo nº 48000.002292/2004-83

Recursos Repassados: R\$ 2.620.797,00 (dois milhões, seiscentos e vinte mil, setecentos e noventa e sete reais).

**Relação “contas analisadas/ a analisar”:**

**Montante de recursos analisados até 2013: R\$ 1.619.426,84.**

Valor a comprovar: R\$ 1.001.370,16 (hum milhão, hum mil e trezentos e setenta reais e dezesseis centavos).

**Indicador de eficiência: O percentual de recursos analisados referentemente ao Convênio nº 012/2004 equivale a 62,80%.**

**4. ELETOBRAS CHESF:** Convênio nº 014/2004-MME

Processo nº 48000.002579/2004-11

Recursos Repassados: R\$ 5.916.431,98.

**Relação “contas analisadas/ a analisar”:**

**Montante de recursos analisados até 2013: R\$ 899.030,81 (oitocentos e noventa e nove mil, trinta reais e oitenta e um centavos).**

Valor a comprovar: R\$ 5.017.401,17 (cinco milhões, dezessete mil, quatrocentos e um reais e dezessete centavos).

**Indicador de eficiência: O percentual de recursos analisados em relação ao Convênio nº 014/2004 equivale a 15,20%.**

Até o presente momento, o montante total de recursos analisados até 2013 alcançou o valor de R\$ 10.482.186,79 (dez milhões quatrocentos e oitenta e dois mil e cento e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos).

O montante total de recursos a comprovar é de R\$ 7.265.429,19 (sete milhões duzentos e sessenta e cinco quatrocentos e vinte e nove reais e dezenove centavos).

Indicador de eficiência: O percentual de recursos de todos os convênios que foram objeto de análise financeira até 2013 equivale a 59,06%.

#### **Análise Sobre o Quadro A.4.4.3**

- **5 Convênios com Contas Prestadas:**

1. Convênio nº - 701096/2008 - Processo nº 48000.002552/2008-44 - SIAFI nº 652455, Prefeitura Municipal de Rosário do Sul/RS – vigência 22/08/2011 – Valor repassado R\$ 165.800,00.
2. Convênio nº 702588/2008 - Processo nº 48000.002666/2008-94 - SIAFI nº 652442, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Barra do Pirai/RJ – vigência 13/10/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.
3. Convênio nº 720157/2009 - Processo nº 48000.002253/2009-91 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Luziânia/GO - vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 239.930,00.
4. Convênio nº 720600/2009 - Processo nº 48000.002256/2009-24 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Formosa/GO- vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 282.217,00.
5. Convênio nº 021/2006 - Processo nº 48000.003398/2005-85 - celebrado entre o MME e a Fundação Souzafrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA /MA – vigência –30/03/2012. Valor repassado R\$ 1.964.447,44.

**Valor dos Repasses: R\$ 2.752.394,44.**

• **11 Convênios com Contas não Prestadas:**

1. Convênio nº 701083 – Processo nº 48000.002554/2008-33 – SIAFI nº 652462, celebrado entre o MME e o Instituto de Assistência a Cidadania e ao Desenvolvimento Sustentável –IDS/RN – vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 594.998,00.
2. Convênio nº 720171/2009 - Processo nº 48000.002257/2009-70 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios/AL - vigência 29/12/2010 – Valor repassado R\$ 249.886,00.
3. Convênio nº 720215/2009 - Processo nº 48000.002290/2009-07 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 15/12/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.
4. Convênio nº 729287/2009 - Processo nº 48000.002453/2009-43 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 330.000,00.
5. Convênio nº 023/2004 - Processo nº 48000.002980/2004-43 SIAFI nº 515013, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 30/11/2008 – Valor repassado R\$ 4.240.057,00.
6. Convênio nº 015/2006 - Processo nº 48000.003067/2006-26 SIAFI nº 577360, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 25/10/2010 – Valor repassado R\$ 3.090.000,00.
7. Convênio nº 026/2004 - Processo nº 48000.002981/2004-98 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - vigência 30/09/2006 – Valor repassado R\$ 570.000,00.
8. Convênio nº 001/98 – Processo 48000.000576/1998-53 – SIAFI nº 343391, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 31/05/2001. Valor do repasse: R\$ 6.000.000,00.

9. Convênio nº 001/1999 – Processo nº 002316/1999-94 – SIAFI nº 376556, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 30/09/2002. Valor do repasse: R\$ 1.150.000,00.

10. Convênio nº 009/2002 – Processo nº 48000.000688/2002-24 – SIAFI nº 465.611, celebrado entre o MME e a CPRM – vigência 27/09/2005. Valor do repasse: R\$ 4.493.000,00.

11. Convênio nº 004/2000 - Processo nº 48000.001973/1999-60 – SIAFI nº 391.457, celebrado entre MME e SEINPE/RJ, hoje SEDEIS – vigência 29/05/2003. Valor do repasse: R\$ 60.000,00.

**Valor dos Repasses: R\$ 20.877.941,00.**

• **1 Termo de Parceria com Contas Não Prestadas:**

1. Termo de Parceria – nº 700872/2008 - Processo nº 48000.002514/2008-91- SIAFI nº 640136, celebrado entre o MME e o Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC/DF - vigência 30/04/2012, no valor de R\$ 513.590,00.

**Valor Total dos montantes financeiros dos instrumentos de transferências considerados no ano de 2013: R\$ 24.143.925,44.**

**Ano 2012 - Convênios de responsabilidade da SEE:**

• **15 Convênios com Contas Prestadas:**

1. Convênio nº 701092/2008 – Processo nº 48000.002550/2008-33 – SIAFI nº 652446, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Tapurah/MT- vigência 22/09/2011 – Valor repassado R\$ 79.899,00.

2. Convênio nº 701094/2008 – Processo nº 48000.002551/2008-08 - SIAFI nº 652450, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Carlinda/MT – vigência 23/03/2011 – Valor repassado R\$ 84.232,64.

3. Convênio nº 701097/2008 - Processo nº 48000.002553/2008-99 - SIAFI nº 652461, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste/MT – vigência 24/06/2010 – Valor repassado R\$ 77.228,68.

4. Convênio nº 702023/2008 - Processo nº 48000.002655/2008-12 - SIAFI nº 640154, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Angatuba/SP – vigência 17/05/2010 – Valor repassado R\$ 99.999,97.

5. Convênio nº 702020/2008 - Processo nº 48000.002656/2008 - SIAFI nº 652443, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Itaí/SP – vigência 22/05/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.

6. Convênio nº 702044/2008 - Processo nº 48000.002657/2008-01 - SIAFI nº 652444, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Itaberá/SP - vigência 30/05/2010 – Valor repassado R\$ 99.999,45.

7. Convênio nº 719128/2009 - Processo nº 48000.002242/2009-19 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Luz/MG – vigência 28/12/2011 – Valor repassado R\$ 100.000,00.

8. Convênio nº 719220/2009 - Processo nº 48000.002244/2009-08, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Manaus/AM – vigência 11/08/2011 – Valor repassado R\$ 103.000,00.
9. Convênio nº 720020/2009 - Processo nº 48000.002255/2009-80 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buritis/MS – vigência 22/12/2010 – Valor repassado R\$ 104.308,25.
10. Convênio nº 720037/2009 - Processo nº 48000.002261/2009-37 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha/ADISC/MG – vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 193.680,00.
11. Convênio nº - 720243/2009 - Processo nº 48000.002249/2009-22 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Ipororó/BA – vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ - 273.070,72.
12. Convênio nº 720428/2009 - Processo nº 48000.002337/2009-24 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Itapetininga/SP – vigência 22/12/2010. Valor repassado R\$ 100.000,00.
13. Convênio nº 029/2004 - Processo nº 48000.002983/2004-87 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - vigência 31/12/2006 – Valor repassado R\$ 1.410.000,00.
14. Convênio nº 004/2007 - Processo nº 48000.003070/2007-21 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) - vigência 23/12/2011 – Valor repassado R\$ 800.000,00.
15. Convênio nº 011/2004 – Processo nº 48000.002801/2003-97 – SIAFI nº 510871, celebrado entre MME e Eletrobras Eletronorte - vigência 31/12/2009. Convênio encerrado com prestação de contas final aprovado em 2011, mas sem baixa no SIAFI. Valor do repasse: R\$ 1.672.000,00.

**Valor dos Repasses: R\$ 5.297.418,71.**

• **16 Convênios com Contas não Prestadas:**

1. Convênio nº 701083 – Processo nº 48000.002554/2008-33 – SIAFI nº 652462, celebrado entre o MME e o Instituto de Assistência a Cidadania e ao Desenvolvimento Sustentável –IDS/RN – vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 594.998,00.
2. Convênio nº - 701096/2008 - Processo nº 48000.002552/2008-44 - SIAFI nº 652455, Prefeitura Municipal de Rosário do Sul/RS – vigência 22/08/2011 – Valor repassado R\$ 165.800,00.
3. Convênio nº 702588/2008 - Processo nº 48000.002666/2008-94 - SIAFI nº 652442, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Barra do Pirai/RJ – vigência 13/10/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.
4. Convênio nº 720157/2009 - Processo nº 48000.002253/2009-91 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Luziânia/GO - vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 239.930,00.
5. Convênio nº 720171/2009 - Processo nº 48000.002257/2009-70 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios/AL - vigência 29/12/2010 – Valor repassado R\$ 249.886,00.

6. Convênio nº 720600/2009 - Processo nº 48000.002256/2009-24 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Formosa/GO- vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 282.217,00.

7. Convênio nº 720215/2009 - Processo nº 48000.002290/2009-07 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 15/12/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.

8. Convênio nº 729287/2009 - Processo nº 48000.002453/2009-43 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 330.000,00.

9. Convênio nº 023/2004 - Processo nº 48000.002980/2004-43 SIAFI nº 515013, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 30/11/2008 – Valor repassado R\$ 4.240.057,00.

10. Convênio nº 015/2006 - Processo nº 48000.003067/2006-26 SIAFI nº 577360, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 25/10/2010 – Valor repassado R\$ 3.090.000,00.

11. Convênio nº 021/2006 - Processo nº 48000.003398/2005-85 - celebrado entre o MME e a Fundação Souzafrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA /MA – vigência –30/03/2012. Valor repassado R\$ 1.964.447,44.

12. Convênio nº 026/2004 - Processo nº 48000.002981/2004-98 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - vigência 30/09/2006 – Valor repassado R\$ 570.000,00.

13. Convênio nº 001/98 – Processo 48000.000576/1998-53 – SIAFI nº 343.391, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 31/05/2001. Valor do repasse: R\$ 6.000.000,00.

14. Convênio nº 001/1999 – Processo nº 002316/1999-94 – SIAFI nº 376556, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 30/09/2002. Valor do repasse: R\$ 1.150.000,00.

15. Convênio nº 009/2002 – Processo nº 48000.000688/2002-24 – SIAFI nº 465611, celebrado entre o MME e a CPRM – vigência 27/09/2005. Valor do repasse: R\$ 4.493.000,00.

16. Convênio nº 004/2000 - Processo nº 48000.001973/1999-60 – SIAFI nº 391457, celebrado entre MME e SEINPE/RJ, hoje SEDEIS – vigência 29/05/2003. Valor do repasse: R\$ 60.000,00.

**Valor dos Repasses: R\$ 23.630.335,44.**

**• 1 Termo de Parceria com Contas Não Prestadas:**

1. Termo de Parceria – nº 700872/2008 - Processo nº 48000.002514/2008-91- SIAFI nº 640136, celebrado entre o MME e o Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC/DF - vigência 30/04/2012. Valor repassado R\$ 513.590,00.

**Valor Total dos montantes financeiros dos instrumentos de transferências considerados no ano de 2012: R\$ 29.441.344,15.**

**Ano 2011 - Convênios de responsabilidade da SEE:**

**• 2 Convênios com Contas Prestadas:**

1. Convênio nº 701796/2008 - Processo nº 48000.002644/2008-24 - SIAFI nº 652459, celebrado entre o MME e o Instituto de desenvolvimento Agropecuária Florestal Sustentável – IDAM/AM – vigência 19/11/2010. Valor repassado R\$ 440.000,00.

2. Convênio nº 012/2001 – Processo nº 48000.002286/2001-83 – SIAFI nº 430749, celebrado entre o MME e UNI-SOL/AM – vigência 29/12/2003. Valor do repasse: 250.000,00. Conta analisada e aprovada em 2011.

**Valor Total do Repasse: R\$ 690.000,00.**

• **31 Convênios com Contas não Prestadas:**

1. Convênio nº 701083 – Processo nº 48000.002554/2008-33 – SIAFI nº 652462, celebrado entre o MME e o Instituto de assistência a Cidadania e ao Desenvolvimento Sustentável – IDS/RN – vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 594.998,00.

2. Convênio nº 701092/2008 – Processo nº 48000.002550/2008-33 – SIAFI nº 652446, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Tapurah/MT- vigência 22/09/2011 – Valor repassado R\$ 79.899,00.

3. Convênio nº 701094/2008 – Processo nº 48000.002551/2008-08 - SIAFI nº 652450, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Carlinda/MT – vigência 23/03/2011 – Valor repassado R\$ 84.232,64.

4. Convênio nº - 701096/2008 - Processo nº 48000.002552/2008-44 - SIAFI nº 652455, Prefeitura Municipal de Rosário do Sul/RS – vigência 22/08/2011 – Valor repassado R\$ 165.800,00.

5. Convênio nº 702588/2008 - Processo nº 48000.002666/2008-94 - SIAFI nº 652442, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Barra do Piraí/RJ – vigência 13/10/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.

6. Convênio nº 701097/2008 - Processo nº 48000.002553/2008-99 - SIAFI nº 652461, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste/MT – vigência 24/06/2010 – Valor repassado R\$ 77.228,68.

7. Convênio nº 702023/2008 - Processo nº 48000.002655/2008-12 - SIAFI nº 640154, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Angatuba/SP – vigência 17/05/2010 – Valor repassado R\$ 99.999,97.

8. Convênio nº 702020/2008 - Processo nº 48000.002656/2008 - SIAFI nº 652443, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Itaí/SP – vigência 22/05/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.

9. Convênio nº 702044/2008 - Processo nº 48000.002657/2008-01 - SIAFI nº 652444, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Itaberá/SP - vigência 30/05/2010 – Valor repassado R\$ 99.999,45.

10. Convênio nº 719128/2009 - Processo nº 48000.002242/2009-19 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Luz/MG – vigência 28/12/2011 – Valor repassado R\$ 100.000,00.

11.

11. Convênio nº 719220/2009 - Processo nº 48000.002244/2009-08, celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Manaus/AM – vigência 11/08/2011 – Valor repassado R\$ 103.000,00.

12. Convênio nº 720020/2009 - Processo nº 48000.002255/2009-80 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buritis/MS – vigência 22/12/2010 – Valor repassado R\$ 104.308,25.
13. Convênio nº 720037/2009 - Processo nº 48000.002261/2009-37 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha/ADISC/MG – vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 193.680,00.
14. Convênio nº - 720243/2009 - Processo nº 48000.002249/2009-22 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Ipororó/BA – vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ - 273.070,72.
15. Convênio nº 720157/2009 - Processo nº 48000.002253/2009-91 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Luziânia/GO - vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 239.930,00.
16. Convênio nº 720171/2009 - Processo nº 48000.002257/2009-70 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios/AL - vigência 29/12/2010 – Valor repassado R\$ 249.886,00.
17. Convênio nº 720600/2009 - Processo nº 48000.002256/2009-24 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Formosa/GO- vigência 23/12/2010 – Valor repassado R\$ 282.217,00.
18. Convênio nº 720215/2009 - Processo nº 48000.002290/2009-07 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 15/12/2010 – Valor repassado R\$100.000,00.
19. Convênio nº 720428/2009 - Processo nº 48000.002337/2009-24 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de Itapetininga/SP – vigência22/12/2010 – Valor repassado R\$ 100.000,00.
20. Convênio nº 729287/2009 - Processo nº 48000.002453/2009-43 - celebrado entre o MME e a Prefeitura Municipal de São Francisco/MG - vigência 31/12/2010 – Valor repassado R\$ 330.000,00.
21. Convênio nº 023/2004 - Processo nº 48000.002980/2004-43 SIAFI nº 515013, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 30/11/08 – Valor repassado R\$ 4.240.057,00.
22. Convênio nº 015/2006 - Processo nº 48000.003067/2006-26 SIAFI nº 577360, celebrado entre o MME e a Fundação Arthur Bernardes-FUNARBE/MG – vigência 25/10/2010 – Valor repassado R\$ 3.090.000,00.
23. Convênio nº 021/2006 - Processo nº 48000.003398/2005-85, celebrado entre o MME a Fundação Souzafrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA /MA – vigência – 30/03/12 Valor repassado R\$ 1.964.447,44.
24. Convênio nº 029/2004 - Processo nº 48000.002983/2004-87 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - vigência 31/12/2006 – Valor repassado R\$ 1.410.000,00.
25. Convênio nº 026/2004 - Processo nº 48000.002981/2004-98 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - vigência 30/09/2006 – Valor repassado R\$ 570.000,00.



26. Convênio nº 004/2007 - Processo nº 48000.003070/2007-21 - celebrado entre o MME e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) - vigência 23/12/2011 – Valor repassado R\$ 800.000,00.

27. Convênio nº 011/2004 – Processo nº 48000.002801/2003-97 – SIAFI nº 510871, celebrado entre MME e Eletrobras Eletronorte - vigência 31/12/2009. Convênio encerrado com prestação de contas final aprovado em 2011, mas sem baixa no SIAFI. Valor do repasse: R\$ 1.672.000,00.

28. Convênio nº 001/98 – Processo 48000.000576/1998-53 – SIAFI nº 343391, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 31/05/2001. Valor do repasse: R\$ 6.000.000,00.

29. Convênio nº 001/1999 – Processo nº 002316/1999-94 – SIAFI nº 376556, celebrado entre o MME e o SEOP/PA – vigência 30/09/2002. Valor do repasse: R\$ 1.150.000,00.

30. Convênio nº 009/2002 – Processo nº 48000.000688/2002-24 – SIAFI nº 465611, celebrado entre o MME e a CPRM – vigência 27/09/2005. Valor do repasse: R\$ 4.493.000,00.

31. Convênio nº 004/2000 - Processo nº 48000.001973/1999-60 – SIAFI nº 391457, celebrado entre MME e SEINPE/RJ, hoje SEDEIS – vigência 29/05/2003. Valor do repasse: R\$ 60.000,00.

**Valor dos Repasses: R\$ 28.927.754,15.**

• **1 Termo de Parceria com Contas Não Prestadas:**

1. Termo de Parceria – nº 700872/2008 - Processo nº 48000.002514/2008-91- SIAFI nº 640136, celebrado entre o MME e o Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC/DF - vigência 30/04/2012. Valor repassado R\$ 513.590,00.

**Valor Total dos montantes financeiros dos instrumentos de transferências considerados no ano de 2011: 30.131.344,15.**

**Análise sobre o Quadro A.4.4.4**

Para o ano de 2013 restava a Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME encerrar a prestação de contas de 16 convênios, no entanto, só foi possível o encerramento de 5 Convênios, ficando pendente a avaliação das prestações de contas de 11 Convênios e 1 Termo de Cooperação, conforme já explicitado na análise crítica do QUADRO A.4.4.3 desse documento.

Importa registrar que diversas medidas foram adotadas para sanar as pendências dessa Secretaria em relação aos Convênios que atualmente estão com prazo de vigência expirado e sem prestação de contas final aprovado, como por exemplo, realização de reuniões periódicas para estabelecer ações corretivas; e elaboração de Plano de Ações dos Convênios.

Dando continuidade, cabe ressaltar que os principais problemas enfrentados pela Secretaria para proceder aos encerramentos dos Convênios foram: atrasos no envio de documentação pelos Convenientes; envio de documentação incompleta; entraves no Sistema SICONV, que apresentou fatores técnicos impeditivos para a realização de algumas prestações de contas; dentre outros.

Por fim, é oportuno ressaltar o contínuo diálogo da SEE com os órgãos de controle, de forma a expor suas dificuldades, além do seu planejamento para abolir esse passivo de Convênios na carga dessa Secretaria. Nesse sentido, cabe destacar o encaminhamento da Nota Informativa nº 5/2013-DPUE/SEE-MME, à CGU, em 05/12/2013.

## 9 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DIPOSIÇÕES LEGAIS

### 9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

#### 9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

**Quadro 33: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício por UJ (A.9.1.1)**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 001.84/2013-13	3149/2012	9.3		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria-Executiva / Ministério de Minas e Energia					2852
Descrição da Deliberação					
Item 9.3.1 apresentar, no prazo de 30 dias, plano de ações destinadas ao cumprimento do art. 8 da Lei nº 12.783/2013, quanto à licitação das concessões não renovadas e vincendas, assim como as ações executadas relativas às concessões não renovadas, mas já vencidas.					
Item 9.3.2 apresentar os fundamentos e as diretrizes que regerão a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, tão logo os defina.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Síntese da Providência Adotada					
O MME enviou Ofício nº 137/2013-SE-MME, em 6/8/2013, encaminhando cópia da Portaria MME nº 117, de 5/04/2013 e cópia da Portaria MME nº 214, 14/6/2013, informando ao Secretário-Substituto de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicação do TCU respondendo os itens 9.3.1 e 9.3.2.					
Relativamente aos critérios para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, informo que os mesmos se encontram em fase de estudo pelo MME, juntamente pela ANEEL.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Verificar Ofício nº 137/2013-SE-MME, enviado ao TCU em 6/8/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não existem ainda definições a respeito.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-015.934/2013-6				
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Descrição da Deliberação					
Solicitação de esclarecimentos adicionais referentes aos seguintes parâmetros, mencionados na Nota Informativa nº 10/2013- ASSEC/GM-MME: a) Curva de Produção; b) Definições dos custos fixos e variáveis, e c) Impacto do REPETRO.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - DEPG da SPG/MME					
Síntese da Providência Adotada					
Elaborada a NOTA INFORMATIVA Nº 3/2013-DEPG/SPG-MME, de 26.10.2013, que foi encaminhada ao TCU com os esclarecimentos solicitados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As explanações técnicas para os citados parâmetros possibilitam o entendimento daqueles que foram exigidos dos participantes da 1ª Rodada de Partilha.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Os parâmetros foram definidos em função da indicação para exigência de bônus de assinatura do contrato no valor de R\$ 15 bilhões.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	010.147/2012-8	657/2013 – TCU – Plenário			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Descrição da Deliberação					
Conhecer e avaliar a forma como a ANP realiza o controle da medição da produção de petróleo e de gás natural, aferindo os aspectos operacionais para a execução dessas atividades.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SPG/MME					

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Enviado à ANP o Ofício nº 276/2013-GM-MME, com a solicitação para que sejam adotadas as providências que se fizerem necessárias, no âmbito daquela agência.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Monitoramento, pelo MME, das ações implementadas pela Agência para atender às solicitações do TCU.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Dificuldade de logística/capacitação técnica do MME para efetuar auditoria na Agência para aferição dos citados aspectos operacionais.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	013.895/2012-5	1454/2013 – TCU – Plenário			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Descrição da Deliberação					
Informações e avaliar riscos acerca do planejamento e das providências adotadas pelo MME e pela ANP para cumprimento das atribuições delegadas pelas Leis 9.478/1997, 12.304/2010 e 12.351/2010 quanto à exploração e à produção de petróleo e de gás natural (E&P) sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, e quanto à constituição e estruturação operacional da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A (PPSA).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - DEPG da SPG/MME					
Síntese da Providência Adotada					
Elaborada a NOTA TÉCNICA Nº 2/2013-DEPG/SPG-MME, de 18 de janeiro de 2013, com as informações e avaliações solicitadas pelo TCU					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Publicado o Decreto nº 8.063, de 01.08.2013, que criou a PPSA e aprovou seu estatuto, além de dar outras providências.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Dificuldade para configuração da estrutura da Empresa e respectivo número de funcionários, dada a complexidade de temas que essa Empresa terá que administrar.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-016.438/2013-2	3253/2013 – TCU – Plenário			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Descrição da Deliberação					
Verificar o controle exercido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis sobre o cálculo, o pagamento e a distribuição de participações governamentais devidas pelas empresas produtoras petróleo e gás natural no Brasil, bem como o controle exercido pela agência sobre a medição da produção desses hidrocarbonetos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SPG					
Síntese da Providência Adotada					
O Gabinete do Ministro encaminhou ofício à ANP sobre esse assunto, para que esta indicasse o plano de ação contendo a metodologia e as metas para saneamento das impropriedades encontradas pelo TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Monitoramento, pelo MME, das ações implementadas pela Agência para atender às solicitações do TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Dificuldade de logística/capacitação técnica do MME para efetuar auditoria na Agência de suas medições.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-013895/2012	1.454/2013			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Descrição da Deliberação					
Levantamento de ações necessárias para realização da 1ª rodada de licitações sob o regime de partilha e criação da PPSA.					

<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SPG	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Elaborada a Nota Técnica nº 2/2013-DEPG/SPG-MME, com as informações solicitadas nesse processo.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
A 1ª Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção foi realizada em 21 de outubro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, criou a PPSA e aprovou seu Estatuto Social. Em 12 de novembro de 2013 foi realizada a Assembléia Geral de Constituição da Empresa, oportunidade na qual o Ministro de Minas e Energia deu posse à sua Diretoria e Conselhos Fiscal e de Administração.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Após a aprovação da realização dessa Rodada pelo CNPE, todo o cronograma para sua realização transcorreu-se de acordo ao planejado.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério de Minas e Energia					2852
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-036.784/2011-7	2752/2012 - TCU - Plenário	9.6.1		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Ministério de Minas e Energia					2852
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Auditoria Operacional sobre Segurança Operacional e Ambiental nas Unidades Offshore de Produção de Petróleo e Gás Natural. Fixar o prazo de 90 dias a contar da ciência, para que o MME e outros órgãos informem a esse TCU sobre as providências adotadas em face das recomendações ora expedidas às referidas unidades jurisdicionadas, ou, em caso de não acolhimento, apresentem as correspondentes razões					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
SPG					
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Conforme providência já adotada, informamos que, para agilizar a aprovação do PNC, o MME, em conjunto com MD e MMA, encaminhou à Casa Civil da Presidência da República a minuta de decreto que regulamenta o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
Sancionado o Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Dificuldade para conciliação dos diferentes interesses junto ao Plano, que foi feita pela CC/PR com o apoio do MME.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-036.784/2011-7	2752/2012 - TCU - Plenário	9.5		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia					2852
Descrição da Deliberação					
Auditoria Operacional sobre Segurança Operacional e Ambiental nas Unidades Offshore de Produção de Petróleo e Gás Natural. Recomendar à Casa Civil da Presidência da República e ao MME que agilizem as providências necessárias para a aprovação do Plano Nacional de Contingência, nos termos do parágrafo único do art.8º da Lei 9966/2000.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural/SPG					
Síntese da Providência Adotada					
Para agilizar a aprovação do PNC, o MME, em conjunto com MD e MMA, encaminhou à Casa Civil da Presidência da República a minuta de decreto que regulamenta o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Sanctionado o Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional - PNC.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Dificuldade para conciliação dos diferentes interesses junto ao Plano, que foi feita pela CC/PR com o apoio do MME.					

#### **A.9.1.1 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício – SPE**

Não houve ocorrência no período.

#### **A.9.1.1 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício – SGM**

Não houve ocorrência no período.

#### **A.9.1.1 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício – SEE**

Não houve ocorrência no período.

## 9.1.2 DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

**Quadro 34: Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício por UJ (A.9.1.2)**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria-Executiva					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 013.548/2011-5	101/2013	9.1		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria-Executiva / Ministério de Minas e Energia					
Descrição da Deliberação					
<p>Pelo Acórdão em comento, o TCU, aprovou, conforme o subitem 9.1, a seguinte deliberação:</p> <p>“9.1 determinar à Casa Civil, órgão responsável pela coordenação e integração das ações do Governo (Lei nº 10.683/2003, art. 2º, inciso I, alínea “a” – redação dada pela Lei nº 2.462/2011), aos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, à Chesf e à Codevasf, com amparo no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, em conjunto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborem e enviem ao Tribunal plano de ação da execução do Programa de Reassentamento de Itaparica, incluindo atividades, prazos e responsáveis, voltado à implementação das medidas necessárias à transferência, imediata ou progressiva, do patrimônio de uso comum dos perímetros públicos irrigados de Itaparica para a Codevasf e da gestão destes perímetros para os reassentados.”</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Casa Civil/PR, MME, CHESF, Ministério da Integração e CODEVASF.					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Em função da indefinição quanto à alocação de recursos orçamentários no Orçamento Geral da União – OGU para 2014, o MME solicitou prorrogação do prazo, conforme o Ofício nº 160/2013-SE-MME, de 21.08.2013. O MME foi notificado pelo Ofício nº 1262/2013-TCU/SECEX-PE, de 17.09.2013, recebido em 26.09.2013, sobre a aprovação da prorrogação, por mais 180 dias, conforme o Acórdão Nº 2412/2013-TCU-Plenário, de 11.09.2013. O Plano de Ação está pronto, faltando, porém, a efetiva alocação dos recursos orçamentários para 2014.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O MME tomou todas as iniciativas para cumprir a determinação do TCU, realizando diversas reuniões com diretores e técnicos da CHESF e CODEVASF, sob a coordenação do Secretário Executivo Adjunto. Foram discutidas as alternativas para transferência do reassentamento para a CODEVASF, bem como a situação financeira da CHESF, que informou que, para 2013, existiam recursos orçamentários, que seriam totalmente aplicados para a plena continuidade do programa, mas que, para 2014, a empresa não teria recursos próprios para este programa.</p> <p>Em nova reunião, em 09.07.2013, a CHESF reafirmou que não teria recursos para aplicar no plano de Ação, a partir de 2014, tendo o Diretor da CODEVASF solicitado que a CHESF formalizasse à empresa essa situação, para que o assunto fosse levado ao conhecimento da Diretoria e do Ministro da Integração Nacional. O Secretário Executivo Adjunto disse sobre o interesse do MME com esta questão, levantando a necessidade de definição de recursos a partir de 2014, a serem viabilizados via o OGU. Foi lembrado que a Proposta Orçamentária para 2014 estava em fase de elaboração, devendo se concentrar esforços de gestão junto à C.Civil e à Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP para a destinação de recursos para o Reassentamento de Itaparica.</p> <p>Em 12.07.2013, pelo Ofício CE-PR-238/2013, o Presidente da CHESF informou ao Presidente da CODEVASF (c/ cópia para a Ministra da C. Civil, Ministro de Minas e Energia, Ministro da Integração Nacional e Presidente da ELETROBRAS) que a empresa não teria condições de dar continuidade ao repasse</p>					



de recursos, a partir de 2014, previstos no Termo de Cooperação assinado entre as duas empresas, pois os recursos da Receita Anual de Geração – RAG da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica) não tem sido mais suficientes para cobrir as despesas com a operação e manutenção do Reassentamento de Itaparica, devido à Lei nº 12.783/2013.

Pelo Ofício nº 444/2013/PR/GB, de 26.07.2013, a CODEVASF respondeu à CHESF, informando sobre a necessidade de negociar com o Governo Federal a ampliação de seu quadro de pessoal e a alocação de recursos para ações desenvolvidas atualmente pela CODEVASF, com recursos transferidos pela CHESF, em programas específicos do Termo de Cooperação. Informando, ainda, que caso não haja definição dos recursos para o exercício de 2014, discutiremos com a CHESF a interrupção de serviços e a sub-rogação dos contratos operacionais de natureza continuada, cessando a sua responsabilidade com relação aos compromissos do Termo de Cooperação.

Pela Carta CE-PR-269/2013, de 08.08.2013 e CTA-PR-5209/2013, de 13.08.2013, assinada pelos Presidentes da CHESF e ELETROBRAS, fazendo referência à correspondência da CODEVASF, em resposta à CHESF, endereçada ao Ministro de Minas e Energia, é reafirmada a necessidade de equacionamento de recursos orçamentários para a viabilização do Plano de Ação em fase de elaboração e compatibilização entre as duas empresas, sob a coordenação deste MME.

Em 20.08.2013, pelo Aviso nº 177/2013/GM-MME, endereçado ao Senhor Ministro da Integração Nacional, o Ministro de Minas e Energia enviou a Carta CTA-PR- 5209/2013 da ELETROBRAS, acompanhada de conjunto documental sobre a questão, tratando da proposição de inclusão de recursos orçamentários para o MI, no exercício de 2014, com o objetivo de dotar a CODEVASF de meios para assumir o custeio das ações do Programa de Reassentamento de Itaparica.

Em função da indefinição sobre os recursos necessários para a viabilização do Plano de Ação, a partir de 2014, o Secretário Executivo Adjunto do MME solicitou a prorrogação do prazo por mais 180 dias, conforme o Ofício nº 160/2013-SE-MME, de 21.08.2013, ao Secretário de Controle Externo – PE, do TCU, informando sobre o esforço que vem sendo desenvolvido pela CHESF e CODEVASF, sob a coordenação deste MME, para a elaboração do Plano de Ação para a transferência do Programa de Reassentamento de Itaparica da CHESF para a CODEVASF, de forma a atender o Acórdão nº 101/2013. Dando continuidade às ações de gestão com vistas ao equacionamento dessa questão, o Secretário Executivo Adjunto do MME enviou os Ofícios nºs 170/171 e 172/2013-SEMME, todos de 22.08.2013, aos Secretários Executivos do MP, da Casa Civil e do MI, tratando da necessidade de inclusão de recursos orçamentários para o MI, exercício de 2014, com o objetivo de dotar a CODEVASF de recursos necessários para que a empresa possa dar plena continuidade ao programa de transferência do Reassentamento de Itaparica.

O MME reiterou aos Secretários Executivos do MP, C.Civil e MI, pelos Ofícios nºs 243/244 e 245/2013-SE-MME, todos de 22.11.2013 a necessidade de viabilização da destinação de recursos, no montante de R\$ 60,0 milhões ao MI, para a CODEVASF assumir o custeio das ações relativas ao Reassentamento de Itaparica, a partir de janeiro de 2014. Foi ressaltado por esses Ofícios que, “a não viabilização desse recurso para a CODEVASF poderá provocar a paralisação das ações de ampliação e manutenção dos perímetros públicos do Reassentamento de Itaparica.”

Pela Carta CTA-PR-000822/2014, de 23.01.2014, assinada pelos Presidentes da ELETROBRAS e CHESF, enviada ao Ministro de Minas e Energia, a ELETROBRAS encaminhou a Proposta de Plano de Trabalho para implantação das medidas necessárias à transferência do patrimônio de uso comum dos perímetros públicos irrigados de Itaparica e da gestão destes para a CODEVASF, que colima o atendimento ao Acórdão nº 101/2013-TCU-Plenário, com a ressalva da urgente necessidade de alocação de recursos orçamentários para o programa, visto que o Conselho de Administração da ELETROBRAS, controladora da CHESF, orientou sua controlada a suspender qualquer pagamento a título do Programa de Reassentamento de Itaparica.

Por intermédio do Aviso nº 35/2014-GM-MME, de 05.02.2014, endereçado ao Ministro da Integração Nacional, o Ministro de Minas e Energia trata das ações desenvolvidas sob a coordenação do MME para a

transferência do Programa de Reassentamento de Itaparica para a CODEVASF, resultando no Plano de Trabalho encaminhado pela ELETROBRAS na Carta CTA-PR-000822/2014, enviada em anexo ao Aviso, mas que depende para sua viabilização da alocação de recursos orçamentários. Cópia deste Aviso foi enviada ao Ministro Chefe da C.Civil/PR, acompanhada de conjunto documental sobre o assunto, pelo Aviso nº 36/2014-GM-MME, 05.02.214.

Em 20.02.2014, foi realizada uma reunião no MP, convocada pelo Diretor da Secretaria do PAC – SEPAC, Conselheiro de Administração da CHESF, representante do MP, com a participação do Secretário Executivo Adjunto do MME e técnicos da SE, Diretores da CHESF e da CODEVASF, representantes da SOF/MP, do MI e da CODEVASF, para discutir a questão. Foi esclarecido que no Orçamento da União aprovado para 2014, consta uma Ação relativa ao Programa de Reassentamento de Itaparica, mas com Fonte de Recursos originários de Convênios. Ou seja, recursos inexistentes, visto que a CHESF não tem os recursos para cumprir os termos do Convênio, tendo seu Presidente informado, inclusive, que deve denunciar o Convênio assinado com a CODEVASF, nos próximos dias, de forma a adotar a recomendação de sua controladora de suspender qualquer pagamento a título do Reassentamento de Itaparica. Segundo os representantes do MP/SOF, considerando a existência da Ação no OGU/2014, o problema não é de orçamento, pois uma Portaria poderia alterar a Fonte de recursos desta Ação - passando de recursos de convênio para recursos orçamentários - restando, no entanto, o problema quanto à efetiva alocação dos recursos orçamentários (definição de limites, empenho e liberação financeira durante o exercício de 2014).

Como a questão ficou de ser discutida no âmbito do MP, com vistas ao equacionamento dos recursos orçamentários, necessários à plena viabilização do Plano de Ação, o MME encaminhou à Casa Civil, pelo Aviso nº 52/2014-GM-MME, de 14.03.2014, a versão do Plano de Ação enviado pela ELETROBRAS, com vistas ao seu encaminhamento ao TCU para cumprimento do Acordo nº 101/2013.

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Energia Elétrica - SEE			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	1.1.1.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Energia Elétrica			1919
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
<b>001 - Promova imediata elaboração de arcabouço normativo necessário e suficiente para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos Ativos do Programa.</b>			
Providências Adotadas			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Energia Elétrica			1919
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
No plano de providências da SEE, foram definidas três ações para atender a recomendação da CGU, são elas:			
<b><u>Ação SEE nº 01/2009:</u></b>			
Elaborar e submeter à análise e aprovação da CONJUR/MME Nota Técnica e arcabouço normativo para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos ativos do PRODEEM;			
<b><u>Ação SEE nº 02/2009:</u></b>			
Análise e aprovação do arcabouço legal;			
<b><u>Ação SEE nº 03/2009:</u></b>			

Submeter o arcabouço legal à análise e aprovação da Casa Civil, para posterior publicação.

**A Ação SEE nº 01/2009** foi concluída. Por meio do Memorando nº 624/SEE/2009, de 7 de outubro de 2009, a SEE submeteu à CONJUR a Nota Técnica nº 92/DPUE/SEE/2009, de 18 de setembro de 2009, com os fundamentos técnicos e regulatórios que resultaram na minuta de Decreto de encerramento do Prodeem, a qual foi construída em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e integra o Processo nº 48000.001732/2008-17.

Naquele momento, dadas as dificuldades, dentre outras, relacionadas (i) à sustentabilidade do Prodeem, considerando o cenário restritivo de doação de bens públicos a empresas privadas, que são predominantes no segmento de distribuição de energia elétrica, (ii) ao descontrole físico-documental-patrimonial, (iii) à ausência de normatização do órgão regulador em se tratando do fornecimento de energia elétrica a comunidades isoladas, por meio de sistemas fotovoltaicos, deliberou-se pela necessidade da edição de decreto, redefinido as estratégias da política pública.

Assim, a minuta de Decreto propunha, além do encerramento do Prodeem, a transferência dos equipamentos para atendimento das demandas do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, sendo: os equipamentos instalados a serem incorporados às concessões do serviço público de energia e, os armazenados em almoxarifados, para utilização preferencial nos sistemas isoladas da Amazônia, por meio das empresas de distribuição que integram o grupo empresarial da “Centrais Elétricas do Brasil S.A – Eletrobras”.

A Minuta de Decreto previa, também, as situações excepcionais de doação, a forma de contabilização dos ativos pelas empresas e a possibilidade de edição de atos específicos voltados à regularização dos lançamentos financeiro-patrimoniais dos equipamentos do Prodeem.

**A Ação SEE nº 02/2009**, nos termos do Ofício nº 896/2010/SEE-MME, de 7 de junho de 2010, dirigido à Secretaria Federal de Controle Interno da CGU, e Despacho CONJUR/MME, 7 de junho de 2011, ficou definido que o Decreto de encerramento do Prodeem somente seria editado após o processo de desfazimento de todos os almoxarifados das empresas conveniadas.

A recondução dessa estratégia, agregada à edição do Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, instituindo o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, resultaram, também, na necessidade de revisão de algumas ações firmadas no âmbito da PPP/CGU/MME, conforme análise per si de cada conjunto de Recomendações e Ações.

Assim, os atos e fatos relacionados aos processos de desfazimento dos bens que se encontram armazenados nos almoxarifados das empresas conveniadas estão consignados na Recomendação 005, Ações/SEE 08 e 09.

**A Ação SEE nº 03/2009** depende da conclusão da Ação SEE nº 02/2009.

#### **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Os fatores positivos estão relacionados ao engajamento dos atores envolvidos na execução das ações visando o cumprimento da Recomendação. A Secretaria-Executiva/MME, a CONJUR/MME, a SEE/MME, a SPOA/MME, as empresas estatais (Eletronorte, Chesf, Eletrosul e Furnas) e a ANEEL, bem como a própria CGU, somaram esforços na construção dos cenários voltados à implementação das ações definidas pela SEE, cujo resultado foi o encaminhamento da Nota Técnica nº 92/DPUE/SEE/2009, de 18 de setembro de 2009, e da minuta de Decreto, nos termos acima destacados.

Vale registrar, por oportuno, **como positivo**, ações deflagradas pelo DPUE/SEE, iniciadas em 2013, voltadas ao processo de incorporação dos ativos instalados às respectivas concessões, bem como à aplicação dos sistemas que foram objeto das Comissões de Desfazimento.

1) Nas áreas integradas pela Eletrobras Eletrosul, além de reuniões específicas com os entes envolvidos: Aneel, Copel, Celesc, Enersul e Eletrobras Eletrosul, foi expedido o Ofício nº 245/2013-DPUE/SEE-MME, de 14 de novembro de 2013, ratificando as deliberações e autorizando a Conveniente a dar início ao processo

de georreferenciamento dos equipamento com vistas à formalização dos instrumentos jurídicos de transferências dos sistemas.

2) Grupo Empresarial da Eletrobras-Distribuição: além de reuniões específicas, foram expedidos os Ofícios n<sup>os</sup> 056/2014/SEE-MME, para a Eletrobras Distribuição e 057/2014/SEE-MME, para a Eletrobras, compartilhando as deliberações, com foco na aplicação dos equipamentos do Prodeem nas áreas dos Sistemas Isolados e Regiões Remotas, bem como solicitando daquela *holding* a indicação dos locais para a entrega dos equipamentos que foram objeto do desfazimento: almoxarifados da Eletrobras Eletrosul e Eletrobras Furnas.

#### **A.9.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício – SPE:**

Não houve ocorrências.

#### **A.9.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício – SPG:**

Não houve ocorrências.

#### **A.9.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício – SGM:**

Não houve ocorrências.

#### **A.9.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício – SEE:**

Não houve ocorrências.

## **9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI**

### **9.2.1 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

No referido exercício não houve ocorrência de recomendações ou determinações por parte da Controladoria Geral da União para a Secretaria-Executiva.

#### **Quadro 35: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – Por UJ (A.9.2.1)**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	201109027	27	1
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Mapear os macroprocessos existentes no Departamento de Planejamento Energético - DPE e no Departamento de Desenvolvimento Energético - DDE, e identificar os riscos inerentes da Secretaria.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Departamento de Planejamento Energético – DPE e Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE			32000
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Em atendimento à recomendação, os Departamentos, no ano de 2013, mapearam os seus principais macroprocessos, detalhando-os por atividade.			
Informamos que foram iniciadas as análises dos riscos inerentes às atividades relacionadas com os seus			

macroprocessos, todavia, em dezembro de 2013, foi instituído neste Ministério, a Comissão Técnica de Planejamento Estratégico (CTPE), com o objetivo de coordenar, no âmbito dos Órgãos da Estrutura Regimental do MME, os trabalhos necessários ao procedimento de desenvolvimento e implantação do processo de planejamento estratégico do Ministério. Diante desse fato, haverá um trabalho conjunto entre as Secretarias e a CTPE para alinhamento dos macroprocessos com Planejamento Estratégico do MME.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos**

Os principais macroprocessos mapeados foram apresentados por esta Secretaria no Relatório de Gestão de 2013.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A falta de um Planejamento Estratégico do Ministério, formalmente constituído, dificultou a elaboração do Macroprocessos, uma vez que não existe uma padronização na forma de elaborar esse tipo de Atividade. Uma das expectativas da criação da Comissão Técnica de Planejamento Estratégico (CTPE) é nivelar o entendimento dessa matéria.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria De Geologia, Mineração E Transformação Mineral - SGM			80058
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	Solicitação de Auditoria nº 201216810/001- Convênio nº 005/2009	1 , 2 e 3	Ofício 25/09/2013
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL			80058
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Porque houve a mudança no Plano de Trabalho (Meta 2) sem formalização de instrumento adequado para tal;</li> <li>2) Justificar a ausência de levantamento dos custos envolvidos com a mudança do objeto previsto na Meta 2 (não realização do workshop e realização de entrevistas);</li> <li>3) Demonstrar os custos envolvidos com as 12 entrevistas juntamente com a oficina de uma tarde em confronto com o workshop de 5 dias (apresentar documentação comprobatória).</li> </ol>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia			80058
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>Resposta enviada por meio do Ofício nº 256/2013-SGM-MME, que encaminha a Nota Técnica nº 20/2013-DTTM/SGM/MME, na qual informou:</p> <p>“(…) 2.4 Mediante a constatação de que a realização de um workshop de 5 dias para a elaboração de cenários do setor mineral seria inviável, conforme Nota Técnica nº 14/2012-DTTM/SGM-MME, item 5 (Anexo IV), optou-se em comum acordo pelas partes pela adoção de metodologia que garantisse o cumprimento da Meta 2 nas condições estabelecidas, sem mudanças no objeto e alteração no valor aprovados no Plano de Trabalho.”</p> <p>“(…) 4.2 Em resposta à SGM/MME o IABS encaminhou em 08/11/2013 por meio de Ofício nº 02/2013 – Convênio MME/IABS-723.583/2009 a documentação Anexa (Anexo XII) que apresenta o total de 208 (duzentos e oito horas) trabalhadas para as atividades efetivamente realizadas em cumprimento da meta 2. Este total é compatível com o total de 200 (duzentas horas previstas para a conclusão da mesma Meta 2), aplicando-se a metodologia inicialmente aprovada do Plano de Trabalho anteriormente citado (Anexo I). Ressalte-se também que o custo de R\$50.040,00 apresentado pelo conveniente para realização dos trabalhos da Meta 2 atendeu a contratação de horas trabalhadas conforme aprovado no Plano de Trabalho”.</p>			

“(…) No item 2, observa-se uma diferença entre o que foi inicialmente avençado entre as partes e o que foi efetivamente realizado. Esta diferença deve-se pela posterior avaliação do Grupo de Trabalho que supervisionou a execução do convênio, o qual considerou que a realização do “Workshop para cearização de 5 dias” seria inviável. Constatou-se que, na elaboração do plano de trabalho inicial, não foram previstas dificuldades, tais como conflitos de agenda e logística de transporte e acomodação. Optou-se, portanto, pela realização de 12 (doze) entrevistas individuais com especialistas durante 4 (quatro) dias e a Oficina de Cenários realizada no dia 22 de abril de 2010, de modo a não comprometer o produto final desta Meta”.

#### **Síntese dos Resultados Obtidos**

O Ofício nº 36959/2013/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, DE 04/12/2013 informa o resultado da auditoria realizada na execução do Convênio nº 723583 firmado entre o MME e a IABS, concluindo-se que “a falha ocorrida foi preponderantemente uma falha normal, em que não foi aditivado o convenio para adequação da mudança do objeto, não se podendo falar que o custo previsto no convenio, ou seja, o workshop foi maior que a solução adotada, ou seja, a realização de 12 entrevistas e mais uma oficina de uma tarde de duração, não se podendo apontar prejuízo à Administração Pública. Tal mudança ocorreu devido à impossibilidade de realização do workshop por questões de logística, conforme justificado”. Recomendou-se, então, “formalizar adequadamente por meio de termo aditivo todas as mudanças ocorridas nos convênios”.

#### **Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Todas as informações solicitadas foram satisfatoriamente prestadas. O informativo citado anteriormente sinalizou que as mudanças ocorridas no decorrer da execução do convênio foram devidamente justificadas. Destaque-se que serão formalizadas por meio de termo aditivo todas as alterações feitas nos convênios a serem celebrados por esta Secretaria, conforme recomendado pela CGU.

#### **Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI da SE (A.9.2.1):**

Não houve ocorrências.

#### **Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI da SPG (A.9.2.1):**

Não houve ocorrências.

#### **Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – SEE (A.9.2.1):**

Não houve ocorrências.

## **9.2.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO**

### **Quadro 36: Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício - Por UJ (A.9.2.2)**

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	201109027	28	1
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Atualizar a Portaria nº 144, de 23.06.2011, excluindo o inciso V do art. 5º, por não compor o rol de competências do Departamento de Planejamento Energético, aproveitando para atualizar as estruturas			

regimentais dos departamentos de modo que reflitam a atual organização implementada.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Sector Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Departamento de Desenvolvimento Energético - DPE	32000
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<p>Foi elaborada pelo DPE uma proposta de ajuste no Regimento Interno alterando as atribuições de competência deste Departamento, porém, em 12 de setembro de 2012, foi emitido o Decreto nº 7.798 aprovando a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia no qual foram mantidas as atribuições do DPE contidas na Portaria nº 144/2011, sem as alterações propostas. Desta forma entendemos que, para tornar efetiva a alteração nas atribuições de competência do DPE, deverá ser emitido um novo Decreto.</p> <p>Vale ressaltar que tanto o DPE quanto a SPE não possuem atribuições para efetivar esta alteração regimental. Com isso, as próximas etapas e consequente atualização do Regimento Interno contemplando os ajustes propostos pela SPE e DPE, dependem das instâncias superiores.</p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
As atribuições até o nível de Departamento são definidas via Decreto Presidencial, ou seja, o ajuste das atribuições do DPE não pode ser feito pela SPE.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Energia Elétrica - SEE			1919
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	224468	1.1.1.1	
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Energia Elétrica			1919
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
001 - Promova imediata elaboração de arcabouço normativo necessário e suficiente para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos Ativos do Programa.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Secretaria de Energia Elétrica			1919
<b>Justificativa para o seu não cumprimento:</b>			
<p>No plano de providências da SEE, foram definidas três ações para atender a recomendação da CGU, são elas:</p> <p><b><u>Ação SEE nº 01/2009:</u></b> Elaborar e submeter à análise e aprovação da CONJUR/MME Nota Técnica e arcabouço normativo para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos ativos do PRODEEM;</p> <p><b><u>Ação SEE nº 02/2009:</u></b> Análise e aprovação do arcabouço legal;</p> <p><b><u>Ação SEE nº 03/2009:</u></b> Submeter o arcabouço legal à análise e aprovação da Casa Civil, para posterior publicação.</p>			

**A Ação SEE nº 01/2009** foi concluída. Por meio do Memorando nº 624/SEE/2009, de 7 de outubro de 2009, a SEE submeteu à CONJUR a Nota Técnica nº 92/DPUE/SEE/2009, de 18 de setembro de 2009, com os fundamentos técnicos e regulatórios que resultaram na minuta de Decreto de encerramento do Prodeem, a qual foi construída em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e integra o Processo nº 48000.001732/2008-17.

Naquele momento, dadas as dificuldades, dentre outras, relacionadas (i) à sustentabilidade do Prodeem, considerando o cenário restritivo de doação de bens públicos a empresas privadas, que são predominantes no segmento de distribuição de energia elétrica, (ii) ao descontrole físico-documental-patrimonial, (iii) à ausência de normatização do órgão regulador em se tratando do fornecimento de energia elétrica a comunidades isoladas, por meio de sistemas fotovoltaicos, deliberou-se pela necessidade da edição de decreto, redefinido as estratégias da política pública.

Assim, a minuta de Decreto propunha, além do encerramento do Prodeem, a transferência dos equipamentos para atendimento das demandas do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, sendo: os equipamentos instalados a serem incorporados às concessões do serviço público de energia e, os armazenados em almoxarifados, para utilização preferencial nos sistemas isoladas da Amazônia, por meio das empresas de distribuição que integram o grupo empresarial da “Centrais Elétricas do Brasil S.A – Eletrobras”.

A Minuta de Decreto previa, também, as situações excepcionais de doação, a forma de contabilização dos ativos pelas empresas e a possibilidade de edição de atos específicos voltados à regularização dos lançamentos financeiro-patrimoniais dos equipamentos do Prodeem.

**A Ação SEE nº 02/2009**, nos termos do Ofício nº 896/2010/SEE-MME, de 7 de junho de 2010, dirigido à Secretaria Federal de Controle Interno da CGU, e Despacho CONJUR/MME, 7 de junho de 2011, ficou definido que o Decreto de encerramento do Prodeem somente seria editado após o processo de desfazimento de todos os almoxarifados das empresas conveniadas.

A recondução dessa estratégia, agregada à edição do Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, instituindo o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, resultaram, também, na necessidade de revisão de algumas ações firmadas no âmbito da PPP/CGU/MME, conforme análise per si de cada conjunto de Recomendações e Ações.

Assim, os atos e fatos relacionados aos processos de desfazimento dos bens que se encontram armazenados nos almoxarifados das empresas conveniadas estão consignados na Recomendação 005, Ações/SEE 08 e 09.

**A Ação SEE nº 03/2009** depende da conclusão da Ação SEE nº 02/2009.

#### **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Os fatores positivos estão relacionados ao engajamento dos atores envolvidos na execução das ações visando o cumprimento da Recomendação. A Secretaria-Executiva/MME, a CONJUR/MME, a SEE/MME, a SPOA/MME, as empresas estatais (Eletronorte, Chesf, Eletrosul e Furnas) e a ANEEL, bem como a própria CGU, somaram esforços na construção dos cenários voltados à implementação das ações definidas pela SEE, cujo resultado foi o encaminhamento da Nota Técnica nº 92/DPUE/SEE/2009, de 18 de setembro de 2009, e da minuta de Decreto, nos termos acima destacados.

Vale registrar, por oportuno, **como positivo**, ações deflagradas pelo DPUE/SEE, iniciadas em 2013, voltadas ao processo de incorporação dos ativos instalados às respectivas concessões, bem como à aplicação dos sistemas que foram objeto das Comissões de Desfazimento.

1) Nas áreas integradas pela Eletrobras Eletrosul, além de reuniões específicas com os entes envolvidos: Aneel, Copel, Celesc, Enersul e Eletrobras Eletrosul, foi expedido o Ofício nº 245/2013-DPUE/SEE-



MME, de 14 de novembro de 2013, ratificando as deliberações e autorizando a Convenente a dar início ao processo de georreferenciamento dos equipamento com vistas à formalização dos instrumentos jurídicos de transferências dos sistemas.

2) Grupo Empresarial da Eletrobras-Distribuição: além de reuniões específicas, foram expedidos os Ofícios n<sup>os</sup> 056/2014/SEE-MME, para a Eletrobras Distribuição e 057/2014/SEE-MME, para a Eletrobras, compartilhando as deliberações, com foco na aplicação dos equipamentos do Prodeem nas áreas dos Sistemas Isolados e Regiões Remotas, bem como solicitando daquela *holding* a indicação dos locais para a entrega dos equipamentos que foram objeto do desfazimento: almoxarifados da Eletrobras Eletrosul e Eletrobras Furnas.

**Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício da SE (A.9.2.2):**

Não houve ocorrências.

**Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício da SPG (A.9.2.2):**

Não houve ocorrências.

**Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício da SGM (A.9.2.2):**

Não houve ocorrências.

## 9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

[subeixo Geração de Energia](#) **Quadro 37: Declaração de dados no SIASG e SICONV por UJ (A.9.6)**

### DECLARAÇÃO DA SPE

Eu, **Altino Ventura Filho**, CPF n° 002.089.224-15 Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, exercido na **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei n° 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2014.

**ALTINO VENTURA FILHO**  
**CPF n° 002.089.224-15**  
**Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético**

### **DECLARAÇÃO DA SPG**

Eu, **Marco Antônio Martins Almeida**, CPF nº221.163.621-72, **Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis**, exercido na **Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 18 de março de 2014.

**MARCO ANTÔNIO MARTINS ALMEIDA**

**CPF 221.163.621-72**

**Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG**

### **DECLARAÇÃO DA SGM**

Eu, **CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR**, CPF nº **119.276.073-53**, **SECRETÁRIO**, exercido na **SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 18 de março de 2014.

**CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JÚNIOR**

**CPF 119.276.073-53**

**Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM**

### **DECLARAÇÃO DA SEE**

Eu, **AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS**, CPF nº **942.505.708-78**, **Diretor do DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A ENERGIA**, exercido na **SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 19 de março de 2014.

**AURÉLIO PAVÃO DE FARIAS**  
**CPF: 942.505.708-78**

**Diretor do Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso a Energia da  
Secretaria de Energia Elétrica - SEE**

## **10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

O Ministério de Minas e Energia desenvolve e realiza trabalhos de Ouvidoria e Serviço de Informações ao Cidadão. Em 2013, essas atividades contemplaram as seguintes realizações.

### **Trabalhos de Ouvidoria**

- ✓ disponibilização de canais de comunicação para facilitar e agilizar o trâmite das manifestações apresentadas pelas cidadãs e os cidadãos, e a solução dos pleitos delas decorrentes;
- ✓ recebimento e acompanhamento das solicitações, reclamações, sugestões e representações, e adoção de procedimentos administrativos e regulamentares pertinentes;
- ✓ intermediação entre cidadãs/cidadãos e os Órgãos do MME, motivando medidas que se fizeram necessárias ao atendimento das demandas formuladas, informando aos demandantes, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos;
- ✓ registro e disseminação de informações, para conhecimento e providências, aos titulares dos Órgãos do MME e de suas Entidades vinculadas, sobre demandas a respeito de necessidades de aperfeiçoamentos ou mesmo deficiências nas respectivas áreas de atuação, de modo a contribuir para aperfeiçoamentos de práticas e a realização de melhorias mais adequadas à administração pública, empreendendo mais eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral;
- ✓ atendimento a reclamações relacionadas a procedimentos e ações de agentes públicos, Órgãos e Entidades do MME;
- ✓ disseminação das demandas recebidas de modo a que sirvam de subsídios para a correção e a prevenção de falhas ou omissões que possam ser identificadas na prestação do serviço público pelo Ministério;
- ✓ realização de acompanhamentos das medidas necessárias, junto aos órgãos internos e entidades vinculadas, no sentido de assegurar respostas aos cidadãos;

Nesse sentido, em 2013 o MME, por intermédio da sua Ouvidoria-Geral, recebeu 3.855 demandas dos mais diferentes pontos do País, formuladas por cidadãs e cidadãos comuns, estudantes, pesquisadores, empresários, associações de classes, donas de casa, entre outros.

Do total de demandas recebidas, 1.071 (mil e setenta e uma) foram objeto de tramitação interna, predominantemente para as áreas finalísticas do Ministério. Em relação a 1.023 (mil e vinte e três) dessas demandas houve a necessidade de articulação com órgãos e entidades vinculados ao MME. Para cerca de 800 (oitocentas) demandas foi necessária tramitação junto a concessionárias públicas e privadas. Mais de 600 (seiscentas) referiam-se aos programas e projetos do MME, e cerca de outras 300 (trezentas) foram relativas a órgãos e entidades que não fazem parte da estrutura do MME nem das suas organizações vinculadas.

## **Serviço de Informação ao Cidadão – SIC**

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Lei de Acesso a Informações - LAI representa um importante passo para ampliar a consolidação democrática do Brasil e também para fortalecer as ações que visam o pleno desenvolvimento dos serviços públicos. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas pode permitir, assim, que ocorram continuamente melhorias e aperfeiçoamentos na gestão pública.

O Serviço de Informações ao Cidadão – SIC do MME, implantado em conformidade com a LAI, iniciou o atendimento ao público no dia 16 de maio de 2012.

Na implantação do SIC do MME teve-se o cuidado de otimizar recursos públicos já disponíveis (mobiliário, equipamentos, tecnologia etc), bem como envolver servidores com experiência já desenvolvida em atendimento aos cidadãos. Assim, aproveitou-se parte significativa da estrutura da Ouvidoria-Geral do Ministério.

Além disso, foram conduzidas diversas reuniões de preparação para a implantação e funcionamento do SIC, com servidores de todas as áreas do MME, contando com o apoio de representantes da Controladoria-Geral da União – CGU/PR. Os servidores do SIC e também outros, que nas suas respectivas áreas de atuação foram designados para trabalharem na elaboração de informações, participaram de treinamentos oferecidos pela CGU/PR.

O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC está preparado para receber demandas por meio do Sistema E-SIC, da página do Ministério na Internet, por correio eletrônico, por encaminhamento via correios e telégrafos, por telefonemas e também por atendimento direto às cidadãs e cidadãos que procuraram pessoalmente o SIC.

Principais atividades do SIC/MME, realizadas em 2013:

- ✓ recebimento de documentos e requerimentos de acesso às informações encaminhados pelo Balcão SIC, e-mail do SIC e Sistema e-SIC;
- ✓ análise das demandas e encaminhamento aos técnicos responsáveis pela geração das informações requeridas;
- ✓ acompanhamento dos procedimentos de coleta da informação junto aos servidores designados a gerar as informações requeridas;
- ✓ produção de informações sobre a tramitação de documentos nas Unidades;
- ✓ apoio aos servidores de todas as Unidades do MME, designados para a elaboração das informações requeridas;
- ✓ análise da qualidade das respostas recebidas e aperfeiçoamentos quando se fez necessário; e
- ✓ expedição de todas as respostas às Demandas no e-SIC.

Em relação à natureza e às quantidades das demandas apresentadas, em 2013, o Serviço de Informação ao Cidadão recebeu 1.647 (mil, seiscentos e quarenta e sete) pedidos de informações, incluindo pedidos no Sistema Eletrônico e-SIC, pedidos por telefone e atendimentos no “Balcão”. Além disso, o SIC fez o acompanhamento, via Sistema, das demandas dirigidas às Autarquias vinculadas ao MME.

Ao longo do ano foram desenvolvidas, também, várias ações junto às áreas do Ministério no sentido de manter a atualização e a inserção de dados e informações de “transparência ativa”, no sítio do

MME na internet. Nesse sentido, foram e são divulgados, por Secretarias, dados e informações sobre programas, projetos e ações conduzidos no âmbito do Órgão, bem como informações técnicas, indicadores, eventos, publicações, atualidades, glossários de perguntas e respostas mais frequentes, além daquelas informações relativas à transparência pública.

## **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 E PORTARIA TCU Nº 175/2013.**

### **PARTE B, ITEM 15 – CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE PRODUTO**

#### **DIRETORIA DE PROGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA**

##### **INTRODUÇÃO**

O presente relatório disponibiliza as informações do progresso da Diretoria de Programa da Secretaria Executiva do MME, em termos das atividades financeiras, indicadores de projetos e processos de aquisição para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Neste estão relacionados o solicitado nos Itens nºs 15 e 28, da Parte B, do Anexo II, da citada DN, o qual diz respeito a “Informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, no formato definido na portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º desta decisão normativa” e “Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos, contemplando: a) Os efeitos (positivos ou negativos) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, atraso na execução do cronograma físico, alterações contratuais, etc; e b) Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos”.

Assim, os dados financeiros e contábeis foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, Sistema de Convênios – Siconv, GED On Line do IICA e a ferramenta de acompanhamento de execução financeira IICAPROJ.

Em decorrência do exposto, faz-se necessário informar que no âmbito da Diretoria de Programa da Secretaria Executiva, no ano de 2013, encontravam-se em andamento três Projetos: Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica – PCT/BRA/IICA – ABC/12/001; Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META – Loan 8095 – BR; e Acordo Marco de Cooperação, firmado entre o MME e a Corporação Andina de Fomento – CAF, sob a coordenação técnico-administrativa da Diretoria de Programa da Secretaria Executiva.

A Diretoria contava, em dezembro de 2013, com 17 (dezesete) colaboradores, conforme informado, no Quadro 1.

**Quadro 1** – Colaboradores da Diretoria de Programa

Servidor	Situação Funcional	Função na Diretoria
Caio Lustosa Mascarenhas Sobrinho	Servidor Público	Analista Financeiro/ Contrato Temporário – Projeto Meta*
Cires Guadalupe Guerreiro Sobrinho	Servidora Pública	Assessora Técnica
Cristina Oliveira Roriz	Servidora Pública	Gerente de Projeto/ Contrato Temporário – Projeto Meta*
Daniele Ferreira da Silva	Servidora Pública	Assistente Técnico
Eder Júlio Ferreira	Servidor Público	Assessor Técnico
Eleazar Hepner	Servidor Público Efetivo	Analista de Infraestrutura
José Vitor Murad da Costa	Servidor Público	Analista de Licitação/ Contrato Temporário – Projeto Meta*
Leobina Cardeal da Silva Soares	Anistiada	Assistente Administrativo
Lucia Helena Menezes de Holanda	Anistiada	Assistente Administrativo
Marcela Rodrigues Grego	Estagiária	Estagiária
Maria Edna Rodrigues Silva	Recepcionista	Apoio Administrativo
Marise Grinstein	Servidora Pública – Cedida	Diretora de Programa
Martha Portela Rocha Martins	Anistiada	Assistente Administrativo
Paulo Edson de Almeida Barreto	Servidor Público	Assistente Administrativo/ Contrato Temporário – Projeto Meta*
Raimundo Patrocínio Sales da Cruz	Servidor Público	Diretor de Programa
Rodrigo de Carvalho Matos	Servidor Público	Assessor Técnico
Weibson Gustavo de Souza Gomes	Servidor Público Efetivo	Analista de Infraestrutura/Assessor Técnico

\* Os servidores temporários contratados pelo Projeto META para os cargos de Gerente de Projeto, Analista Financeiro, Analista de Licitações e Assistente Administrativo iniciaram suas atividades em novembro de 2013.

A seguir apresentamos o detalhamento das atividades, planejadas e executadas, durante o ano de 2013, por projeto.

## ATENDIMENTO AO ITEM 15, DA PARTE B, DO ANEXO II, DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 127/2013, DE 15 DE MAIO DE 2013

### IICA

Em 26 de março de 2012, foi firmado o Programa executivo relativo ao acordo básico sobre privilégios e imunidades e relações institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, com o intuito de possibilitar a implementação do Projeto de Cooperação para a Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica – PCT/BRA/IICA – ABC/12/001, estando, no Quadro 2, o orçamento consolidado deste.

**Quadro 2 – Orçamento consolidado do projeto**

LINHA ORÇAMENTARIA	VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)
<b>1 – Pessoal Profissional Internacional</b>	-
<b>2 – Pessoal Nacional</b>	-
<b>3 – Capacitação</b>	<b>1.569.523,81</b>
<b>4 – Viagens de Pessoal Permanente</b>	-
<b>5 – Publicações especiais vinculadas à atividade de capacitação do PCT.</b>	<b>92.038,10</b>
<b>6 – Aquisição de Livros</b>	-
<b>7 – Serviços Gerais</b>	-
<b>8 – Contratos por resultados e Serviços</b>	<b>5.957.485,71</b>
<b>9 – Outros Custos</b>	-
<b>Subtotal</b>	<b>7.619.047,62</b>
Taxa Institucional – TIN (5%)	<b>380.952,38</b>
<b>Total</b>	<b>8.000.000,00</b>

Para possibilitar a execução do PCT/BRA/IICA – ABC/12/001, em conformidade com os Planos Operativos Anuais (POA's), foram contratados, no ano de 2012, 6 (seis) consultores individuais na modalidade “Produto”, e 1 (um) no ano de 2013, na mesma modalidade, estando em andamento a contratação de 1 (um) outro.

Devido a dificuldades de agendamento de viagens, as quais possibilitam os levantamentos dos dados necessários à elaboração dos produtos contratados, 4 (quatro), dos 6 (seis) contratos firmados no ano de 2012, foram aditivados, os quais estarão identificados nos quadros que se seguem, e 1 (um) destes foi rescindido por acordo bilateral.

O contrato rescindido, anteriormente citado, foi o de nº 112394/2012, vinculado ao Termo de Referência nº 2842/2012-TR/PF/IICA, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), firmado entre o IICA e o Sr. Ewton Vieira de Souza, CPF nº 021.076.704-98, no âmbito do PCT/BRA/IICA – ABC/12/001, sem que houvesse sido realizado qualquer desembolso.

De acordo com o POA 2013, estava previsto o desembolso de R\$ 852.029,58 (oitocentos e cinquenta e dois mil, vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos), para o ano de 2013, referentes à contratação de consultores, contratação de eventos, contratação de pessoas jurídicas e emissões de passagens e diárias, conforme registros no Quadro 3.

**Quadro 3 – Detalhamento dos Objetivos Imediatos – POA 2013**

Objetivo Imediato	Descrição	Estimativa de Recursos Financeiros (R\$)
1	Produzir informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão socioproductiva e a mitigação da pobreza extrema	0,00
2	Ampliar conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do Programa LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica	290.445,89
3	Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica	561.583,69
<b>Total</b>		<b>852.029,58</b>

No Quadro 4, abaixo, encontra-se registrado e estratificado, por objetivos imediatos, a relação dos montantes contratados e liquidados no âmbito do projeto, bem como os montantes referentes aos contratos de pessoa jurídica e o saldo em conta com o devido rendimento em decorrência da aplicação dos montantes repassados nos anos de 2012 e 2013.

Objetivos	Resultados	Consultores (CPF)	Valor Contratado (R\$)	2012 (R\$)				2013 (R\$)					
				Produtos	Passagens	Diárias	Outros	Produtos	Passagens	Diárias	Outros		
1	1.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<b>Total 1</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2	2.1	236.847.890-53	51.500,00	-	-	-	-	7.210,00	-	-	-	-	
	2.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2.3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2.4	125.877.294-91	96.000,00	12.000,00	1.003,00	2.372,73	-	64.500,00	8.156,25	11.041,06	-	-	
	<b>Total 2</b>	<b>106.283,04</b>	<b>147.500,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>1.003,00</b>	<b>2.372,73</b>	<b>-</b>	<b>71.710,00</b>	<b>8.156,25</b>	<b>11.041,06</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
3	3.1	136.012.296-68	71.394,40	-	855,50	-	-	71.394,40	3.079,80	8.734,09	1.113,75	-	
	3.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	3.3	885.154.358-53	120.000,00	-	-	-	-	42.000,00	5.752,50	3.829,77	19.631,06	-	-
		017.065.355-20	115.000,00	-	702,14	812,12	-	41.400,00	3.599,00	4.131,28	-	-	-
	3.4	488.110.681-34	115.100,00	-	702,10	984,30	-	48.000,00	2.059,10	3.457,10	-	-	
	3.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Total 3</b>	<b>262.238,01</b>	<b>421.494,40</b>	<b>-</b>	<b>2.259,74</b>	<b>1.796,42</b>	<b>-</b>	<b>202.794,40</b>	<b>14.490,40</b>	<b>20.152,24</b>	<b>20.744,81</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Total 1+2+3</b>		<b>368.521,05</b>	<b>568.994,40</b>	<b>12.000,00</b>	<b>3.262,74</b>	<b>4.169,15</b>	<b>-</b>	<b>274.504,40</b>	<b>22.646,65</b>	<b>31.193,30</b>	<b>20.744,81</b>	<b>-</b>	
Folders	OGM - 8	02.265.372/0001-75	84.700,00	-	-	-	-	-	-	-	-	84.700,00	
Publicidade	OGM - 8	05.702.124/0001-32	-	-	-	-	7.708,87	-	-	-	-	8.314,51	
Repases							1.892.000,00					1.200.000,00	
Rendimentos							10.686,50					52.851,55	
<b>Saldo Total do Projeto [Repases 2012/2013 + Rendimentos 2012/2013 - (Total 1+2+3 + Folders + Publicidade 2012/2013)*1,05 (Taxa do IICA)]</b>											<b>2.662.831,40</b>		

De acordo com o quadro verifica-se que, no ano de 2013, foram liquidados R\$ 442.103,67 (quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e três reais e sessenta e sete centavos), o qual equivale a 51,89% (cinquenta e um por cento e oitenta e nove décimos) do montante previsto para o ano, e que o rendimento no ano foi de 52.851,55 (cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), o qual somado ao montante de rendimento, do ano de 2012, contabiliza o valor de 63.538,05 (sessenta e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinco centavos).

Desta forma, considerando-se a taxa de administração do IICA, a qual corresponde a 5% (cinco por cento), obtém-se o valor desembolsado de 464.208,85 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos), sendo este equivalente a 54,48% (cinquenta e quatro por cento e quarenta e oito décimos) do total previsto para o ano.

Vale ressaltar que no total liquidado estão englobadas as contratações executadas em 2012 e 2013, e que no ano de 2013, foi contratado 1 (um) consultor na modalidade produto, até o dia 31 de dezembro, vinculado ao Objetivo Imediato 2, no montante de R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais).

Como esclarecimento, o CNPJ vinculado aos Folders diz respeito à contratação da Empresa Ellite Comércio e Serviços Gráficos LTDA, para elaboração e impressão de 80.000 (oitenta mil) folders referentes a informativos acerca da Tarifa Social de Energia Elétrica, a qual foi firmada no ano de 2012, e liquidada no ano de 2013, entre o IICA e a citada empresa, no âmbito do PCT/BRA/IICA – ABC/12/001, e o CNPJ vinculado à Publicidade diz respeito a pagamentos realizados, no âmbito do projeto, para publicação, em jornais de grande circulação e no DOU, dos informativos acerca dos



processos seletivos para contratação de consultores individuais pela empresa F.lopes Publicidade LTDA.

A seguir estão relacionadas, do Quadro 5 ao 10, as informações vinculadas à recomendação do TCU acerca da forma de apresentação dos dados dos projetos de cooperação técnica na modalidade “produto”.

**Quadro 5 – Contrato 112.390/2012 (Sérgio Renato Henrique Furegato)**

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
<b>Nome da Organização</b>				<b>Sigla</b>	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura				IICA	
<b>Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
<b>Título do Projeto</b>				<b>Código</b>	
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica				PCT BRA/IICA/12/001	
<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> 112.390/2012					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução dos trabalhos de revitalização de micro sistemas energéticos fotovoltaicos do Prodeem, com foco nos sistemas revitalizados em operação e/ou removidos, devido ao atendimento de regiões remotas com energia elétrica, de forma regionalizada em colaboração com a empresa do sistema Eletrobras nos estados da região Norte, área geoelétrica da Eletrobras/Eletronorte.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
6/11/2012	5/12/2014	120.000,00	104.400,00	42.000,00	42.000,00
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Prazo Previsto para Entrega</b>	<b>Valor</b>	
PRODUTO 1: Relatório das atividades realizadas no Estado do Pará, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.			5/12/2012	15.600,00	
PRODUTO 2: Relatório das atividades realizadas nos Estados do Tocantins e Mato Grosso, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.			11/2/2014	15.600,00	
PRODUTO 3: Relatório das atividades realizadas nos Estados de Roraima e Amapá, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.			8/4/2014	22.800,00	
PRODUTO 4: Relatório das atividades realizadas no Estado do Amazonas, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.			10/6/2014	12.000,00	

PRODUTO 5: Relatório das atividades realizadas no Estado de Rondônia, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	12/8/2014	13.200,00
PRODUTO 6: Relatório das atividades realizadas no Estado do Acre, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	10/10/2014	14.400,00
PRODUTO 7: Relatório das atividades realizadas no Estado do Maranhão, das amostras dos sistemas (30%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	5/11/2013	26.400,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Sérgio Renato Henrique Furegato		<b>CPF:</b> 885.154.358-53
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 2841/2012-TR/PF/IICA, em decorrência de contratemplos causados pelos agendamentos das viagens para coleta dos dados necessários à elaboração dos produtos previstos no serviço de consultoria, o que ensejou: o atraso na entrega do produto nº 1 (um), tendo sido entregue em 26 de março de 2013; a alteração na ordem de entrega do produto nº 7 (sete), tendo sido entregue em 22 de julho de 2013; a necessidade de alteração da data de conclusão do contrato, de 6 de novembro de 2013, para 5 de dezembro de 2014; e a postergação, em 1 (um) ano, das datas de entrega dos demais produtos, sem a necessidade de aditivo do valor do contrato nem o comprometimento dos objetivos da consultoria.		

**Quadro 6 – Contrato 112.391/2012 (Assiz Ramos de Souza)**

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
<b>Nome da Organização</b>					<b>Sigla</b>
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura					IICA
<b>Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
<b>Título do Projeto</b>					<b>Código</b>
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica					PCT BRA/IICA/12/001
<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> 112.391/2012					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução dos trabalhos de revitalização de micro sistemas energéticos fotovoltaicos do Prodeem, com foco nos sistemas revitalizados em operação e/ou removidos, devido ao atendimento de regiões remotas com energia elétrica, de forma regionalizada em colaboração com as empresas do sistema Eletrobras nos Estados da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, área geoeletrica da Eletrobras/Eletrosul e Eletrobras/Furnas.					
<b>Período de Vigência</b>			<b>Remuneração</b>		
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
5/11/2012	4/6/2014	115.000,00	92.000,00	41.400,00	41.400,00
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>				<b>Prazo Previsto para Entrega</b>	<b>Valor</b>
PRODUTO 1: Relatório das atividades realizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade				4/12/2012	23.000,00

com os sistemas distribuídos nestes Estados.		
PRODUTO 2: Relatório das atividades realizadas no Estado do Mato Grosso do Sul das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	31/3/2014	19.550,00
PRODUTO 3: Relatório das atividades realizadas no Estado de Goiás das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	10/5/2013	18.400,00
PRODUTO 4: Relatório das atividades realizadas no Estado de Minas Gerais das amostra dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos neste Estado.	31/12/2013	24.150,00
PRODUTO 5: Relatório das atividades realizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo das amostras dos sistemas (20%), com evidência na recuperação, remoção e registro de ocorrências dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, em conformidade com os sistemas distribuídos nestes Estados.	31/5/2014	29.900,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Assiz Ramos de Souza		<b>CPF:</b> 017.065.355-20
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 2840/2012-TR/PF/IICA, em decorrência de contratemplos causados pelos agendamentos das viagens para coleta dos dados necessários à elaboração dos produtos previstos no serviço de consultoria, o que ensejou: o atraso na entrega do produto nº 1 (um), tendo sido entregue em 6 de maio de 2013; a alteração na ordem de entrega do produto nº 3 (três), tendo sido entregue em 11 de outubro de 2013; a necessidade de alteração da data de conclusão do contrato, de 4 de novembro de 2013, para 4 de junho de 2014; e a postergação das datas de entrega dos demais produtos, sem a necessidade de aditivo do valor do contrato nem o comprometimento dos objetivos da consultoria. Ainda assim houve o descumprimento do cronograma de entrega do produto nº 4 (quatro), o qual não ocorreu no ano de 2013.		

**Quadro 7 – Contrato 112.392/2012 (Maria do Socorro Costa Brito)**

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
<b>Nome da Organização</b>					<b>Sigla</b>
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura					IICA
<b>Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
<b>Título do Projeto</b>					<b>Código</b>
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica					PCT BRA/IICA/12/001
<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> 112.392/2012					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Elaborar, desenvolver e avaliar metodologias de monitoramento das ações de capacitação realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica, que viabilizam a difusão e ampliação de conhecimentos de técnicos e novos consumidores rurais atendidos pelo LpT nas regiões geoeletricas em temas relacionados à tarifa social ao uso correto da energia elétrica.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
5/11/2012	4/2/2014	96.000,00	84.000,00	64.500,00	76.500,00

<b>Produtos Contratados</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Prazo Previsto para Entrega</b>	<b>Valor</b>
PRODUTO 1: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica dos estados do Amapá e Pará.	10/6/2013	12.000,00
PRODUTO 2: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica dos estados do Amazonas, Rondônia e Roraima.	11/2/2013	14.250,00
PRODUTO 3: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica dos estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.	8/4/2013	14.250,00
PRODUTO 4: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia dos estados do Maranhão e Piauí.	4/12/2012	12.000,00
PRODUTO 5: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia dos estados da Bahia e Pernambuco.	12/8/2013	12.000,00
PRODUTO 6: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades de diagnóstico e avaliação das ações de difusão de conhecimentos e informações com o foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, realizadas pelas distribuidoras de energia dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.	10/11/2013	12.000,00
PRODUTO 7: Relatório técnico contendo estratégia de monitoramento e avaliação das ações de capacitação realizadas pelas distribuidoras de energia elétrica, com foco no uso produtivo, eficiente e seguro da energia elétrica e da tarifa social, conforme diretrizes da legislação vigente e de acordo com as especificidades das comunidades rurais especiais e comunidades rurais convencionais atendidas pelo LpT.	31/1/2014	19.500,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Maria do Socorro Costa Brito		<b>CPF:</b> 125.877.294-91
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 2867/2012-TR/PF/IICA, em decorrência de contratemplos causados pelos agendamentos das viagens para coleta dos dados necessários à elaboração dos produtos previstos no serviço de consultoria, o que ensejou: a alteração na ordem de entrega dos produtos nº 1 (um) pelo nº 4 (quatro); a necessidade de alteração da data de conclusão do contrato, de 4 de novembro de 2013, para 4 de fevereiro de 2014; e a postergação da data de entrega dos produtos nº 6 (seis) e nº 7 (sete), sem a necessidade de aditivo do valor do contrato nem o comprometimento dos objetivos da consultoria.		

**Quadro 8 – Contrato 112.393/2012 (Gutemberg Pereira Dias)**

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>	
<b>Nome da Organização</b>	<b>Sigla</b>
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
<b>Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>	

Título do Projeto		Código			
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica		PCT BRA/IICA/12/001			
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
<b>Código do Contrato:</b> 112.393/2012					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Realizar avaliações de projetos de inclusões socioprodutiva, com o uso da energia elétrica em sistemas agroindustriais de pequeno porte para a agricultura familiar, de forma a subsidiar políticas públicas de inclusão socioprodutiva, mitigação da pobreza extrema e uso da energia elétrica como vetor de desenvolvimento do meio rural.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
5/11/2012	4/6/2013	71.394,40	58.543,41	71.394,40	71.394,40
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega	Valor	
PRODUTO 1: Relatório contendo análise e avaliação de Centros Comunitários de Produção - CCP's, implantados no âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Mato Grosso, em municípios determinados pelo Coordenador do Projetos, tendo como foco o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão socioprodutiva dos produtores familiares envolvidos na gestão dos projetos objetivando a acorreta instalação e dimensionamento dos equipamentos adquiridos, nos aspectos técnicos, financeiros, ambientais e capacitação visando a mitigação da pobreza no meio rural a partir da chegada da energia elétrica. (conforme item 3.1 do objetivo imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001)			4/12/2012	12.850,99	
PRODUTO 2: Relatório contendo análise e avaliação de Centros Comunitários de Produção-CCP's, em projetos implantados para beneficiários do Programa Luz para Todos, no Estado de Minas Gerais em municípios determinados pelo Coordenador dos Projetos, com ênfase nos aspectos técnicos, financeiros, ambientais instalação e dimensionamento dos equipamentos, capacitação e inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares e da reforma agrária, beneficiários dos projetos, visando à mitigação da pobreza no meio rural e desenvolvimento socioeconômico a partir da chegada da energia elétrica. (conforme item 3.1 do Objetivo Imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001).			8/4/2013	14.278,88	
PRODUTO 3: Relatório contendo análise e avaliação de projetos relacionados à Centro Comunitários de Produção - CCP's implantados no âmbito do Programa Luz para Todos no Estado do Rio Grande do Sul, em municípios determinados pelo Coordenador do Projetos, visando a correta instalação e funcionamento dos equipamentos adquiridos, nos aspectos técnicos, financeiros, ambientais, capacitação e na inclusão socioprodutiva dos produtores familiares envolvidos nos projetos, objetivando consolidar as experiências adquiridas no combate à pobreza no meio rural, como também, o desenvolvimento socioeconômico a partir da chegada da energia elétrica. (conforme item 3.1 do Objetivo Imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001).			10/1/2013	14.278,88	
PRODUTO 4: Relatório contendo análise e avaliação de projeto implantado pelo Projeto Luz para Todos no Estado da Paraíba, em município determinado pelo Coordenador de Projetos, objetivando o uso produtivo da energia elétrica, com foco nos aspectos técnicos, financeiros, no atendimento à legislação ambiental, na inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares envolvidos, objetivando consolidar as experiências adquiridas no combate à pobreza no meio rural. (conforme item 3.1 do Objetivo Imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001)			11/3/2013	12.850,99	

PRODUTO 5: Relatório contendo análise e avaliação de projeto relativo à Centro Comunitário de Produção - CCP implantado para atender beneficiados do Programa Luz para Todos no Estado de Alagoas, em município determinado pelo Coordenador dos Projetos, com foco nos aspectos técnicos, financeiros, ambientais e capacitação, bem como, a inclusão socioprodutiva e o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares envolvidos, objetivando consolidar as experiências adquiridas no combate à pobreza no meio rural. (conforme item 3.1 do Objetivo Imediato 3 do PCT BRA/IICA/12/001).	4/6/2013	17.134,66
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Gutemberg Pereira Dias	<b>CPF:</b> 136.012.296-68	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 2862/2012-TR/PF/IICA, em decorrência de contratemplos causados pelos agendamentos das viagens para coleta dos dados necessários à elaboração dos produtos previstos no serviço de consultoria, o que ensejou: o atraso na entrega dos produtos nº 1 (um), nº 2 (dois), nº 3 (três) e nº 4 (quatro); e a necessidade de alteração da ordem de entrega dos Produtos nº 2 (dois), nº 3 (três) e nº 4 (quatro), sem a necessidade de postergação do contrato, da data de entrega do produto nº 5 (cinco), nem o comprometimento dos objetivos da consultoria.		

**Quadro 9 – Contrato 112.405/2012 (Conceição Cristina Araújo Lima)**

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>					
<b>Nome da Organização</b>					<b>Sigla</b>
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura					IICA
<b>Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>					
<b>Título do Projeto</b>					<b>Código</b>
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica					PCT BRA/IICA/12/001
<b>Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"</b>					
<b>Código do Contrato:</b> 112.405/2012					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Avaliar e difundir resultados e lições aprendidas na execução dos trabalhos de revitalização de micro sistemas energéticos fotovoltaicos do Prodeem, com foco nas ações e empreendimentos p/ geração e descentralizados de energia avaliados dos sistemas distribuídos e instalados, devido ao atendimento de regiões remotas com energia elétrica de forma regionalizada em colaboração com as empresas do grupo Eletrobras nos Estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, área geoeletrica da Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Chesf e Eletrobras Furnas.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total Pago no Exercício</b>	<b>Total Pago até o Final do Exercício</b>
14/11/2012	13/3/2014	115.100,00	82.000,00	48.000,00	48.000,00
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Prazo Previsto para Entrega</b>	<b>Valor</b>	
PRODUTO 1: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos junto ao MME, na área geoeletrica da empresa Eletrobrás/Eletronorte, tendo como apoio técnico a cidade de São Luís do Maranhão/MA, com vistas a sistematização e integração dessas informações.			13/12/2012	14.000,00	
PRODUTO 2: Relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos junto ao MME, na área geoeletrica da empresa Eletrobrás/Eletronorte, tendo como apoio técnico a cidade de Belém do Pará/PA, com vistas a sistematização e			11/3/2013	17.000,00	

integração dessas informações.		
PRODUTO 3: Elaboração de relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados no país por meio dos Convênios nº 01 e nº 02/1995, celebrado entre o MME e empresa Eletrobrás Cepel, com apoio técnico na cidade do Rio de Janeiro (Ilha do Fundão) e de Nova Iguaçu (Adrianópolis), no estado do Rio de Janeiro.	31/7/2013	14.000,00
PRODUTO 4: Elaboração de relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados no estado do Rio de Janeiro, na área geoeletrica da empresa Eletrobrás Furnas (Convênio nº 012/2004), com apoio técnico na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Sugere-se, neste caso, acrescentar, ainda, o levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados no estado de Goiás.	30/9/2013	14.000,00
PRODUTO 5: Elaboração de relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados no estado de Minas Gerais, na área geoeletrica da empresa Eletrobrás Furnas (Convênio nº 12/2004), com apoio técnico na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais.	30/11/2013	16.000,00
PRODUTO 6: Elaboração de relatório contendo levantamento, avaliação e consolidação de dados relacionados aos sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados nos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Piauí, na área geoeletrica da empresa Eletrobrás Chesf (Convênio nº 014/2004), com apoio técnico nas cidades de Recife, Salvador, Fortaleza e Teresina, respectivamente nos estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Piauí.	31/1/2014	17.000,00
PRODUTO 7: Elaboração de relatório final contendo os levantamentos globais e a consolidação das informações referentes a todos os sistemas fotovoltaicos distribuídos e instalados por convênios ou contratos, em todos os estados, com vistas à sistematização e integração de informações para gestão do PRC/Prodeem.	13/3/2014	23.100,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Conceição Cristina Araújo Lima	<b>CPF:</b> 488.110.681-34	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> O consultor não cumpriu o cronograma existente no Termo de Referência nº 2839/2012-TR/PF/IICA, em decorrência de contratemplos causados pelos agendamentos das viagens para coleta dos dados necessários à elaboração dos produtos previstos no serviço de consultoria, bem como da ausência de acervo necessário para elaboração destes, o que ensejou: a alteração na ordem de entrega dos produtos nº 3 (três), nº 4 (quatro), nº 5 (cinco) e nº 6 (seis), previsto no citado Termo de Referência; a necessidade de alteração da data de conclusão do contrato, de 13 de novembro de 2013, para 13 de março de 2014; e a inclusão de um novo produto, sendo este o de nº 3 (três), tendo os de nº 4 (quatro) e nº 5 (cinco), ficado inalterados, o de nº 3 (três), passado para o nº 6 (seis), e o de nº 6 (seis), passado para o de nº 7 (sete), com a necessidade de aditivo do valor do contrato em 19,9%, passando de R\$ 96.000,00 para R\$ 115.100,00, sem o comprometimento dos objetivos da consultoria. Registra-se que não foi cumprido o novo cronograma inserido no aditivo, tendo sido entregues os produtos nº 1 (um), 2 (dois) e 6 (seis), bem como solicitado a rescisão do contrato no final do ano de 2013.		

**Quadro 10** – Contrato 113.207/2013 (José Luiz Niederauer Pantoja)

<b>Identificação da Organização Internacional Cooperante</b>	
<b>Nome da Organização</b>	<b>Sigla</b>
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	IICA
<b>Identificação do (s) Projeto(s) de Cooperação Técnica</b>	

Título do Projeto				Código	
Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica				PCT BRA/IICA/12/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
<b>Código do Contrato:</b> 113.207/2013					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Orientar as populações em áreas de uso específico de comunidades especiais sobre os aspectos gerais do uso eficiente da energia elétrica com desenvolvimento sustentável local dos beneficiários e promover a organização social com vistas à inclusão das comunidades rurais e populações tradicionais, além de contribuir na implementação e na gestão de projetos que venham gerar renda e agregar valor para as comunidades atendidas pelo LpT.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total Pago no Exercício	Total Pago até o Final do Exercício
7/8/2013	6/8/2014	51.500,00	16.480,00	7.210,00	7.210,00
Produtos Contratados					
Descrição			Prazo Previsto para Entrega		Valor
PRODUTO 1: Relatório contendo a elaboração de plano de capacitação de agentes multiplicadores do conhecimento sobre o uso racional, eficiente e produtivo da energia elétrica, definindo as metodologias que serão utilizadas para realizar oficinas participativas de orientação sobre a Lei nº 12.212/2010 da Tarifa Social de Energia Elétrica e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica.			6/9/2013		7.210,00
PRODUTO 2: Relatório contendo as atividade de articulação, organização e realização de 01 oficina de capacitação, para técnicos da FUNAI e dos comitês gestores estaduais, visando a formação de agentes multiplicadores que atuem diretamente em comunidades indígenas com orientações sobre a Lei nº 12.212/2010 e o acesso à Tarifa Social, sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades indígenas.			30/11/2013		9.270,00
PRODUTO 3: Relatório contendo as atividade de articulação, organização e realização de 02 oficinas de capacitação para formação de professores, agentes de saúde, de saneamento básico e lideranças em agentes multiplicadores sobre a Lei nº 12.212/2010 da Tarifa Social e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades indígenas no estado de Tocantins.			31/1/2014		7.210,00
PRODUTO 4: Relatório contendo as atividade de articulação, organização e realização de 02 oficinas de capacitação para formação de professores, agentes de saúde, de saneamento básico e lideranças em agentes multiplicadores sobre a Lei nº 12.212/2010 da Tarifa Social e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades indígenas no estado de Bahia.			31/3/2014		9.270,00
PRODUTO 5: Relatório contendo as atividade de articulação, organização e realização de 02 oficinas de capacitação para formação de professores, agentes de saúde, de saneamento básico e lideranças em agentes multiplicadores sobre a Lei nº 12.212/2010 da Tarifa Social e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades indígenas no estado do Amazonas.			31/5/2014		7.210,00



<p>PROTUDO 6: Relatório contendo as atividade de articulação, organização e realização de 02 oficinas de capacitação para formação de professores, agentes de saúde, de saneamento básico e lideranças em agentes multiplicadores sobre a Lei nº 12.212/2010 da Tarifa Social e sobre o uso racional, seguro e produtivo da energia elétrica em comunidades indígenas no estado de Rondônia.</p>	<p>6/8/2014</p>	<p>11.330,00</p>
<b>Consultor Contratado</b>		
<p><b>Nome do Consultor:</b> José Luiz Niederauer Pantoja</p>	<p><b>CPF:</b> 236.847.980-53</p>	
<p><b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> O consultor não cumpriu o cronograma para entrega dos produtos nº 1 (um) e 2 (dois), existente no Termo de Referência nº 3244/2013-TR/PF/IICA, atrasando, em 9 (nove) dias, o produto nº 1 (um), e não entregando o produto nº 2 (dois) no ano de 2013.</p>		

### **Análise Crítica**

A motivação deste Ministério de Minas e Energia para formalização de um Projeto de Cooperação Técnica decorreu da necessidade de subsidiar a Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica, no âmbito do Programa Luz para Todos LpT.

Desta forma, fazia-se necessário: a produção de informações e subsídios técnicos para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas que favorecessem a universalização do acesso à energia elétrica, a inclusão socioprodutiva e a mitigação da pobreza extrema, relacionando-se, entre outros, com o atendimento através da geração descentralizada; a ampliação dos conhecimentos e habilidades de técnicos, gestores e beneficiários do Programa LpT em temas relacionados com a geração e uso seguro, produtivo e eficiente da energia elétrica, esperando-se verificar a capacitação dos usuários para o uso eficiente e seguro da eletricidade; e a avaliação e difusão dos resultados e lições aprendidas na execução do LpT em favor do atendimento de regiões remotas com energia elétrica, permitindo a transferência de conhecimento no âmbito da Cooperação Sul-Sul para países com os quais o Brasil mantenha Acordos de Cooperação Energética.

Para suprir tal necessidade fazia-se necessário a contratação de diversos consultores, os quais elaborariam produtos registrando: as lições aprendidas, no âmbito da Universalização do Acesso à Energia Elétrica; e as metodologias para habilitação de técnicos, gestores e beneficiários dos programas de universalização, bem como a avaliação e difusão dos resultados e lições aprendidas nestes.

Assim, tal cooperação admite a contratação de consultores individuais na modalidade “Produto”, após uma seleção rigorosa, com análise de currículos e perfis profissionais, de forma competitiva e transparente, incentivando a competição entre estes, os quais, quando selecionados, cooperam com a elaboração de acervo técnico que balizam nossos servidores na elaboração de políticas, materiais e procedimentos os quais permitem a implementação de uma política eficaz de universalização e uso seguro da energia elétrica.

## PARTE B, ITEM 18– CONTRATOS DE GESTÃO MME/ANEEL

### Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão

Ano 2013

#### 1. Contexto

O art. 7º da Lei nº 9.427, de 26/12/1996, dispõe que a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da prestação de contas do MME e da ANEEL.

Em 19 de fevereiro de 2013, a União – por intermédio do MME – e a ANEEL firmaram Contrato de Gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2016, o qual tem por objeto a pactuação, entre as partes de diretrizes, desafios, objetivos e metas, definidos para o âmbito de atuação da ANEEL, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do setor elétrico.

O Contrato de Gestão 2013-2016 fixou as metas anuais para o ano de 2013 e dispõe que as metas serão definidas a cada ano para o exercício seguinte.

Conforme estabelecido no Contrato, o acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado, ao longo do exercício de 2013, por meio de três reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais.

A avaliação final do cumprimento das metas fixadas para 2013 foi feita após o encerramento do exercício pela ANEEL e documentada neste Relatório, que detalha a metodologia de avaliação adotada.

#### 2. Avaliação do Cumprimento das Metas

A metodologia de avaliação, a seguir exposta, considera os desafios e objetivos estratégicos pactuados, que estão resumidos no quadro a seguir:

Desafios		Objetivos	
1	Regular as atividades relacionadas à exploração de energia elétrica e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos, de acordo com políticas e diretrizes do Governo Federal.	1	Estabelecer tarifas de transmissão e de distribuição de Energia Elétrica.
		2	Aprimorar a regulação da geração, transmissão, distribuição e comercialização de Energia Elétrica.
2	Fiscalizar os serviços de energia elétrica visando a garantia de atendimento aos consumidores	3	Fiscalizar os serviços geração de energia elétrica.
		4	Fiscalizar os serviços de transmissão de energia elétrica.

Desafios		Objetivos	
	em padrões adequados de qualidade, custo, prazo e segurança.	5	Fiscalizar os serviços de distribuição de energia elétrica.
		6	Fiscalizar os aspectos econômicos e financeiros dos agentes do setor elétrico.
3	Promover outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, visando a expansão do sistema elétrico nacional.	7	Realizar leilões para outorgas de geração e transmissão de energia elétrica, em conformidade com o planejamento da expansão do setor elétrico e apoiando o MME na articulação com os órgãos ambientais e de recursos hídricos.
4	Promover a participação pública e a transparência das ações regulatórias do setor elétrico.	8	Realizar e aprimorar as Audiências Públicas e Consultas Públicas, necessárias para subsidiar os processos regulatórios.
		9	Gerir e apurar o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC).

Os objetivos acima indicados desdobram-se em metas, que são desdobradas nas etapas necessárias para o alcance dos resultados esperados. Na maioria dos casos, a meta tem sido constituída de uma etapa única.

O processo de avaliação consiste em aferir o grau, em percentual, de alcance do cumprimento de cada etapa, considerando os seus respectivos pesos. O produto entre o grau de alcance aferido e o peso atribuído para cada etapa corresponderá à sua pontuação aferida. A soma desta pontuação indicará o grau de alcance de cada meta. O valor correspondente ao somatório da *Pontuação Aferida das Etapas* dividido pelo somatório do *Peso das Metas* indicará, de forma percentual, o desempenho institucional.

Portanto, o resultado da avaliação do Contrato de Gestão é representado pelo percentual alcançado do total dos pesos estipulados, que totalizam 100 pontos, ou seja:

$$\frac{\sum \text{Pontuação Aferida das etapas}}{\sum \text{Peso das Metas}} \times 100$$

São propostos os seguintes parâmetros para avaliação do desempenho do Contrato de Gestão:

<b>RESULTADO DA AVALIAÇÃO:</b>	$\geq 75\%$ - Satisfatório
	$<75\%$ e $> 50\%$ - Regular
	$\leq 50\%$ - Insatisfatório

O Quadro a seguir mostra a execução apurada (em pontos percentuais) de cada etapa estabelecida no Anexo ao Contrato de Gestão que definiu as metas para 2013 e apresenta o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas.

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso Etapa	Realizado (em %)	Pontuação aferida
1	Estabelecer as tarifas de uso do sistema de transmissão e receitas anuais permitidas das transmissoras.	4	Etapa 1 - Estabelecimento das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST para 100% dos usuários do sistema de transmissão.	0,50	100	2
			Etapa 2 - Realização de reajuste anual da receita de 100% das transmissoras.	0,50	100	2
	Estabelecer as tarifas das distribuidoras de Energia Elétrica e a Tarifa Atualizada de Referência – TAR.	6	Realização do reajuste tarifário anual de 48 distribuidoras (16 concessionárias e 32 permissionárias), da Tarifa Atualizada de Referência – TAR para 2014 e da Tarifa de Itaipu.	1,00	100	6
		6	Realização da revisão tarifária periódica de 67 distribuidoras (35 concessionárias e 32 permissionárias).	1,00	100	6
		3	Realização da revisão tarifária periódica de 17 concessionárias de transmissão de energia elétrica.	1,00	47	1,41
2	Aprimorar e definir em um único normativo todas as regulamentações referentes à apuração de indisponibilidades de empreendimentos de geração de energia elétrica.	3	Publicação de Resolução Normativa.	1,00	0	0
	Definir os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção – FEC, para as 28 concessionárias de distribuição com revisão tarifária programada para 2013.	5	Publicação de Resolução Normativa.	1,00	100	5
	Aprimorar a aplicação da TUST para empreendimentos de geração.	3	Publicação de Resolução Normativa.	1,00	100	3
	Acompanhar a execução de 100% dos Planos de Universalização de Energia Elétrica.	3	Acompanhamento da execução dos Planos de Universalização das concessionárias, de acordo com as metas e os prazos do Programa Luz para Todos definidos pelo MME para cada Estado ou área de concessão.	1,00	100	3
	Regulamentar a Portaria MME 445/2012 que aprova as diretrizes relativas ao Registro de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados no Ambiente de Contratação Livre – ACL.	2	Publicação de Resolução Normativa.	1,00	0	0

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso Etapa	Realizado (em %)	Pontuação aferida
3	Fiscalizar empreendimentos responsáveis pela expansão da oferta de energia elétrica, atuando no sentido de fazer cumprir os prazos pactuados e obrigações regulamentares.	3	Fiscalização por monitoramento de 100% das usinas em fase de implantação ou ampliação, e in loco, em 120 usinas.	1,00	100	3
	Fiscalizar usinas de geração de energia elétrica estratégicas do Sistema Interligado Nacional em fase de operação, com foco no diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	2	Fiscalização in loco de 35 usinas estratégicas no Sistema Interligado Nacional em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	1,00	100	3
	Fiscalizar procedimentos de auto-restabelecimento (black start) em usinas de geração de energia elétrica.	3	Fiscalização in loco de 6 usinas em fase de operação, para avaliação dos testes de black start.	1,00	100	3
4	Acompanhar, mensalmente, todos os empreendimentos de expansão da transmissão, e todas as obras do Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico - PMIS, semestralmente, fiscalizando in loco ou por monitoramento, quando necessário.	3	Fiscalização in loco ou por monitoramento de 28 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/PMIS, relacionadas à integrações de usinas, atendimento à capitais sede da Copa 2014, instalações estratégicas e interligações regionais.	1,00	100	3
	Realizar ações de fiscalização in loco e por monitoramento nas principais instalações de transmissão do SIN com repercussão regional e em estados nos aspectos relacionados a manutenção dos equipamentos de transmissão/proteção e requisitos de operação.	3	Fiscalização in loco de 20 instalações de transmissão do SIN com repercussão em estados e capitais sede da Copa do Mundo de 2014 e interligações regionais nos aspectos relacionados à operação e manutenção dos equipamentos de transmissão, incluindo verificação da existência de dispositivos referentes aos esquemas especiais de proteção.	0,50	100	1,5
			Realizar 45 ações diversas de monitoramento nas instalações do sistema de transmissão de energia elétrica.	0,50	84,4	1,26
Acompanhar a apuração das causas e dos efeitos de perturbações no sistema elétrico nacional que provoquem desligamentos com repercussão sistêmica.	2	Fiscalização in loco ou por monitoramento de 15 ocorrências no sistema de transmissão de energia elétrica.	1,00	100	2	
5	Realizar 76 ações de fiscalização, com pessoal próprio, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica com vistas a averiguar o atendimento aos normativos que disciplinam a prestação do serviço	3	Fiscalização realizada e Termo de notificação ou Nota Técnica de fiscalização emitidos para 76 ações de fiscalização in loco ou por monitoramento em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	1,00	100	3

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso Etapa	Realizado (em %)	Pontuação aferida
	de distribuição de energia elétrica.					
	Realizar 145 ações de fiscalização, por meio da execução dos contratos de metas de descentralização firmados com as agências reguladoras estaduais, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica com vistas a averiguar o atendimento aos normativos que disciplinam a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.	2	Fiscalização realizada e Termo de notificação ou Nota Técnica de fiscalização emitidos para 145 ações de fiscalização in loco ou por monitoramento em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	1,00	100	2
6	Fiscalizar a Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição e a Base de Remuneração em 29 concessionárias, para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária programados para 2013.	5	Fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária.	1,00	100	5
		8	Fiscalização da Base de Remuneração em 29 concessionárias, para apoio ao processo de revisão tarifária.	1,00	100	8
7	Promover, conforme demanda do MME, 100% dos leilões de geração de energia.	7	Realização dos leilões, em data ou prazo definidos pelo MME, conforme cronograma definido pela ANEEL em comum acordo com a EPE e CCEE. (Peso 7/n cada leilão)	1,00	100	7
	Outorgar autorizações de geração para 100% dos processos em condições de aprovação, recebidos no período de janeiro a outubro de 2013.	5	Aprovação de 100% dos processos e publicação das respectivas autorizações.	1,00	96,5	4,83
	Licitatar, mediante leilões: 100% das obras de transmissão de caráter sistêmico destinadas à expansão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e destinadas às Instalações de Interesse das Centrais Geradoras - ICGs, em atendimento ao Plano de Outorgas, aprovado pelo MME, cujos estudos e relatórios técnicos sejam encaminhados à ANEEL em prazo hábil para execução do certame.	7	Realização dos leilões conforme cronograma definido pela ANEEL. (Peso 7/n cada leilão)	1,00	100	7
	Analisar inventários com potencial equivalente a 5000 MW.	5	Análise inventários com potencial equivalente a 5000 MW.	1,00	44,41	2,22
8	Finalizar, até 31/12/2013, 80% do total das Audiências Públicas e Consultas Públicas, em	4	Finalização, até 31/12/2013, de 80% do total das Audiências Públicas e Consultas Públicas, em andamento em 2013,	1,00	100	4

Objetivo	Meta	Peso	Etapas	Peso Etapa	Realizado (em %)	Pontuação aferida
	andamento em 2013, iniciadas até outubro de 2013.		iniciadas até outubro de 2013.			
9	Apurar e divulgar o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) referente ao exercício de 2013.	3	Contratação dos serviços de pesquisa, treinamento dos entrevistadores, Realização de sorteio dos Municípios, treinamento dos entrevistadores, realização da pesquisa de campo, apuração de resultados e divulgação do Índice IASC 2013.	1,00	100	3
<b>Total</b>	-	<b>100</b>	-	-	-	<b>91,22</b>

O quadro demonstra que o Somatório da Pontuação Aferida das Etapas foi de 91,22 pontos percentuais. De posse dessa pontuação aferida, procedeu-se ao cálculo do índice de desempenho da instituição, como segue:

$$\frac{\sum \text{Pontuação Aferida das etapas}}{\sum \text{Peso das Metas}} \times 100 \leftrightarrow \frac{91,22 \times 100}{100} = \mathbf{91,22}$$

Pelos aspectos acima expostos, e de acordo com a apuração dos percentuais de realização das metas, a ANEEL alcançou 91,22 pontos, que correspondem ao índice de desempenho de 91,22%. Dessa maneira, conforme metodologia de avaliação adotada, o índice de desempenho institucional apurado foi classificado como “**Satisfatório**”.

Com relação às metas que foram parcialmente concluídas ou deixaram de ser realizadas, cabe esclarecer:

- Objetivo 2 – A etapa 3 “Realização da revisão tarifária periódica de 17 concessionárias de transmissão de energia elétrica” da meta “Estabelecer as tarifas das distribuidoras de Energia Elétrica e a Tarifa Atualizada de Referência – TAR” foi parcialmente cumprida. Foram realizadas 8 das 17 revisões estabelecidas no Contrato de Gestão, o que representa 47% de alcance. Neste caso, é importante ressaltar que foram realizados todos os processos de revisão tarifária de transmissoras de energia elétrica necessários no exercício. O motivo da redução foi a renovação da concessão das empresas de transmissão que ocorreram em 2013.
- Objetivo 2 – A meta “Aprimorar e definir em um único normativo todas as regulamentações referentes à apuração de indisponibilidades de empreendimentos de geração de energia elétrica” não foi cumprida. Não foi possível concluir a análise das contribuições recebidas na Audiência Pública nº 58/2013 até o fim do ano, pois surgiram outras questões a serem vistas antes do fechamento da análise. Assim, a Resolução ainda não foi emitida. A meta será concluída em 2014.
- Objetivo 2 – A meta “Regulamentar a Portaria MME 445/2012 que aprova as diretrizes relativas ao Registro de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados no Ambiente de Contratação Livre – ACL” não foi cumprida. A Superintendência de Estudos de Mercado (SEM) analisou as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 121, realizada entre 7/11/2013 e 26/11/2013, elaborou a minuta de Resolução Normativa, referente à regulamentação das Portarias MME 455/2012 e 185/2013, e recomendou a Diretoria sua expedição. No entanto, esse processo, sob a relatoria do Diretor Edvaldo Santana, foi incluído na pauta da Reunião de Diretoria do dia 17/12/2013, porém no dia da reunião foi retirado de pauta. Com o término do mandato do Diretor Edvaldo, o processo foi redistribuído e atualmente está sob a relatoria do Diretor André Pepitone. A previsão é que a meta seja concluída em 2014.
- Objetivo 4 – A meta “Realizar ações de fiscalização in loco e por monitoramento nas principais instalações de transmissão do SIN com repercussão regional e em estados nos aspectos relacionados a manutenção dos equipamentos de



transmissão/proteção e requisitos de operação” foi parcialmente cumprida. O cumprimento parcial corresponde ao alcance de 84,4% da etapa 2 – “Realizar 45 ações diversas de monitoramento nas instalações do sistema de transmissão de energia elétrica”. Foram realizadas 38 ações de fiscalização por monitoramento das 45 programadas.

- Objetivo 7 – A meta “Outorgar autorizações de geração para 100% dos processos em condições de aprovação, recebidos no período de janeiro a outubro de 2013” foi parcialmente cumprida e alcançou 96,5% do programado. Em 2013, dos 57 requerimentos apresentados para outorga de geração até 31/10/2013, foram concluídos e outorgados 55 empreendimentos e não foram concluídos 2 requerimentos apresentados.
- Objetivo 7 – A meta “Analisar inventários com potencial equivalente a 5.000 MW” foi parcialmente cumprida. Em 2013, foram analisados 66 estudos que somam 2.217,58 MW. O que significa o cumprimento de 44 % da meta. Em que pese terem sido analisados 66 estudos de inventário ao longo do ano, 32% mais do que a meta anterior que era de 50, a soma das potências dos estudos não atingiu os 5000 MW previstos na meta devido à inexistência de estudos depositados na ANEEL em quantidade e potência que permitissem o atingimento da meta.

### *3. Acompanhamento da Execução*

O acompanhamento da execução das metas anuais foi realizado, ao longo do exercício de 2013, por meio de reuniões trimestrais de apuração de resultados parciais, referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres, realizadas em 21 de maio, 14 de agosto e 12 de novembro, respectivamente. A situação do avanço da execução das metas foi registrada no quadro de acompanhamento apresentado a seguir.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
1	Estabelecer as tarifas de uso do sistema de transmissão e receitas anuais permitidas das transmissoras.	Etapa 1 - Estabelecimento das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão para 100% dos usuários do sistema de transmissão.	O processo de Reajuste Anual das Receitas de Transmissão e o de estabelecimento das Tarifas é finalizado no mês de junho, com vigência a partir de 1º de julho, assim o prazo para atendimento da demanda é 30 de junho de 2013.	<b>Meta cumprida:</b> Em 28/7/2013, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.555, de 27/6/2013, que estabelece o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional e dá outras providências.	<b>Meta cumprida.</b>	<b>Meta cumprida.</b>
		Etapa 2 - Realização de reajuste anual da receita de 100% das transmissoras.	No 1º trimestre foram publicados os seguintes atos relativos à processos de reajuste tarifário: 1. REH nº 1.484/2013: CPFL Sul Paulista; 2. REH nº 1.476/2013: CPFL Santa Cruz; 3. REH nº 1.475/2013: CPFL Jaguari; 4. REH nº 1.479/2013: CPFLE Leste Paulista; 5. REH nº 1.474/2013: CPFL Mococa. Total: 5 (todos de concessionárias).	No 2º trimestre foram publicados os seguintes atos relativos à processos de reajuste tarifário: 6. REH nº 1.510/2013: Ampla; 7. REH nº 1.516/2013: Coelce; 8. REH nº 1.522/2013: CNEE; 9. REH nº 1.524/2013: CAIUÁ-D; 10. REH nº 1.524/2013: EEB; 11. REH nº 1.526/2013: EDEVP; 12. REH nº 1.531/2013: ENF; 13. REH nº 1.532/2013: EMG; 14. REH nº 1.534/2013: CERTEL; 15. REH nº 1.541/2013: COPEL-DIS; 16. REH nº 1.542/2013: Cocel; 17. REH nº 1.557/2013: Ceriluz; 18. REH nº 1.558/2013: Cerral; 19. REH nº 1.545/2013: Creluz;	No 3º trimestre foram publicados os seguintes atos relativos à processos de reajuste tarifário: 20. REH nº 1.563/2013: Eletropaulo; 21. REH nº 1.564/2013: Celtins; 22. REH nº 1.568/2013: CFLO; 23. REH nº 1.574/2013: Celesc-D; 24. REH nº 1.575/2013: Ienergia; 25. REH nº 1.578/2013: Celpa; 26. REH nº 1.579/2013: ELFJC; 27. REH nº 1.583/2013: EFLUL; 28. REH nº 1.584/2013: ELFSM; 29. REH nº 1.589/2013: CEB; 30. REH nº 1.590/2013: Forcel; 31. REH nº 1.591/2013: Elektro; 32. REH nº 1.612/2013: CHESP; 33. REH nº 1.569/2013: CERIS 34. REH nº 1.567/2013: Ceral-Dis; 35. REH nº 1.593/2013: Cedrap; 36. REH nº 1.594/2013: Cedri; 37. REH nº 1.619/2013: CERGAL; 38. REH nº 1.620/2013: CERGRAL;	No 4º trimestre foram publicados os seguintes atos relativos à reajustes tarifários: 51. REH nº 1.638/2013: CPFL-Piratininga; 52. REH nº 1.639/2013: CEEE-D; 53. REH nº 1.640/2013: DMED; 54. REH nº 1.641/2013: Bandeirante; 55. REH nº 1.644/2013: CERR; 56. REH nº 1.656/2013: CEA; 57. REH nº 1.665/2013: Sulgipe. 58. REH nº 1.645/2013: CERMC; 59. REH nº 1.646/2013: Cetril; 60. REH nº 1.647/2013: Cerim; Subtotal: 10 (7 de concessionárias e 3 de
	Estabelecer as tarifas das distribuidoras de Energia Elétrica e a Tarifa Atualizada de Referência – TAR.	Realização do reajuste tarifário anual de 48 distribuidoras (16 concessionárias e 32 permissionárias), da Tarifa Atualizada de Referência – TAR para 2014 e da Tarifa de Itaipu.				

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
			Subtotal: 14 (10 concessionárias e 4 permissionárias). Total: 19 (15 concessionárias e 4 permissionárias).		39. REH nº 1.621/2013: Ceral Anitápolis; 40. REH nº 1.622/2013: CERAÇÁ; 41. REH nº 1.623/2013: Cejama; 42. REH nº 1.624/2013: COORSEL; 43. REH nº 1.625/2013: Cersul; 44. REH nº 1.626/2013: COOPERA; 45. REH nº 1.627/2013: Cerbranorte; 46. REH nº 1.628/2013: COOPERMILA; 47. REH nº 1.629/2013: CERMOFUL; 48. REH nº 1.630/2013: COOPERCOCAL; 49. REH nº 1.631/2013: CERPALO; 50. REH nº 1.632/2013: Cerej. Subtotal: 31 (13 de concessionárias e 18 de permissionárias). Total: 50 (28 concessionárias e 22 permissionárias).	permissionárias) Total: 60 (35 de concessionárias e 25 de permissionárias)  * Tarifa Atualizada de Referência – TAR para 2014: REH nº 1.654, de 19/11/2013; * Tarifa de repasse da potência oriunda da Usina Hidrelétrica de Itaipu para 2014: REH nº 1.674, de 19/11/2013.
		Realização da revisão tarifária periódica de 67 distribuidoras (35 concessionárias e 32 permissionárias).	No 1º trimestre foram publicados os seguintes atos relativos à revisões tarifárias: 1. REH nº 1.390/2012: CPFL Sul Paulista; 2. REH nº 1.391/2012: CPFL Santa Cruz; 3. REH nº 1.392/2012: CPFL Mococa; 4. REH nº 1.393/2012: CPFL Jaguari; 5. REH nº 1.394/2012: CPFL Leste Paulista; 6. REH nº 1.483/2013: EBO. Total: 6 (todos de	No 2º trimestre foram publicados os seguintes atos relativos à revisões tarifárias: 7. REH nº 1.504/2013: CPFL Paulista; 8. REH nº 1.505/2013: Enersul; 9. REH nº 1.506/2013: Cemmat; 10. REH nº 1.507/2013: Cemig-D; 11. REH nº 1.511/2013: Coelba; 12. REH nº 1.512/2013: Cosern; 13. REH nº 1.513/2013: ESE; 14. REH nº 1.514/2013: AES Sul; 15. REH nº 1.515/2013: UHENPAL;	No 3º trimestre foram publicados os seguintes atos relativos à revisões tarifárias: 25. REH nº 1.576/2013: Escelsa; 26. REH nº 1.588/2013: CEB; 27. REH nº 1.592/2013: EPB; 28. REH nº 1.595/2013: CEMAR; 29. REH nº 1.605/2013: Cepisa; 30. REH nº 1.606/2013: Ceal; 31. REH nº 1.613/2013: CELG-D; 32. REH nº 1.580/2013: Cooperaliança; 33. REH nº 1.537/2013: Ceris; 34. REH nº 1.581/2013: Cedri; 35. REH nº 1.582/2013: Cedrap; 36. REH nº 1.596/2013: Cersul;	<b>Meta cumprida.</b> No 4º trimestre foram publicados os seguintes atos relativos à revisões tarifárias: 53. REH nº 1.648/2013: Boa Vista; 54. REH nº 1.649/2013: AmE; 55. REH nº 1.650/2013: Light Serviços; 56. REH nº 1.655/2013: CEA; 57. REH nº 1.657/2013: Ceron 58. REH nº 1.633/2013: Cetril; 59. REH nº 1.634/2013: CERMC; 60. REH nº 1.635/2013: Cerim; 61. REH nº 1.636/2013:

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
			<p>concessionárias). Salienta-se que 5 foram julgados de 2012 que foram publicados em 2013.</p>	<p>16. REH nº 1.519/2013: Celpe; 17. REH nº 1.535/2013: RGE; 18. REH nº 1.562/2013: Demei; 19. REH nº 1.547/2013: Hidropan; 20. REH nº 1.549/2013: Mux-Energia; 21. REH nº 1.556/2013: Eletrocar; 22. REH nº 1.543/2013: Ceral Dis; 23. REH nº 1.546/2013: Coprel; 24. REH nº 1.548/2013: Cooperluz.</p> <p>Subtotal: 18 (15 de concessionárias e 3 de permissionárias). Total: 24 (21 de concessionárias e 3 de permissionárias).</p>	<p>37. REH nº 1.597/2013: Coopera; 38. REH nº 1.598/2013: Cerbranorte; 39. REH nº 1.599/2013: Ceraçá; 40. REH nº 1.600/2013: Cergral; 41. REH nº 1.601/2013: Cerej; 42. REH nº 1.602/2013: Ceral Anitápolis; 43. REH nº 1.603/2013: Cerpalo; 44. REH nº 1.604/2013: Cergal; 45. REH nº 1.608/2013: Cejama; 46. REH nº 1.609/2013: Coopermila; 47. REH nº 1.610/2013: Coorsel; 48. REH nº 1.614/2013: Cooperluz; 49. REH nº 1.615/2013: Certrel; 50. REH nº 1.616/2013: Cergapa; 51. REH nº 1.617/2013: Ceprag; 52. REH nº 1.618/2013: Cermissões.</p> <p>Subtotal: 28 (8 de concessionárias e 20 de permissionárias). Total: 52 (29 de concessionárias e 23 permissionárias).</p>	<p>62. REH nº 1.660/2013: Certaja; 63. REH nº 1.661/2013: Cernhe; 64. REH nº 1.662/2013: Cercos; 65. REH nº 1.668/2013: Cerpro; 66. REH nº 1.669/2013: CERRP; 67. REH nº 1.670/2013: Ceres.</p> <p>Subtotal: 15 (5 de concessionárias e 10 de permissionárias). Total: 67 (34 de concessionárias e 33 de permissionárias).</p>
		<p>Realização da revisão tarifária periódica de 17 concessionárias de transmissão de energia elétrica.</p>	<p>Os processos de revisões tarifárias das transmissoras serão realizadas até o término do 2º trimestre. Foi aberta a Audiência Pública nº 039/2013 para colher subsídios ao referido processo.</p>	<p>Foram realizadas as revisões das RAPs de 8 transmissoras licitadas (ATE VII, IENNE, IRACEMA, BRASNORTE, ELETROSUL, CHESF, COPEL-GT e ELETRONORTE). Ver REH nº 1.540/2013.</p> <p>Foi realizada uma revisão tarifária de transmissora existente (EVRECY). Ver REH nº 1.538/2013.</p> <p>Obs.: Informamos que não existem mais processos de</p>	<p>Informamos que não existem mais processos de revisão tarifária de transmissoras de energia elétrica programados para este exercício. O motivo da redução foi a renovação da concessão das empresas de transmissão que ocorreram este ano.</p>	<p><b><u>Etapas parcialmente cumpridas.</u></b> Verificar que ocorreram renovações nas concessões de transmissão.</p>

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
				revisão tarifária de transmissoras de energia elétrica programados para este exercício. O motivo da redução foi a renovação da concessão das empresas de transmissão que ocorreram este ano.		
	Aprimorar e definir em um único normativo todas as regulamentações referentes à apuração de indisponibilidades de empreendimentos de geração de energia elétrica.	Publicação de Resolução Normativa.	de Andamento normal. A Nota Técnica encontra-se em processo de finalização.	Andamento normal. Nota Técnica nº 037/2013 de 17/05/2013. Processo apreciado pela Diretoria da ANEEL na 21ª Reunião Pública Ordinária, realizada no dia 11/06/2013, que decidiu instaurar Audiência Pública, no período de 13/06 a 12/08/2013. Audiência Pública nº 058/2013, na modalidade Intercâmbio Documental, com prazo de envio de contribuições de 13/06/2013 a 12/08/2013.	Andamento normal. A Audiência Pública nº 058/2013 foi finalizada e a equipe está realizando a análise das contribuições recebidas. A estimativa é de que a Resolução seja publicada até o fim do ano.	<b><u>Meta não cumprida.</u></b> Não foi possível concluir a análise das contribuições até o fim do ano, pois surgiram outras questões a serem vistas antes do fechamento da análise. Resolução ainda não foi emitida.
2	Definir os limites relativos à continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção – FEC, para as 28 concessionárias de distribuição com revisão tarifária	Publicação de Resolução Normativa.	de No primeiro trimestre de 2013, foram definidos os limites de DEC e FEC da seguinte distribuidora: 1. Energisa Borborema (EBO) - REA nº 3.871, de 29/1/2013, publicada 20/2/2013.	No segundo trimestre de 2013 foram definidos os limites de DEC e FEC das seguintes distribuidoras: 2. CPFL-Paulista - REA nº 4010, de 05/4/2013; 3. ENERSUL - REA nº 4026, de 05/4/2013; 4. CEMAT - REA nº 4027, de 05/4/2013; 5. CEMIG-D - REA nº 4028, de 05/4/2013; 6. COSERN - REA nº 4030, de 16/4/2013; 7. COELBA - REA nº 4037, de 16/4/2013;	No terceiro trimestre de 2013 foram definidos os limites de DEC e FEC das seguintes distribuidoras: 17. ESCELSA - REA nº 4251 de 30/7/2013; 18. Cooperaliança - REA nº 4263 de 08/8/2013; 19. EPB - REA nº 4279 de 20/8/2013; 20. CEMAR - REA nº 4290 de 27/8/2013; 21. CEPISA - REA nº 4292 de 27/8/2013; 22. CEAL - REA nº 4293 de 27/8/2013; e 23. CELG - REA nº 4320 de	<b><u>Meta cumprida.</u></b> No quarto trimestre de 2013 foram definidos os limites de DEC e FEC das seguintes distribuidoras: 24. Ame - REA nº 4410, de 29/10/2013; 25. Boa Vista - REA nº 4405, de 29/10/2013; 26. CERON - REA nº 4451, de 26/11/2013; 27. Eletroacre - REA nº 4450/2013, de 26/11/2013; e 28. Light - REA nº 4411/2013, de 5/11/2013.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	programada para 2013.			8. ESE - REA nº 4038, de 16/4/2013; 9. AES-SUL - REA nº 4039, de 16/4/2013; 10. UHENPAL - REA nº 4040, de 16/4/2013; 11. CELPE - REA nº 4064, de 23/4/2013; 12. RGE - REA nº 4143, de 18/6/2013; 13. HIAN - REA nº 4191/2013, de 25/6/2013; 14. MUXENERGIA - REA nº 4207/2013, de 25/6/2013; 15. ELETROCAR - REA nº 4208/2013, de 27/6/2013; e 16. DEMEI - REA 4209/2013, de 27/6/2013.	05/9/2013.	
	Aprimorar a aplicação da TUST para empreendimentos de geração.	Publicação de Resolução Normativa.	Andamento normal da meta. Está em fase de elaboração a Nota Técnica que subsidiará o processo de instauração de Audiência Pública.	<b>Meta cumprida:</b> Em 28/06/2013, foi publicada a Resolução Normativa nº 559, de 27/6/2013, que estabelece o procedimento de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST.	<b>Meta cumprida.</b>	<b>Meta cumprida.</b>
	Acompanhar a execução de 100% dos Planos de Universalização de Energia Elétrica.	Acompanhamento da execução dos Planos de Universalização das concessionárias, de acordo com as metas e os prazos do Programa Luz para Todos definidos pelo MME para cada Estado ou área de	Análise dos Planos de Universalização - período 2011-2014. Totalidade dos Planos Analisados e publicados conforme Despacho Nº 726 de 12/03/2013.	Das 17 distribuidoras não universalizadas e que possuem Plano de Universalização aprovado pela ANEEL, 13 encaminharam o Relatório de Acompanhamento Trimestral referente ao 1º trimestre de 2013. As concessionárias CERR, CHESP, CELG e Eletrobrás Distribuição Rondônia não encaminharam o relatório.	Das 17 distribuidoras não universalizadas e que possuem Plano de Universalização aprovado pela ANEEL, 12 encaminharam o Relatório de Acompanhamento Trimestral referente ao 2º trimestre de 2013. As concessionárias CERR, Eletrobrás Distribuição Piauí, COELBA, CHESP e Enersul não encaminharam o relatório.	<b>Meta cumprida.</b> Das 17 distribuidoras não universalizadas e que possuem Plano de Universalização aprovado pela ANEEL, 11 encaminharam o Relatório de Acompanhamento Trimestral referente ao 3º trimestre de 2013. As concessionárias CERR, CEMAR, Eletrobrás Distribuição Rondônia, CHESP, CELPA e CEMAT

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
		concessão.				não encaminharam o relatório.
	Regulamentar a Portaria MME 445/2012 que aprova as diretrizes relativas ao Registro de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados no Ambiente de Contratação Livre – ACL.	Publicação de Resolução Normativa.	A CCEE está ampliando a plataforma de registro de contratos para incorporar os novos procedimentos de comercialização. O MME e a CCEE deverão finalizar entendimentos, no início de 2014, para posterior envio das regulamentações à ANEEL, necessárias à elaboração da Resolução Normativa.	Foi publicada a Portaria MME 185/2013, em 5/6/2013, que aprovou as diretrizes para a Cessão de Montantes de Energia Elétrica e de Potência contratados no Ambiente de Contratação Livre - ACL e alterou a Portaria MME 445/2012. Obs.: A operacionalização das diretrizes para cessão de montantes de energia elétrica e de potência, contratados no ACL, está a cargo da CCEE em novo ambiente computacional denominado “Clic CCEE”.	A Nota Técnica de abertura de Audiência Pública encontra-se em fase de ajustes e finalização.	<b>Meta não cumprida.</b> Por meio da Nota Técnica nº 161/2013, a SEM analisou as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 121, realizada entre 7/11/2013 e 26/11/2013, elaborou a minuta de Resolução Normativa, referente à regulamentação das Portarias MME 455/2012 e 185/2013, e recomendou a Diretoria sua expedição. No entanto, esse processo estava sob a relatoria do Diretor Edvaldo Santana, o tema foi incluído na pauta da Reunião de Diretoria do dia 17/12/2013, porém no dia da reunião foi retirado de pauta. Com o término do mandato do Diretor Edvaldo, o processo foi redistribuído e atualmente está sob a relatoria do Diretor André Pepitone. A previsão é que a meta seja concluída em 2014.
3	Fiscalizar empreendimentos responsáveis pela expansão da oferta de energia elétrica, atuando no sentido de fazer cumprir os prazos pactuados e	Fiscalização por monitoramento de 100% das usinas em fase de implantação ou ampliação, e in loco, em 120 usinas.	Foram realizadas 21 das 120 fiscalizações in loco previstas para usinas da expansão da oferta, tendo sido realizado o monitoramento a distância em todas as usinas por meio da análise dos relatórios de	Foram realizadas 32 das 120 fiscalizações in loco previstas no 2º trimestre para usinas da expansão da oferta, tendo sido realizado o monitoramento a distância em todas as usinas por meio da análise dos relatórios de progresso das obras, enviados	Foram realizadas 39 das 120 fiscalizações in loco previstas no 3º trimestre para usinas da expansão da oferta, tendo sido realizado o monitoramento a distância em todas as usinas por meio da análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos	<b>Meta cumprida:</b> Foram realizadas 41 das 120 fiscalizações in loco previstas no 4º trimestre para usinas da expansão da oferta, tendo sido realizado o monitoramento a distância em todas as usinas por meio da análise dos

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	obrigações regulamentares.		progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes. Sendo assim, a fiscalização realizada corresponde a 17,50% da meta.	mensalmente pelos agentes. No 2º trimestre, 25 das fiscalizações foram feitas por Agências Reguladoras Estaduais e 7 pela SFG. Sendo assim, a execução no período corresponde a 26,67% da meta e o acumulado, de 53 usinas fiscalizadas in loco, traduz 44,17% da meta.	agentes. No 3º trimestre, 31 das fiscalizações foram feitas por Agências Reguladoras Estaduais e a SFG realizou 8 fiscalizações. Sendo assim, a execução no período corresponde a 31,67% da meta e o acumulado, de 91 usinas fiscalizadas in loco, traduz 76,67% da meta.	relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes. No 4º trimestre, 31 das fiscalizações foram feitas por Agências Reguladoras Estaduais e a SFG realizou 10 fiscalizações. Sendo assim, a execução no período corresponde a 34,17% da meta e o acumulado, de 133 usinas fiscalizadas in loco, traduz 110,8% da meta.
	Fiscalizar usinas de geração de energia elétrica estratégicas do Sistema Interligado Nacional em fase de operação, com foco no diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	Fiscalização in loco de 35 usinas estratégicas no Sistema Interligado Nacional em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.	Não foi realizada nenhuma das 35 fiscalizações previstas para o diagnóstico. Sendo assim, a execução corresponde a 0% da meta.	Foram realizadas 15 fiscalizações das 35 previstas para o diagnóstico, todas realizadas com o apoio de credenciados. Sendo assim, a execução corresponde a 42,86% da meta. As usinas fiscalizadas foram: 1. UHE Camargos; 2. UHE Funil; 3. UHE Itutinga; 4. UHE Estreito; 5. UHE Nova Ponte; 6. UHE Miranda; 7. UHE Quebra Queixo; 8. UHE Barra Grande; 9. UHE Amador Aguiar I; 10. UHE Amador Aguiar II; 11. UHE Santa Clara; 12. UHE Fundão; 13. UHE Porto Estrela; 14. Salto Grande; 15. UHE Emborcação.	Foram realizadas mais 15 fiscalizações das 35 previstas para o diagnóstico, todas com apoio de credenciados. Sendo assim, a execução no trimestre corresponde a 42,86% da meta. Acumulado: 30 usinas; ou seja, 85,72%. As usinas fiscalizadas no período foram: 1. UHE Jaguará; 2. UHE Volta Grande; 3. UHE Barra Bonita; 4. UHE Ibitinga; 5. UHE Promissão; 6. UHE Bariri; 7. UHE Nova Avanhandava; 8. UHE Água Vermelha; 9. UHE Samuel; 10. UHE Tucuruí; 11. UHE Santo Antônio; 12. UHE São Simão; 13. UHE Espora; 14. UHE Curuá-Una; e 15. UHE Coaracy Nunes.	<b>Meta cumprida:</b> Foram realizadas mais 11 fiscalizações das 35 previstas para o diagnóstico, todas com apoio de credenciados. Sendo assim, a execução no trimestre corresponde a 31,43% da meta. Acumulado: 41 usinas; ou seja 117,1%. As usinas fiscalizadas no período foram: 1. UHE Dardanelos; 2. UHE Queimado; 3. UHE Guilmann-Amorim; 4. UHE Limoeiro; 5. UHE Euclides da Cunha; 6. UHE Caconde; 7. UHE Três Marias; 8. UHE Irapé; 9. UHE Aimorés; 10. UHE Mascarenhas; 11. UHE Risoleta Neves.
	Fiscalizar procedimentos de auto-restabelecimento (black start) em	Fiscalização in loco de 6 usinas em fase de operação, para avaliação dos testes	Foi realizada 1 das 6 fiscalizações previstas para o teste de black start, tendo sido realizada na seguinte usina: UHE Tucuruí. Sendo	<b>Meta cumprida:</b> Foram realizadas no período 5 fiscalizações das 6 previstas para o teste de black start, nas seguintes usinas: UHE Itumbiara	<b>Meta cumprida.</b> Foi realizada no período uma fiscalização adicional para o teste de black start, na usina UHE Tucuruí. Sendo assim, a execução acumulada	<b>Meta cumprida.</b> Foi realizada uma fiscalização para o teste de black start na usina UHE Foz do Chapecó. Sendo assim, a execução acumulada



Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	usinas de geração de energia elétrica.	de black start.	assim, a fiscalização realizada corresponde a 16,7% da meta. Execução com quadro próprio.	(duas vezes), UHE Paulo Afonso IV, UHE Xingó e UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia). Acumulado: 6 usinas. Sendo assim, a execução corresponde a 100% da meta. Toda a execução foi com quadro próprio.	corresponde a 7 usinas, ou seja 116,67% da meta. Toda a execução foi com quadro próprio.	corresponde a 8 usinas, ou seja 133,33% da meta. Toda a execução foi com quadro próprio.
4	Acompanhar, mensalmente, todos os empreendimentos de expansão da transmissão, e todas as obras do Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico - PMIS, semestralmente, fiscalizando in loco ou por monitoramento, quando necessário.	Fiscalização in loco ou por monitoramento de 28 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/PMIS, relacionadas a integrações de usinas, atendimento a capitais sede da Copa 2014, instalações estratégicas e interligações regionais.	Foram fiscalizados 5 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/PMIS, que corresponde a 18% da meta. Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN CC: 008/2011; Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso – ETEN CC: 005/2010; ReA 3149/2011; Jauru Transmissora de Energia SA – JTE CC: 001/2007; Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE ReA 2028/2009.	Foram fiscalizados 17 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/PMIS, totalizando 61% da meta. Cemig GT - ReA: 1641/08 (Sede Belo Horizonte), Rea: 2123/09 (Sede Belo Horizonte), ReA: 2639/10 (Sede Belo Horizonte), ReA: 3316/12 (Sede Belo Horizonte), ReA: 3383/12 (Sede Belo Horizonte), Marumbi - CC: 08/2012; (Sede Curitiba); Eletrosul ReA: 1523/08, 1814/08, 2040/09, 2376/10, 2837/11 e 3578/12; Linhas de Taubate Transmissora de Energia Ltda. - LTTE - CC: 020/2011 (Sede Rio de Janeiro); Chesf - CC: 015/2012 (Sede Salvador); Chesf - CC: 019/2011 (Sede Salvador); Furnas - CC: 007/2006 (Sede São Paulo);	<b>Meta cumprida:</b> Foram fiscalizados 31 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/PMIS, totalizando 111% da meta. Copel GT - CC: 27/2009 (Sede Curitiba) IE Garanhuns - CC: 22/2011 (Sede Recife) Xingu - CC: 08/2008 (Sede Manaus); Manaus TR - CC: 10/2008 (Sede Manaus); Macapá - CC: 09/2008 (Sede Manaus); Cteep - REA 1545/2008 (Sede São Paulo) Copel GT - REA 3363/2012 / REA 3252/2011 (Sede Curitiba) TDG - CC: 04/2010 (Sede Fortaleza) Furnas - CC: 16/2012 (Sede Rio de Janeiro) Furnas - REA 3469/2012 (Sede Rio de Janeiro) TAESA: Acesso da Norfil à RB Norfil: Acesso da Norfil à RB Cteep - PMIS CEEE-GT - PMIS	<b>Meta cumprida.</b> Foram fiscalizados 37 conjuntos de obras do programa de expansão da transmissão/PMIS, que correspondente a 132% da meta. No 4º trimestre foram fiscalizados: CAIUÁ - Contratos de Concessão n° 007/2012 (Sede Rio de Janeiro); Chesf - Contrato de Concessão n° 009/2011, n° 010/2011, n° 018/2011, n° 017/2012 e n° 019/2012.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
				Chesf - PMIS; e Furnas - Condições de trafos de Furnas: Vitória, Viana, Campos, Adrianópolis e Jacarepaguá para instruir Autorização.)		
Realizar ações de fiscalização in loco e por monitoramento nas principais instalações de transmissão do SIN com repercussão regional e em estados nos aspectos relacionados a manutenção dos equipamentos de transmissão/proteção e requisitos de operação.	Fiscalização in loco de 20 instalações de transmissão do SIN com repercussão em estados e capitais sede da Copa do Mundo de 2014 e interligações regionais nos aspectos relacionados à operação e manutenção dos equipamentos de transmissão, incluindo verificação da existência de dispositivos referentes aos esquemas especiais de proteção.	Não houve emissão de Termo de Notificação de fiscalizações in loco neste período.	Foram fiscalizadas, in loco, 3 instalações de transmissão do SIN, o que corresponde a 15% da meta. SE Guaraulhos - Furnas - São Paulo (Sede Copa); SE Neves - Cemig GT - Belo Horizonte (Sede Copa); e SE Londrina - Eletrosul.	Foram fiscalizadas, in loco, 14 instalações de transmissão do SIN, o que corresponde a 70% da meta. SE Ribeiro Gonçalves - Ienne; SE Serra da Mesa - Furnas; SE Tijuco Preto - Furnas; SE Nova Santa Rita - Ceee-GT; SE São José - Furnas; SE Santo Ângelo - Cteep; SE Porto Alegre 4 - Ceee-GT; SE Manaus - AmE; SE Cotegipe - Chesf e ONS - Procedimentos associados à Proteção.	<b>Meta cumprida.</b> Foram fiscalizadas, in loco, 26 instalações de transmissão do SIN, o que correspondentes a 130% da meta. No 4º trimestre: SEs São João do Piauí e Sobradinho - ATE II/TAESA; SE Itacaiunas - ATE III/TAESA; SE Bom Despacho 3 - Cemig - GT; SE Embu Guaçu - CTEEP; SE Marabá - Eletronorte; SEs Miracema, Gurupi e Peixe 2 - INTESA.	
	Realizar 45 ações de diversas de monitoramento nas instalações do sistema de transmissão de energia elétrica.	Foram realizadas 6 ações de fiscalização por monitoramento. Totalizando 13% da meta. (Parcela Variável - Eletronorte, Furnas, Cemig - GT, Chesf, Cteep, Copel - GT, Intesa e Taesa).	Não houve ações de monitoramento no 2º trimestre.	Foram realizadas 27 ações de fiscalização por monitoramento, o que corresponde a 60% da meta. (Descumprimento do Despacho 966/2013: ATE VII, Coqueiros, Light, RS Energia, Brillhante, Transenergia, Celg G&T, Chesf, Evrecy, ETVG, TSP, Intesa, Eletronorte, Pedras, Montes Claros, Esde, CEEE-GT, ATE V, ETES, ATE VI; Envio de Informações:	<b>Meta parcialmente cumprida.</b> Foram realizadas 38 ações de fiscalização por monitoramento, correspondentes a 84,4% da meta. No 4º trimestre: envio de informações: CATXERÊ, LVTE, PPTE, São Gotardo, TransNorte.	

Obj.	Meta	Etapas	Resultados				
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
					Brilhante II).		
	Acompanhar a apuração das causas e dos efeitos de perturbações no sistema elétrico nacional que provoquem desligamentos com repercussão sistêmica	Fiscalização in loco ou monitoramento de 15 ocorrências no sistema de transmissão de energia elétrica.	Foram realizadas 5 ações de fiscalização de ocorrências, que corresponde a 33% da meta. SE Gurupi ocorrência 22/09/2012- Furnas; SE Ribeiro Gonçalves blecaute 26/10/2012- ATE II; SE Imperatriz ocorrência 22/09/2012- Eletronorte; SE Peixe 2 ocorrência 22/09/2012- Intesa; e SE Rio das Éguas ocorrência 22/09/2012- Taesa.	<b>Meta cumprida:</b> Foram realizadas 16 ações de fiscalização de ocorrências, totalizando 107% da meta. SE Foz do Iguaçu 03/10/12- Furnas; Blecaute 04 e 19/10/12 em Brasília - Furnas; Blecaute N-NE 26/10/12 - Chesf; Blecaute N-NE 26/10/12 - Eletronorte; Blecaute AC/RO - 10/9/2012 - Eletronorte; Blecaute N-NE 26/10/12 - Taesa; Ocorrências diversas AC/RO - ano 2012 - Eletronorte; Blecaute N-NE 26/10/12 - ONS; Ocorrências diversas AC/RO - ano 2012 - Eletroacre; Ocorrências diversas AC/RO - ano 2012 - CERON; e Blecaute 04 e 19/10/2012 em Brasília - CEB-DIS). Obs1: As fiscalizações realizadas até o momento referem-se às perturbações ocorridas no 2º semestre de 2012, período em que o SIN sofreu uma série de ocorrências de grande porte em curto intervalo de tempo, precisamente		<b>Meta cumprida.</b> Foram realizadas 18 ações de fiscalização de ocorrências, totalizando 120% da meta. Blecaute N-NE 26/10/12 - ONS e Desligamento SE Foz do Iguaçu 03/10/2012 - ONS.	<b>Meta cumprida.</b> No 4º trimestre não foram realizadas ações de fiscalização de ocorrências.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
				a partir de setembro de 2012. Obs2: Informamos que no 1º semestre de 2013 não houve registro de perturbações de grande porte no SIN que demandasse fiscalizações da ANEEL/SFE.		
5	Realizar 76 ações de fiscalização, com pessoal próprio, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica com vistas a averiguar o atendimento aos normativos que disciplinam a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.	Fiscalização realizada e Termo de notificação ou Nota Técnica de fiscalização emitidos para 76 ações de fiscalização in loco ou por monitoramento em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	Foram realizadas 29 ações de fiscalização (20 monitoramento e 9 in loco), que corresponde a 38,15% da meta.	Foram realizadas 52 ações de fiscalização (31 monitoramento e 21 in loco), que corresponde a 68,42% da meta.	<b>Meta cumprida:</b> Foram realizadas 78 ações de fiscalização (41 monitoramento e 37 in loco, destas 19 são fiscalizações de Ativos), que corresponde a 102,63% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Foram realizadas 94 ações de fiscalização (54 monitoramento e 40 in loco, destas 19 são fiscalizações de ativos), que corresponde a 123,68% da meta.
	Realizar 145 ações de fiscalização, por meio da execução dos contratos de metas de descentralização firmados com as agências reguladoras estaduais, em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica com vistas a averiguar o	Fiscalização realizada e Termo de notificação ou Nota Técnica de fiscalização emitidos para 145 ações de fiscalização in loco ou por monitoramento em empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição.	Foram realizadas 33 ações de fiscalização, por meio da execução dos contratos de metas, que corresponde a 22,75% da meta.	Foram realizadas 71 ações de fiscalização, por meio da execução dos contratos de metas, que corresponde a 48,96% da meta.	Foram realizadas 104 ações de fiscalização (49 monitoramento e 55 in loco, destas 3 são fiscalizações de Ativos), que corresponde a 71,72 % da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Foram realizadas 168 ações de fiscalização (78 monitoramento e 90 in loco, destas 3 são fiscalizações de ativos), que corresponde a 115,86% da meta.

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	atendimento aos normativos que disciplinam a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.					
6	Fiscalizar a Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição e a Base de Remuneração em 29 concessionárias, para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária programados para 2013.	Fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em 63 concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste e revisão tarifária.	Foram fiscalizadas 17 concessionárias na meta de 63 CVAs, que corresponde a 27% da meta.	Foram fiscalizadas 34 concessionárias na meta de 63 CVAs, que corresponde a 54% da meta.	Foram fiscalizadas 53 concessionárias na meta de 63 CVAs, que corresponde a 84% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Foram fiscalizadas 63 concessionárias na meta de 63 CVAs, que corresponde a 100% da meta.
		Fiscalização da Base de Remuneração em 29 concessionárias, para apoio ao processo de revisão tarifária.	Foram fiscalizadas 15 concessionárias na meta de 29 BRR (Base de Remuneração), que corresponde a 52% da meta.	Foram fiscalizadas 22 concessionárias na meta de 29 BRR (Base de Remuneração), que corresponde a 76% da meta.	Foram fiscalizadas 78 concessionárias na meta de 29 BRR (Base de Remuneração), que corresponde a 93% da meta.	<b>Meta cumprida.</b> Foram fiscalizadas 29 concessionárias a meta de 29 BRR (Base de Remuneração), que corresponde a 100% da meta.
7	Promover, conforme demanda do MME, 100% dos leilões de geração de energia.	Realização dos leilões, em data ou prazo definidos pelo MME, conforme cronograma definido pela ANEEL em comum acordo com a EPE e CCEE. (Peso 7/n cada leilão)	Não houve leilões com realização prevista no primeiro trimestre de 2013.	Não houve leilões com realização prevista no primeiro semestre de 2013.	Realizados o Leilão nº 05, de Energia de Reserva, em 23/08/2013, e o Leilão nº 06 de 2013, A-5, em 29/08/2013.	<b>Meta cumprida:</b> Realizados os leilões para outorgas de geração de energia previstos para o ano de 2013. No 4º trimestre foi realizado o Leilão nº 09, A - 3, em 18/11/2013, e o Leilão nº 10, A - 5, em 13/12/2013.
		Aprovação de 100% dos processos e publicação das respectivas	Foram instruídos 86,84% dos requerimentos apresentados para outorga de geração, a ser emitida pela ANEEL,	Foram instruídos 88,14% dos requerimentos apresentados para outorga de geração, a ser emitida pela ANEEL, entre 1º/1/2013 e	Foram instruídos 88,48% dos requerimentos apresentados para outorga de geração, a ser emitida pela ANEEL, entre 1º/1/2013 e	<b>Meta parcialmente cumprida:</b> Em 2013 foram instruídos 96,5% dos 57 requerimentos apresentados

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	condições de aprovação, recebidos no período de janeiro a outubro de 2013.	autorizações.	entre 1º/1/2013 e 31/3/2013, com documentação completa em condições de outorga.	30/6/2013, com documentação completa em condições de outorga.	30/9/2013, com documentação completa em condições de outorga.	para outorga de geração até 31/10/2013, com documentação completa, em condições de outorga. Não foram concluídos 2 requerimentos apresentados. Foram concluídos e outorgados 55 empreendimentos. Foram incluídos na contabilização os processos que estavam com documentação completa entre novembro e dezembro de 2012.
	Licitatar, mediante leilões: 100% das obras de transmissão de caráter sistêmico destinadas à expansão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e destinadas às Instalações de Interesse das Centrais Geradoras - ICGs, em atendimento ao Plano de Outorgas, aprovado pelo MME, cujos estudos e relatórios técnicos sejam encaminhados à ANEEL em prazo hábil para execução do certame.	Realização dos leilões conforme cronograma definido pela ANEEL. (Peso 7/n cada leilão)	Não foram realizados leilões de transmissão no primeiro trimestre de 2013.	Foi realizado 1 leilão de transmissão, demandado em prazo hábil para licitação, a saber: Leilão 001/2013. Em 3/7/2013, no DOU nº 126, seção 3, página 181, foi publicado o Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão nº 1/2013-ANEEL.	Foi realizado 1 leilão de transmissão, o Leilão 007/2013. Audiência Pública 100/2013 foi realizada nas datas de 5 a 24 de setembro de 2013.	<b>Meta cumprida.</b> Leilões de transmissão do último trimestre de 2013: - Homologação do Leilão de Transmissão 02/2013 publicada no DOU de 3/10/2013 (Seção 3, p. 135); - Contratos 14, 15, 16, 17 e 18/2013, referentes ao Leilão de Transmissão nº 02/2013, assinados em 9/10/2013; - Realização do Leilão de Transmissão nº 07/2013, em 14/11/2013, com a homologação publicada no DOU de 24/12/2013 (seção 3, p. 127); - Realização do Leilão de Transmissão nº 13/2013, em 13/12/2013; - Audiência Pública nº 114/2013-ANEEL, referente ao Leilão de Transmissão nº 11/2013 realizada no período de 23/10/2013 a 22/11/2013,

Obj.	Meta	Etapas	Resultados			
			1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	Analisar inventários com potencial equivalente a 5000 MW.	Análise inventários com potencial equivalente a 5000 MW.	Foram analisados 10 estudos de inventário hidrelétrico no 1º trimestre, totalizando 616,79 MW. O que significa o cumprimento de 12% da meta.	Foram analisados 25 estudos de inventário hidrelétrico no 2º trimestre, agregando 867,48 MW. No total acumulado do 1º semestre, foram analisados 35 estudos que somam 1.484,27 MW. O que significa o cumprimento de 30% da meta.	Foram analisados 15 estudos de inventário hidrelétrico no 3º trimestre, agregando 304,69 MW. No total acumulado de 2013, foram analisados 50 estudos que somam 1.788,96 MW. O que significa o cumprimento de 36% da meta.	por intercâmbio documental. <b>Meta parcialmente cumprida.</b> Foram analisados 16 estudos de inventário hidrelétrico no 4º trimestre, agregando 428,62 MW. No total acumulado de 2013, foram analisados 66 estudos que somam 2.217,58 MW. O que significa o cumprimento de 44% da meta.
8	Finalizar, até 31/12/2013, 80% do total das Audiências Públicas e Consultas Públicas, em andamento em 2013, iniciadas até outubro de 2013.	Finalização, até 31/12/2013, de 80% do total das Audiências Públicas e Consultas Públicas, em andamento em 2013, iniciadas até outubro de 2013.	Foram realizadas no 1º trimestre/2013, 18 Audiências Públicas, sendo: 11 com sessão ao vivo-presencial e 7 por intercâmbio de documento e 2 Consultas Públicas por intercâmbio documental.	Foram realizadas, no 2º trimestre/2013, 49 Audiências Públicas, sendo: 22 com reuniões presenciais e 27 por intercâmbio de documentos, além de 6 Consultas Públicas por Intercâmbio Documental. Somados os dois trimestres foram instauradas 67 Audiências Públicas e 8 Consultas Públicas. Destas, foram finalizadas 51 Audiências e 8 Consultas Públicas, o que corresponde a 78,6% do total neste período.	Foram realizadas, no 3º trimestre/2013, 40 Audiências Públicas, sendo: 11 com reuniões presenciais e 29 por intercâmbio de documentos, além de 1 Consulta Pública por Intercâmbio Documental. Somados os três trimestres foram instauradas 107 Audiências Públicas e 9 Consultas Públicas. Destas, foram finalizadas 86 Audiências e 9 Consultas Públicas, o que corresponde a 81,8% do total neste período.	<b>Meta cumprida.</b> Foram instauradas, até o dia 31/10/2013 120 Audiências Públicas, sendo 44 com reuniões presenciais e 73 por intercâmbio de documentos, além de 12 Consultas Públicas, sendo 1 com reunião presencial e 11 por intercâmbio de documentos. Destas, foram finalizadas 119 Audiências e 12 Consultas Públicas, o que correspondem a 99,2% do total neste período.
9	Apurar e divulgar o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC) referente ao exercício de 2013.	Realização de sorteio dos Municípios, treinamento dos entrevistadores, realização da pesquisa de campo, apuração de resultados e divulgação do Índice IASC 2013.	Em fevereiro de 2013, foram iniciados os procedimentos para realização da 14ª Pesquisa de Satisfação do Consumidor – IASC 2013.	Realizado o sorteio dos municípios (6/6). Assinado o contrato (13/6). Realizado o treinamento dos entrevistadores (28/6).	Andamento normal: pesquisa de campo realizada no mês de setembro.	<b>Meta cumprida.</b> A pesquisa foi concluída e seus resultados divulgados no dia 5/12/2013, durante a cerimônia do Prêmio IASC 2013. O Prêmio IASC Brasil 2013 foi conquistado pela concessionária Companhia Sul Sergipana de Eletricidade - SULGIPE, pertencente à categoria “Nordeste”. Com o índice de 74,37 pontos.

## Conclusão

Em face do exposto, conclui-se que, no cumprimento das metas do Contrato de Gestão fixadas para o ano de 2013, a ANEEL alcançou o índice de desempenho de **91,22%**, o que é considerado um índice de desempenho institucional “**Satisfatório**”, de acordo com a metodologia de avaliação adotada.

A Nota-Técnica nº 4/2014 SE/MME, de 25 de fevereiro de 2014, aprova o Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão da ANEEL – Exercício 2013 e **certifica** o desempenho dessa Agência como satisfatório, tendo alcançado 91,22% de realização das Metas em 2013.

## PARTE B, ITEM 28 – PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

### PROJETO META

Em 10 de dezembro de 2010, a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX/MP emitiu a Recomendação nº 1214, autorizando o Ministério de Minas e Energia a iniciar a preparação do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META (*Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project*), nas seguintes condições:

- Nome: Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META;
- Mutuário: República Federativa do Brasil;
- Executor: Ministério de Minas e Energia;
- Entidade Financiadora: Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;
- Valor: até US\$ 99.208.255,62 (noventa e nove milhões, duzentos e oito mil, duzentos e cinquenta e cinco dólares e sessenta e dois centavos):
  - ✓ 1ª Fase: até US\$ 49.604.127,81 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil, cento e vinte e sete dólares e oitenta e um centavos) – BIRD; e
  - ✓ 2ª Fase: até US\$ 49.604.127,81 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil, cento e vinte e sete dólares e oitenta e um centavos) – BIRD; e
- Contrapartida: até US\$ 6.944.578,29 (seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta e oito dólares e vinte e nove centavos) – MME.

Em decorrência de tal autorização foi assinado o Contrato de Empréstimo IBRD 8095-BR, tendo sua efetividade sido declarada pelo BIRD em 30 de maio de 2012, conforme registro no Quadro 11, os quais informam datas importantes para o projeto.

**Quadro 11** – Datas Importantes do Projeto META

Aprovação	20/12/2011
Assinatura	1º/3/2012
Efetividade	30/5/2012
Encerramento	30/6/2016
Prazo Final de Desembolso	30/10/2016
Amortização Única	15/9/2029
Pagamento de Juros (semestral)	15/3 e 15/9

O objetivo principal do projeto é contribuir para a ampliação e consolidação dos avanços dos setores de energia e mineral, dando apoio à competitividade e ao crescimento econômico



sustentável do país, assim como à modernização institucional destes setores, envolvendo áreas estratégicas do MME, tais como:

- Planejamento do Setor Energético e Matriz Energética Brasileira;
- Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
- Monitoramento e Controle do Setor Elétrico;
- Aprimoramento de Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Inserção Social;
- Universalização do Programa Luz para Todos – LPT;
- Fontes Alternativas e Eficiência Energética;
- Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis;
- Segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN; e
- Fortalecimento Institucional.

Para acompanhar o Projeto foi criada, pela Portaria SE/MME nº 529, de 12 de setembro de 2011, a “Unidade Gestora de Projeto META – UGP META”, no âmbito da Secretaria Executiva do MME, com as seguintes características.

- Unidade: Diretoria de Programa da Secretaria Executiva – SEDP/SE/MME;
- Unidades Gestoras: 320060 – Projeto META; 320062 – SE/BIRD/MME;
- Órgão de Vinculação: 32000 – MME;
- Código do SIOG: 2852 e 3245;
- Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco “U” – 7º andar – Sala 726/728/734, CEP: 70.065-900 – Brasília – DF – [secexdp@mme.gov.br](mailto:secexdp@mme.gov.br);
- Página na Internet: <http://www.mme.gov.br/mme/menu/projetos/Meta/apresentacao.html>;
- Telefones: (61) 3319-5027/5574; e
- Ordenador de Despesa: Marise Grinstein (titular) e Weibson Gustavo de Souza Gomes (substituto) – Designados pela Portaria SE/MME nº 6, de 19 de março de 2013.

#### **OS PRINCIPAIS PARCEIROS PREVISTOS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO SÃO:**

- **Parceiros Internos:** (i) Assessoria Internacional – ASSIN/GM; (ii) Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE/SE; (iii) Assessoria Especial em Gestão Socioambiental – AESA/SE; (iv) Gabinete do Ministro – GM; (v) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE; (vi) Secretaria de Energia Elétrica – SEE; (vii) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM; e (viii) Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.
- **Parceiros Externos:** (i) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; (ii) Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – CEPEL; (iii) Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM; (iv) Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; e (vi) Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

#### **Valor do Empréstimo**

O valor do empréstimo, para a 1ª fase, foi fixado em US\$ 49.604.127,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil, cento e vinte e sete dólares), a ser desembolsado pelo BIRD, com uma contrapartida de US\$ 4.039.287,00 (quatro milhões, trinta e nove mil, duzentos e oitenta e sete dólares), a ser desembolsada pelo MME, totalizando US\$ 53.643.414,00 (cinquenta e três milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quatorze dólares), conforme demonstrado no Quadro 12.

**Quadro 12** – Orçamento consolidado do projeto – Fase 1

	US\$	R\$
Montante Aprovado	49.480.117,00	86.590.205,00
Front End Fee	124.010,00	217.018,00
<b>Subtotal</b>	<b>49.604.127,00</b>	<b>86.807.222,00</b>
Contrapartida	4.039.287,00	7.068.752,00
<b>Total</b>	<b>53.643.414,00</b>	<b>93.875.975,00</b>
Taxa de câmbio da estruturação do Projeto: 1USD = R\$ 1,75		

O montante de recursos externos alocados ao projeto está distribuído por Categorias de Gastos, conforme Quadro 13, e por Componentes, Quadro 14, com destaque para o Componente 3, “Desenvolvimento Tecnológico”, que apresenta o valor de, aproximadamente, US\$ 35.700.000,00 (trinta e cinco milhões e setecentos mil dólares), equivalente a 66,5% da primeira fase do projeto.

Na estruturação do Projeto adotou-se, como referencial para conversão dos valores de dólar para real, a taxa de câmbio de R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos)/US\$ 1 (um dólar), ficando o valor equivalente ao montante vinculado à fonte externa, deduzida a taxa Front End FEE, de R\$ 86.590.000,00 (oitenta e seis milhões, quinhentos e noventa mil reais).

O valor de US\$ 49.600.000,00 (quarenta e nove milhões e seiscentos mil dólares) convertidos à taxa de câmbio de R\$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos) /US\$ 1 (um dólar), de 13 de novembro de 2013, equivale a R\$ 115.250.000,00 (cento e quinze milhões, duzentos e cinquenta mil reais), uma variação 33% (trinta e três por cento) superior ao valor inicialmente previsto, sendo esta o ganho decorrente da variação da taxa de câmbio.

**Quadro 13** – Orçamento por Categoria de Gastos

DESCRIÇÃO	Valores		PERCENTUAL MÁXIMO FINANCIADO PELO BIRD
	Reais	US\$	
<b>Front End FEE (0,25%)</b>	288.126,00	124.010,00	<b>100%</b>
<b>Serviço de Consultoria</b>	29.424.235,00	12.664.300,00	<b>100%</b>
<b>Treinamento</b>	1.261.375,00	542.900,00	<b>100%</b>
<b>Bens, Obras e Serviços de não Consultoria</b>	82.265.321,00	35.407.300,00	<b>100%</b>
<b>Custos Operacionais</b>	2.011.172,00	865.616,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>115.250.229,00</b>	<b>49.604.127,00</b>	-

**Quadro 14** – Orçamento por Componente

COMPONENTES – Valores em US\$	BIRD	UNIÃO	TOTAL
1 Fortalecimento da capacidade do Governo visando o Desenvolvimento Sustentável dos Setores de Energia e Mineral	8.939.650,00	4.039.287,00	12.978.937,00
2 Fortalecimento dos Mecanismos de Regulação	2.327.300,00	-	2.327.300,00
3 Desenvolvimento Tecnológico	35.691.562,00	-	35.691.562,00
4 Suporte à Cooperação Sul/Sul	2.521.604,00	-	2.521.604,00
<b>TOTAL DO PROJETO</b>	<b>49.480.116,00</b>	<b>4.039.287,00</b>	<b>53.519.403,00</b>
Front-end Fee (0,25% do financiamento)	124.011,00	-	124.011,00
<b>TOTAL DO FINANCIAMENTO</b>	<b>49.604.127,00</b>	<b>4.039.287,00</b>	<b>53.643.414,00</b>

## Planejamento, Metas e Ações

Com base no Plano de Aquisições do Projeto, foi elaborada a proposta orçamentária para o exercício de 2013, com previsão de 21 (vinte e uma) atividades a serem implementadas, totalizando o montante de R\$ 52.983.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil reais).

Ao longo do período o Projeto enfrentou restrições operacionais, tais como a complexidade dos processos de aquisição, atrasos nas concessões das Não Objeções pelo BIRD, além do contingenciamento orçamentário imposto ao MME, com limite de empenho para o Projeto META fixado em R\$ 22.259.879,80 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos).

Ainda assim, o Projeto apresentou um avanço considerável, com início de processos de contratação<sup>3</sup> de 18 (dezoito) atividades em diferentes estágios de execução, início de contratação de 2 (duas) atividades (TDRs 29 e 32), e a conclusão de 1 (uma) atividade já contratada em 2012 (FUB/CESPE).

Essas 21 (vinte e uma) atividades perfazem um montante de R\$ 94.880.095,10 (noventa e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, noventa e cinco reais e dez centavos), cuja previsão de desembolso, até o final do exercício de 2014, era de 65% (sessenta e cinco por cento) do orçamento total do Projeto. O Quadro 15 apresenta o detalhamento do andamento de cada uma das atividades em execução.

Das 21 (vinte e uma) atividades apresentadas no citado quadro, 4 (quatro) foram contratadas em 2013 (TDRs: 3; 6.1; 6.2; e 36), 14 (quatorze) estão com processos licitatórios iniciados, com assinaturas dos contratos previstas para o primeiro semestre de 2014 (TDRs: 1; 4; 5; 10; 11; 12; 14; 16; 17; 18; 30; 35; 38; e 42), 2 (duas) (TDRs: 29; e 32) devem ter a contratação finalizada no segundo semestre de 2014 e a atividade correspondente à contratação da FUB/CESPE foi concluída, no ano de 2013, conforme planejada.

Foram liquidadas, em 2013, as seguintes atividades: TDR 3, contratada em 2013, e TDR's 9, 40 e FUB – Processo Seletivo Simplificado, contratadas em 2012.

---

<sup>3</sup> Para fins do presente relatório foram consideradas: a) Bens e Serviços – (a.1) Data de início da contratação: o encaminhamento do Edital com as Especificações Técnicas para não objeção do Banco, pela SEDP; (a.2) Data de início do processo licitatório: publicação do Edital; b) Consultorias – (b.1) Data de início da contratação: o encaminhamento do Termo de Referência para não objeção do Banco, pela SEDP; (b.2) Data de início do processo licitatório: elaboração da Manifestação de Interesse.

Tendo como base as 21 atividades programadas, durante o exercício de 2013, houve a inclusão de 8 (oito) atividades, o cancelamento de 1 (uma) e a reprogramação de 7 (sete), resultando na priorização de 21 (vinte e uma) atividades.

Quadro 15 – Andamento das Ações Priorizadas em 2013

1. AVALIAÇÃO DOS CUSTOS RELACIONADOS ÀS INTERRUPÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA REGULAÇÃO						TDR 1
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial <sup>4</sup>	Valor Ajustado/Contratado <sup>5</sup>	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
01/06/2014	31/03/2015	689.785,72	689.785,72	SBQC	ANEEL	Consumitoria
<p><b>Objeto da Contratação:</b> O objetivo geral do estudo é obter uma estimativa do custo relacionado às interrupções de energia elétrica no Brasil. Pretende-se abordar o assunto sob a perspectiva do consumidor, conforme referências mais comuns, e da distribuidora, onde devem ser avaliados os custos relacionados à melhoria da confiabilidade do sistema de distribuição. Obtidas essas informações, a ANEEL poderá atuar com maior efetividade no estabelecimento de limites para os indicadores de continuidade, assim como no ajuste das compensações pagas aos consumidores pela má qualidade na prestação do serviço.</p> <p><b>Status:</b> Não objeção do Banco concedida em 30/09/2013. Aviso de Manifestação de Interesse elaborado.</p>						
2. CLUSTERS: AQUISIÇÃO DE CLUSTERS PARA ATUALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL DO LABORATÓRIO (LabCin) DO CEPEL						TDR 3
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
14/06/2013	14/10/2016	5.200.000,00	4.728.000,00	NCB (Pregão)	CEPEL	Bens
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Aquisição de dois novos “clusters” computacionais, de última geração, para a atualização da infraestrutura do Laboratório de Computação Intensiva (LabCin), do CEPEL.</p> <p><b>Status:</b> Contrato assinado em 14/07/2013. Equipamentos entregues e comissionados.</p>						
3. UATPORT: AQUISIÇÃO DE PÓRTICOS E INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DO LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO (LABUAT)						TDR 4
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
31/01/2014	12/11/2014	22.979.847,75	25.967.227,91	NCB	CEPEL	Obras
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Obras civis do laboratório da ultra-alta tensão externo.</p> <p><b>Status:</b> Abertura das propostas em 26/11/2013. Relatório para “Não Objeção” à homologação do resultado foi enviado ao BIRD em 12/12/2013. Previsão de assinatura em 31/01/2014. Durante a finalização dos documentos licitatórios foi feita a revisão do orçamento para ajustar aos valores praticados no mercado, aumentando o valor orçado em 13% (treze por cento).</p>						
4. UATCEF: AQUISIÇÃO DE ELETRODOS E ESTAIS – CA e CC, SISTEMA DE ENSAIO DA GAIOLA CORONA E CAPACITORES DE ACOPLAMENTO PARA O LABUAT						TDR 5
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
03/02/2014	30/03/2015	9.800.000,00	10.471.010,95	Contratação Direta	CEPEL	Bens
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Aquisição de equipamentos para reaparelhar os laboratórios de ensaios para sistemas de transmissão de energia elétrica em ultra-alta tensão e a longas distâncias.</p> <p><b>Status:</b> Aguardando não objeção do BIRD à minuta do contrato. Contratação prevista para 03/02/2014. Aumento de 7% (sete por cento) do valor orçado em decorrência de atualização cambial.</p>						
5. YOKES E CARRETAS: AQUISIÇÃO DE ELETRODOS DE TERMINAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ULTRA-ALTA TENSÃO – YOKES, ALIMENTADORES E SUPORTES						TDR 6
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria

<sup>4</sup> Orçamento Inicial: orçamento considerado para a elaboração da Proposta Orçamentária de 2013.

<sup>5</sup> Valores ajustados: os orçamentos ajustados foram justificados e submetidos à Não Objeção do Banco Mundial.

12/11/2013	12/04/2014	2.000.000,00	3.265.000,00	NCB (Pregão)	CEPEL	Bens
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Aquisição de equipamentos para reaparelhar os laboratórios de ensaios para sistemas de transmissão de energia elétrica em ultra-alta tensão e a longas distâncias.</p> <p><b>Status:</b> Contratos assinados em 12/11/2013. O pregão realizado em 2012 fracassou. Em 2013 foi realizada a republicação do certame em dois pregões para aquisição das Carretas e Yokes, com aumento do orçamento inicial em 63% (sessenta e três por cento).</p>						
<b>6. TRAFQ: AQUISIÇÃO DE TRÊS TRANSFORMADORES DE 500 KV PARA O LABORATÓRIO DE ALTA TENSÃO – UNIDADE DE ADRIANÓPOLIS</b>						<b>TDR 10</b>
<b>Início do Contrato</b>	<b>Término do Contrato</b>	<b>Orçamento Inicial</b>	<b>Valor Ajustado/Contratado</b>	<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Coxecutor</b>	<b>Categoria</b>
20/01/2014	20/01/2015	7.200.000,00	10.599.600,00	ICB (Pregão)	CEPEL	Bens
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Aquisição de equipamentos para reaparelhar os laboratórios de ensaios para sistemas de transmissão de energia elétrica em ultra-alta tensão e a longas distâncias.</p> <p><b>Status:</b> Abertura das propostas em 26/11/2013. Relatório de avaliação das propostas, com vistas à Não Objeção, enviado ao BIRD em 20/12/2013. Previsão de assinatura do contrato para dia 20/01/2014. Durante a finalização dos documentos licitatórios foi feita a revisão do orçamento para ajustar aos valores praticados no mercado e atualizar as taxas de câmbio consideradas, resultando em elevação o do orçamento inicialmente previsto em 47% (quarenta e sete por cento).</p>						
<b>7. LABPMU: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO DE MEDIÇÃO FASORIAL SINCRONIZADA</b>						<b>TDR 11</b>
<b>Início do Contrato</b>	<b>Término do Contrato</b>	<b>Orçamento Inicial</b>	<b>Valor Ajustado/Contratado</b>	<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Coxecutor</b>	<b>Categoria</b>
30/01/2014	05/12/2014	1.753.675,25	1.728.595,00	NCB (Pregão)	CEPEL	Bens
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Aquisição de equipamentos para o Laboratório de Medição Fasorial Síncrona – LabPMU.</p> <p><b>Status:</b> Dos seis processos licitatórios previstos, três já foram licitados e arrematados, somando R\$ 326.707,00 (trezentos e vinte e seis mil, setecentos e sete reais). O Cepel enviou para SEDP o relatório a ser encaminhado ao BIRD para a obtenção da “Não Objeção” à homologação do resultado do Pregão. Contratação prevista para 30/01/2014. Editais em fase de elaboração para os demais pregões, os quais provavelmente incluirão fornecedores internacionais.</p>						
<b>8. CONSGRID: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA O LABORATÓRIO SMART-GRID</b>						<b>TDR 12</b>
<b>Início do Contrato</b>	<b>Término do Contrato</b>	<b>Orçamento Inicial</b>	<b>Valor Ajustado/Contratado</b>	<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Coxecutor</b>	<b>Categoria</b>
01/05/2013	30/06/2016	1.860.571,42	1.858.754,45	SBQC <sup>6</sup>	CEPEL	Consultoria
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de consultoria para elaboração de projeto executivo para o Laboratório Smart-Grid.</p> <p><b>Status:</b> Aguardando “Não Objeção” ao TDR e Orçamento, enviados ao BIRD em 20/12/2013, tendo em vista que a modalidade de licitação foi alterada para SBQC. Previsão de contratação para 01/05/2014.</p>						
<b>9. SEADRI: REVITALIZAÇÃO DA SUBESTAÇÃO DE 138 KV DA UNIDADE CEPEL DE ADRIANÓPOLIS: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE SECCIONADORAS E CUBÍCULOS</b>						<b>TDR 14</b>
<b>Início do Contrato</b>	<b>Término do Contrato</b>	<b>Orçamento Inicial</b>	<b>Valor Ajustado/Contratado</b>	<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>Coxecutor</b>	<b>Categoria</b>
08/01/2014	06/08/2014	3.426.978,00	4.279.358,00	NCB (Pregão)	CEPEL	Bens
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Aquisição de equipamentos para reaparelhar os laboratórios de ensaios para sistemas de transmissão de energia elétrica em ultra-alta tensão e a longas distâncias.</p> <p><b>Status:</b> Pregão declarado fracassado. Aguardando autorização do BIRD para lançamento de um novo pregão com dois lotes - Lote 1, Chave: R\$852.380,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta reais); Lote 2, Cubículo: 3.426.978,00 (três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta e oito reais). Variação de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente orçado em decorrência de revisões das estimativas e de variação cambial.</p>						

<sup>6</sup> Seleção Baseada na Qualidade e no Custo.

10. CONSUMO SERVIÇOS: PESQUISA DO CONSUMO DE ENERGIA NO SETOR DE SERVIÇOS						TDR 16
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
01/02/2014	31/01/2015	1.345.000,00	1.345.000,00	NCB (Pregão)	EPE	Serviços
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de serviços para elaboração de pesquisa do consumo de energia no setor de serviços.</p> <p><b>Status:</b> Licitação declarada fracassada. Documentação para lançamento de novo certame foi revisada pela EPE e encaminhada ao Banco para não objeção em 12/12/2013.</p>						
11. CONSULTORIA DE ANÁLISE DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM SEGMENTOS INDUSTRIAIS SELECIONADOS						TDR 17
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
01/06/2014	31/05/2015	2.219.911,00	2.219.911,00	SBQC	EPE	Consultoria
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de consultoria para análise da eficiência energética em segmentos industriais selecionados.</p> <p><b>Status:</b> Não objeção do Banco concedida em 24/09/2013. Aviso de Manifestação de Interesse pronta para ser publicada.</p>						
12. AVALIAÇÃO DO MERCADO POTENCIAL DE GÁS NATURAL NA INDÚSTRIA BRASILEIRA						TDR 18
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
01/06/2014	31/05/2015	2.028.473,00	2.028.473,00	SBQC	EPE	Consultoria
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de consultoria para avaliação do mercado potencial de gás natural na indústria brasileira.</p> <p><b>Status:</b> Não objeção do Banco concedida em 11/07/2013. Aviso de Manifestação de Interesse pronta para ser publicada.</p>						
13. CONCENTRADORES: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MEDIÇÃO SINCRONIZADA DE FASORES (SMSF) DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN)						TDR 29
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Coxecutor	Categoria
01/11/2014	30/06/2016	10.293.668,04	10.293.668,04	SBQC	ONS	Consultoria
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Compra de hardware e software necessários para os concentradores de dados fasoriais do ONS pertencentes ao Sistema de Medição sincronizada de fasores (SMSF) do sistema Interligado Nacional (SIN).</p> <p><b>Status:</b> TDR em revisão. Convênio em elaboração.</p>						
14. INVENTÁRIO PEQUENA MINERAÇÃO: INVENTÁRIO E DIAGNÓSTICO SÓCIO ECONÔMICO E AMBIENTAL DA PEQUENA MINERAÇÃO NO BRASIL						TDR 30
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
01/05/2014	01/05/2016	6.498.988,66	6.498.988,66	SBQC	SGM	Consultoria
<p><b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de consultoria para elaborar inventário e diagnóstico socioeconômico da pequena mineração no Brasil.</p> <p><b>Status:</b> Acolhimento das MIs até 06/12/2013. Em elaboração da Lista Curta. Previsão de assinatura em 01/05/2014.</p>						
15. AMPLIAÇÃO DA BASE LABORATORIAL DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL/CPRM COMO SUPORTE AOS LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS						TDR 32

Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
01/12/2014	30/11/2015	2.927.656,82	2.927.656,82	ICB	CPRM-SGM/MM	Bens
<b>Objeto da Contratação:</b> Aquisição de equipamentos para armazenagem e processamento dos dados e imagens geofísicas e para estudos preventivos de desastres naturais.						
<b>Status:</b> Edital em elaboração pela CPRM.						
<b>16. LEVANTAMENTO DO POTENCIAL DE ENERGIA EÓLICA A SER INSERIDO NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL PARA FINS DE PLANEJAMENTO</b>						<b>TDR 35</b>
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
01/05/2014	30/10/2015	1.756.021,28	1.756.021,28	SBQC	SPE-DPE/MME	Consultoria
<b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de consultoria para o desenvolvimento de estudo dos impactos da inserção de maiores blocos de energia eólicas para o sistema elétrico brasileiro.						
<b>Status:</b> TDR em revisão em decorrência dos comentários do Banco. <b>Manifestação de Interesse elaborada.</b>						
<b>17. USINAS PLATAFORMA: METODOLOGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS CONCEITO PLATAFORMA – COOPERAÇÃO SUL-SUL</b>						<b>TDR 36</b>
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
30/09/2013	30/09/2015	2.476.789,29	2.342.933,81	Contratação Direta	SPE	Consultoria
<b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de consultoria responsável pela elaboração de metodologia para a implementação de usinas hidrelétricas no conceito plataforma.						
<b>Status:</b> Contrato assinado em 30/09/2013 e em execução (Ordem de Serviço emitida e 01/12/2013).Data prevista de encerramento em 30/09/2015.						
<b>18. CAPACITAÇÃO MME: PLANO DE CAPACITAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO MME E ENTIDADES COEXECUTORAS</b>						<b>TDR 38</b>
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
01/06/2014	31/05/2015	858.914,50	858.914,50	SBQC	SPOA	Consultoria
<b>Objeto da Contratação:</b> Capacitação de Servidores do MME e de Coexecutoras.						
<b>Status:</b> Acolhimento de manifestações em 6/12/2013. Em elaboração da Lista Curta. Previsão de assinatura em 01/06/2014.						
<b>19. INDICMETA: DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA E DE MONITORIA E AVALIAÇÃO POR INDICADORES PARA O PROJETO META</b>						<b>TDR 42</b>
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
01/07/2014	30/09/2014	55.158,64	55.158,64	SBQC	SEDP	Consultoria
<b>Objeto da Contratação:</b> Contratação de consultoria para prestar serviços técnicos e especializados no desenvolvimento de metodologia de monitoria e avaliação por indicadores diretos ou indiretos, visando o acompanhamento e o gerenciamento das ações do Projeto META, principalmente quanto aos impactos e benefícios resultantes das dessas ações.						
<b>Status:</b> TDR em revisão para incorporação de sugestões e comentários feitos pelo Banco.						
<b>20. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS TEMPORÁRIOS (FUB/CESPE)</b>						<b>s/nº</b>
Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/Contratado	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
		155.973,00	240.496,80	NCB (Pregão)	SEDP	Serviços
<b>Objeto da Contratação:</b> Apoio à implementação do Projeto.						
<b>Status:</b> Processo concluído. Contratação de 4 (quatro) servidores em 2013, restando 12 (doze) para serem chamados.						
<b>21. REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS (CONTRAPARTIDA)</b>						<b>s/nº</b>

Início do Contrato	Término do Contrato	Orçamento Inicial	Valor Ajustado/ Contratado	Modalidade de Licitação	Executor	Categoria
		1.514.669,72	725.540,52	-	SEDP	-

**Objeto da Contratação:** Apoio à implementação do Projeto.

**Status:** Contratados 4 (quatro) Servidores Temporários em 2013.

Ressalta-se que durante o exercício 2013, além das atividades citadas, foram realizadas diversas reuniões e formação de grupos de trabalho para avançar na elaboração e revisão de termos de referência e editais, com publicações previstas para os anos subsequentes, bem como que a equipe técnica do projeto também estava envolvida em atividades de acompanhamento e fiscalização dos contratos assinados em 2012.

No Quadro 16 são indicadas as 7 (sete) atividades planejadas para 2013, (TDRs 13, 20, 21, 24, 26 e 31), mas que apresentaram atrasos nos processos de elaboração e aprovação dos termos de referência e editais, tendo sido, as respectivas previsões de contratação, reprogramadas para os anos subsequentes.

Registra-se que a atividade “Estruturação técnica para elaboração anual de inventário de emissões de gases de efeito estufa do setor energético”, TDR 34, foi cancelada a pedido da unidade executora.

**Quadro 16 – Atividades Reprogramadas**

Nº	ATIVIDADE	COE XEC UTO R	Nº T R	CAT EGO RIA	ORÇ AME NTO 2013 - PRE VIST O /LOA
1	Consultoria Mudanças Climáticas	CE PEL	13	Co nsu toria	421.140,00
2	Capacitação para lançamento do Projeto GAYA - Projeto piloto de capacitação em Artesanato Mineral de mulheres em situação de vulnerabilidade social na Região Norte	GA B	20	Co nsu ltor ia	173.260,00
3	Capacitação para lançamento do Projeto GAYA - Projeto piloto de capacitação de mulheres jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em regiões do entorno de empreendimentos do setor elétrico na Região Norte.	GA B	21	Co nsu ltor ia	130.128,14
4	Desenvolvimento de um sistema de monitoramento do Processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos de geração e transmissão de energia e a construção de um banco de dados associado a este e que possibilite o compartilhamento das informações geradas.	NE SA	24	Co nsu ltor ia	788.399,10
5	Estudo de desenvolvimento regional sustentável para implantação de políticas e diretrizes concernentes às Usinas hidrelétricas estruturantes.	NE SA	25	Co nsu ltor ia	440.513,35
6	Banco de dados do cadastro socioeconômico dos atingidos por barragem no Brasil.	NE SA	26	Co nsu ltor ia	788.399,00
7	Revisão organizacional e reestruturação dos órgãos setoriais do MME para o setor mineral (Conselho Nacional de Política Mineral e Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral).	SG M	31	Co nsu ltor ia	1.556.285,44



## Programação e Execução Orçamentária

A dotação orçamentária constante na LOA de 2013, para o Projeto META, foi de R\$ 52.983.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e oitenta e três mil reais), sendo R\$ 51.468.331,00 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, trezentos e trinta e um reais) na Fonte 0148 – Recurso Externo, e R\$ 1.514.669,00 (um milhão, quinhentos e quatorze mil, seiscentos e sessenta e nove reais) na Fonte 1100 – Contrapartida Nacional, montante esse estimado e adequado à execução física e financeira proposta para o exercício.

Entretanto, devido às restrições operacionais e ao contingenciamento imposto ao MME, foi fixado o Limite de Empenho para o Projeto META no montante de R\$ 22.259.879,80 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), sendo R\$ 21.531.339,28 (vinte e um milhões, quinhentos e trinta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos) na Fonte 148 e R\$ 725.540,52 (setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos) na Fonte 1100, tendo sido realizada a reavaliação da execução das atividades, definindo-se prioridades, conforme demonstrado no Quadro 17.

**Quadro 17 – Limite de Empenho por Executor - Projeto META - 2013**

Coexecutor	LOA/2013	Limite – de Empenho
	Valor Previsto	Valor Previsto
CEPEL	37.760.879,07	19.279.038,15
ONS	1.709.400,00	-
SEDP-Contrapartida	1.514.669,72	725.540,52
EPE	-	403.500,00
ANEEL	-	344.892,86
SEDP	-	139.682,44
GM	303.388,14	-
AESA	2.017.311,45	-
SGM	3.282.915,06	-
SPE	1.187.136,24	1.238.394,65
SPOA	428.440,32	128.831,18
<b>TOTAL</b>	<b>52.983.000,00</b>	<b>22.259.879,80</b>

Do limite de empenho concedido, empenhou-se 91%, correspondente a R\$ 20.312.053,59 (vinte milhões, trezentos e doze mil, cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos), com vista ao cumprimento de obrigações inerentes às atividades previstas. Desse montante grande parte destinava-se ao CEPEL, para cumprimento de compromissos inerentes ao Convênio MME/CEPEL nº 769362/2012. O Resumo da Execução Orçamentária e Física é apresentado no Quadro 18.

**Quadro 18 – Resumo da Execução Orçamentária e Física (R\$\*MIL)**

LOA 2013	Limite Concedido	Limite / LOA	Empenhado	Empenhado / Limite	Atividades Previstas	Atividades Iniciadas	Atividades Iniciada / Previstas
52.983	22.259	42%	20.312	91%	21	21	100%

Devido ao cumprimento das obrigações contratuais atinentes ao projeto e a necessidade de liquidações de despesas decorrentes de sua execução, foram encaminhados ao BIRD 2 (dois) pedidos de saque, no ano de 2013. No total, durante a execução do projeto, foram encaminhados 4 (quatro) pedidos de saque, no montante de U\$S 4.938.767,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil, setecentos e sessenta e sete dólares), conforme Quadro 19.

**Quadro 19** – Pedidos de Saque

Ofício	Data	Valor por Categorias (R\$)		Total (R\$)	Equivalente em US\$	US\$=R\$
		Consultoria	Equipamentos			
088	22/11/2012	196.200,00	-	196.200,00	94.577,01	2,0745
095	19/12/2012	-	201.078,60	201.078,60	95.907,42	2,0966
037	02/08/2013	-	5.356.501,70	5.356.501,70	2.269.704,11	2,3600
*	06/12/2013		5.668.756,81	5.668.756,81	2.478.578,46	2,2871
<b>Total Geral</b>		<b>196.200,00</b>	<b>11.226.337,11</b>	<b>11.422.537,11</b>	<b>4.938.767,00</b>	-

\*Pedido de Saque efetuado eletronicamente no Client Connection do Banco Mundial.

## Restos a Pagar

No exercício de 2012, foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 12.121.640,32 (doze milhões, cento e vinte e um mil, seiscentos e quarenta reais e trinta e dois centavos), cuja destinação foi a seguinte:

- Cumprimento de obrigações vinculadas ao Convênio nº 796362/2012-MME/CEPEL, R\$ 11.150.270,32 (onze milhões, cento e cinquenta mil, duzentos e setenta reais, trinta e dois centavos);
- Custeio das seguintes atividades: i) Metodologia para implementação de Centrais Geradoras Hidrelétricas – Conceito Plataforma, R\$ 619.197,00 (seiscentos e dezenove mil, cento e noventa e sete reais); ii) Avaliação de Investimentos Depreciáveis – Ativos de Geração e Transmissão, R\$ 196.200,00 (cento e noventa e seis mil e duzentos reais); e iii) Processo Seletivo Simplificado, Fundação Universidade de Brasília – FUB/CESPE, suprimento do quadro de pessoal da Unidade Gestora nº 320060 – Projeto META/Secretaria Executiva, R\$ 155.973,00 (cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e três reais);
- Cancelamento de R\$ 640.997,00 (seiscentos e quarenta mil, novecentos e noventa e sete reais), sendo R\$ 619.197,00 (seiscentos e dezenove mil, cento e noventa e sete reais) relativos à “Metodologia para implementação de Centrais Geradoras Hidrelétricas – Conceito Plataforma” e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referentes à atividades vinculadas ao CEPEL, por não ter havido progresso na implementação das ações, e R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais) referentes à atividade de “Avaliação de Investimentos Depreciáveis – Ativos de Geração e Transmissão”, em função de glosa por não comprovação de despesas.

**Quadro 20** – Detalhamento dos Valores Inscritos em Restos a Pagar em 2012 e 2013

Montante	2012	2013
Valor inscrito em Restos a Pagar	12.121.640,32	20.227.529,79
Valor pago	11.480.643,32	0,00
Valor cancelado	640.997,00	0,00
Saldo de Restos a Pagar	0,00	20.227.529,79

Os valores, referentes ao Resto a Pagar do ano de 2012, não foram repassados em decorrência de decisão da Diretoria de Programa, uma vez que haveria a necessidade de saque junto ao BIRD, o que iniciaria a contabilização de juros. Sendo assim, verificou-se que seria mais vantajoso inscrever tal valor em Restos a Pagar, uma vez que permitiria o repasse ao longo do ano de 2013, conforme legislação vigente, aderente à liquidação dos compromissos assumidos no âmbito do projeto.

Com referência ao exercício de 2013, inscreveu-se em Restos a Pagar o valor de R\$ 20.227.529,79 (vinte milhões, duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais, setenta e nove centavos), sendo R\$ 19.056.062,89 (dezenove milhões, cinquenta e seis mil, sessenta e dois reais e

oitenta e nove centavos) destinados ao cumprimento de obrigações de responsabilidade do CEPEL, vinculadas ao convênio nº 769362/2012, e R\$ 1.171.466,90 (um milhão, cento e setenta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) para implementação da Atividade “Metodologia para implementação de Centrais Geradoras Hidrelétricas – Conceito Plataforma”.

## Transferência de Recursos

Para possibilitar a transferência de créditos e recursos financeiros aos coexecutores do projeto (CEPEL, ONS, ANEEL, EPE, CPRM e DNPM), conforme Quadro 21, foi necessária a formalização de Convênio, para o CEPEL, e Termos de Cooperação, para os demais. Cabe a observação que o ONS e o DNPM ainda não formularam o Convênio e o Termo de Cooperação, respectivamente, tendo em vista que o ONS está revisando o objeto a ser contratado e o DNPM solicitou a paralização, por tempo indeterminado, das tratativas para assinatura do citado Termo.

**Quadro 21** – Caracterização dos Instrumentos por Transferência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: PROJETO META									
CNPJ: 37.115.383/0036-83					UG/GESTÃO: 320060/00001				
Informações sobre as Transferências									
Tipo	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	769362/2012	CEPEL	56.008.845,40	3.267.500,00	11.140.270,32	0,00	28.05.12	28.10.15	1
3	001/2012	ANEEL	689.785,72	0,00	0,00	0,00	31.10.12	03.07.15	1
3	002/2012	CPRM	2.927.656,82	0,00	0,00	0,00	31.10.12	30.04.14	1
3	001/2013	EPE	3.949.732,06	0,00	0,00	0,00	05.03.13	04.03.15	1
<b>LEGENDA</b>									
<b>Tipo:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte: SICONV/SIAFI									

O Termo de Convênio firmado entre o MME/CEPEL, nº 769362/2012, foi assinado em 28 de maio de 2012, com objetivo de execução das ações programadas no Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META, apoiando e investindo no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias do setor de energia elétrica mediante o reaparelhamento dos Laboratórios do CEPEL, conforme Plano de Trabalho aprovado. O primeiro Termo Aditivo ao Convênio foi assinado em 12 de dezembro de 2013, o qual alterou a forma anual de desembolso e a vigência do convênio.

Já no dia 31 de outubro de 2012, foram firmados os Termos de Cooperação entre o MME/ANEEL e entre o MME/CPRM; e, no ano de 2013, foram assinados, no dia 5 de março, o Termo de Cooperação entre o MME/EPE, e, no dia 3 de julho, o primeiro aditivo ao Termo de Cooperação firmado entre o MME/ANEEL.

Com a assinatura de tais termos e aditivos, foram providenciados os destaques de créditos para a ANEEL e para a EPE, nos montantes de R\$ 344.892,86 (trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos) e R\$ 403.500,00 (quatrocentos e três mil

e quinhentos reais), respectivamente. Entretanto estes créditos foram devolvidos por tais unidades, em decorrência da perspectiva de não execução no exercício de 2013.

### **Pagamento de Encargos do Empréstimo**

De acordo com o Contrato de Empréstimo IBDR 8095, o pagamento de juros é realizado semestralmente, nas datas 15 de março e 15 de setembro de cada ano. No exercício de 2013, foi pago o montante de R\$ 5.692,79 (cinco mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos), equivalente a US\$ 2.647,10 (dois mil, seiscentos e quarenta e sete dólares e dez centavos), conforme Quadro 22.

**Quadro 22** – Detalhamento dos Encargos Pagos em 2013

<b>Datas</b>	<b>R\$</b>	<b>US\$</b>	<b>Taxa de Conversão</b>
15/03/2013	2.374,59	1.200,44	1,9781
15/09/2013	3.318,20	1.446,66	2,2937
<b>TOTAL</b>	<b>5.692,79</b>	<b>2.647,10</b>	

### **ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO ENTRE MME E CAF**

No dia 25 de outubro de 2013, foi firmado, entre o MME e a Corporação Andina de Fomento – CAF, um Acordo Marco de Cooperação, com o objetivo de fornecer o escopo para a cooperação e facilitar a colaboração entre as partes, em bases não-exclusivas, em áreas de interesse mútuo relacionados à integração energética da América Latina, à universalização do acesso à energia elétrica e à aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e inclusão social do Brasil e da Região, tendo sido publicado, no Diário Oficial da União – DOU, do dia 31 de outubro de 2013, sendo signatários o Sr. Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o Sr. Presidente Executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina, Enrique Garcia Rodriguez, com prazo de vigência de 3 (três) anos, cabendo à citada Diretoria sua execução.

No âmbito do Acordo Marco, objetivando a avaliação da redução de investimentos em redes elétricas, com aumento na confiabilidade dos sistemas, o MME propôs, ainda no ano de 2013, a celebração de Acordo de Cooperação Técnica Não Reembolsável, para a contratação de empresa de consultoria para atendimento ao Termo de Referência “Análise do Sinal Locacional da Expansão da Transmissão: Aspectos Técnicos, Regulatórios e de Política Energética”.

A seleção, contratação e pagamento serão feitos diretamente pela CAF, que disponibilizou, como doação ao MME, a quantia de US\$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil dólares) para o ano de 2013, com validade de 6 (seis) meses, sendo a contrapartida administrativa (não financeira) de 20% (vinte por cento) por parte do MME, sem internalização de recursos.